

**L P H**

*Revista de História*

LPH/DEPATAMENTO DE HISTÓRIA/UFOP



ISSN 0103-110

Números 14 e 15  
EDIÇÃO DUPLA  
2004 / 2005

**MARIANA - MINAS GERAIS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Reitor: João Luiz Martins

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretor: Ivan Antonio de Almeida

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Ronaldo Pereira de Jesus

COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISAS HISTÓRICAS

Valdei Lopes de Araújo

EDITORAÇÃO

André de Amorim Oliveira

Anderson Silva Dilly

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Lisly Gonçalves

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

CONSELHO CONSULTIVO

Ângelo Alves Carrara (UFJF)

Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)

Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Íris Kantor (USP)

Júnia Furtado (UFMG)

Lúcia Maria Pascoal Guimarães (UERJ)

Luiz Carlos Villalta (UFMG)

REVISÃO

Helena Miranda Mollo

ISSN 0103-7110

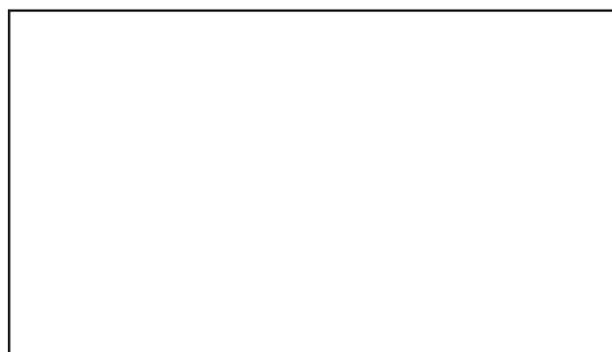
Publicação Anual

Pede-se permuta/We demand exchange/On demande échange

Tiragem desta edição: 50 exemplares

# **LPH**

**Revista de História**  
**Ano 14-15, N° 14-15, 2004-2005**



## **Apresentação**

Em 2005 a revista do LPH completou 15 anos de existência. Todos que no Brasil já editaram uma revista acadêmica sabem do significado de manter a continuidade de uma publicação indexada em período tão longo, o que explica o fato de na área de história haver um número reduzidíssimo de publicações com mais de 10 anos.

A Universidade Federal de Ouro Preto e o Departamento de História/ICHS orgulham-se dessa marca, não apenas pelos seus quinze anos de história, mas pelo patrimônio intelectual acumulado nesses números da revista, que desempenhou com indiscutível qualidade suas funções de divulgadora e promotora do conhecimento acadêmico no campo da História. A revista do LPH é resultado do esforço dos professores, funcionários e alunos que atuam ou atuaram no Instituto de Ciências Humanas e Sociais ao longo desses anos e dos diversos colaboradores que confiaram à Revista a guarda de parte dos resultados de seus estudos e pesquisas.

Para comemorar esse marco, apresentamos aos leitores um número duplo que prenuncia alguns pontos do novo projeto gráfico e editorial da revista do LPH. O primeiro volume, o de número 14, traz o dossiê “História e relações de dominação”. No volume 15, o dossiê “Teoria e história da historiografia” reúne artigos que contribuem para a reflexão sobre o saber produzido na nossa área de conhecimento. Além dos dossiês, os interessados encontrarão resenhas e artigos sobre os mais variados – e relevantes – temas. Ao final da leitura, esperamos que os leitores compartilhem conosco a opinião de que temos muito a comemorar nesses quinze anos da LPH-Revista de História.

**Os editores**



## Sumário

A dádiva da alforria e o governo dos escravos no Brasil colonial (Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830) .....	10
Márcio de Sousa Soares	
As condições da governabilidade: um refinado jogo de interesses na América Lusa da primeira metade do século XVIII .....	35
Carlos Leonardo Kelmer Mathias	
Poder eclesiástico, idéias progressistas e estratégias para a emergência das comunidades eclesiais de base na Arquidiocese de Mariana .....	65
Fabício Roberto Costa Oliveira	
Hierarquia, riqueza e autoridade nos quadros do Império Lusitano: uma análise do perfil econômico dos oficiais de Ordenanças nas Minas setecentista .....	93
Ana Paula Pereira Costa	
O mercado de escravos em Mariana: 1850-1886 .....	115
Camila Carolina Flausino	
Mundos do trabalho numa região de fronteira: do Mato Grosso ao Prata no início do século XX .....	135
Vitor Wagner Neto de Oliveira	
Resenha Crítica - Escravidão e História econômica: Demografia de Minas Gerais 1720- 1888.....	179
Leandro Braga de Andrade	
O objeto histórico como totalidade relativa: Reflexões sobre a teoria da história de Johann Gustav Droysen .....	187
Pedro Spinola Pereira Caldas	
Para Uma Nova Ciência da Política: Jean Bodin e a Idéia do Estado Régio .....	215
Marcos Antônio Lopes	
Sylvia Ewel Lenz	

A História Social: seus significados e seus caminhos .....	235
José D'Assunção Barros	
A História do Brasil em movimento: tristeza e melancolia como fundamentos da nacionalidade em <i>Os Sertões</i> . .....	257
Felipe Charbel Teixeira	
A constituição da organização nacional no pensamento político de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez .....	273
Jorge Eschiaqui	
Do sagrado ao sacramento .....	287
Flávia Regina Marquetti	
O escravo em Sêneca: entre a passividade e a reação .....	303
Luciane Munhoz de Omena	
Francisco Correa Vasques e os degredados de Cucuí: imprensa, teatro, militância política e laços de amizade no governo Floriano Peixoto. ....	321
Sílvia Cristina Martins de Souza	
As cooperativas mineiras e o convênio de Taubaté: a primeira fase do plano mineiro de incentivo ao cooperativismo e valorização do café .....	343
Liliane Faria C. Pinto	
Resenha Crítica - Estudos políticos. Rússia 1905 e 1917. ....	367
Sérgio da Mata	
Relação dos números publicados de <i>LPH – Revista de História</i> (ISSN 0103-7110 “LPH”) .....	373
Normas de publicação .....	389

L P H

*Revista de História*

LPH/DEPATAMENTO DE HISTÓRIA/UFOP



Número 14  
2004



# *A dádiva da alforria e o governo dos escravos no Brasil colonial (Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830)*

Márcio de Sousa Soares

## **Resumo**

Tomando a região dos Campos dos Goitacases durante o processo de montagem e expansão das atividades açucareiras como *locus* de pesquisa, considera-se que a escravidão deve ser entendida como um processo institucional que produzia e reproduzia o sistema ao articular tráfico, situação de escravidão e alforria.

As tensões sociais derivadas da constante introdução de desenraizados e o potencial de conflito inerente à relação senhor-escravo tinham que ser minorados a ponto de não comprometer a instituição. Argumento que a prática da alforria exercia um papel estrutural para a estabilidade do sistema escravista no Brasil. Nessa perspectiva, considero que a alforria deve ser entendida no contexto da economia moral do dom, uma vez que instaurava uma série de obrigações recíprocas entre libertos e patronos, como porque os ex-senhores conservavam direitos sobre os ex-escravos. Não obstante a participação dos escravos no estabelecimento dos termos do acordo que conduzia à alforria, a prerrogativa moral de conceder ou não a liberdade estava reservada aos senhores. Tratava-se portanto de uma concessão senhorial.

## **Palavras-chave**

escravidão; dádiva e alforria

## **Abstract**

Analyzing the region of Campos dos Goitacases during the process of establishment and expansion of the sugar activities, I consider that slavery should be understood as an institutional process that produced and reproduced the system when articulating slave trade, slavery situation and manumission.

The social tensions derived from constant introduction of outsiders and the inherent potential conflict between masters and slaves had to be lessened to the point of guaranteeing the stability of the Brazilian slavery system. In that perspective, I consider that the manumission should be understood as a moral gift, once it established a series of reciprocal obligations between freed slaves and masters and because the second conserved rights over the first. In spite of the slave's participation in the establishment of the terms of the agreement that led to the manumission, the moral prerogative of granting or not the freedom was reserved to the masters. It was therefore a master's concession.

## **Keywords**

slavery; moral gift and manumission

### A Dádiva da Alforria

Desde os estudos pioneiros até os mais recentes, o caráter condicional de grande parte das alforrias sempre chamou muita atenção dos analistas. Fosse pelo tempo previamente estipulado, fosse pela incerteza do mesmo quando a liberdade era condicionada à morte do senhor ou quanto ao cumprimento da vontade do defunto, houve quem considerasse a alforria uma “isca dourada e enganosa” lançada pelos senhores com o fito de preparar uma espécie de “armadilha” para os escravos. As esperanças suscitadas pela “miragem da alforria” conduziavam os forros a uma experiência de “liberdade completamente ilusória”<sup>1</sup>. Esse aspecto falacioso das manumissões ficaria ainda mais patente devido a uma suposta facilidade com que as mesmas poderiam ser revogadas conforme o previsto no Livro IV, Título LXIII das *Ordenações Filipinas*.

Outro aspecto muito enfatizado por aqueles que associam a alforria a um engodo é o fato de que a manumissão não desobrigava os forros de demonstrarem respeito e gratidão aos ex-senhores os quais passavam a desempenhar o papel de patronos de seus libertos. Ou seja, a alforria não extinguiu os laços morais entre os senhores e os ex-escravos, apenas modificava a natureza dessas relações a modo de reproduzir a obediência e a sujeição pessoal daqueles homens e mulheres que emergiam do cativeiro<sup>2</sup>.

A constatação empírica da expressividade numérica das alforrias condicionais é inquestionável e os estudos antigos e recentes sobre diversas épocas e regiões da Colônia e do Império o confirmam. O que me parece inadequadas são aquelas interpretações mais tradicionais, de certa forma já consolidadas na historiografia sobre a escravidão no Brasil, que consideram a alforria uma falácia em virtude do aspecto condicional presente em muitas delas e da possibilidade de revogação das mesmas.

Pesquisas recentes dedicadas ao tema alforria – herdeiras diretas da renovação historiográfica, iniciada na década de 1980, sobre a escravidão no Brasil que colocou em destaque o papel desempenhado pelos escravos como agentes sociais – enfatizam a manumissão como fruto de uma conquista dos cativos<sup>3</sup>. Não obstante a evidente e intensa movimentação dos escravos para fazerem por merecer, arranjam pecúlio e até mesmo negociarem a liberdade com seus senhores, penso que, em sua essência, a alforria era acima de tudo uma dádiva, inclusive as alforrias pagas. Esclareço de imediato que dádiva – da forma como é entendida neste trabalho – não é sinônimo de benevolência. Muito pelo contrário. Tampouco implica sugerir uma atitude inerte da parte dos escravos diante da possibilidade da remissão do cativeiro. Afinal, para receber a dádiva da alforria era necessário fazer por merecer.

É de longa data que os antropólogos voltaram sua atenção para o fenômeno das trocas nas sociedades arcaicas, sobretudo no que se refere

à troca de presentes ou dons. Segundo os autores citados, a dívida estabelece uma diferença de *status* entre doador e donatário que instaura ou reforça hierarquias, uma vez que quem recebe fica em dívida (ou conforme o caso, numa situação de dependência) para com o doador<sup>4</sup>. A prática do dom encontra, pois, condições ideais para o seu exercício nas sociedades que usam na produção e manutenção de relações pessoais entre indivíduos e grupos, como era o caso do Brasil escravista. É no universo do dom e das dívidas por ele criadas que se esclarece e ganha sentido certos processos de hierarquização social, na medida em que cria uma situação de dependência entre o donatário e o doador.

O dom abre um vasto campo de manobras e estratégias possíveis para as partes envolvidas, assim como pode servir a uma gama variada de interesses opostos. Isso porque a dívida cria obrigações recíprocas entre as partes que permanecem ligadas mesmo depois de concluída a doação, uma vez que nas sociedades em que se manifesta a economia e a moral do dom a coisa dada não é totalmente alienada e aquele que concede continua a conservar direitos sobre aquilo e aquele a quem deu, e a tirar disso, em seguida uma série de vantagens.

Para Maurice Godelier

*“(...) o doador continua a estar presente na coisa que dá, que não está desligada de sua pessoa (física e/ou moral), e esta presença é uma força, a força dos direitos que ele continua a exercer sobre ela e através dela, sobre aquele a quem ela foi dada e que a aceitou. Aceitar um dom é mais do que aceitar uma coisa, é aceitar que aquele que dá exerça direitos sobre aquele que recebe”<sup>5</sup>. [o grifo é meu]*

Essas reflexões, aqui brevemente resumidas, são interessantíssimas para se repensar a natureza das alforrias e o caráter condicional de muitas delas, a possibilidade de revogação das manumissões, as obrigações e as relações de dependência que o forro geralmente ficava em relação ao ex-senhora. De minha parte, creio que para superar a idéia da “miragem” é muito mais interessante pensar a alforria como uma espécie de dom e assim entender – como sugerem Mauss e Godelier – que por meio dos dons as pessoas se ligam, relações pessoais se estabelecem, pessoas se comprometem e a coisa dada (no caso, a alforria) é a garantia do seu compromisso, abrindo um círculo de obrigações mútuas<sup>6</sup>. A alforria era, portanto, derivada de um acordo moral entre as partes e pressupunha a continuidade do mesmo após a efetivação da dívida. Entretanto, não obstante a participação dos escravos no estabelecimento dos termos des-

se acordo, ao fim e ao cabo, a prerrogativa moral de conceder ou não a liberdade estava reservada aos senhores<sup>7</sup>.

Entender que, pela lógica da economia moral do dom, o doador continua a exercer direitos sobre a coisa dada e, por meio dela, sobre aquele a quem ela foi dada e que a aceitou, possibilita a compreensão da enorme naturalidade com que os doadores estabeleciam diversas condições para a doação, previam motivos para revogação da mesma ou sobre o destino da coisa doada mesmo depois de efetivada a dádiva, como aparece em várias disposições testamentárias não só em relação às alforrias como também aos bens legados a terceiros.

A eloquência do exemplo a seguir comprova que, numa sociedade arcaica de Antigo Regime como o Brasil escravista, não havia uma separação rígida entre “o direito das pessoas” e “o direito das coisas”, isto é, não ocorria uma alienação completa entre o doador e a coisa dada<sup>8</sup>. Aos 18 dias do mês de setembro de 1796, o alferes Joaquim Vicente dos Reis assinou uma escritura pública, na qual afirmava perante um tabelião e testemunhas que

*“(...) entre os mais bens de que é direito senhor e possuidor é bem assim de um casal de escravos pardos de nomes Inácio Gonçalves, pardo cirurgião perito, e Marta mulher do dito, costureira, cujos escravos os houve ele outorgante doador por rematação que deles fez na Real Fazenda da Cidade do Rio de Janeiro (...) os quais escravos pardos, marido e mulher acima referidos, disse ele dito outorgante doador, que muito de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma dava e doava pelo Amor de Deus à Santa Casa da Misericórdia do Reino e Cidade de Angola, para que os mesmos escravos sirvam até morrer à mesma Santa Casa e seus Hospitais, com a cláusula porém de que não poderão em tempo algum a Mesa presente da referida Santa Casa, nem as futuras, nem outra qualquer pessoa de qualquer qualidade que seja que tenha inspeção sobre a mesma Santa Casa, em tempo algum, dar, doar, vender, alienar ou forrar o dito casal de escravos nomeados retro, e fazendo-o, ficará esta doação de nenhum efeito e passarão os ditos escravos marido e mulher ao poder dele outorgante doador ou ao dos seus herdeiros e sucessores, como se dela não houvera feito esta doação (...)”*<sup>9</sup> [o grifo é meu]

Se no exercício de sua autoridade sobre os escravos doados, o alferes Joaquim Vicente estipulou cláusula proibindo a alforria, o recurso acionado por Antônio Machado Nunes, em março de 1822, para fazer valer sua vontade numa doação testamentária feita à Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goitacases foi justamente o contrário:

*“Declaro que a minha escrava de nome Joaquina a deixo à Santa Casa de Misericórdia para lavar a roupa da mesma Santa Casa e para servir aos enfermos e a mesma Santa Casa não poderá fazer venda nem troca da mesma escrava deixada e quando assim o não cumpram, o que não é de esperar, antes que seja tratada como uma fâmula tão precisa à mesma Santa Casa, meu testamenteiro poderá ir buscar aonde quer que estiver [sic] e lhe passará sua carta de liberdade”<sup>10</sup>*

Assim como muitos donatários de legados, os usufrutuários dos serviços prestados por escravos alforriados condicionalmente não se convertiam em proprietários dos mesmos. A rigor, no formal das partilhas que examinei, os forros sob condição também eram lançados na terça dos inventariados, o que significa dizer que mesmo que estivessem obrigados à prestação de serviços a meeiros ou herdeiros não entravam no conjunto de bens destinados aos respectivos pagamentos dos sucessores do falecido. Ou seja, não eram legalmente considerados propriedades desses usufrutuários. Nesses casos a alforria se cumpria debaixo de fideicomisso, isto é, estipulação testamentária onde o testador constituía uma pessoa como usuário dos serviços do liberto, mas impunha que, uma vez vencida a condição, deveria passar carta de liberdade ou simplesmente respeitar a verba que determinava a liberdade. No entanto, era o primitivo senhor quem demitia de si o seu domínio e poder sobre o escravo quando o manumitia por fideicomisso<sup>11</sup>. Do ponto de vista legal, o fiduciário deveria ser apenas um simples executor da vontade do falecido senhor.

Mas quase sempre a realidade enfrentada pelos libertos sob condição de servir a terceiros assumia feições bastante complexas, uma vez que, na prática, os mesmos ficavam temporariamente sujeitos ao poder e domínio efetivos dos legatários. Entretanto, havia limites. Indubitavelmente esses limites eram constantemente desrespeitados, no entanto quase sempre os libertandos estavam atentos aos passos dos usufrutuários de seus serviços e não hesitavam em acionar redes de solidariedade que os protegessem e orientassem na condução de demandas judiciais.

O cumprimento das últimas vontades dos testadores necessariamente dependia de terceiros nomeados como testamenteiros, em sua grande maioria cônjuges, parentes – ou seja, quase sempre partes interessadas no espólio – e, na falta deles, alguém da confiança do defunto. Resta saber se herdeiros inescrupulosos tinham muita chance de descumprir a promessa de alforria. Como se tem notícia, a maior parte das pessoas era analfabeta, portanto os testamentos eram quase sempre ditados a alguém que pudesse redigi-los. Essa era uma providência tomada pela maioria daqueles que desejavam testar nos

momentos derradeiros ou de doença grave, quando por costume estavam sempre rodeados de muita gente. Ou seja, muitas pessoas, formal ou informalmente, fosse por ver ou por ouvir dizer, conheciam e murmuravam sobre as disposições de última vontade do defunto e certamente entre elas estavam os escravos agraciados com a alforria, posto que invariavelmente eram gente próxima do senhor. Uma vez aberto pelo tabelião, cumpria-se a formalidade de aceitação da testamentaria por parte de um dos testamenteiros nomeados pelo defunto. A partir de então, abria-se um processo de prestação de contas perante o Juízo dos Defuntos e Ausentes, onde o cumprimento de todas as determinações do testador deveria ser comprovado por meio de recibos ou declarações assinadas pelos legatários, não raro na presença dos escrivães. Além disso, testamenteiros e herdeiros estavam sujeitos a uma espécie de constrangimento moral-religioso no cumprimento das últimas vontades dos falecidos<sup>12</sup>. Afinal, a salvação das almas dos defuntos dependia da execução do testamento.

Era muito difícil, portanto, lograr libertos incondicionalmente visto que suas respectivas cartas de alforria ou declarações de já estavam exercendo a nova condição tinham que ser anexadas aos processos de contas. E os Juizes dos Ausentes exigiam a demonstração das mesmas e muitas vezes interpelavam os testamenteiros quanto à demora da apresentação dos documentos comprobatórios. Em setembro de 1823, a viúva Rita Maria de Jesus ditou seu testamento determinando a alforria gratuita incondicional da escrava Rita. A testadora veio a falecer em julho de 1826, entretanto, a escrava Rita já era bem velha e não chegou a gozar da liberdade uma vez que falecera em abril de 1825, portanto antes de sua senhora, com 70 anos de idade. Mesmo assim, o testamenteiro teve que apresentar ao Juízo uma cópia do registro do óbito da referida escrava<sup>13</sup>. Ao testar, em 6 de abril de 1828, o viúvo Lourenço Caetano de Azevedo concedeu alforria gratuita incondicional à cabra Manoela e a seu filho – ainda pagão por ter nascido somente oito dias antes da feitura do testamento. O dito senhor faleceu dois dias depois de expressar suas últimas vontades e, em respeito a elas, o inocente foi batizado como livre em 16 de abril daquele mesmo ano, recebendo o nome de Paulino, cujo registro foi apensado ao processo de prestação de contas daquele testamento pelo genro do falecido Lourenço<sup>14</sup>.

O fideicomisso comprova que mesmo depois de morto, o doador continuava a exercer direitos e, portanto, poder sobre o destino das coisas dadas. O senhor de engenho Custódio João da Costa determinou, em verba testamentária declarada em outubro de 1821, a alforria gratuita incondicional do escravo Crispim. Com a intenção de beneficiar ainda mais ao seu liberto, Custódio João da Costa fez o dom de

400\$000 em terras no lugar denominado o Valão, porém deixou bastante claro que se Crispim falecesse sem filhos legítimos “passará esta doação de terras às minhas seis netas”<sup>15</sup>. De maneira semelhante procedeu a viúva Úrsula das Virgens de Jesus que, em seu testamento, datado de julho de 1810, libertou gratuita e incondicionalmente a escrava Josefa e seus três filhos. Certamente por não possuir herdeiros forçados, aquela senhora pôde assegurar o futuro dos libertos, fazendo-lhes uma generosa doação: “declaro que possuo um sítio em terras foreiras ao Excelentíssimo Visconde de Asseca o qual deixo aos ditos meus escravos Josefa e seus filhos Amaro, Antônio e Vicente para estes viverem no dito sítio **sem que um possa a outro vender ou dar e por suas mortes irão herdando um do outro**”<sup>16</sup>. [o grifo é meu]

O exemplo do dom feito pelo Alferes Joaquim Vicente dos Reis à Santa Casa de Misericórdia – assim como muitos outros casos de doação registrados em cartório – demonstra que a imposição de cláusulas condicionais não estava restrita aos legados deixados aos ex-escravos. Assim como o fideicomisso, a possibilidade de se firmar contratos de venda de bens móveis ou de raiz – portanto incluindo aí os escravos – com cláusulas adjetas de caráter suspensivo ou resolutivo (entre as quais podiam figurar as que determinavam ou proibiam a alforria) estava prevista nas *Ordenações Filipinas*<sup>17</sup>.

A alforria – entendida como um dom e, por conseguinte, o estado de endividamento que ela engendrava – era um elemento fundamental na produção e reprodução das relações sociais que reforçavam o poder senhorial ao ampliar sua clientela. Apesar de muitas vezes um doador aparentar desinteresse em sua atitude, um dom nunca se desloca por nada. Sua transferência instaura uma relação de dependência recíproca que se desdobra em relações assimétricas de reciprocidade entre os protagonistas, traduzidas por obrigações e vantagens desiguais para ambos. Segundo Marcel Mauss, fazer um dom “é manifestar superioridade, ser mais, estar mais alto, ser *magister*; aceitar sem retribuir ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, tornar-se pequeno, cair mais baixo (*minister*)”<sup>18</sup>. Em suma, a prática do dom sempre melhora a qualidade do *status* do doador na medida em que expressa, reforça e legitima as hierarquias sociais.

A alforria podia ainda vir acompanhada de outros dons, desde os mais modestos até os de grande envergadura. Dos 584 testamentos redigidos entre 1709 e 1832 que analisei, 486 eram de senhores de escravos. Deste conjunto, 278 testamentos com alforrias 115 senhores (41,4%) deixaram bens aos escravos que estavam sendo alforriados e 73 testadores o fizeram em favor antigos escravos alforriados em vida ou a outros forros e pardos livres com

quem mantinham algum tipo de relação e, além disso, 58 senhores deixaram esmolas àqueles que continuariam a levar a vida debaixo do cativeiro.

Trata-se de legados dos mais variados tipos, muitas vezes importantíssimos para que os ex-escravos pudessem recomeçar suas vidas como libertos. Casas, móveis, instrumentos de trabalho, terra, benfeitorias, dinheiro, escravos, roupas do uso, animais constituíam os principais tipos de bens doados pelos antigos senhores. Se por um lado os legados favoreciam a reconstrução das vidas dos libertos, por outro deixavam-nos ainda mais enredados na teia das obrigações.

Corria o mês de maio de 1821 quando José Ribeiro de Oliveira decidiu libertar em seu testamento os escravos Miguel ganguela, Inácio crioulo, Julião crioulo, Tomé crioulo, Antônio Crioulo e Luiz mulatinho. Tratava-se de uma alforria gratuita condicional acompanhada de uma doação de terras e de benfeitorias ditada nos seguintes termos:

*“Ordeno que os meus escravos (...) fiquem conservados por meu falecimento em companhia da minha mulher enquanto a mesma viva for e por falecimento da mesma ficam gozando de sua liberdade como se livres nascessem do ventre materno e em paz poderão ir [sic] tomar posse de 50 braças de terras próprias no lugar denominado Pernambuco fazendo testada pela mesma beirada da Pernambuco até o Brejo do Binha (...) com as benfeitorias de cercado que se acharem dentro das ditas 50 braças de testada sem que lhes seja preciso de outro algum título mais do que a presente verba com condição porém que se a dita minha mulher se não conserve em estado de viúva e passe à segundas núpcias nesse caso ordeno que no mesmo dia em que a dita minha mulher tomar o referido estado fiquem os ditos meus seis escravos acima declarados, obrigados a acompanharem a dita minha mulher, forros e libertos sem condição alguma e poderão tomar posse das 50 braças de terras na referida Pernambuco e nas ditas fazerem seus estabelecimentos e não poderão os mesmos fazerem [sic] dívidas e negociação alguma em que venham a ficarem as ditas terras sujeitas a responder enquanto os mesmos não tiverem a idade completa de 25 anos sem que primeiro seja ouvido meu segundo testamenteiro e na falta deste o terceiro”<sup>19</sup>*

Notadamente se percebe que a intenção senhorial era garantir a continuidade da prestação de bons serviços em favor da viúva mediante a promessa da alforria e das terras, desde que se comprometessem a acompanhar, ou seja, obedecer a sua senhora. Mesmo sendo libertados sob

condição, continuavam a serem vistos como escravos pelo testador e como tais esperava-se que ficassem debaixo da sujeição da viúva até que ela morresse ou se casasse novamente. Aos olhos senhoriais essa teia de obrigações que atava os forros aos seus antigos senhores era tão forte que, não raro, os libertos eram identificados como “Antônio escravo que foi Ana Maria de Jesus” ou então como os libertos de alguém.

A dívida da alforria podia, portanto, multiplicar o benefício da liberdade, já que, uma vez definitivamente concretizado, os filhos das forras nasciam livres, assim como se beneficiavam dos legados que porventura tivessem sido doados aos seus pais. Esse desdobramento do dom inicial estendia o raio de alcance dos direitos do doador sobre a “coisa” dada e, conseqüentemente, também deixava obrigada a primeira geração de pardos livres. Perdigão Malheiro observou que esse aspecto da relação entre senhores e libertos, que estendia a cadeia de obrigações recíprocas aos filhos dos ex-escravos, estava previsto no direito romano<sup>20</sup>.

Pela lógica da economia moral do dom, as dívidas e obrigações instauradas pela dívida só se extinguem em virtude da apresentação de um contradom equivalente ou superior. De que maneira os ex-escravos poderiam “restituir” aos seus senhores a liberdade recebida? Impossível. Os forros encontravam-se, portanto, moralmente em dívida permanente em relação aos seus antigos senhores e esta era uma dívida impagável. Difícilmente haveria um contradom equivalente à alforria que pudesse quitar semelhante dívida. Quais seriam então as vantagens obtidas pelos escravos mediante essa doação? Ora, nunca é demais lembrar que a alforria podia ser objeto de interpretações e ganhos distintos por parte de senhores e escravos. Se os primeiros viam nela um reforço de poder, prestígio e ampliação da clientela, os segundos encaravam-na como um passo decisivo para a ambição de ascender numa hierarquia social que relegava os escravos ao patamar mais aviltante. Dilatar as margens de autonomia sobre a condução de seus destinos e, no caso das mulheres, a extensão da condição de livres para sua descendência eram ganhos enormes para alguém que a princípio estava fadado a viver debaixo do cativoiro.

De fato, como alguns autores enfatizaram, em tom de crítica aos limites da condição social dos forros, não se emergia livre e autônomo da escravidão, mas dependente<sup>21</sup>. No entanto, a idéia de liberdade subjacente a essa objeção me parece mal colocada. Afinal, o que era ser livre numa sociedade escravista fundada nos marcos do Antigo Regime onde a desigualdade era a ordem natural das coisas? Não creio, portanto, que uma noção burguesa de liberdade encontrasse meios de se materializar no seio de relações sociais impregnadas pelo apreço à hierarquia, ao privilégio e à

obediência que implicava uma série de limites e restrições que incidiam inclusive sobre a maior parte da população nascida livre. No Brasil de antanho, liberdade e subalternidade necessariamente não se excluíam<sup>22</sup>. Por conseguinte, sou de opinião que é lícito dizer que os forros desejavam e tinham chances de exercer sua liberdade, desde que se entenda que se tratava de uma liberdade – leia-se margem de autonomia – que lhes era possível dentro de uma sociedade profundamente hierarquizada. Assim procuravam tecer suas redes de sociabilidade por meio do trabalho, da família, do compadrio, ingressando em irmandades ou colocando-se debaixo da “proteção” de homens livres mais poderosos. Em geral, os que soçobraram foram justamente aqueles que não conseguiram se inserir ou tecer redes suficientemente fortes para assegurar sua pertença a um grupo em que pudessem exercer suas liberdades.

Como forma concreta de manifestar gratidão e obediência, os libertos tinham ao seu alcance alguns meios de tentar retribuir a dádiva recebida. A doação de terras e de benfeitorias feita aos forros ou a permissão para ocupá-las contemplava o interesse senhorial em legitimar a posse e domínio sobre terras que, não raro, eram objeto de intensas disputas. Por sinal a disputa pelo controle político na região dos Campos dos Goitacases entre pecuaristas e produtores de açúcar marcou intensamente a história local desde a ocupação até a primeira metade do setecentos. Da segunda metade do século XVIII em diante, numa escala bem menor e pontual, os litígios derivados da luta pela terra giravam em torno do reconhecimento do senhorio sobre elas. Conflitos que se desenrolavam justamente na esteira da expansão da fronteira agrária. Assim, volta e meia nessas áreas aconteciam assuadas, quase sempre banhadas de sangue, cujos protagonistas eram quase sempre escravos, libertos e agregados a mando de um senhor contra outro. Casas e cercados eram derrubados, lavouras destruídas, escravos e forros que participavam desses confrontos quase sempre acabavam sofrendo pancadas quando não feridos à bala ou mortos<sup>23</sup>.

No entanto, convém assinalar que na qualidade de agregados os pequenos lavradores egressos do cativeiro não estavam necessariamente fadados à condição de capangas facilmente “controlados” ou “manipulados” pelos senhores da terra. Conforme demonstrou Hebe Mattos, antes da Lei de Terras, o estabelecimento de lavouras e benfeitorias em terra alheia exigia o consentimento ou a ausência de contestação de quem de direito fosse o dono da terra, sendo este conhecido ou não. Uma vez estabelecida uma situação e comprovada a “posse mansa e pacífica” da terra, o ocupante obtinha direitos que lhe assegurava a possibilidade de efetuar transações respaldadas juridicamente à revelia do proprietário.

Portanto, essas formas costumeiras de acesso, uso e transações com a terra produziam significativos espaços de autonomia aos ocupantes<sup>24</sup>. Isso não significa minimizar as relações de solidariedade vertical estabelecidas entre agregados e senhores. Afinal, sempre existiu quem combatesse causa alheia. E empunhar um facão, espingarda ou porrete não deixava de ser um contradom prestado pelos forros. Todavia, é lícito supor que muitas vezes quando os agregados entravam em cena ao lado dos proprietários é porque também eram movidos por interesses pessoais em jogo. Se escravos e senhores faziam leituras diferenciadas dos códigos paternalistas que permeavam as regras do cativo tecidas por ambos, não tinha por que ser diferente em relação aos forros e seus respectivos patronos. Não é difícil imaginar que a possibilidade de um senhor perder o reconhecimento do domínio exercido sobre algumas braças de terra era suficiente para inquietar “os seus libertos” que porventura até então as ocupassem mansa e pacificamente.

Vivendo numa sociedade fundada sobre relações pessoais, transpassada pela hierarquia e eivada de tensões e de conflitos, ai de quem não se colocasse debaixo da proteção de um potentado local. Se, por um lado, os clientes estavam obrigados a demonstrar respeito e lealdade aos seus senhorios, por outro, esperava-se que, em contrapartida, os poderosos garantissem favores e proteção aos seus dependentes quando solicitados. Além disso, para qualquer pessoa egressa do cativo era muito importante possuir um bom conceito entre as pessoas livres, sobretudo as brancas. Vejamos um exemplo dentre vários que poderiam ser citados. O pardo forro Joaquim Tavares era agregado da viúva Custódia Maria da Costa, senhora de engenho moradora no Cachoeiro do Muriaé, freguesia de Santo Antônio de Guarulhos. Num certo dia de setembro de 1820, o pardo Joaquim desceu de canoa para a Vila de São Salvador para entregar duas pipas de aguardente. Quando voltava para o Cachoeiro, navegando pelo rio Paraíba acima, estacionou ainda próximo à Vila, no lugar denominado a Coroa, por volta das oito horas da noite, a fim de pegar um facão que havia encomendado a Narciso Aranha de Azevedo, homem branco e oficial de ferreiro. Foi exatamente no momento em que um escravo do ferreiro lhe entregava o dito facão, eis que aparece um miliciano encarregado da ronda noturna e prende Joaquim Tavares por porte de arma proibida em hora noturna e, conseqüentemente, por atitude suspeita, conduzindo-o à cadeia da Vila. Mas o livramento do agregado não tardou muito a acontecer, pois três homens brancos não hesitaram em testemunhar a favor do preso, abonando-lhe a conduta ao assegurarem ao Juiz que o dito Joaquim Tavares usava o facão para trabalhar, pois

vivia de seus jornais, cortando madeiras no mato para Custódia Maria da Costa sem que houvesse fama de ser pessoa de desordem<sup>25</sup>.

Motivados por interesses alheios ou próprios, os ex-escravos tinham meios de prestar contradons de forma não-violenta no curso das demandas intra-senhoriais. Era muito comum que pessoas forras fossem chamadas para testemunhar em favor de seus antigos senhores nas ações judiciais. No embargo interposto, em 1802, contra sua madrasta Francisca Correa de Abreu por ocasião do inventário e partilha dos bens paternos, o pardo forro Amaro Nunes Viana arrolou oito testemunhas, entre as quais quatro também eram forros / pardos livres que viviam nas imediações ou nas terras de seu falecido pai, cujo engenho estava situado no Sertão do Calhambola, freguesia de São Salvador. Entre as quatro testemunhas do autor estavam Miguel Pereira, homem preto, casado que vivia de suas lavoras e Manoel Francisco de Sene, homem pardo, solteiro, soldado do Regimento dos Bragança. A viúva bem que tentou impedi-los de testemunhar, ao colocá-los sob suspeição, alegando ao juiz que

*“Porque a testemunha Miguel Pereira nenhum crédito merece por haver sido escravo do Embargado e este lhe passar carta de liberdade e como tal juraria o quanto o Embargado lhe insinuasse. Porque a testemunha Manoel Francisco de Sene, além de ser soldado, que não podia jurar sem licença é particular amigo do Embargado que o acompanhou para a cidade quando foi recrutado e depois vindo com licença foi induzido pelo Embargado para o dito juramento e como tal fica sendo defeituoso e suspeito”<sup>26</sup>.*

Outra espécie de contradom extremamente valioso eram as missas que comumente os forros que testavam mandavam celebrar em favor da alma de seus ex-senhores. Os sufrágios ocupavam um lugar importantíssimo nos ritos de salvação, tanto que as determinações sobre missas em benefício próprio ou alheio ocupavam grande parte das disposições testamentárias.

Antes de falecer no estado de viúvo, aos 42 anos de idade, em 29 de outubro de 1816, o tenente José Guedes Machado ditou seu testamento numa data que não é possível precisar. Nele foi feito um dom bastante generoso a mais de seis escravos a quem, além de alforriar, o tenente deixou um expressivo legado, como consta de uma verba extraída do dito testamento:

*“Declaro que é minha última vontade deixar a todos os mencionados escravos aqui libertados o meu sítio que comprei ao falecido Jerônimo Fernandes Guimarães para que nele morem e trabalhem para a sua sustentação e para que em tempo algum possa*

*haver controvérsias entre eles e divido entre eles na forma seguinte: a Fabiano, mulher e seus filhos 100 braças de testada com os fundos que lhe pertencer, e aos mais libertos Úrsula parda; Mariana; Maria e Emiliana se repartirá por estes em quinhões iguais toda a mais testada do dito sítio e com os fundos que lhes pertencer e no caso de falecer a dita Mariana ficará pertencendo o seu quinhão do mesmo sítio e as mesmas benfeitorias que no mesmo houver a Bernarda crioula e aos mesmos meus libertos por esta verba os emposso das terras do dito sítio cada um na parte que lhe tocar com a condição porém que nenhum dos ditos libertos em tempo algum poderão vender, empenhar ou alienar as mesmas terras e suas benfeitorias e só poderá ir sucedendo a seus legítimos herdeiros com o mesmo encargo e condição; e no caso de falecer algum destes ou seus herdeiros sem legítimos herdeiros passarão as terras e benfeitorias de que utilizarem de posse aos meus herdeiros [sic] e filhos como tais aqui instituídos<sup>227</sup>*

A vontade do falecido foi cumprida tanto no que se refere às alforrias quanto ao legado, porém o cuidado do tenente em dividir previamente o sítio doado não foi suficiente para evitar contendas. Em abril de 1821, o então forro Fabiano José de Bitancourt reclamava perante as autoridades judiciais dos prejuízos que ele e sua família sofriam da parte de Salvador de Souza Pereira – usufrutuário dos bens legados pelo tenente por cabeça de sua mulher então chamada Úrsula Codeço – a quem acusava de ter-lhe estragado as benfeitorias e furtado seus frutos além de ameaçá-lo com violências e despotismos, a ponto de ter-se retirado de casa com sua família.

O processo não teve seqüência, mas o que importa observar nesse momento é que, não obstante a contenda entre alguns legatários, na medida em que o tempo corria o dom original multiplicava seus benefícios, uma vez que o número de beneficiários aumentava em virtude dos casamentos e do nascimento dos filhos. A liberta Mariana preta do gentio de Guiné, que passou a se chamar Mariana José Guedes Machado, casou-se com o preto forro Joaquim de Souza. Não teve filhos e por isso decidiu instituir como herdeiro de sua meação a José Guedes Machado, filho da liberta Emiliana, sua antiga parceira de cativo e vizinha no sítio, que havia se casado com Joaquim José Pereira e adotado o nome de Emiliana Guedes Machado. Mariana José Guedes Machado ditou seu testamento em fevereiro de 1830, portanto, quase 14 anos após o falecimento de seu antigo senhor a quem prestou um contradom mandando dizer duas missas pela alma do tenente<sup>28</sup>.

A característica da dívida que mais fascinava Marcel Mauss era o retorno da coisa dada ao doador original por mais que ela houvesse circulado

entre várias pessoas. Essa peculiaridade do dom também pode ser observada na força dos laços morais que uniam os forros aos seus antigos senhores. Diversos historiadores localizaram testamentos em que pessoas forras deixavam legados aos seus ex-senhores<sup>29</sup>. Não se trata de uma devolução, dizem os antropólogos, mas de um dar de novo que atualizava a cadeia de obrigações recíprocas. A parda forra Aniceta da Graça decidiu que a escrava Tereza de nação e os seus dois filhos seriam dados a Dona Ana Bernardina do Nascimento, filha de seu falecido ex-senhor Joaquim Vicente dos Reis. E justificou sua decisão dizendo que “foi o mesmo [Joaquim Vicente] quem a deu para mim”<sup>30</sup>. Por tudo o que foi dito até aqui sobre o jogo de interesses presente nas dádivas, escusado dizer que nenhuma espécie de contradom feito pelos forros aos seus ex-senhores pode ser simplesmente reduzida ao fenômeno ideológico da alienação social.

Existe, contudo, um tipo de manumissão que alguém poderia lançar mão como prova contrária ao meu argumento de que a alforria era uma dádiva: a inquestionável expressividade proporcional das alforrias pagas em dinheiro. Geralmente elas são evocadas como evidência da conquista da liberdade pelos escravos. Nega-se, por conseguinte, que elas fossem uma concessão senhorial. Insisto, porém, que as alforrias pagas não podem ser reduzidas a uma simples transação comercial ou simplesmente presididas por uma oscilação de mercado como sugerem alguns estudiosos. Pela leitura dos testamentos e cartas percebe-se que nesses casos havia muito mais interesses em jogo do que um punhado de réis. Por sinal, já foi dito alhures que os senhores de escravos trajavam bem melhor as vestes do *homo hierarchicus* do que as do *homo economicus*.

Essa interpretação que reduz as alforrias pagas a um simples toma-lá-dá-cá no fundo corrobora uma hipótese muito cara a Frank Tannenbaum para quem a escravidão nas Américas Portuguesa e Espanhola não era mais do que uma mera questão de determinada soma de dinheiro com a qual se obtinha redenção. Nessas duas regiões, sustenta o referido autor, a escravidão havia se convertido em uma questão de competência financeira por parte do escravo<sup>31</sup>. Ora, o tempo que um escravo dispunha para agenciar suas economias, fosse como fosse, tinha de ser objeto de consentimento prévio do senhor. A definição de pecúlio elaborada por Perdigão Malheiro indica perfeitamente que a legitimidade do mesmo dependia justamente do fato de ser uma concessão senhorial<sup>32</sup>. Além disso, é oportuno lembrar que essas permissões eram privilégios e, como tais, estavam ao alcance de poucos cativos e também que, não obstante a pressão do costume, até a promulgação da lei de 1871, ninguém era obrigado a alforriar seus escravos em contrapartida pecuniária, salvo raras exceções. A validade de qualquer tipo de alforria derivava do fato de ela ser um ato pessoal e voluntário do

senhor, passada ao escravo “sem constrangimento de pessoa alguma” como invariavelmente rezavam as escrituras lavradas em cartório.

A compra da liberdade não era suficiente para desfazer os laços morais que uniam senhores e escravos. A rigor, todo e qualquer liberto devia respeito e gratidão aos antigos senhores convertidos em patronos. Por certo, a maioria esmagadora das alforrias pagas era incondicional, entretanto senhores havia que, não obstante a contrapartida monetária, se sentiam no direito de exigir outras obrigações além da gratidão e do respeito. Por amor de criação e bons serviços, o casal formado por Inácio Pereira e Catarina Mendes alforriou o mulato Amaro Gomes de Andrade, em junho de 1749, mediante o pagamento de 120\$000 recebidos das mãos do próprio escravo. No entanto, exigiram que o mesmo cumprisse a obrigação de assistir em companhia deles libertantes enquanto vivos fossem<sup>33</sup>. Ao sentir que a morte se avizinhava em razão de sua doença, o capitão José Francisco Rosa ditou seu solene testamento, em maio de 1802, no qual libertava dois escravos por nome Joaquim – porque “foram os primeiros que obtive e pelo bem que ambos me têm servido” – pela metade do valor que fossem avaliados após o seu falecimento, desde que continuassem a servir à mulher dele testador por mais cinco anos<sup>34</sup>. Ao testar em maio de 1810, a viúva Ana Maria de Jesus deixou coartado o crioulo Benedito na metade de seu valor “para em tempo de dois anos trabalhar com que pague a metade do seu valor e se lhe passará sua carta de liberdade e o meu testamenteiro regerá e governará como senhor e no caso de ser inteiramente desobediente não valerá este benefício”<sup>35</sup>.

Esse poder que um doador – estivesse ele vivo ou morto – continuava a exercer sobre a coisa dada não se resumia a uma mera representação ideológica, visto que acarretava implicações bastante concretas na vida dos donatários. O menor descuido podia transformar-se num grande revés. Não era por acaso que as *Ordenações Filipinas* tratavam da alforria no âmbito das doações. Não para cuidar das formas de concessão (afinal como dádiva, a alforria tinha que ser fruto de uma iniciativa pessoal e voluntária) e sim para definir os casos em que era possível revogá-las. Ora, a possibilidade de revogação só faz reforçar a idéia de que a alforria era um dom uma vez que atesta peremptoriamente a vigência de direitos do doador sobre a coisa dada.

### **Alforria, revogação da liberdade e o governo dos escravos**

A possibilidade de re-escravização é constantemente evocada por alguns estudiosos – tais como as já citadas Kátia Mattoso e Manuela Carneiro da Cunha – uma espécie de “Espada de Dâmocles” pairando

ameaçadoramente no ar sobre a cabeça dos libertos. Resta saber se o fio que a mantinha suspensa era, de fato, tão tênue assim. Tal assertiva sempre foi feita com base no famoso título LXIII do Livro IV das *Ordenações Filipinas* sem que fossem apresentadas quaisquer evidências empíricas para comprovar se era mesmo fato tão corriqueiro a revogação da alforria por ingratidão como se supunha. O referido trecho das *Ordenações* bastava como prova da precariedade jurídica da condição de forro.

Se por um lado o papel das Ações de Liberdade tem sido alvo crescente do interesse dos historiadores devotados ao estudo da gradativa perda da legitimidade da escravidão na segunda metade do oitocentos; por outro, as tentativas e práticas de re-escravização ainda carecem de maior atenção. Depois de folhear centenas de escrituras, testamentos e 30 processos em que a liberdade esteve em jogo cheguei à conclusão de que re-escravidar um forro – legal ou ilegalmente – não só era algo difícilimo de ser feito como também não era de interesse da maior parte dos senhores, salvo quando sua autoridade fosse desafiada por uma atitude do libertado considerada desmoralizadora.

Começo primeiramente a tratar do desinteresse senhorial em lançar mão a torto e a direito da prerrogativa de revogar uma alforria concedida. Lendo atentamente o conteúdo das cartas percebi que alguns senhores faziam questão de assumir o compromisso de que não sustariam a liberdade de seus escravos e muitas vezes estendendo esse compromisso aos seus herdeiros. Esta foi, por exemplo, a iniciativa tomada por Manoel José da Silva Soares ao alforriar gratuita e condicionalmente a crioula Joana Maria, em 16 de fevereiro de 1794, em função dos bons serviços dela recebidos:

*“(...) é muito de minha livre vontade que por minha morte fique forra e liberta como se nascesse livre do ventre materno como também no caso de eu querer me ausentar para Portugal e a dita escrava me não quiser acompanhar ficará do mesmo modo forra sem que em tempo algum meus herdeiros possam se opor a esta graça, antes à custa da minha herança será defendida por serem os meus bens adquiridos em ausência dos ditos meus herdeiros e esta liberdade ser remuneratória como dívida a que eu fosse obrigado; e porque no tempo em que a passo e viver sem ônus de dívida alguma [sic] e caber o valor da sua liberdade na minha terça estimada em 102\$400 para acautelar o futuro de morte repentina ou outros vexames da fortuna que poderão acontecer lhe passei esta que lhe entreguei para ter validade no seu devido tempo (...)”<sup>36</sup>.*

Esse não foi de forma alguma um comportamento isolado, pois assim como Manoel José, outros 56 senhores igualmente se compromete-

ram, com algumas variações na forma da declaração, em “dar pura, plena e irrevogável alforria e liberdade contra a qual promete nunca ir contra (...) e por sua pessoa e bens igualmente se obriga a fazer-lhe boa, valiosa de paz pacífica esta liberdade e a tirar o outorgado a paz e salvo de toda e qualquer dúvida que ao futuro se lhe possa mover” [o grifo é meu].

Esse compromisso senhorial também aparece firmado em alguns registros de alforria na pia batismal. Aos 26 de julho de 1801, por exemplo, Quitéria Maria de Jesus alforriou o pequeno Vicente, filho de sua escrava Benedita, graciosamente e pelo Amor de Deus. Mas ainda fez questão de assinalar que “(...) **lhe dá liberdade para nunca mais ela e seus herdeiros o poderem chamar ao cativo**”<sup>37</sup> [o grifo é meu]. E, com foi já visto fartamente até aqui, com muita frequência os testadores rogavam aos herdeiros e testamenteiros que respeitassem suas vontades de libertar esse ou aquele escravo.

Sei que nesse momento alguém poderia levantar a voz para me advertir de que se trata apenas de uma fórmula notarial ou eclesiástica. Vá lá que fosse. Todavia, o fato de alguns senhores acionarem esse recurso e outros não, evidencia a presença da vontade do outorgante aprisionada, sem dúvida alguma, num jargão jurídico fixado pela pena do escrevente. Afinal, após serem redigidas pelos notários as Cartas de Alforria eram lidas na presença de testemunhas para que o senhor pudesse verificar se o escrito estava de acordo com sua vontade. Dificilmente eles assinariam o documento caso não concordassem com a obrigação pactuada. Ademais, se aquele compromisso se reduzisse apenas a uma mera fórmula jurídica inscrita não pela vontade dos senhores outorgantes, mas pelo formalismo notarial seguido pelos tabeliães, esse jargão teria que estar presente em praticamente todas as escrituras, o que não era o caso. A idéia do compromisso e da obrigação – características essenciais do dom – nessas frases é muito forte e esgarça totalmente o limite de uma formalidade jurídica qualquer.

Sou de opinião que aos senhores de escravos interessava muito mais a potência da revogação da alforria do que a sua realização propriamente dita. Com efeito, embora legal ou dolosamente a alforria pudesse ser revogada, os ganhos materiais e políticos auferidos pelos senhores seriam bastante limitados se tais acordos não fossem frequentemente respeitados. Prova disso é o reduzidíssimo número de Escrituras de Revogação lavradas em cartório. Num levantamento que realizei em 22 Livros de Notas, abrangendo o período de 1735 a 1809, foram localizadas apenas três escrituras dessa natureza, e, nos testamentos, tão somente duas revogações. A raridade dos casos de revogação da alforria também foi observada por James Kiernam – que localizou apenas seis casos em Paraty, entre 1798 e 1822 – por Mary Karash que, analisando uma amostragem bem maior envolven-

do 1.319 alforrias, encontrou somente 13 casos de revogação na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos. Ainda com relação à cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, Sidney Chalhoub identificou só um caso nas centenas de processos examinados, ao passo que nos Livros de Notas pesquisados por Sheila Faria foram encontradas apenas quatro escrituras de revogação<sup>38</sup>.

Não por acaso essas pouquíssimas revogações que localizei, assim como aquelas encontradas por Kiernam, Karash e Faria, se referem, na maior parte das vezes, às alforrias condicionais. Ou seja, revogava-se a promessa da alforria, uma vez que não era nada fácil chamar um forro em pleno gozo de sua liberdade a cativo pela via legal. É preciso levar em conta que a alforria era um dom precioso demais para que os libertos se descuidassem facilmente a ponto de quebrar o acordo moral presumido entre eles e seus patronos. Não obstante a raridade da revogação da promessa de alforria, os poucos casos existentes provavelmente causavam um impacto muito grande entre escravos e forros, pois cumpriam o papel pedagógico de demonstrar, afinal de contas, quem mandava, tanto no seio daqueles que permaneciam sob o jugo do cativo e acalentavam o sonho da liberdade quanto entre os demais forros.

Tudo leva a crer que para revogar a promessa de liberdade bastava o registro de uma escritura em cartório ou a redação de uma verba testamentária. O mesmo já não ocorria quando alguém pretendesse reduzir legalmente ao cativo algum liberto que já estivesse fazendo uso pleno de sua condição social de forro. Era nesse terreno que as dificuldades se avolumavam. E arrisco a hipótese de que mesmo ilegalmente também era muito difícil re-escravizar alguém. Assim como os senhores estavam atentos ao comportamento dos “seus libertos”, a recíproca era verdadeira, aliás, extensiva aos herdeiros do antigo senhor e a quem quer que, sorrateiramente, tentasse seqüestrar-lhes a liberdade.

Para além da oposição dos forros sob ameaça de redução ao cativo, quais eram as dificuldades legais enfrentadas por um patrono na tentativa de re-escravização se as *Ordenações Filipinas* previam a possibilidade de revogação da dádiva da liberdade? É novamente Perdigão Malheiro quem nos oferece algumas respostas, pois ele notou que entre os romanos – em quem os magistrados do Brasil buscavam jurisprudência – a empreitada da re-escravização legal também não era coisa simples de se fazer. E, para além de sua perspectiva favorável à emancipação gradual, e, portanto, crítica da escravidão, a experiência como magistrado e senhor de escravos no Império dava-lhe subsídios para detalhar as barreiras que se interpunham entre a vontade de re-escravizar um forro e a materialização do fato sob a chancela da lei.

Em primeiro lugar é preciso que se diga que reduzir ao cativo uma pessoa a quem se pretendia escrava ou revogar a alforria de um liberto já em pleno exercício de sua liberdade pelas vias legais não poderia se dar arbitrariamente por uma decisão unilateral ao bel-prazer do patrono. Ao contrário, a legitimidade do ato de re-escravização derivava do fato de que ele fosse arbitrado em Juízo mediante uma convincente comprovação da *justa causa* aos olhos de um Magistrado. Era, portanto, a sentença judicial que poderia ou não coroar o êxito da pretensão senhorial. Mas antes disso, os patronos ainda tinham de enfrentar a resistência dos libertos de se deixarem reduzir ao cativo – nessas horas quase sempre secundados por esse ou aquele integrante de suas redes de sociabilidade – e se debater contra a argumentação e poder de convencimento daqueles que se propunham a advogar a causa em favor do ameaçado. Em suma, a re-escravização legal era necessariamente fruto de uma disputa entre senhores e libertos.

Como é fartamente sabido e apregoad, o móvel que justificava a abertura de um processo de Reclamação de Liberdade era a ingratidão do ex-escravo para com seu antigo senhor. E na difícil tentativa de escapar do terreno movediço da subjetividade, as *Ordenações Filipinas* buscaram qualificar quais seriam as atitudes que configurariam um gesto de ingratidão, ou seja, quais eram os delitos que tornavam um liberto passível de ser chamado ao cativo. Esses gestos eram: injúria atroz; causar grave prejuízo à fortuna do patrono por traição; atentar contra a vida do ex-senhor e deixar de cumprir o que houvesse ajustado com o antigo senhor por ocasião da alforria<sup>39</sup>.

Ademais, uma vez aberto um processo de Reclamação da Liberdade, todo o ônus da prova recaía sobre o autor da demanda, assim como nas Ações de Liberdade recaía sobre aquele que se pretendesse por direito livre estando, de fato, em cativo. Basicamente eram esses os marcos jurídicos e costumeiros que delimitavam o campo de manobra das partes em conflito, aos quais se adicionavam outros títulos das *Ordenações Filipinas*, a legislação romana, alvarás e acórdãos freqüentemente evocados fora de seu contexto original em favor dos interesses em jogo. Marcos bastante ambíguos, muitas vezes contraditórios e, por isso mesmo, extremamente elásticos. Com os flancos abertos à jurisprudência, os resultados dos pleitos eram, por conseguinte, absolutamente imprevisíveis.

Dos 30 processos que analisei cujo objeto era a tentativa de re-escravização ou a manutenção da liberdade, 14 foram favoráveis à liberdade, 5 mantiveram a escravidão, restando 9 inconclusos (o que sugere que a solução foi tomada com base em acordos extrajudiciais) e 2 estão mutilados. De toda forma, ao que se tem notícia, foram poucas as Ações de Manutenção e de Anulação de Liberdade em face da enorme quantidade de alforrias concedidas pelo Brasil afora<sup>40</sup>.

Se a re-escravização ilegal era prática tão comum assim, então, há de se concluir que os escravos e libertos não tinham grande conhecimento do que se passava a sua volta, nem dos instrumentos legais ao seu alcance para tentar reverter situações desse tipo o que, definitivamente, não parece ter sido o caso. Ora, nunca é demais lembrar que, em sentido lato, os escravos alforriados eram ladinos e não boçais. Se alguns escravos não hesitavam em interpelar judicialmente seus senhores ao se sentirem vitimados pelo “mau cativo” por que motivos os libertos não reagiriam contra quem lhes ameaçasse a “estimável liberdade”?

Forros e pardos livres abriam inventários; ditavam testamentos; moviam libelos; faziam doações; registravam cartas de alforria; impetravam execuções de dívidas, agravos; embargos e querelas; firmavam contratos e obrigações de compra e venda, enfim acionavam o Judiciário para validar transações e arbitrar conflitos cotidianos. Por que motivos encontrariam maiores obstáculos no acesso à justiça quando se tratasse de preservar a liberdade? Do meu ponto de vista, a exigüidade dos casos não está vinculada às dificuldades de acionar o judiciário e sim ao desinteresse político senhorial e às barreiras morais socialmente impostas à prática de re-escravização.

De acordo com alguns especialistas, a escravidão não deve ser analisada apenas ao nível das relações pessoais de dominação. Como um processo de longa duração, a relação senhor-escravo institucionalizava-se. Isto é, reiteravam-se procedimentos socialmente determinados que visavam equacionar os conflitos inerentes àquela relação. Deste modo, o tráfico (desenraizamento), a situação de escravidão (produto da socialização que transformava o cativo num escravo cuja finalidade era assegurar o reconhecimento da autoridade do senhor) e o horizonte da alforria devem ser entendidos como elementos constitutivos de um mesmo processo institucional que produzia e reproduzia a escravidão. Nessa perspectiva, nas áreas altamente dependentes do tráfico de escravos, a alforria – na escala em que era praticada no Brasil – assumia um papel estrutural de grande relevo para a estabilidade do sistema escravista. As tensões sociais derivadas da constante introdução de desenraizados e o potencial de conflito inerente à relação senhor-escravo tinham de ser minorados a ponto de não comprometer a existência da instituição<sup>41</sup>. Nos termos daquela equação que articulava tráfico, situação de escravidão e alforria para assegurar a estabilidade do sistema, também deve ser creditada a devida importância à intensa competição existente entre os escravos pelos poucos recursos disponíveis – derivados de uma concessão senhorial – que podiam tornar a vida em cativo menos insuportável: a família, a roça, uma autonomia relativa e a própria alforria.

Assim, quanto mais um escravo reconhecesse a autoridade senhorial e estivesse afastado do desenraizamento inicial produzido pelo apresamento

e pelo tráfico, maiores eram suas chances de alforria. De tal modo que, se o horizonte da liberdade era, em geral, bastante estreito para um homem africano, o mesmo já não ocorria com as gerações seguintes constituídas por escravas e escravos crioulos e pardos. E na medida em que os forros e seus descendentes conseguiam alcançar a condição de senhores de escravos – engrossando o expressivo contingente de pequenos proprietários – a legitimidade social da escravidão era reforçada.

## Notas

<sup>1</sup> Esta é a opinião sustentada por Kátia Mattoso em diversos trabalhos e posteriormente sintetizada em uma de suas mais famosas obras. Cf. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 175, 181, 200 e 205.

<sup>2</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 11; LIMA, Lana Lage da Gama & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro, *Revista Resgate*, v. 2, n. 1, 1991, p. 26.

<sup>3</sup> Um dos maiores entusiastas dessa vertente historiográfica é Eduardo França Paiva. Cf. entre outros PAIVA, Eduardo França.

**Os escravos libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos.** 2ª ed., São Paulo: Annablume, 2000; BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do século XIX: entre a conquista escrava e o paternalismo senhorial.** São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2001 e WAGNER, Ana Paula. **Diante da Liberdade: um estudo sobre libertos na ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX.** Curitiba: UFPR, 2002.

<sup>4</sup> Cf. entre outros MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dívida.** Lisboa: Edições 70, s/d e GODELIER, Maurice. **O enigma do dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Escusado dizer que não vai aqui nenhuma espécie de juízo de valor quanto à utilização do adjetivo arcaico. Faço uso dele apenas como forma de distinção das sociedades industriais.

<sup>5</sup> Cf. GODELIER, Maurice. *op. cit.*, p. 70.

<sup>6</sup> Segundo Godelier, “É evidente que as ‘coisas’ dadas não são necessariamente coisas, objetos materiais com significação cultural. A ‘coisa’ pode muito bem ser uma dança, uma mágica, um nome, um ser humano, um apoio em um conflito ou uma guerra etc. Em suma (...) o domínio do ‘doável’ ultrapassa largamente o material e diremos que é constituído por tudo aquilo cuja partilha é possível, faz sentido e pode criar, no outro, obrigações, dívidas”. Cf. GODELIER, Maurice. *op. cit.*, p. 156.

<sup>7</sup> É necessário reconhecer que o contexto que se desenhou na segunda metade do oitocentos quando em face da gradativa perda de legitimidade social da escravidão e da progressiva interferência do Estado na relação senhor-escravo, após a aprovação da Lei de 1871, permitiu que os escravos pudessem cada vez mais alcançar a liberdade à revelia da vontade senhorial. Mas ainda assim, os senhores lutaram ferrenhamente para conservar o poder moral exercido sobre os escravos no que diz respeito às alforrias. De qualquer modo, durante a maior parte do tempo em que a escravidão vigorou no Brasil cabia aos senhores a decisão de conceder ou não a liberdade a um escravo.

<sup>8</sup> Cf. MAUSS, Marcel. *op. cit.*, p. 151-169 e GODELIER, Maurice. *op. cit.*, p. 68-69 *et passim*.

<sup>9</sup> Diante da iminência de ser arrancado do meio onde sempre vivera, o escravo Inácio Gonçalves de Siqueira andava fugido da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio à época em que foi feita essa doação. Cf. Cartório do 2º Ofício de Campos. Livro de Escrituras e Notas 1786

– Escritura de Doação que faz o Alferes Joaquim Vicente dos Reis dos escravos pardos Inácio Gonçalves de Siqueira e Marta Soares à Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Angola pelo Amor de Deus.

<sup>10</sup> Arquivo Público de Campos - Inventário *Post-Mortem* (Testamento apenso) de Antônio Machado Nunes (1822) - cx. 33.

<sup>11</sup> Cf. MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis, Vozes, 1976, v. 1, p. 112-113.

<sup>12</sup> Em muitas Ações de Liberdade e de Escravidão que estudou, Sidney Chalhoub observou que os contendores faziam questão de enfatizar a necessidade do cumprimento da vontade dos senhores falecidos. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 111, 116-118 e 132. Certamente que os advogados sabiam que, do ponto de vista jurídico, as últimas vontades dos testadores também eram consideradas sagradas, isto é, deveriam ser rigorosamente cumpridas. Cf. *Ordenações Filipinas*, Livro I, título 62 e PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, UNICAMP, 2001, p. 84 e 132.

<sup>13</sup> Arquivo Público de Campos - Contas de Testamento de Rita Maria de Jesus (1827) - em fase de catalogação.

<sup>14</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana de Campos - Batizados de Livres - Livro 11 (1825-1829).

<sup>15</sup> Arquivo Público de Campos - Inventário *Post-Mortem* (Testamento apenso) de Custódio João da Costa (1824) - em fase de catalogação.

<sup>16</sup> Arquivo Público de Campos - Testamento de Úrsula das Virgens de Jesus (1810) - em fase de catalogação.

<sup>17</sup> Cf. *Ordenações Filipinas* Livro IV títulos III, IV e VIII. Essa era uma prática que, de acordo com perdigão Malheiros, remontava ao direito romano. Cf. MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *op.cit.*, p. 75 e 87.

<sup>18</sup> Cf. MAUSS, Marcel. *op.cit.*, p. 195.

<sup>19</sup> Arquivo Público de Campos - Testamento de José Ribeiro de Oliveira (1821) - em fase de catalogação.

<sup>20</sup> Cf. MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *op.cit.*, p. 129.

<sup>21</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. *op.cit.*, p. 11 e LIMA, Lana Lage da Gama & VENÂNCIO, Renato Pinto. *op.cit.*, p. 26.

<sup>22</sup> Conforme a observação cristalina feita por Marcus Carvalho, “a assimilação de uma pessoa a um grupo qualquer é sempre feita respeitando a hierarquia pré-existente. Pertencer não significa ser igual, mas ingressar numa escala, tendo a possibilidade de galgar degraus, dentro das normas internas de organização do grupo, que podem até excluir ou limitar o avanço de determinadas pessoas”. Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife, UFPE, 2002, p. 220.

<sup>23</sup> Sobre a atuação de escravos e forros como “braço armado do senhor” em conflitos de terra. Cf. LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 193-207.

<sup>24</sup> Cf. MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 81-89.

<sup>25</sup> Arquivo Público de Campos - Autos de Requerimento e Justificação em que é Justificante Joaquim Tavares pardo forro preso na cadeia (1820) - em fase de catalogação.

<sup>26</sup> Arquivo Público de Campos - Inventário *Post-Mortem* e Embargo de Partilha de Salvador Nunes Viana (1802) - em fase de catalogação.

<sup>27</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana de Campos - Óbitos de Livres - Livro 7 (1815-1830) e Arquivo Público de Campos - Autos Cíveis de cominação de Pena em que é Autor Fabiano José de Bitancourt e Réu Salvador de Tal (1821) - em fase de catalogação.

<sup>28</sup> Arquivo Público de Campos - Testamento de Mariana José Guedes Machado preta forra (1830) - em fase de catalogação.

<sup>29</sup> Cf. MATTOSO, Kátia de Queirós. **Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX**: uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979, p. 13,20 e 24; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto seu mundo e os outros**: Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 30; XAVIER, Regina Célia da Silva. **A conquista da liberdade**: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: UNICAMP, 1996.

<sup>30</sup> Arquivo Público de Campos - Testamento de Aniceta da Graça forra (1830) - em fase de catalogação.

<sup>31</sup> Cf. TANNENBAUN, Frank. *El Negro En Las Américas: esclavo y ciudadano*. Buenos Aires, Paidós, s/d, p. 60. Para este historiador norte-americano todo e qualquer escravo que oferecesse ao seu senhor uma quantia correspondente ao seu valor era alforriado por força de uma suposta lei positiva. O equívoco desse pressuposto foi demonstrado por Manuela Carneiro da Cunha. Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história e etnicidade. 2ª ed., SP, Brasiliense, 1987, p. 123-144.

<sup>32</sup> “Pecúlio diz-se tudo aquilo que ao escravo era permitido, de consentimento expreso ou tácito do senhor, administrar, usufruir e ganhar, ainda que sobre parte do patrimônio do próprio senhor”. [o grifo é meu] Cf. MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *op. cit.*, p. 62.

<sup>33</sup> Cartório do 2º Ofício de Campos - Livro de Escrituras e Notas n. 4.

<sup>34</sup> Arquivo Público de Campos - Contas de Testamento do capitão José Francisco Rosa (1802) - em fase de catalogação.

<sup>35</sup> Arquivo Público de Campos - Contas de Testamento de Ana Maria de Jesus (1810) - em fase de catalogação.

<sup>36</sup> Cartório do 2º Ofício de Campos - Livro de Escrituras e Notas n. 14. Observe-se que também para esse senhor o estatuto jurídico de forro só teria validade após o cumprimento da condição.

<sup>37</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana de Campos - Batizados de Livres - Livro 7 (1797-1804)

<sup>38</sup> Cf. KIERNAN, James Patrick. *The Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Paraty, 1789-1822*. New York, 1976, p. 122-123; KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 468, 591-592; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na

corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 137; FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, Tese apresentada ao Departamento de História da UFF; Concurso para Professor Titular em História do Brasil, 2004, p. 84-85.

<sup>39</sup> Cf. *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Título LXIII. Nesse aspecto o texto das Ordenações praticamente reproduz a legislação romana sobre a matéria. Cf. MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *op. cit.*, p. 131-132 e 135.

<sup>40</sup> Cf. MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 198. De acordo com Keila Grinberg, de um conjunto de 402 ações que envolviam a liberdade de escravos e libertos que chegaram à Corte de Apelação do Rio de Janeiro entre 1808 e 1888, apenas 27%, ou seja, 110 processos, envolviam a manutenção de liberdade ou anulação da alforria, os demais tratavam de Ações de Liberdade propriamente ditas. Sendo que apenas 30 casos de manutenção ou anulação foram julgados entre 1808-1850; 65 entre 1851-1870 e 20 entre 1871-1888. Assinale-se ainda que, até 1870, a jurisdição daquela Corte se estendia por todas as Províncias do centro-sul do Império. Trata-se, portanto, de casos excepcionais. Além disso, é importante sublinhar que, segundo Keila Grinberg, em mais da metade dos processos examinados as sentenças proferidas favorecerem a liberdade e que a partir da década de 1860 tornou-se cada vez mais difícil justificar as tentativas de re-escravização, pela via legal, em virtude da gradativa perda de legitimidade da própria escravidão. Cf. GRINBERG, Keila. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Sílvia H. & MENDONÇA, Joseli (org). **Direitos e justiças**. Campinas: UNICAMP (no prelo).

<sup>41</sup> Cf. PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: a comparative study*. Cambridge, Harvard University Press, 1982 e MARQUESE, Rafael de Bivar. **A Dinâmica da Escravidão no Brasil**: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Comunicação apresentada ao Primeiro Encontro entre Historiadores Colombianos e Brasileiros promovido pelo IBRACO. Bogotá, agosto de 2005.

# *As condições da governabilidade: um refinado jogo de interesses na América Lusa da primeira metade do século XVIII*

Carlos Leonardo Kelmer Mathias<sup>1</sup>

## **Resumo**

Objetiva-se analisar as condições da governabilidade as quais estavam sujeitos os altos funcionários administrativos régios na América lusa, notadamente os governadores de capitânias. Não podendo prescindir do apoio de membros da chamada elite local, esses funcionários por vezes encontravam-se em situações nas quais viam-se obrigados a negociar mercês, foros e privilégios com o intuito de obter e/ou manter sua governabilidade. Assim sendo, percebe-se um refinado jogo de interesses tanto pelo lado de tais governadores, como de tal elite no decorrer das relações estabelecidas entre ambas as partes.

## **Palavras-chave**

governabilidade, negociação e concessão

## **Résumé**

Le but de cet article est celui d'analyser les conditions de gouvernabilité auxquelles étaient soumis les fonctionnaires royaux de haut degré administratif au l'Amérique portugaise, notamment les gouvernants des *capitánias*. Comme ces fonctionnaires avaient besoin de l'appui des membres de l'élite locale, ils se trouvaient dans les situations où ils étaient obligés de négocier des *mercês*, des *foros* et des privilèges avec l'intention d'obtenir et/ou de maintenir leur gouvernabilité. On peut apercevoir, ainsi, un subtil jeu d'intérêt aussi des gouvernants que de l'élite dans les relations établies par celles deux parties.

## **Mots-clés**

gouvernabilité, négociabilité et concession

## **Introdução: considerações acerca da noção de “Absolutismo”**

No que concerne aos objetivos do presente texto, pensar “condições de governabilidade” significa pensar os complexos mecanismos político-administrativos nos quais, e a partir dos quais, uma dada estrutura de governo sustentou-se. Mais precisamente, e ampliando a acepção acima sugerida, as implicações acerca das “condições de governabilidade” elevam o nível da análise a um patamar concomitantemente institucional e individual. E o fazem na medida em que as obrigações e as restrições inerentes ao exercício do governo diziam respeito tanto a órgãos administrativos (como as Câmaras Municipais, por exemplo), como a governadores e membros da elite local.

No campo institucional, o Rei, os governadores-gerais, os vice-reis e os governadores de capitania recorrentemente encontravam, nas Câmaras Municipais, nas Relações coloniais (de Goa, da Bahia, e, posteriormente, do Rio de Janeiro), nos Tribunais Supremos do reino (Casa da Suplicação e do Civil), nas formas associativas da Igreja Católica e outros órgãos de poder secular (como a Mesa do Bem Comum do Comércio), limitações a seus poderes e determinações. O quadro daí advindo revelava uma monarquia passível de ser classificada, ao menos até meados do século XVIII, por corporativa. Dentre suas características, 1) “o poder real partilha o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia”; 2) “o direito legislativo da Coroa era enquadrado e limitado pela doutrina jurídica e pelos usos e práticas jurídicas locais”; 3) “os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão)<sup>2</sup> ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em rede de amizade e de clientes”; 4) “os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o Rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real”<sup>3</sup>.

As implicações dessa concepção reverberavam importantes limitações ao poder real originando conseqüências jurídicas e institucionais. Uma vez que a doutrina corporativa exigia do Rei a observância da justiça, ele era obrigado a respeitar o direito, “quer enquanto conjunto de comandos (dever de obediência à lei), quer enquanto instância geradora de direitos particulares (dever de respeito dos direitos adquiridos)”<sup>4</sup>.

Evoca-se a “idéia de indispensabilidade de todos os órgãos da sociedade e, logo, da impossibilidade de um poder político ‘simples’, ‘puro’, não partilhado”. Assim sendo, em uma sociedade bem governada, o poder encontrava-se repartido, evidenciado na autonomia político-jurídica dos corpos sociais – cada corpo social tinha sua própria função e a ele devia ser conferida a autonomia necessária para que pudesse desempenhá-la. Ressalta-se que tal autonomia não destruía a articulação natural, pois, “entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias”<sup>5</sup>.

Perceber a medida da limitação do poder régio no campo individual é uma tarefa um pouco mais complexa. Um dos caminhos para tanto já foi enunciado, a saber, “os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o Rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real”<sup>6</sup>. Já nas paragens americanas do Império Português, ocorriam situações nas quais os governadores de capitania, representantes régios no ultramar, na busca por assegurar condições do exercício de práticas governamentais, defrontavam-se com a primordialidade de granjear o apoio de membros da elite local. Em

simultâneo, esse apoio por vezes impedia possíveis limitações ao poder dos governadores e, por conseguinte, ao poder do próprio rei.

Conforme apontado acima e no que tange ao Portugal da Idade Moderna, uma vasta bibliografia vem sugerindo um distanciamento da perspectiva segundo a qual os Estados Modernos governavam com mão-de-ferro e de cima para baixo. Põe-se em questão a faculdade desses Estados de poder prescindir do apoio de outros setores constitutivos de seus aparatos burocrático-administrativos como a nobreza (quer a áulica, quer a provinciana), a alta burocracia, ou mesmo, para o caso de Impérios ultramarinos, as regiões ditas periféricas.<sup>7</sup> Dentre os autores envolvidos com questões acerca do chamado absolutismo, destacam-se Xavier Gil Pujol e Jack P. Greene.

Conforme observa Xavier Pujol, as relações havidas entre o centro e as localidades, tenham sido elas conflituosas ou não, eram regidas por complexidade – melhor percebida no microcosmo local ou nos casos individuais – e interação. Homens da posição de um duque de Alba, por exemplo, perceberam a necessidade de contar com o apoio de forças políticas locais com o intuito de garantir a, por assim dizer, governabilidade. Tratava-se de um domínio não absolutista, mas sim participativo. Segundo o autor, “entre o poder central e o poder local havia uma densa rede de relações”. Nesse sentido, a municipalidade deve ser percebida como um “complexo tecido de relações internas e externas” sendo, então, necessário analisá-la numa perspectiva extra-local.<sup>8</sup>

Trabalhando mais com a relação entre Metrópole e Colônia, Jack Greene considera que as “periferias” obtiveram um aumento de influência dentro do governo imperial ao longo da Idade Moderna em parte devido à “infiltração”, nas agências da administração colonial, de membros da elite colonial, e em parte devido à “naturalização” dos oficiais enviados do centro nas sociedades ultramarinas. Segundo o autor, enquanto o “centro” aceitou o estabelecido sistema de “autoridade negociada” e respeitou o delicado equilíbrio entre interesses e influências centrais e periféricos nos quais esse sistema estava baseado, o processo de “infiltração” e de “naturalização” pôde funcionar para manter as formas políticas e até mesmo sustentar a autoridade central. Porém, o “centro” encontrou forte resistência quando violou o sistema de “autoridade negociada”. Produto de um mecanismo de posições construídas no qual a autoridade, longe de ter crescido do centro para a periferia, havia sido edificada em um processo de negociação – barganha recíproca entre o centro e a periferia – esse sistema envolveu alguma concentração de poder nos agentes do estado central, mas também deixou considerável autoridade nas mãos dos principais detentores de poder nas periferias.<sup>9</sup>

Mais recentemente, pôs-se em discussão a validade do uso do conceito “absolutismo”.<sup>10</sup> Fernando Sánchez Marcos corrobora a noção segun-

do a qual o uso de “absolutismo” se faz em função da ausência de um outro conceito alternativo que sirva para “designar as tendências de concentração na corte e de intensificação do poder monárquico”.<sup>11</sup> Ronald Asch e Heinz Duchhardt destacam a crítica feita por Nicolas Henshall no sentido de se perceber o absolutismo como “um governo sem a colaboração dos estamentos”, com base nas convocações das cortes. É relativizada “a capacidade dos monarcas de criar, mediante o exercício de sua própria autoridade, um novo direito no sentido de uma legislação como critério decisivo para a monarquia absoluta”.<sup>12</sup>

Além dos entraves acima mencionados ao poder dos chamados “monarcas absolutos”, em outros campos essas limitações faziam-se sentir. Por exemplo, um monarca em dificuldades financeiras não podia ser denominado de absoluto. Outro ponto, a guerra por vezes atuou como um elemento de desintegração do estado monárquico, na medida em que gerava uma delegação de poder aos nobres e representantes locais de poder.<sup>13</sup>

Segundo Nicolas Henshall, o poder, dito “absoluto”, era compatível com uma participação dos poderes periféricos e inferiores da sociedade, sendo que os monarcas somente “monopolizavam legitimamente o que se conhecia como ‘assuntos de estado’” – para todo o resto havia a premência de se obter o consentimento. Nesse sentido, esses governantes apenas se consideravam “absolutos” no que tangia à monopolização das prerrogativas principescas de “guerra e paz, patronato e distribuição de cargos”. Havia, sim, uma simbiose e uma complementaridade entre o poder “absoluto” e o periférico.<sup>14</sup> Contudo, cabe aqui uma ressalva.

Analisando a complexa e dinâmica lógica de funcionamento da Casa de Bragança, Mafalda Soares da Cunha percebeu sua excepcional prerrogativa de poder conferir nobreza existindo, então, uma certa equivalência entre os foros, as moradias, e os cargos palatinos dela e os da Casa Real. A principal vantagem retirada pela Casa de Bragança de tal prerrogativa foi o reforço da capacidade de atrair clientelas e de consolidar honradamente essas mesmas dependências pessoais.<sup>15</sup> Por bem, tal prerrogativa reforça não apenas as limitações a um poder real “absoluto”, como também sugere uma refinada e perene negociação entre esse poder e os demais.

Nesses termos, e talvez com uma ponta de exagero, mas não sem uma certa dose de significação, Nicolas Henshall chega a realizar a afirmação segundo a qual “o poder absoluto terminava onde começavam os direitos dos súditos”, destacando que essa limitação dava-se tanto em âmbito constitucional como em âmbito prático (limitações financeiras, geográficas, oficiais não confiáveis, dentre outras).<sup>16</sup>

Outro ponto destacado pelo autor diz respeito à própria relação estabelecida entre monarca e elite local. Nas palavras de Henshall,

*“persuadir as elites com autoridade local para que governassem segundo os desejos do centro, ou ao menos reconhecerem um interesse comum, era a mais antiga preocupação dos monarcas. Nenhum governante podia empregar ou fiar-se de burocratas treinados nos municípios antes dos últimos decênios do século XVIII. Os governantes asseguravam o controle explorando o poder, a ambição e a rivalidade locais, em vez de esquivar-se delas. Em cada estado europeu, a administração seguia sendo assunto das elites territoriais ou urbanas estabelecidas (...) Os senhores locais raramente eram as vítimas da monarquia absolutista: eram seus beneficiários”.*<sup>17</sup>

Em plano local, e visando assegurar o controle provincial, os governadores por vezes “se fiavam das redes clientelares que conectavam as elites da corte com as locais”. Conforme o autor, “o poder estatal era inseparável da ordem social em qualquer nível e estava imbricado em uma complexa rede de valores e relacionamentos sociais”. Mais do que isso, “o controle real das províncias dependia menos dos mecanismos burocráticos e dos exércitos permanentes que da colaboração com os notáveis locais – menos de destruir as fontes alternativas de autoridade que de empregá-las”.<sup>18</sup> Conforme será posteriormente sugerido, essa característica foi constante no exercício da governabilidade nos domínios ultramarinos do reino português.

Apenas para marcar posições, destaco meu distanciamento do uso do termo “absolutista”, cunhado a partir de um discurso inventado pela Revolução Francesa. Conforme Nicolas Henshall, aceitar a definição de “absolutismo” implica em “aceitar a propaganda dos revolucionários como realidade histórica”. Faz-se necessário destacar que “autoridade absoluta” é diferente de “absolutismo”. A primeira trata-se de uma espécie de autoridade coexistente com outras, a segunda é uma agente de confrontação.<sup>19</sup>

### Condições da Governabilidade, abordagem teórica

*“O poder não se exerce no vazio. E também não se exerce por magia. A ação política requer a disponibilidade de meios. Desde logo, de meios financeiros. Mas também de meios humanos. Em termos tais que o impacto de um projecto de poder se pode medir no plano da disponibilidade de estruturas humanas que o levem a cabo”.*<sup>20</sup>

Do acima exposto, depreende-se a indispensabilidade de, ao menos, dois pontos no exercício do poder, quais sejam, “meios financeiros” e “meios humanos”, sendo que para um “projecto de poder” ser levado ao

fim e ao cabo fazia-se primordiais almas humanas empreendedoras. Em outras palavras, um governador não teria como adquirir e manter sua governabilidade sem sustentação financeira e sem corpos humanos sobre os quais apoiar-se. Creio ter sido o elemento humano ainda mais imprescindível do que o financeiro, pois recorrentemente os vassallos de Sua Majestade colocavam a seu serviço suas fazendas, cabedais e negros armados – sem esses homens, que por sinal constituíam-se, efetivamente, em súditos do Rei, ou seja, era dever deles disponibilizar seus recursos a serviço de El-Rei – a Coroa não teria como sustentar-se enquanto Coroa. Decorre daí a negociação então estabelecida entre ambas as partes.

Vários autores já pintaram com as cores desse quadro. Segundo Anthony J. R. Russell-Wood,

*“a Coroa também reconheceu que seja no interior do Brasil ou de Angola, seja em regiões da Ásia portuguesa, distantes da intervenção da Coroa ou da autoridade do vice-rei, havia indivíduos dos quais ela era dependente se quisesse manter qualquer aparência de autoridade portuguesa”.*<sup>21</sup>

João Luis R. Fragoso deu conta de que a “montagem da sociedade colonial fluminense e de sua elite” evidencia o fato de a Coroa ter tido o apoio decisivo da elite proveniente de outras áreas americanas, disponibilizando amplamente seus escravos, suas fazendas e parentelas ao serviço régio. Por seus serviços, esses homens recebiam mercês – sesmarias e ofícios régios – conferindo-lhes *status* e reafirmando a hierarquia estamental excludente.<sup>22</sup>

Outro autor que destacou a importância da relação entre Coroa e principais de suas localidades foi Sanjay Subrahmanyam. Nos termos do autor, a forma como os indivíduos principais exerciam seu poder em Negapatão passava pela negociação entre eles e as autoridades régias. Em troca de favores a eles concedidos – autorização especial para realizar viagens comerciais a Macau, com escala em Malaca, por exemplo –, esses indivíduos atendiam aos chamados régios em ocasiões de necessidades. Essa cadeia se estendia até a Goa, onde residia o vice-rei.<sup>23</sup> Formava-se o chamado “sistema de concessão” no qual, “em troca de serviços prestados à Coroa, em substituição do pagamento de um salário (...), a Coroa fazia a concessão de uma viagem entre duas partes do Índico, ou reconhecia este direito”. Por intermédio desse princípio, introduziu-se no Golfo de Bengala “um sistema de monopólio”, com evidentes vantagens para os capitães agraciados. Tal “sistema de concessão” surgiu em parte para “acalmar os ânimos” daqueles os quais “prestaram serviços na Ásia, e exigiam recompensas”, e em parte para lidar com a diminuição de recursos e de

navios no terceiro quartel do século XVI<sup>24</sup> Conforme apontado na epígrafe desse item, sem “meios financeiros” e sem “meios humanos” não havia muito como se exercer o poder. As mercês e concessões régias obtêm, aqui, destacada importância.

Disso depreendem-se, em boa medida, práticas e costumes próprios do Antigo Regime. As concessões de mercês régias, doações, direitos monopolistas, privilégios a indivíduos ou a grupos corporativos, isenções, sesmarias, ofícios régios e patentes militares contribuíam para aumentar “o *status quo* através do reforço da grandeza e da nobreza”. Afora isso, confluíam para a “reprodução de uma sociedade altamente hierarquizada”. Igualmente, eram utilizadas “como instrumento de representação e disputa entre diferentes grupos”.<sup>25</sup> Por ora, ressalvo que essas concessões eram dadas por recompensa em função de um valoroso serviço prestado a, ou em nome de, El-Rei. Forma-se, nesse ponto, a base daquilo a que denomino “condições da governabilidade”, ou seja, não podendo prescindir do apoio dos principais homens de suas respectivas localidades no exercício de seu poder, a Coroa – quer na figura do vice-rei, quer dos governadores de capitânias –, por vezes deparava-se com situações nas quais a inevitabilidade, por um lado, e/ou a estratégia, por outro, convergiam para uma refinada negociação entre ela e esses principais homens mesmo sendo, afirmo, obrigação de tais súditos realizar valorosos serviços a seu Rei. Esta prática de concessão foi percebida, inclusive, como forma constitutiva do próprio Estado Moderno português.

Assim o definiu António Camões Gouveia:

*“forma multiparticipada de redes de disponibilidades econômicas e sociais, de mercês, de serviços, de graças, de comendas, de valimentos, enfim, de constelações clientelares variadas, de amplitude e conseqüências concorrentes para a configuração de práticas de poder”.*<sup>26</sup>

A aplicação dessa definição, a qual, por excelência, concerne ao país Portugal – não podendo, creio, ser estendida aos demais domínios desse reino sem um estudo aprofundado das “práticas de poder” ultramarinas –, deve ser matizada no que respeita ao além-mar português.

Ao menos na América lusa, configurava-se, em verdade, um espaço de atuação efetiva do poder no qual as concessões giravam ao redor de “redes de interesses”, porém, não clientelares, na forma proposta por seus atores, Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha. Conforme os autores, em linhas bem gerais, o dom, no Antigo Regime, integrava um universo normativo caracterizado por atos benéficos estruturantes das relações políticas, formando a

chamada “economia moral do dom”, residente na base de práticas informais de poder, como por exemplo, as redes clientelares geridas por valores como a “amizade” – a qual “conceptualiza os laços políticos entre pessoas” –, a “liberdade” e a “caridade” – que “designam as atitudes esperadas do pólo dominante da relação” –, a “magnificência” – amplificadora das “virtudes anteriores, no caso de pessoas que desempenham funções sociais que exigem uma especial grandeza (v. g., os príncipes e os poderosos)” –, a “gratidão” – referente “aos sentimentos próprios do pólo inferior” – e o “serviço” – “exteriorização desses sentimentos”. O funcionamento dessa “economia do dom”, “cimentada sobre actos de dar e retribuir compreendidos pela vastidão do conceito de ‘amizade’”, assentava-se em três valores básicos: dar, receber e restituir – tríade regente da natureza das relações sociais e, por conseguinte, das relações de poder.<sup>27</sup>

Segundo os autores, “*esta amizade abrangia níveis tão diferentes quanto são a relação entre o rei e o vassalo, o pai e o filho, o amigo e o amigo, constituindo uma relação social fortemente estruturante.*” Corroborando o entendimento dado por Aristóteles à noção de “amizade”, os autores assim definem tal entendimento:

*“... para quem [Aristóteles] esta [a amizade] claramente constituía o suporte de laços políticos mais permanentes, como fonte de deveres duráveis. Distingue as amizades fundadas sobre a ‘virtude’ das que visam a utilidade e o prazer. Do mesmo modo, distingue a amizade entre iguais daquela entre desiguais (como seria, por exemplo, a estabelecida entre o governante e os governados, entre o pai e o filho, entre o patrão e o cliente).”*

Acerca da amizade entre desiguais, afirmam os autores:

*“... a amizade desigual é, formalmente, aquela que legitima as relações de poder entre homens livres. Sob este ponto de vista, a regra será a da proporção entre a posição social dos dois ‘amigos’, quer no plano das prestações (em que o inferior é obrigado a prestações menos importantes), quer também, mas de modo inverso, no plano do amor (em que o inferior é obrigado a dar mais do que o superior). O modelo de troca é o mesmo – **prestações materiais em troca de submissão política**, effectus em troca de affectus. Sistema que funciona particularmente bem como processo de conversão de riqueza em poder e de auto-reprodução deste poder. Do mesmo modo, adequa-se perfeitamente às estratégias de construção de redes clientelares auto-sustentadas”.*<sup>28</sup>

Contudo, ressaltam os autores que “a referência ao termo ‘amizade’, na documentação do século XVII, nem sempre quer necessariamente refletir uma relação desigual e logo de clientela”.<sup>29</sup> Se a “amizade” “constituía o suporte de laços políticos mais permanentes”, os interesses pessoais eram o principal fator desarticulador de tais laços, na medida em que as relações estabelecidas entre os homens eram pautadas, de uma forma ou de outra, por vontades particulares. Há de se destacar que as ações humanas não são necessariamente regidas por modelos explicativos de diferentes “lógicas” de funcionamento das sociedades nas quais esses homens estão inseridos. Resulta daí a importância de noções como estratégia e racionalidade na tentativa de dar conta das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos.

Nesse sentido, a amizade desigual não deve ser unicamente compreendida em termos de posições sociais. Faz-se necessário atentar para as estratégias de ação dos sujeitos, para os objetivos por eles almejados, para os resultados obtidos, pois a posição social, embora influencie consideravelmente nos rumos dados às relações havidas entre os homens, não obrigatoriamente determina e rege a hierarquia existente nas relações instituídas por desiguais. Há de se destacar também que os valores constitutivos da chamada “rede clientelar” - “amizade”, “liberdade”, “caridade”, “magnificência”, “gratidão” e “serviço” - ganhavam contornos novos ao serem transpostos para as relações sociais estabelecidas nos domínios ultramarinos lusos.

Para além de tais ressalvas, vale lembrar as considerações de Maurice Godelier acerca do dom. Conforme o autor,

*“Dar parece instituir simultaneamente uma **relação dupla** entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma **relação de solidariedade**, pois quem dá partilha o que tem, **quicá o que é**, com aquele a quem dá, e uma **relação de superioridade**, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir ‘restituir’ o que lhe foi dado”.*<sup>30</sup>

Contudo, embora o

*“dar parece instaurar assim uma diferença e uma desigualdade de status entre doador e donatário, desigualdade que em certas circunstâncias pode se transformar em hierarquia: se esta já existisse entre eles antes do dom, ele viria expressá-la e legitimá-la ao mesmo tempo”.*<sup>31</sup>

Não percebo essa característica como inerente a toda e qualquer relação na qual a lógica do dom se faça presente. Nesse sentido, e assentado no próprio Godelier quando este afirma que “ao dar, ao receber, e ao dar de volta, cada um dos parceiros acumula as vantagens que tal dependência recíproca engendra”,<sup>32</sup> tendo a concordar com Eduard Palmer Thompson quando afirma que “o grau de subordinação assegurado pela caridade pode depender de um cálculo das vantagens em jogo”,<sup>33</sup> e a ver com extrema cautela as afirmações do tipo: “prestações materiais em troca de submissão política”.

Notadamente no que tange à prática de concessões constitutiva do Estado Moderno luso, Fernanda Olival percebeu a edificação do mesmo fundada sobre tal prática. Nas palavras da autora, esse Estado se consolidou “em torno de realidades afins como a ideologia do serviço/recompensa, os laços múltiplos de interdependência e valias (muitas vezes ditos ‘clientelares’), bem como o poder da Monarquia sobre amplos recursos”, como as Ordens Militares de Avis, Cristo e Santiago. Nestes quadros, o gesto de dar seria considerado, “na cultura política do Antigo Regime”, como “virtude própria dos reis”. Aqui se percebe uma imbricada relação entre o Estado e a figura do monarca, qual seja, o Estado foi edificado sobre uma “virtude própria” do Rei, o ato de dar.<sup>34</sup>

Por bem, o que realmente importava era a forma como o monarca governava e distribuía aquilo que poderia ser dado, visando conquistar a fidelidade dos súditos. O dar justificava o monarca como rei. Pelo contrário, o não dar incorria em um risco para a Coroa, pois poderia angariar para si o ódio e a falta de apoio nesses mesmos súditos.<sup>35</sup> Aqui cabe outra ressalva.

Assim como Pascoal da Silva Guimarães – principal líder da revolta de Vila Rica em 1720, ocorrida em Minas do Ouro durante o governo de D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar –, a maioria dos homens envolvidos na revolta mineira de Vila Rica já havia recebido, **recorrentemente**, uma série de mercês e privilégios por parte de autoridades régias, quer nas Minas, quer nas demais localidades dos domínios lusos. Esta simples constatação traz consigo uma noção crucial para a compreensão do chamado sistema de concessão de mercês, qual seja, por si só, uma mercê, ou um privilégio, não é capaz de garantir a governabilidade.

Pretende-se apenas problematizar a idéia segundo a qual o dar poderia conquistar a fidelidade dos súditos o que, evidentemente, acarretaria melhores condições do exercício e manutenção da governabilidade. Parto da seguinte constatação: o efeito desejado pelo ato de dar seria alcançado tão somente nos indivíduos cujos interesses estivessem em comum acordo com os interesses régios ou em comum acordo com os interesses daqueles que representavam El-Rei em seus territórios ultramarinos.

Tal idéia ganha mais procedência caso se tenha em mente o próprio Pascoal da Silva Guimarães. Pascoal da Silva auxiliou os dois primeiros governadores da capitania de São Paulo e Minas do Ouro – D. Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho e D. Brás Baltasar da Silveira – na manutenção da governabilidade, e fez isso em função da coadunação de interesses que então havia entre ele e ambos os governadores. Contudo, na gestão de D. Pedro de Almeida, a coisa se passou de outra forma.

Em 03 de janeiro de 1718, portanto menos de seis meses após ter assumido o governo de Minas, D. Pedro de Almeida lhe proveu no posto de governador de Vila Rica e seu termo. Na referida carta, lê-se que Pascoal da Silva foi servido com tal mercê, pois era necessária para a regência de Vila Rica e seu distrito uma pessoa “em que concorram merecimentos, serviço, nobreza e autoridade, e achando-se todas estas na do mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães”, D. Pedro de Almeida o proveu em tal cargo. Também deu conta dos serviços prestados por Pascoal da Silva aos governadores antecedentes, tendo sido nomeado para o referido posto por D. Brás Baltasar e se portado com todo o zelo e merecimentos. O governador registrou que Pascoal da Silva servia nas Minas do Ouro por espaço de oito anos nos postos de sargento-mor da ordenança de Vila Rica e mestre-de-campo do terço dos auxiliares que havia nela se formado. Também a D. Antônio Albuquerque o régulo auxiliou. Em 1709, por ocasião da Guerra dos Emboabas, doou sua residência por espaço de 15 dias ao governador com seus 20 soldados quando este passou para Minas, com grande perda para sua fazenda.<sup>36</sup>

Afora as mercês diretamente a ele concedidas, seu filho, João da Silva Guimarães, recebeu do próprio D. Pedro de Almeida, em 13 de março de 1719, a patente de capitão-mor das ordenanças do “distrito desde o Rio das Pedras até Raposos”.<sup>37</sup> Vale lembrar que em 1720, João da Silva era juiz ordinário da câmara de Vila Rica,<sup>38</sup> ou seja, além do controle da câmara permanecer na família de Pascoal da Silva, sua família estava às voltas com mercês a ela concedidas pelo representante do Rei na América.

Não obstante a concessão de uma mercê da monta daquela dada a Pascoal da Silva Guimarães, esse homem e sua família voltaram-se contra aquele que a concedeu, D. Pedro de Almeida. Poderia-se argumentar que o governador agia em nome de El-Rei, ou seja, Pascoal da Silva não teria, em essência, insurgido contra quem verdadeiramente havia lhe passado a mercê – uma vez que, em nenhum momento, os revoltosos questionam a autoridade régia. Porém, é fato que D. Pedro de Almeida não era forçado a prover novamente Pascoal da Silva na regência de Vila Rica – uma que vez que seria obrigação de Pascoal da Silva e de sua família prestarem auxílio ao Real

Serviço por serem, sim, vassallos do Rei –, mas o fez visando garantir sua governabilidade. Além do mais, seria ingenuidade afirmar que Pascoal da Silva e os demais revoltosos não tinham a exata noção de que seu movimento entrava em choque com uma determinação, em última instância, régia. A revolta, embora tramada e urdida contra D. Pedro de Almeida – diga-se de passagem, reforçando, era o representante de El-Rei em Minas do Ouro –, ia de encontro às pretensões do Rei. Nesse sentido, talvez a funcionalidade da mercê, como forma de obter a fidelidade dos súditos, deva ser, pois, relativizada.

O dar deve ser pensado à luz, não apenas do contexto no qual foi concedido, mas também tendo em mente as estratégias de ação tanto daquele quem o concedeu como daquele por ele agraciado. Somente assim poderá, acredito, avaliar-se a real instrumentalização do chamado sistema de concessão de mercês. Embora a concessão de mercês e privilégios seja um caminho para tentar obter e garantir a governabilidade, sua eficácia pode, por vezes, ser questionada.

De base de tais considerações, creio ser agora possível trabalhar com a noção de “economia da mercê”, tal qual a proposta de Fernanda Olival. Conforme a autora, tal noção se encerraria na “disponibilidade para o serviço, pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso”. Continuando, essa era uma realidade à qual grande parte da sociedade moderna “se sentia profundamente vinculada, cada um segundo sua condição e interesses”. E ainda, “com efeito, servir à Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes setores do espaço social português”, sendo que tal prática “era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção”.<sup>39</sup> Vale lembrar, a prática da concessão era “um dos vetores básicos da construção social do Estado Moderno Português”<sup>40</sup> e, a meu ver, assim pode ser percebida muito em função de ser, essa prática, um dos fatores primeiros constitutivos daquilo por mim denominado “as condições da governabilidade”. Urge destacar que, conforme muito bem apontado por Fernanda Olival,

*“pedir, dar e receber deixaram de ser meros impulsos antropológicos – tal como foram sistematizados por Marcel Mauss – e passam a ser, cada vez mais ao longo do Antigo Regime, gestos profundamente envolvidos numa teia burocrática e de redes de poder, difíceis de deslindar”.*<sup>41</sup>

Acredito ser nesse sentido que a “economia da mercê” não se confinava à sistematização de retribuir algo dado. Nas palavras de Olival, “os

diferentes modos como se tendeu a organizar eram complexos e com múltiplos efeitos sociais e políticos; certamente uns e outros terão marcado fortemente o processo social de construção do Estado Moderno”.<sup>42</sup> Coaduna-se, a meu ver, a prática da concessão com “as condições da governabilidade”, ou seja, não podendo prescindir do apoio de poderosos locais no exercício de práticas político-administrativas voltadas para a sustentação de uma dada estrutura de governo – ao menos no que concerne à região americana dos domínios portugueses –, a Coroa, por via de regra, valia-se da distribuição de concessões como forma compensativa das valorosas ações empreendidas por aqueles poderosos locais. Caso possa ser aceito o fato segundo o qual o ato de dar, ao longo do Antigo Regime, implicava em “múltiplos efeitos sociais e políticos” os quais, direta ou indiretamente, marcaram “fortemente o processo social de construção do Estado Moderno”, creio ser plausível perceber esse mesmo ato de dar, assim como seus “múltiplos efeitos sociais e políticos”, na base do processo de busca e manutenção das condições prática as quais viabilizavam o exercício político-administrativo voltado para a sustentação da estrutura de governo presente na América lusa, notadamente em Minas do Ouro durante a primeira metade do século XVIII.

### **Condições da Governabilidade, abordagem empírica**

Um ano após terem sido expulsos da praça do Rio de Janeiro, novamente uma esquadra francesa daria o ar da sua graça nas águas cariocas; desta feita, sob o comando do capitão Duguay-Trouin – protagonista da mais espetacular manobra náutica no que diz respeito a um aporto na baía de Guanabara. Dois dias após tal feito, em 14 de setembro de 1711, 3.300 almas francesas passaram à terra firme sem encontrar a menor resistência.<sup>43</sup>

Após terem sitiado a cidade durante um período de aproximadamente dois meses, os franceses partiram com um pagamento em torno de 610 mil cruzados pelo regaste da praça e mais o butim da incursão. Entrementes, o então governador da capitania de Minas do Ouro, D. Antônio de Albuquerque, organizava uma diligência de (re)conquista da praça invadida, composta de mais de seis mil homens – entre brancos, negros e, provavelmente, índios flecheiros. Embora o referido governador tenha atingido muito tarde a cidade – quando D. Antônio lá chegou encontrou-a saqueada e com as capitulações já assinadas –,<sup>44</sup> isso não significou que aqueles que o auxiliaram em sua diligência não fossem merecedores de todas as “honras, mercês e privilégios”, que Sua Majestade fosse servido fazer-lhes quando houvesse ocasião.

Analisando, para o período compreendido entre 1710 e 1717, as mercês e os privilégios recebidos pelos indivíduos<sup>45</sup> que auxiliaram o governador D.

Antônio de Albuquerque em sua descida à praça do Rio de Janeiro em 1711, percebe-se que, à exceção de Caetano Álvares Rodrigues – cujas mercês e privilégios lhe foram concedidos, ou antes de 1709, ou depois de 1717 –, todos os demais receberam uma determinada mercê por “ter havido mister” na diligência organizada por D. Antônio de Albuquerque. Como o objetivo da análise reside apenas em evidenciar a importância da prática da concessão na busca pelas “condições da governabilidade”, irei expor dados de apenas alguns indivíduos.<sup>46</sup>

Dando início à exposição de dados, Pascoal da Silva Guimarães foi um dos homens mais poderosos havidos nas Minas do Ouro até que o Conde de Assumar aterrorizasse Vila Rica em 1720. Manteve, em função de sua posição social, econômica e política, uma relação de interdependência com os dois governadores precedentes a D. Pedro de Almeida.

Com sua nomeação de sargento-mor, Pascoal da Silva tornou-se o real precursor de Vila Rica, fazendo parte ativa na guerra dos Emboabas, ocasião na qual fundou os laços de reciprocidade por intermédio dos quais haveria de se relacionar com D. Antônio de Albuquerque. Passando o referido governador à capitania em ebulição acompanhado apenas de vinte soldados e alguns oficiais, Pascoal da Silva sustentou a ele e a sua tropa por espaço de quinze dias – sempre às suas custas –, tempo que se detiveram com grandes despesas de sua fazenda. Obrou o sossego dos ânimos dos principais homens envolvidos nas disputas de 1709, convencendo-os a obedecerem às ordens de Sua Majestade, sendo quase o principal instrumento da devida obediência que deram ao dito governador.<sup>47</sup>

“Às custas de sua vida, fazenda e negros armados” denota uma certa autonomia que tais homens, como por exemplo, Pascoal da Silva Guimarães, gozavam frente à administração régia incapaz de obter e manter sua governabilidade na sociedade de então. Revela, em consequência, a dependência da monarquia lusa em relação a esses homens o que, por sua vez, evidencia uma das facetas da sociedade de Antigo Regime lusa, qual seja, seu caráter corporativista.<sup>48</sup>

O estreitamento dos laços de reciprocidade entre Pascoal da Silva e o governador D. Antônio de Albuquerque pode ser melhor observado tendo em mente que, em 16 de abril de 1711, D. Antônio de Albuquerque concedeu carta de sesmaria a Pascoal da Silva de uma légua nas terras de sua moradia em Itapanhoacanga – na época ocupando o posto de sargento-mor das ordenanças do distrito de Vila Rica e, conforme o próprio Pascoal da Silva, possuidor de 300 cativos.<sup>49</sup> Cerca de dois meses após o recebimento da carta de sesmaria, Pascoal da Silva foi agraciado pelo mesmo governador com o posto de mestre-de-campo do terço auxiliar

de Vila Rica, ocasião na qual já havia recebido de D. Antônio de Albuquerque a superintendência do distrito de Vila Rica.<sup>50</sup>

Dois meses depois de ter recebido a patente de mestre-de-campo, Pascoal da Silva mandou trinta escravos armados à sua custa em companhia de D. Antônio de Albuquerque quando este marchou para o Rio de Janeiro, em setembro de 1711, remetendo, posteriormente, outros tantos.<sup>51</sup>

Do acima exposto, creio ser possível pensar em termos de estratégias e negociações. Auxiliando D. Antônio de Albuquerque em 1709, Pascoal da Silva dava base de sustentação ao governador, ou seja, garantia-lhe condições, mesmo que mínimas, de exercer a governabilidade. Em retribuição, o governador – em parte em função do caráter devido da retribuição, em parte por não poder prescindir de um aliado da envergadura de Pascoal da Silva – lhe concedia mercês e privilégios as quais, reconhecendo sua melhor “qualidade” frente ao demais, revestia-lhe com o manto da nobreza e – juntamente com a posse de escravos armados e índios flecheiros – conferia-lhe e lhe assegurava prerrogativas do mando.<sup>52</sup> Uma mão lava a outra. Em 1711, Pascoal da Silva novamente acudiria o governador, desta feita na sua diligência ao Rio de Janeiro.

Não demorou muito para o novo governador perceber no estreitamento de laços com Pascoal da Silva uma das melhores estratégias para, naquele contexto, buscar garantir sua governabilidade. Em 12 de janeiro de 1714, cinco meses após assumir o governo da capitania das Minas do Ouro, D. Brás Baltasar confirmava a patente de mestre-de-campo dos auxiliares de Vila Rica, e a sua superintendência, a Pascoal da Silva.

Além de ressaltar que Pascoal da Silva era um “leal vassalo de Sua Majestade”, financiador da estada do governador D. Antônio de Albuquerque quando esse passou às Minas com 20 soldados, tudo às suas custas “por espaço de quinze dias”, e que tinha contribuído para sossegar muitas alterações ocorridas nas Minas, D. Brás Baltasar salientou que,

*“sendo o principal instrumento da devida obediência que tem o dito governador que nomeando ao mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães no cargo da superintendência deste distrito se houvesse com grande acerto, e prudência de que resultou principiarem os povos a experimentar quietação, e sossego que de antes os não tinham”.*<sup>53</sup>

Se dúvidas restaram do que anteriormente fora explicitado, acredito que a carta patente acima mencionada encarrega-se de solucioná-las. Do mesmo governador, Pascoal da Silva ainda haveria de receber duas cartas de sesmaria, a saber, 1) em 04 de maio de 1716, uma légua de terra em

quadra na paragem chamada o Capão das Cobras,<sup>54</sup> e 2) em 28 de julho do mesmo ano, uma légua de terra em quadra na paragem chamada o Tacarucu para acomodar nela parte da sua gente faisqueira daquele Rio das Velhas, onde tinha uma feitoria de roças e gados.<sup>55</sup>

José Rebelo Perdigão esteve muito bem relacionado tanto com D. Antônio de Albuquerque, quanto com D. Brás Baltasar. Em 27 de abril de 1711, D. Antônio de Albuquerque passou provisão a José Rebelo nomeando-o para a superintendência do distrito do Ribeirão do Carmo por ser “pessoa de talento, inteligência e experiência”, além de um dos principais moradores das Minas.<sup>56</sup> Posteriormente, recebeu carta patente do posto de mestre-de-campo do terço auxiliar do distrito do Ribeirão do Carmo, onde D. Antônio de Albuquerque deu conta que José Rebelo o acompanhou em sua diligência para o Rio de Janeiro em 1711 no posto de auditor do exército, e que comboiou o governador D. Artur de Sá e Menezes em jornadas à capitania de São Paulo e de Minas do Ouro.<sup>57</sup> Quando foi erigida a Vila do Carmo com sua respectiva câmara, José Rebelo foi eleito para o cargo de juiz ordinário, tendo sido o juiz mais moço da câmara da referida vila.<sup>58</sup> Do governador D. Brás Baltasar, José Rebelo recebeu carta de sesmaria no Ribeirão Abaixo de Nossa Senhora do Carmo.<sup>59</sup>

Em função de ter atuado no socorro à cidade do Rio de Janeiro “com grande despesa da sua fazenda”, o governador D. Brás Baltasar fez do já “capitão de cavalos de uma companhia da ordenança destas Minas”, André Gomes Ferreira, tenente coronel das tropas de cavalaria da ordenança do distrito de Vila Real.<sup>60</sup> Aproximadamente três anos depois, o mesmo governador o proveu no posto de mestre-de-campo de um terço de auxiliares mandado por ele formar no distrito de Pitangui.<sup>61</sup> Na carta de patente, D. Brás Baltasar deu conta que André Gomes havia servido como tenente-coronel do regimento da cavalaria da ordenança do distrito de Vila Real como juiz ordinário e ouvidor geral da mesma vila. Teria atuado também como provedor da Fazenda Real e ausentes da Vila do Príncipe.<sup>62</sup>

A 28 de janeiro de 1714, Faustino Rebelo Barbosa recebia de D. Brás Baltasar carta patente para o posto de sargento-mor das ordenanças do distrito do Caeté. Na mesma carta, o governador deu conta que Faustino Rebelo servia no posto de alferes de uma companhia da ordenança do distrito de Vila Real e que havia participado, “às custas de sua fazenda”, no auxílio ao Rio de Janeiro em 1711.<sup>63</sup> No mesmo ano, foi novamente provido em posto de ordenança, desta feita para tenente-coronel do regimento de cavalaria da Vila Nova da Rainha (atual Caeté).<sup>64</sup> No final de seu mandado, D. Brás Baltasar ainda proveria Faustino Rebelo no posto de mestre-de-campo de um terço dos auxiliares.<sup>65</sup>

Do governador D. Antônio de Albuquerque, Pedro da Rocha Gandavo recebeu, em 23 de maio de 1711, sesmaria de uma légua de terra por quadra em um sítio seu no distrito da Itatiaia, onde possuía “bastante fábrica de escravos”.<sup>66</sup> De D. Brás Baltasar, Pedro da Rocha foi servido com o posto de sargento-mor da cavalaria de ordenança<sup>67</sup> e, posteriormente, com o posto de coronel de um regimento de cavalaria de ordenança do distrito de Vila de Nossa Senhora do Carmo. Nessa última carta, o governador deu conta que Pedro da Rocha auxiliou D. Antônio de Albuquerque, em 1711, com 12 escravos armados às suas custas, ressaltou sua atuação na junta que se estabeleceu para firmar em trinta arrobas a arrecadação dos quintos régios, destacou sua participação na contenção de uma sublevação ocorrida na Vila do Carmo e, por fim, sublinhou sua participação no cargo de juiz ordinário, vereador e almotacé de Vila Rica.<sup>68</sup>

Rafael da Silva Souza esteve, de forma bem acentuada, envolvido com os negócios da governabilidade e da governança. Em 06 de janeiro de 1711, recebeu, do governador D. Antônio de Albuquerque, patente de sargento-mor do terço dos auxiliares do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo.<sup>69</sup> Em 19 de março de 1712, el-Rei escreveu a carta de confirmação da referida patente, na qual deu conta que Rafael da Silva serviu, durante mais de dois anos, no posto de capitão de infantaria da ordenança do mesmo distrito.<sup>70</sup> Pela feita da invasão francesa à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1711, apresentou-se ao governador com 200 escravos armados e pagos às suas custas.<sup>71</sup> De próprio punho, Rafael da Silva deu conta que “ele por seus importantes serviços e capacidade ficou encarregado do governo das Minas pelo governador D. Antônio de Albuquerque em que o dito baixou socorro ao Rio de Janeiro”, servindo com patente de coronel no distrito do Ribeirão do Carmo, mas com ocupação de capitão-mor.<sup>72</sup>

Em 07 de dezembro de 1713, como procurador da Vila Real do Carmo, foi um dos que assinou o termo segundo o qual ficou constando que a comarca de São João del Rei contribuiria com 5 arrobas e 10 libras de ouro, a comarca de Vila Rica com 12 arrobas de ouro e a comarca da Vila Real com 10 arrobas e 22 libras de ouro com declaração que os moradores de Pitangui deveriam pagar uma arroba de ouro.<sup>73</sup> Também como procurador da mesma Vila, em 1714, fez parte de uma comissão composta pelos procuradores das câmaras e por dois peritos para determinar quais os limites que deviam ser estabelecidos entre as três comarcas que o governador D. Brás Baltasar almejava criar nas Minas do Ouro, a saber, a de Vila Rica, a do Rio das Velhas – com sede em Sabará – e a do Rio das Mortes – com sede em São João del Rei.<sup>74</sup>

Quando o referido governador lhe passou carta patente do posto de coronel das companhias da ordenança dos privilegiados, reformados e mais

nobreza destas minas, deu conta que Rafael da Silva havia servido nos postos de capitão de ordenança da Vila do Carmo, de sargento-mor do terço dos auxiliares da mesma vila; de capitão-mor das ordenanças da referida localidade, que estava servindo por espaço de 5 anos; que se portou com conhecido valor e limpeza de mãos quando cobrou os Reais Quintos no distrito de Guarapiranga; que auxiliou a D. Antônio de Albuquerque, em 1711, “às custas de sua fazenda”; e que era homem de “conhecida nobreza”.<sup>75</sup> Em 1715, foi eleito para o cargo de juiz ordinário novamente em Vila do Carmo.<sup>76</sup>

Menos de um mês após a diligência ao Rio de Janeiro, Sebastião Carlos Leitão foi servido com o posto de sargento-mor do terço auxiliar do distrito de Vila Rica. Na carta patente, o governador D. Antônio de Albuquerque deu conta que a pessoa ocupante do referido posto deveria ser “capaz e de respeito”, e, reconhecendo em Sebastião Carlos pessoa de “capacidade, e valor com muita experiência do militar”, além de ser “dos principais moradores destas Minas, e com cabedais bastantes para poder, com as despesas de marchas tão largas e esperar dele que em tudo satisfaça as obrigações de sargento-mor”, concedeu-lhe o aludido posto.<sup>77</sup> Cerca de dois anos depois, Sebastião Carlos foi provido, nestes idos por D. Brás Baltasar, no posto de coronel do regimento de cavalaria da ordenança de uma companhia pelo governador formada na comarca de Vila Rica. Na carta patente, D. Brás Baltasar ressaltou os serviços prestados por Sebastião Carlos no auxílio ao Rio de Janeiro, caracterizando-o como uma pessoa de bons merecimentos e que atendia prontamente os “desejos e ordens” do governador.<sup>78</sup>

José Luís Borges Pinto recebeu, provavelmente antes de setembro de 1711, uma carta patente de confirmação do posto de sargento-mor do terço auxiliar dos distritos do Rio das Velhas e Sabará, que exercia havia mais de dois anos “com boa satisfação, cuidado e desinteresse em tudo o que se fazia do serviço do dito governador como bem o mostrou em prisões que lhe mandei fazer, confisco de comboios e de fazendas”. Ainda na referida carta, D. Antônio de Albuquerque deu conta que José Luís servia nas Minas do Ouro com “bastante zelo e despesa de sua fazenda”.<sup>79</sup> Em 02 de janeiro de 1714, D. Brás Baltasar passava carta patente a José Luís, cujo conteúdo é bastante elucidativo da relação de reciprocidade que havia quando os interesses de El-Rei confluíam com os de seus vassalos. Vamos à carta. D. Brás Baltasar deu conta que o sargento-mor dos auxiliares José Borges Pinto socorreu a praça do Rio de Janeiro em 1711 com “seus escravos armados e assim na marcha como em todo o tempo que agente de guerra se deteve naquela cidade procedeu sempre com grande valor e acerto e executando todas as ordens que lhe foram dadas com muito cuidado e atividade”.<sup>80</sup>

Antônio Correa Sardinha “se houve com conhecido zelo e boa satisfação” em 1711, empregando-se na diligência com “vinte escravos seus

armados” tudo, como por via de regra ocorria, às custas de sua fazenda.<sup>81</sup> Em 02 de fevereiro de 1714, obteve, do então governador, D. Brás Baltasar, carta patente de capitão dos auxiliares de uma companhia levantada no distrito do Serro do Frio<sup>82</sup> e, em 24 de julho de 1717, “tendo consideração ao [seu] merecimento, nobreza e capacidade”, o mesmo governador fez dele sargento-mor das ordenanças do distrito de Vila do Carmo.<sup>83</sup> Cinco meses antes, em 26 de fevereiro de 1717, D. Brás Baltasar concedia a Antônio Correa um punhado de terra em sesmaria em um “Sítio adiante das Catas Altas”.<sup>84</sup>

Quando D. Antônio de Albuquerque subiu às Minas do Ouro para mitigar as disputas entre paulistas e emboabas em 1709 Antônio de Miranda Pereira deu guarida ao governador no Arraial Velho de Caeté, hospedando-o em sua residência, que compartilhava com seus outros dois irmãos.<sup>85</sup> Em 29 de agosto de 1713, D. Brás Baltasar tomou posse, na cidade de São Paulo, do governo das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro. Pouco tempo depois, escrevia a El-Rei certificando

*“que chegando no ano de 1713 a governar estas Minas nelas achei Antônio de Miranda Pereira morador na Vila Nova da Rainha ocupado no exercício de minerar em o qual permaneceu lavrando com despesa e grande poder de gente e fazendo grandes serviços para descobrir e tirar ouro de que resultem a Real Fazenda de Sua Majestade na contribuição de seus Reais Quintos”.*<sup>86</sup>

Posteriormente, o mesmo governador deu conta de que reconhecia em Antônio de Miranda “muita capacidade, prudência e valor”, que havia trabalhado muito para manter “os povos em sossego e paz” e na arrecadação dos quintos, “pelo que o julgo merecedor de todas as honras e mercês que vossa Majestade que Deus guarde for servido por sua Real grandeza fazer-lhe”. Mantendo-se coerente à sua opinião, D. Brás Baltasar o proveu, em 26 de janeiro de 1714, no posto de capitão-mor das ordenanças do distrito do Caeté.<sup>87</sup> Por volta de 1717, o então capitão Antônio de Miranda Pereira ocupou o cargo de juiz ordinário na vila Nova da Rainha na ocasião em que o antigo juiz assumiu as funções de superintendente do distrito de Itambé.<sup>88</sup> Nessa ocasião, os juízes, vereadores e demais oficiais da câmara de Vila Nova da Rainha deram conta da boa distinção com a qual o capitão executou as funções que então lhe eram incumbidas.

Um mês após ter retornado da diligência ao Rio de Janeiro, o governador D. Antônio de Albuquerque proveu João Ribeiro Simões no posto de “ajudante supranumerário do novo terço da infantaria paga das Minas”, dando conta que o referido João Ribeiro “se ofereceu para ir a sua custa neste socorro com alguns escravos seus armados” e que o

mesmo “há de fazer muita despesa e ser muito inteligente” no posto para o qual foi provido.<sup>89</sup>

Francisco do Amaral Coutinho, explorador e descobridor de ouro, foi nomeado pelo governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, em 05 de fevereiro de 1709, para o governo da capitania de São Vicente – local onde estabeleceu fazenda e enriqueceu; tornado-se um dos principais da terra –, até a posse de seu sucessor, D. Antônio de Albuquerque. Retornando às Gerais, fixou-se na mesma localidade na qual erigiu engenhos de açúcar no Rio das Mortes.<sup>90</sup>

Na carta patente a ele passada, menos de um mês após a diligência de 1711, do posto de capitão de ordenança, D. Antônio de Albuquerque deu conta Francisco do Amaral era uma pessoa “de cabedais bastantes para suprir nos grandes gastos e despesas que sucedem fazer-se em qualquer marchar e diligência que se oferece do serviço de Sua Majestade”. Também ressaltou ser o agraciado “da principal nobreza do Rio de Janeiro” e haver “servido a Sua Majestade no posto de capitão-mor da capitania da São Vicente”. Seus serviços em 1711 não foram esquecidos. De acordo com o governador, Francisco do Amaral, participou da referida diligência – ocasião na qual o “inimigo francês” invadiu o Rio de Janeiro com “doze naus de guerra e quatro de fogo” – “com o partido do Rio das Mortes à sua custa”.<sup>91</sup>

Em 22 de fevereiro de 1714, o então coronel de cavalaria da ordenança, Francisco do Amaral, foi encarregado do governo da comarca de São João del Rei, uma vez que era

*“necessário encarregar o governo da comarca de São João Del Rei a uma pessoa em quem concorram merecimentos, conhecida nobreza capacidade e prudência, e por todos estes se acharem no coronel de cavalaria Francisco do Amaral Coutinho (...) hei por bem de o encarregar do dito governo”.*<sup>92</sup>

Conforme se lê na carta patente de mestre-de-campo passada a Damião de Oliveira de Souza, além de servir ao melhor governo das Minas, a criação das companhias de ordenanças tinham por objetivo acorrer

*“aos portos do mar mais vizinhos que podem ser invadidos pelos inimigos sem o embarço e descômodo que poderá haver nas ordenanças como de presente sucede na cidade do Rio de Janeiro que vou socorrer com um [ilegível] de exército, ao qual vão agregadas muitas das ordenanças do distrito do Rio das Mortes”.*<sup>93</sup>

Foi o caso de 1711, quando D. Antônio de Albuquerque passou ordem ao ex-capitão mandante de um terço do Rio de Janeiro, Damião de Olivei-

ra – a quem o referido governador havia feito superintendente da comarca do Rio das Mortes –, de reunir homens dispostos a auxiliá-lo na sua diligência. Deu conta o governador que

*“pretendia descer abaixo com a gente das Minas em socorro daquela praça [a do Rio de Janeiro em 1711], para o que lhe ordenava puxasse pela gente que mais pudesse, e com toda brevidade possível o fosse esperar na Borda do Campo, para onde ele, governador, havia marchar com a gente das Minas Gerais. Manifesta a carta, todos aqueles a quem o brio fez trazer à memória o quanto é decoroso morrer pela pátria se ofereceram logo para a tal expedição, e prestes sem demora os que haviam marchar, que não foram poucos, a respeito do que permitiam as pequenas povoações deste Rio das Mortes” (...)* “E com seus escravos armados puxou por eles o dito Damião de Oliveira de Souza e se pôs a caminho para onde o determinava a ordem”.<sup>94</sup>

Sendo ou não decoroso arriscar a vida pela pátria, o fato é que, menos de um mês após retornar de tal diligência, Damião de Oliveira foi feito mestre-de-campo do terço auxiliar do distrito do Rio das Mortes, em cuja carta patente o governador ressaltou os mais de trinta anos por entre os quais o então mestre-de-campo servia a El-Rei

*“no reino e nesta conquista em praça de soldado, alferes, ajudante e capitão de infantaria e de próximo se achar governando o dito distrito do Rio das Mortes, aonde foi de guarnição com a sua companhia e juntamente ocupando o cargo de superintendente com muito acerto e satisfação dos povos conservando-se nele com grande respeito, obediência, e boa satisfação”.<sup>95</sup>*

Não obstante, em 12 de janeiro de 1715, o governador D. Brás Baltasar proveu Damião de Oliveira no cargo de ouvidor da comarca de São João del Rei “para o exercício enquanto durar a ausência do dito desembargador Gonçalo de Freitas”.<sup>96</sup>

Por fim, a carta patente de capitão-mor das ordenanças de Vila Rica e seu termo, passada a Antônio Ramos dos Reis por D. José I em 05 de outubro de 1750, deu conta de uma parte da trajetória de Antônio Ramos nas Minas do Ouro. Deixemos nas palavras de D. José I:

*“...atendendo ao dito Antônio Ramos dos Reis ser pessoa de distinção, nobreza, e merecimentos, e a me haver servido alguns anos em praça de soldado infante de um dos terços da Guarnição do Rio*

*de Janeiro, donde passando com licença para aquelas minas, fora delas em companhia do Governador Antônio de Albuquerque Coelho a socorrer o mesmo Rio na ocasião em que os franceses o invadiram, levando os seus escravos armados, e fazendo esta jornada à custa de sua fazenda em que se houve com valor, e zelo de meu serviço, e voltando para as ditas Minas”<sup>97</sup>*

ajudou a conter uma revolta contra o ouvidor geral Manoel da Costa de Amorim com seus escravos armados, sendo, então, provido no posto de capitão da ordenança do distrito da Guarapiranga.

Em 14 de dezembro de 1714, D. Brás Baltasar da Silveira o proveu no posto de capitão de auxiliares do distrito de São Bartolomeu do terço daquela Vila e seu termo, em cuja carta patente deu conta que Antônio Ramos serviu, assim que voltou da diligência de 1711, no posto de almotacé da câmara de Vila Rica,<sup>98</sup> erigida em 08 de janeiro de 1711.

Outro episódio digno de ser evocado para demonstrar o uso da prática da concessão na busca e manutenção das “condições da governabilidade” foi o ocorrido entre o dia 28 de junho e 20 de julho na capitania das Minas do Ouro, conhecido como revolta de Vila Rica de 1720. Não cabe aqui nem entrar em pormenores sobre o ocorrido, nem efetuar uma segunda exposição de dados acerca das mercês e privilégios concedidos àquelas que auxiliaram o governador D. Pedro de Almeida na contenção do movimento.<sup>99</sup> Aqui, pretende-se apenas destacar que a prática da concessão no auxílio à governabilidade deve ser percebida não apenas em âmbito individual, ou seja, concedida ao sujeitos mais importantes de suas localidades, mas também em sua dimensão mais ampla, isto é, referindo-se a uma população em geral.

Observando as reivindicações dos amotinados de 02 de julho, percebe-se que, fundamentalmente, abarcam interesses concernentes à população em geral. Embora possuam como substrato comum um pleito de alívio em relação aos impostos cuja aplicação onerava a vida nas Minas do Ouro, faz-se necessário salientar que tal indicava uma tentativa de angariar o apoio da população a uma causa então pessoal qual seja, a expulsão de D. Pedro de Almeida da capitania de Minas porquanto poderiam, os líderes, atingir seus fins. Conforme apontou Diogo de Vasconcelos, essa estratégia revelou-se, até certo momento, feliz, uma vez que, antes da concessão do perdão de 02 de julho, os principais de Vila do Carmo não haviam prestado auxílio total ao Conde-Governador, haja vista que concordavam com as propostas dos amotinados.<sup>100</sup>

Contudo, a referida estratégia começou a revelar-se problemática quando, não obstante o atendimento às demandas de 02 de julho, os

amotinados não cessaram suas atividades. De acordo com Carla Anastasia, para se compreender essa continuidade é preciso analisar as disputas intra-autoridades que ocorriam em Vila Rica.<sup>101</sup> Manoel Mosqueira da Rosa intentava reaver o seu antigo cargo de ouvidor-geral da comarca de Vila Rica – então, sob a responsabilidade de Martinho Vieira – e Sebastião da Veiga Cabral sonhava com o posto de governador da capitania de Minas do Ouro desde 1712. Ambos os anseios eram compartilhados por Pascoal da Silva Guimarães que, além de ter seu filho ocupando o posto de juiz ordinário em Vila Rica, passaria a contar com dois aliados seus ocupando os postos mais importantes da capitania de Minas do Ouro – pelo menos no que diz respeito ao cargo de governador da capitania.

Antes de dar seqüência à argumentação, faz-se necessário uma ou duas palavras acerca do primeiro item reivindicado pelos revoltosos, “que não consentem em casa de fundição, cunhos e moedas”. A Casa de Fundição, composta de um escritório onde o ouro em pó era armazenado, uma sala para a realização da fundição e um laboratório para os ensaios, era o local no qual o proprietário do ouro, depois de realizada a fundição e a retirada do quinto devido à Sua Majestade, pagava a senhoriagem e a braçagem. A Casa da Moeda, além de englobar as funções fiscais da Casa de Fundição, atuavam como local no qual efetuava-se a cunhagem da moeda.<sup>102</sup>

Com o estabelecimento de tais tribunais, ficaria proibida a circulação de ouro em pó em 19 de março de 1720. A medida destinava-se a combater o contrabando, facilitado pelo uso do ouro em pó, e melhorar a arrecadação dos impostos. Mas ela provocava muitos problemas no dia-a-dia da população, que utilizava o ouro em pó como moeda corrente em praticamente todas as transações comerciais. O anúncio da implementação das Casas de Fundição e Moeda causou, de acordo com o Conde-Governador, uma forte crise na sociedade, haja vista que os credores passaram a cobrar suas dívidas antes do estabelecimento de tais casas – a prática do negócio a prazo era bastante difundida em Minas do Ouro. Não possuindo condições de arcar com suas dívidas, os devedores fugiram, com seus escravos, para os sertões ou portos causando “a desorganização do trabalho e a paralisação da entrada de escravos da Bahia e do Rio de Janeiro”<sup>103</sup>.

Trocando em miúdos, a revolta de Vila Rica, um movimento primeiramente de elite, valeu-se de amplo apoio dos moradores da capitania enquanto ambos os objetivos – da elite e do povo – caminhavam juntos. Haver-se-ia de presumir que quando um dos fins fosse atingido uma das partes cessaria sua atuação no movimento. Basicamente, foi o que ocorreu. Em 02 de julho, cerca de mil almas marcharam para Vila do Carmo em busca de seus anseios. Lá, o povo obteve os seus, os líderes não. Carentes desse apoio, as principais cabeças da revolta passaram a utilizar outros meios, que não a ameaça de

força, para compelir D. Pedro de Almeida a deixar a capitania de Minas do Ouro. Tal estratégia revelou-se infrutífera – há de se frisar, em nenhum outro momento posterior ao 02 de julho, os amotinados conseguiram reunir um contingente tão numeroso. Durante o tempo no qual os líderes do movimento contaram com o apoio geral da população, o Conde-Governador não fez frente a eles. Neste ponto cabe uma observação.

Porém, na medida em que a sustentação popular foi retirada dos revoltosos através da concessão, por parte do governador, das reivindicações diretamente relacionadas a ela – e mediante a continuação da revolta –, D. Pedro de Almeida pôde cortar a cabeça da “hidra” que, então, assolava o “melhor favo da colméia portuguesa”, a capitania das Minas do Ouro. Nesse sentido, o dia 02 de julho deve, acredito, ser percebido como o divisor de águas no desenrolar da revolta, pois marcou o momento de inflexão do poder dos líderes da sublevação e de extensão do poder do conde de Assumar o qual, para além de poder contar com o apoio dos principais da capitania, retirou dos líderes da revolta sua principal base de apoio, a população. Há de se ressaltar, D. Pedro de Almeida o fez através da prática da concessão; dessa vez voltada não para um ou outro indivíduo, mas para a população em geral.

Assim sendo, D. Pedro de Almeida, pode-se dizer, teve de enfrentar não uma, mas duas revoltas, a saber, 1) entre 28 de junho e 02 de julho – período no qual, contando com o apoio da população, os revoltosos possuíam recursos suficientes para pressionar o governador da capitania – e 2) entre 03 de julho e 20 de julho – quando, então carentes de tal apoio, os revoltosos não mais possuíam reais meios de alcançar seus objetivos pessoais. Resumindo, em 02 de julho, o governador, concedendo perdão aos sublevados e, atendendo às suas demandas, matou dois coelhos com uma única cajadada: 1) retirou o principal alicerce de sustentação dos líderes da revolta, ou seja, o povo e 2) angariou o apoio de alguns dos principais homens das Minas os quais, por ventura, ainda não possuía. Através da prática de concessão, D. Pedro de Almeida pode reunir os instrumentos necessários para viabilizar a retomada da ordem. Ao longo do acima exposto percebe-se, creio, a base daquilo denominado as “condições da governabilidade”.

## Notas

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Bolsista CNPq.

<sup>2</sup> Acerca das limitações impostas ao poder régio por parte de uma moral eclesíastica cf. CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: antropologia católica de la economía moderna*. Milano: Giuffré, 1990.

<sup>3</sup> HESPANHA, António M. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria

de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188. Ver também, HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, pp. 298-308.

<sup>4</sup> XAVIER, Ângela B. & HESPANHA, António M. A representação da sociedade e do poder, In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 120.

<sup>5</sup> Idem, pp. 113-115.

<sup>6</sup> HESPANHA, António M. A constituição do Império português..., op. cit., p. 167.

<sup>7</sup> Cf. HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan...*, op. cit., pp. 28-41.

<sup>8</sup> PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, n. 6, 1991, pp. 119-142.

<sup>9</sup> GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. The University Press of Virginia, 1994, pp. 1-24.

<sup>10</sup> ASCH, Ronald G. & DUCHHARDT, Heinz. (eds.) *El Absolutismo, un mito? Revision de un concepto historiografico clave*. Barcelona: Idea Books, 2000.

<sup>11</sup> MARCOS, Fernando Sánchez. Presentación. In: ASCH, Ronald G. & DUCHHARDT, Heinz. (eds.) *El Absolutismo, un mito? Revision de un concepto historiografico clave*, op. Cit., p. 10.

<sup>12</sup> Idem, pp. 17-18. Para as limitações da monarquia portuguesa frente a um direito já estabelecido ver. HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan...*, op. cit., passim. Acerca de tal limitação frente a um conjunto de práticas sociais regidas por uma moral católica ver, conforme acima enunciado, CLAVERO, Bartolomé, op. cit., passim.

<sup>13</sup> ASCH, Ronald G. & DUCHHARDT, Heinz. “El nacimiento del ‘absolutismo’ en el siglo XVII. Cambio de época de la historia o ilusión óptica?”. In: ASCH, Ronald G. & DUCHHARDT, Heinz. (eds.) *El Absolutismo, un mito?*, op. cit., pp. 22-26.

<sup>14</sup> HENSHALL, Nicolas. *El absolutismo de la Edad Moderna 1550-1700. Realidad política o propaganda?* In: ASCH, Ronald G. & DUCHHARDT, Heinz. (eds.) *El Absolutismo, un mito?*, op. cit., pp. 49-54.

<sup>15</sup> CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000, pp. 26-27.

<sup>16</sup> HENSHALL, Nicolas, op. cit., p. 50.

<sup>17</sup> Idem, pp. 61-62.

<sup>18</sup> Idem, pp. 65-73.

<sup>19</sup> Idem, pp. 76-77.

<sup>20</sup> HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan...*, op. cit., p. 160.

<sup>21</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, 1999, pp. 114-115.

<sup>22</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 44-45.

<sup>23</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Comércio e conflito: a presença portuguesa no golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 99.

<sup>24</sup> Idem, pp. 49-56.

<sup>25</sup> RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Prefácio. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVEA, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 16-17.

- <sup>26</sup> GOUVEIA, Antônio Camões. In: OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o estado moderno**: honra, mercê e venalidade em Portugal, 1641-1789. Lisboa: ESTAR Ed., 2001, pp. IX-X.
- <sup>27</sup> XAVIER, Ângela B. & HESPANHA, Antônio M. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). **História de Portugal**, op. cit., passim.
- <sup>28</sup> Idem, p. 343. [Grifos dos autores e negrito meu].
- <sup>29</sup> Idem, pp. 342-343.
- <sup>30</sup> GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 23. [Grifos do autor] Acerca da noção de dom ver também MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.
- <sup>31</sup> GODELIER, Maurice, op. cit., p. 23.
- <sup>32</sup> Idem, p. 70.
- <sup>33</sup> THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2001, p. 246.
- <sup>34</sup> OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o estado moderno**: honra, mercê e venalidade em Portugal, 1641-1789. Lisboa: Estar Ed., 2001, pp. 3-15.
- <sup>35</sup> Idem, pp. 16-18.
- <sup>36</sup> APM, SC 12, fls. 25v.-26. e APM, SC 12, fls. 34v.-35.
- <sup>37</sup> APM, SC 12, fl. 74.
- <sup>38</sup> VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 365.
- <sup>39</sup> OLIVAL, Fernanda, op. cit., pp. 18-21.
- <sup>40</sup> Idem, p. 37.
- <sup>41</sup> Idem, p. 108.
- <sup>42</sup> Idem, p. 110.
- <sup>43</sup> BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 271-272.
- <sup>44</sup> Idem, pp. 271-279.
- <sup>45</sup> Destaco que relacionei 28 indivíduos que auxiliaram o governador D. Antônio Albuquerque em 1711 tendo como base os 154 sujeitos que viriam a participar da revolta de 1720. Esses 154 foram por mim analisados em minha dissertação de mestrado. Cf. KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. **Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736**. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. (Dissertação de mestrado inédita).
- <sup>46</sup> Para a relação completa daquelas que auxiliaram o governador em 1711 e as mercês por eles recebidas cf. KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, op. cit.
- <sup>47</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, pp. 195-196.
- <sup>48</sup> Cf. HESPANHA, Antônio M. **As vésperas do Leviathan...**, op. cit., pp. 27-28.
- <sup>49</sup> APM, SC 07, fl. 90. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Coordenação-geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, vol. 2, p. 41.
- <sup>50</sup> APM, SC 07, fls. 122-122v..
- <sup>51</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, op. cit., pp. 195-196.
- <sup>52</sup> FRAGOSO, João. “Afogando em nomes...”, op. cit., pp. 41-71.
- <sup>53</sup> APM, SC 07, fls. 78-78v.. [Grifos meus]
- <sup>54</sup> APM, SC 09, fl. 201v. e Cartas de sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899, p. 165.
- <sup>55</sup> APM, SC 09, fl. 203v.-204 e Cartas de sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899, p. 166.

- <sup>56</sup> APM, SC 07, fls. 94v.-95.
- <sup>57</sup> APM, SC 08, fl. 27. e AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 2, doc. 23.
- <sup>58</sup> APM, SC 08, fl. 10.. e VASCONCELOS, Diogo de., op. cit., p. 292.
- <sup>59</sup> APM, SC 09, fls. 258v.-259. e Catálogo de sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 2, 1988.
- <sup>60</sup> APM, SC 09, fls. 87v.-88.
- <sup>61</sup> APM, SC 09, fls. 231-231v.
- <sup>62</sup> APM, SC 09, fls. 241v.-242.
- <sup>63</sup> APM, SC 09, fl. 83.
- <sup>64</sup> APM, SC 09, fl. 146.
- <sup>65</sup> APM, SC 09, fl. 264v.
- <sup>66</sup> APM, SC 09, fls. 103-103v., APM, SC 09, fls. 52-52v. e Catálogo de sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 1, 1988.
- <sup>67</sup> APM, SC 09, fls. 168-168v.
- <sup>68</sup> APM, SC 09, fls. 266v.-267.
- <sup>69</sup> APM, SC 07, fl. 116v.
- <sup>70</sup> AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 1, doc. 31.
- <sup>71</sup> VASCONCELOS, Diogo de., op. cit., p. 296.
- <sup>72</sup> AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 11, doc. 15.
- <sup>73</sup> APM, SC 06, fls. 37-37v.
- <sup>74</sup> VASCONCELOS, Diogo de., op. cit., pp. 310-311.
- <sup>75</sup> APM, SC 09, fls. 136v.-137.
- <sup>76</sup> AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 9, doc. 70.
- <sup>77</sup> APM, SC 08, fl. 30 e FRANCO, Francisco de Assis Carvalho., op. cit., p. 211.
- <sup>78</sup> APM, SC 09, fls. 81-81v.
- <sup>79</sup> APM, SC 08, fl. 13.
- <sup>80</sup> APM, SC 09, fls. 93v.-94.
- <sup>81</sup> APM, SC 12, fl. 29.
- <sup>82</sup> APM, SC 09, fl. 81.
- <sup>83</sup> APM, SC 09, fl. 264v.
- <sup>84</sup> CATÁLOGO de sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 2, 1988.
- <sup>85</sup> CÓDICE Costa Matoso, op. cit., p. 213; VASCONCELOS, Diogo de., op. cit., p. 271; Capítulo VI, paulistas e emboabas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VII, fascículo 1-2, 1902, p. 49.
- <sup>86</sup> AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 2, doc. 101.
- <sup>87</sup> APM, SC 09, fls. 82-82v.
- <sup>88</sup> AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG, cx. 2, doc. 101., doc. cit.
- <sup>89</sup> APM, SC 08, fl. 18v.
- <sup>90</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho., op. cit., pp. 132-133.
- <sup>91</sup> APM, SC 08, fl. 5.
- <sup>92</sup> APM, SC 09, fls. 99v.-100.
- <sup>93</sup> APM, SC 08, fl. 22.
- <sup>94</sup> CÓDICE Costa Matoso, op. cit., pp. 240-241. [Grifos meus]
- <sup>95</sup> APM, SC 08, fl. 22.
- <sup>96</sup> APM, SC 09, fls. 163v.-164.
- <sup>97</sup> CARTAS-patentes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IV, 1899, pp. 119-121.
- <sup>98</sup> APM, SC 09, fls. 158-158v.
- <sup>99</sup> Para tanto cf. KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo, op. cit.
- <sup>100</sup> VASCONCELOS, Diogo de., op. cit., pp. 360-361.

<sup>101</sup> ANASTASIA, Carla. “A sedição de Vila Rica”. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 268-269.

<sup>102</sup> O ensaio consistia na realização de uma prova para determinar o quilate do ouro, p. 94. Por senhoriagem entende-se o “direito real incidente sobre o fabrico da moeda ou fundição de ouro”, p. 122, e por braçagem a “soma que os moedeiros ou fundidores levam pelo seu trabalho”, p. 79. Acerca das Casas de Fundição e Moeda, p. 84. In: CÓDICE Costa Matoso, vol. 2, op. cit.

<sup>103</sup> BOTELHO, Ângela Vianna. “Casa de Fundição e Moeda”. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*, op. cit., pp. 71-74.

### **Fontes manuscritas e impressas**

AHU, MG – Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais.

AHU, Cons. Ultra.-Brasil/MG – Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino – Brasil/Minas Gerais.

RAPM ano XXXVIII - 1988 – v.1 – Catálogo de Sesmaria. – Revista do Arquivo Público Mineiro.

APM, SC – Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial.

CARTAS de sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899.

CARTAS-patentes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899.

*Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VII, fascículo 1-2, 1902.

CÓDICE Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Co-ordenação-geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos.

### **Bibliografia**

ASCH, Ronald G. & DUCHHARDT, Heinz. (eds.) *El Absolutismo, un mito? Revision de un concepto historiografico clave*. Barcelona: Idea Books, 2000.

ANASTASIA, Carla. “A sedição de Vila Rica”. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 268-269.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOTELHO, Ângela Vianna. “Casa de Fundição e Moeda”. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 71-74.

CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: antropologia catolica de la economia moderna*. Milano: Giuffrè, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000.

- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, pp. 41-71.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOUVEIA, Antônio Camões. In: OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Porgugal, 1641-1789*. Lisboa: Estar Ed., 2001, pp. IX-X.
- GREENE, Jack P. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. The University Press of Virginia, 1994, pp. 1-24.
- HESPANHA, Antônio M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- HESPANHA, Antônio M. “A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVEIA, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001, pp. 163-188.
- KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. (Dissertação de mestrado inédita).
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Porgugal, 1641-1789*. Lisboa: Estar Ed., 2001.
- PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII”. *Penélope*, n. 6, 1991, pp. 119-142.
- RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso”. *Vária História*. Belo Horizonte, n. 21, pp. 100-118, 1999.
- RUSSEL-WOOD, Anthony John R. “Prefácio”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVEIA, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001, pp. 11-19.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Comércio e conflito: a presença portuguesa no golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2001.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

XAVIER, Ângela B. & HESPANHA, Antônio M. “A representação da sociedade e do poder”, In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime. Lisboa*: Editorial Estampa, 1998, p. 113-140.

XAVIER, Ângela B. & HESPANHA, Antônio M. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime. Lisboa*: Editorial Estampa, 1998, pp. 339-349.

*Poder eclesiástico, idéias progressistas e estratégias para a emergência das comunidades eclesiais de base na Arquidiocese de Mariana*

Fabício Roberto Costa Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo**

Este estudo analisa as ações de grupos progressistas da Arquidiocese de Mariana durante o arcebispado conservador de Dom Oscar de Oliveira (1959 – 1988), bem como o processo de transformação da Arquidiocese de Mariana durante os anos de 1990. Esta transformação foi influenciada não apenas pela chegada de Dom Luciano Mendes de Almeida como novo arcebispo, em 1988, mas também pelas idéias e atividades de um número de católicos leigos e padres. A chegada de Dom Luciano consolidou um espaço institucional para uma pré-existente rede sócio-política engajada com idéias do Movimento da Boa Nova e da Diocese de Caratinga para transformar a Arquidiocese de Mariana em uma Instituição mais progressista em idéias e práticas religiosas. A história oral e a análise documental deram subsídios de informações que nos permitiram diversificados pontos de vistas, corroborações e inferências.

**Palavras-chave**

Grupos Católicos – Idéias Progressistas – MOBON

**Abstract**

This study analyzes the actions of ideologically progressive groups within the Archdiocese of the Mariana during the administration of conservative Archbishop Dom Oscar de Oliveira (1959-1988), as well as the process of transformation of a progressive character within the Archdiocese during the 1990s. These transformation were influenced no only by the arrival of Dom Luciano de Almeida as new Archbishop of Mariana, in 1988, but also by ideas and activities of a number of Catholic lay groups and priests. The arrival and administration of Archbishop Dom Luciano provided the political opportunity and institutional space wich enable these preexisting socio-political and ideological networks, articulated with the ideas and action of the Movement of New Social Order (MOBON) and Diocese of the Caratinga, to transform the Archdiocese of Mariana into an instituiton with more progressive ideas and practices. Oral history and the analysis of documents provided diversified sources of information and points of view, permitng corroboration and inferences.

**Keywords**

Catholic Groups - Progressive Ideas - MOBON

## Introdução

Na América Latina, bem como no Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base<sup>2</sup> (CEBS) significaram uma nova forma de sociabilidade. Em muitos desses grupos religiosos iniciou-se uma caminhada para a tomada de consciência social e política através de discussões e debates com embasamento na Bíblia sob o viés da Teologia da Libertação<sup>3</sup>. Muitas vezes, a atuação destes grupos católicos redundou em manifestações políticas através de movimentos sociais, organizações comunitárias, sindicatos e outras formas de organização social<sup>4</sup>.

Dessa maneira, surgiram novos mecanismos de inserção de grupos católicos em seus problemas sociais, à medida que nas CEBS os cristãos católicos, muitas vezes chamados progressistas<sup>5</sup>, discutiam suas questões sociais à luz da bíblia, normalmente com uma visão crítica, analisando a situação social vigente como injusta e procurando soluções para suas dificuldades.

AS CEBS iniciaram sua trajetória de atuação na década de 1960, período marcado por intensos movimentos de massa em toda a América Latina. No Brasil, foram nos anos da Ditadura Militar (1964-1985), principalmente no período do processo de redemocratização, que se espalharam estas pequenas comunidades, politicamente atuantes em diversos movimentos sociais. Não há dúvida no que diz respeito à grande influência da Teologia da Libertação e das CEBS na história da Igreja Católica no Brasil. Neste sentido, podemos dizer que iniciou-se um novo “capítulo” na história do catolicismo latino-americano, pois surgira uma nova forma de sociabilidade e reflexão religiosa entre os fiéis católicos progressistas<sup>6</sup>.

Nessa perspectiva, as CEBS e a Teologia da Libertação significaram uma nova forma de se pensar a religião e foi ao encontro de um processo de ruptura com a longa tradição conservadora da Igreja Católica. Muitos foram os católicos tradicionais que encontraram dificuldades em compreender ou aceitar o estilo e a mensagem da nova forma de atuação da Igreja. Por isso, surgiram tensões entre os grupos tradicionais e os progressistas, particularmente na década de 1960, no início da década de 1970 e novamente após 1980 (MAINWARING, 1989).

Neste sentido, no início da década de 1980 há uma tentativa do Vaticano de frear esta atuação política católica. A carta apostólica endereçada aos bispos brasileiros em dezembro de 1980 dizia: “a Igreja não deve se envolver em questões sociais em detrimento de sua missão especificamente religiosa” (Higuet (1984) *apud* PRANDI ; SOUZA, 1996:62). De acordo com Prandi e Souza (1996), o Papa “se mostrava bastante alinhado às tendências carismáticas e bem distantes da opção pelos pobres da Teologia da Libertação” (PRANDI; SOUZA 1996: 62-63).

O apoio do Papa, bem como a atuação dos grupos conservadores católicos, começou a atrapalhar os passos de grupos ligados a “ala progressista” da Igreja Católica, tendo em vista que seminários foram vigiados, teólogos foram censurados, bispos progressistas foram substituídos por conservadores, etc. (PRANDI; SOUZA, 1996). Nesta mesma perspectiva, Smith (1991) afirmou que a

*"Teologia da Libertação experimentou uma significativa redução de oportunidade política dentro da Igreja Católica, uma vez que Roma buscou eliminar o suporte institucional da Teologia da Libertação. O Papa João Paulo II provou ser mais conservador que seus principais antecessores, João XXIII e Paulo VI (Novac 1986: 65-74) (...) Desde Puebla, houveram ações tomadas pelo Vaticano para reduzir e, em alguns casos, combater a influência da Teologia da Libertação na América Latina"* (SMITH, 1991: 222).

Neste texto, temos como objetivo colocar em debate, embasado no estudo da perspectiva religiosa da Arquidiocese de Mariana<sup>8</sup>, que nem todas as dioceses/arquidioceses acompanharam as propostas de prática e estilos religiosos fundamentados pelo Vaticano, nem pelos seus bispos e arcebispos (pensando em esfera regional). No caso de nosso objeto de estudo, a Arquidiocese de Mariana, não se pode perder de vista que os leigos bem como padres com idéias religiosas diferenciadas da alta elite<sup>9</sup> eclesialística arquidiocesana buscaram mensagens religiosas e/ou práticas religiosas da vizinha Diocese de Caratinga<sup>10</sup>.

Diante deste cenário, em que se pode verificar uma ampla participação regional na caracterização religiosa Institucional, pode-se dizer que as características religiosas são condicionadas pela região, pelo público religioso, pela elite eclesialística, pelas condições de vida, pela história regional, etc. Assim, fica evidente a idéia de que há uma relação dinâmica e de troca recíproca entre os interesses religiosos do arcebispado, dos padres e dos leigos.

Para aprofundarmos nesse tema, trataremos da história das CEBS na Arquidiocese de Mariana que apresenta características interessantes no que diz respeito à relação entre os interesses religiosos de seus atores sociais (desde a alta hierarquia religiosa, até grupos católicos leigos). No decorrer da pesquisa conjugamos a análise documental e os relatos orais, partindo da premissa que ambos poderiam nos trazer informações relevantes que não encontraríamos em só uma das fontes. Os documentos analisados são basicamente os jornais oficiais da Arquidiocese de Mariana, quais sejam: o jornal *O Arquidiocesano* e *O Pastoral*. Já os relatos orais

foram obtidos nas diversas entrevistas que realizamos com padres e leigos da Arquidiocese.

A análise documental<sup>11</sup> foi de grande importância, pois a partir desta estivemos mais subsidiados para compreender as transformações na postura institucional da Arquidiocese de Mariana, o posicionamento dela frente às questões políticas e principalmente em relação às CEBS. E utilizando da história oral, entrevistamos<sup>12</sup> alguns padres, o arcebispo e agentes pastoraes<sup>13</sup> da Arquidiocese de Mariana que têm acompanhado as transformações que vêm ocorrendo nesta Instituição no que diz respeito à sua postura frente aos setores progressista.

Começamos as entrevistas com dois padres da Arquidiocese que já conhecíamos em Mariana e estes acabaram por indicar outros que acabaram também por indicar leigos, que também seriam importantes entrevistar. O objetivo foi formar um grupo a partir de cada entrevista realizada; essa perspectiva possibilitava que cada entrevistado indicasse outros que pudessem trazer informações importantes à pesquisa.

Pessoas indicadas foram procuradas e esclarecidas sobre os objetivos das pesquisas, da gravação das entrevistas, do tempo necessário, etc. Depois de tomadas estas providências, marcávamos os encontros para a realização das entrevistas num lugar onde os entrevistados se sentissem à vontade para falar do tema proposto e pudessem relatar os conhecimentos que possuíam a respeito do tema de pesquisa em pauta, ou seja, a trajetória das CEBS na Arquidiocese de Mariana. Com os dados em mãos, partimos para a análise das entrevistas, dos documentos e do caderno de campo, buscando convergências e divergências entre os dados na perspectiva de enriquecimento da pesquisa.

Neste artigo vamos expor: na primeira parte, a caracterização e a definição das CEBS, na segunda nos dedicaremos à influência da Diocese de Caratinga para a emergência das CEBS na Arquidiocese de Mariana, depois demonstraremos o papel do MOBON para a emergência de idéias progressistas na Arquidiocese de Mariana e na última parte faremos as considerações finais do trabalho.

### **Definição e caracterização das comunidades eclesiais de base**

Michael Löwy (1995) define as comunidades de base como “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem a um mesmo bairro popular, favela, vila, ou zona rural, e que se reúnem regularmente para ler a Bíblia e discuti-la à luz da experiência de vida” (p.46). Já Kruschke (1986) dá uma definição mais detalhada, afirmando que “estas comunidades de Cristãos mobilizam mais de 2 milhões de pessoas, cada uma delas traz juntas entre

15 e 25 pessoas que debatem regularmente (semanalmente ou quinzenalmente) os problemas da vida à luz da Bíblia”<sup>14</sup>(p.186). Já Barraglia (1974) as definiu como

*"um grupo de pessoas que livremente se escolheram, se reúnem para aprofundar seus conhecimentos do Evangelho que é o próprio Cristo; refletem e discutem suas necessidades e as necessidades dos outros, procurando soluções adequadas; celebram juntos, na Eucaristia, suas vitórias e derrotas; e por fim, procuram irradiar, difundir a mensagem que, para ele, é vida". (p.53-54 apud ALMEIDA 2000:87)*

As diferentes definições de CEBS são mais do que uma simples diferença de enfoque, são mais o reflexo da diversidade das pequenas comunidades no que diz respeito ao número de membros, à relação dos grupos com as lideranças religiosas, à escolaridade dos participantes, aos temas de discussão, etc. Essas diferenças ocorrem de acordo com problemáticas regionais, familiares e principalmente comunitárias.

As CEBS se inserem no contexto de transformações na Igreja Católica que se tornaram mais nítidas a partir do Concílio Vaticano II<sup>15</sup> (outubro de 1962 a dezembro de 1965). De acordo com Berryman (1987:20 *apud* SMITH, 1991:123) este

*"encorajou pessoas a entrar em diálogo com 'o mundo'. Otimistamente o mundo visto da Europa parecia ser um mundo de corren-teza de mudança tecnológica e social. Um Terceiro ângulo Mundial de visão, porém, revelou um mundo de pobreza vasta e opressão que pareciam pedir revolução" (1987:20 apud SMITH, 1991:123)<sup>16</sup>*

Este é um ponto relevante, uma vez que a Igreja Católica, antes tida como uma das instituições que sustentavam o conservadorismo e historicamente esteve ligada aos interesses das classes dominantes, tornou-se uma das grandes referências para os movimentos sociais, pois, na década de 1970, embora tivesse oficialmente aderido ao regime militar, acabou atravessando o período como uma das poucas, se não a única instituição da sociedade civil capaz de um esforço organizado de oposição (MONTEIRO, 1999).

Esse diálogo com os movimentos sociais levou boa parte da Igreja Católica a rever muitas práticas que tinham conduzido a Instituição até o momento. E a inserção cada vez mais proeminente nos movimentos sociais de orientação popular acabou levando cientistas sociais a reverem muitas

concepções que até o momento se impunham como paradigmáticas, como o papel social alienante da religião.

Segundo Monteiro (1999), grande parte dos trabalhos intelectuais do período de 1970 e meados de 1980 concentrou seus esforços no posicionamento a favor ou contra a Igreja Católica. Em geral, os intelectuais católicos atribuem à Instituição boa parte dos ganhos dos movimentos populares, ao passo que muitas análises a encaram como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de organizações populares mais robustas.

Gaiger (1987) relativiza esta questão afirmando que se num primeiro momento a intervenção dos agentes contribuiu para despertar a consciência de grupos de pessoas, ela pode agir a médio e longo prazo como freio dessa mesma consciência. Mas o fato é que a Teologia da Libertação e as CEBS tiveram grande envolvimento em movimentos sociais<sup>17</sup>.

A organização dos leigos, as reflexões acerca do cotidiano e dos problemas diários tendo como referência a Bíblia, além do apoio de padres e bispos para a mobilização popular, acabaram gerando e/ou apoiando vários movimentos sociais por todo o país, seja no meio urbano ou rural. Contudo, não podemos deixar de considerar que as CEBS não atuaram no Brasil de uma forma homogênea, no que diz respeito ao seu envolvimento nas causas sociais e políticas em voga.

Em algumas regiões do Brasil, as CEBS tiveram grande influência, como por exemplo São Paulo (SP), Ipatinga (MG) e em muitas regiões do Nordeste. Já na Arquidiocese de Mariana (MG) a presença delas foi limitada. Estes exemplos são um reflexo da própria heterogeneidade católica, pois as CEBS e a Teologia da Libertação nunca foram unanimidades no catolicismo.

Assim, há uma diversidade enorme no que se refere à relação de dioceses/arquidioceses com a Teologia da Libertação. Na Arquidiocese de Mariana, por exemplo, durante as décadas de 1970 e 1980, quando as CEBS se espalhavam por todo o Brasil, elas encontraram empecilhos para o pleno desenvolvimento na Arquidiocese de Mariana-MG. Já na década de 1990, momento de auge da Renovação Carismática, os progressistas encontram maior espaço de atuação. As explicações para tais fatos é um dos temas que será tratado nos próximos tópicos.

### **Os Arcebispos de Mariana e a Teologia da Libertação**

D. Oscar de Oliveira foi arcebispo de Mariana entre os anos de 1959 e 1988. Durante este período que perpassa a ditadura militar brasileira (1964-1985), a emergência da Teologia da Libertação e a efervescência das CEBS não ocorreram de maneira explícita na Arquidiocese de Mariana. O motivo disso nos remete à alta elite eclesiástica arquidiocesana, pois esta certamente tinha grande peso no que se refere à expansão e/ou crescimento das CEBS na Arquidiocese.

Diante desta questão, precisávamos compreender a relação do referido arcebispo com as CEBS, bem como com a Teologia da Libertação. Assim, estivemos diante da necessidade de procurarmos os atores sociais diretamente engajados com tais questões para nos esclarecer sobre tais assuntos. Mas também não poderíamos deixar de dar especial atenção aos jornais arquidiocesanos.

Nestes jornais sempre encontramos notícias referentes à história das CEBS na Arquidiocese de Mariana como a que se segue:

*"Esta nova forma de ser Igreja foi introduzida na Arquidiocese de Mariana por volta dos anos 70. Inicialmente sofreu resistências. Porém via-se ali uma semente pronta para brotar. De maneira tímida e retraída, essa semente encontrou terrenos propícios, traduzindo uma nova forma de organização paroquial, principalmente em Araponga, Entre Rios, Jeceaba, Mercês, Paiva, Pedra Bonita, Porto Firme, Presidente Bernades, Santa Bárbara do Turgúrio e Sericita"* (Ano VII, n 72 Junho de 1997. **Arquidiocese de Mariana**, pg. 7).

Esta notícia do jornal deixa evidente que as CEBS iniciaram a trajetória na Arquidiocese de Mariana na década de 1970 e se por um lado encontraram terrenos propícios em algumas cidades, por outro acabaram sofrendo resistências. A notícia no jornal deixa evidente a existência de resistências, mas não deixa claro de quem eram. Ela poderia ser da população que não estaria disposta a se reunir periodicamente para discutir a Bíblia e muito menos discuti-la a partir de suas condições sociais. Outra hipótese é a de que o clero que dirigia a Arquidiocese não tinha interesse na difusão das CEBS pelo seu território.

A hipótese de que a população não teria se adaptado a essa "nova forma de ser Igreja", expressão que os católicos progressistas gostam de utilizar, é muito difícil de ser comprovada, porque, pelo que pudemos perceber, eram poucos os lugares em que se tentou implantar CEBS e, segundo os padres entrevistados, nestes lugares essa tentativa obteve êxito. Já a hipótese mais consistente que construímos ao longo da pesquisa, de que a resistência vinha basicamente do arcebispado, recebeu o reforço de uma notícia do jornal da Arquidiocese de 1998, em que se buscava relatar a memória das CEBS. Nesta notícia, afirma-se que

*"Na memória das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana, a hierarquia aparece como uma presença contraditória. Quando o 'trem' parece ter entrando nas trilhas, 'força ocultas' atropelam todo o processo. Padre Theóphilo se destaca como o grande*

*incentivador de uma Igreja popular mesmo antes de se falar em CEBS em nossa Arquidiocese. De acordo com Geraldo Botelho, em 1968 eles já começaram a formar comunidade em Porto Firme. Mas, em pouco tempo, Padre Theóphilo saiu. Até hoje não entende o porquê.*

*Em Araponga, destaca-se a figura do Padre José Miguel. Começando com os chamados 'cursos de batismo' ele deu vida nova à Igreja local. Conseguiu, inclusive, mobilizar todo o município. Mas nesse tempo parte da Matriz caiu, com a alegação de que ele não tinha dom para arrecadar dinheiro e reconstruir templo, foi transferido para Sericita. Até hoje não entenderam os reais motivos pa remoção do padre" (O Pastoral, Ano VII, n 88, outubro de 1998, pg. 10).*

Pela notícia do jornal oficial da Arquidiocese, a elite eclesiástica buscava impedir a proliferação das CEBS, mesmo que houvesse a necessidade de que padres fossem transferidos para outras paróquias, cidades e até mesmo região da Arquidiocese. Pessoas que conviveram com o padre de Porto Firme e o próprio padre José Miguel, citado acima, negaram essa divergência ferrenha das elites eclesiásticas com as CEBS. Mas não podemos perder de vista que certamente os padres tentam minimizar os conflitos internos numa situação de entrevista.

Pudemos perceber isso quando procuramos o padre Rodrigo<sup>18</sup> e logo no início da entrevista ele disse: “o que eu posso te falar é que o Dom Oscar tinha uma grande preocupação com a parte litúrgica e via no comunismo uma grande ameaça da fé cristã”. Com estes dizeres ele deixou em evidência que sua fala poderia comprometê-lo, pontuando isso claramente com a expressão “o que eu posso te dizer”.

Com o padre Daniel a entrevista não caminhou de modo muito diferente. Sempre que fazíamos perguntas a respeito da atuação da Arquidiocese de Mariana durante a Ditadura Militar ele evitava o assunto. Era firme ao afirmar que a chegada de D. Luciano Mendes Almeida, que assumiu a Arquidiocese de Mariana em 1988 e tinha postura mais progressista, representava muito para a Arquidiocese e insistia em assuntos da década de 1990 e exaltava que a “Igreja somos nós”, evitando críticas ao ex-arcebispo.

Quando entramos em questões que referem a relação entre a Arquidiocese e a Teologia da Libertação, ele justificou a pouca presença desta última, afirmando que essa questão “é uma coisa naturalmente entendida na história né? É uma coisa muito recente entendeu? Mas nem por isso se deixou de valorizar aquilo que existia que era a religiosidade popular, as procissões, as festas, manifestações populares.” O Sr. Hélcio<sup>19</sup> indo em convergência à justificativa do Padre Daniel afirmou que no período de D. Oscar “as atitudes tomadas eram mais tradições, rezas.”

O outro entrevistado, Sr. Édson<sup>20</sup>, que vive na cidade de Mariana desde a década de 1950, afirmou que a população do centro de Mariana, que é tida como mais tradicional, é a que melhor se relacionava com D. Oscar. Sobre as Comunidades Eclesiais de Base ele afirmou que “Mariana não aceitou não” e disse com certo ar de desabafo, “aqui não aceitam comunidades de base. Eles gostam é de procissão e de novena”.

Apesar destas críticas, de acordo com as entrevistas realizadas, a elite eclesialística dirigente não dava apoio à criação das CEBS mas também não exercia seu poder para tentar impedi-las. Segundo o próprio padre José Miguel<sup>21</sup>, ele se dava bem com D. Oscar<sup>22</sup> e que o dia que ele foi fazer uma visita à sua paróquia, ele até gostou do que tinha visto. Enfim, o fato é que não havia um empenho da elite eclesialística na criação das CEBS, mas não temos subsídios para afirmar que o arcebispado era autoritário e impediria a criação das comunidades de base, assim é mais coerente afirmar que ele tentava criar barreiras. No entanto, o objetivo que elas não se politizassem era explícito, nesse sentido, em 1970 afirmava-se que:

*"Deve se entender a que as comunidades eclesiais de base se desenvolvam nestes três planos (a saber, da fé, do culto e da caridade), manifestando, de modo cada vez mais perfeito, sua natureza 'eclesial', e chegando a assumir – nas possibilidades de seu nível – todos os objetivos de ação que competem à Igreja e que o Plano Nacional de Pastoral de Conjunto quis resumir em suas seis diretrizes" (O Arquidiocesano. Ano XI. n 553. 19/04/1970. p. 4 apud SOARES 2003:65-66)*

*"(...) o objetivo comum visado pela Comunidade é, antes de tudo, o objetivo espiritual eclesial e depois, de acordo com ele e a ele subordinado, os objetivos temporais e materiais do homem e da família humana, qualquer que seja e como quer que se apresente" (O Arquidiocesano. Ano XI. n 553. 19/04/1970. p. 4 apud SOARES 2003: 66)*

Levando-se em conta estes relatos, percebe-se que, na visão da Arquidiocese, o papel espiritual era o de maior importância numa CEB, estando todos os outros fatores subordinados às questões espirituais. Nas CEBS, segundo a Igreja Católica, o papel espiritual é também relevante, mas o que chama a atenção é o fato do jornal oficial da Arquidiocese ficar enfatizando o objetivo espiritual em detrimento das questões temporais. Assim, na visão da Arquidiocese, o papel da Igreja Católica seria o de “fornecer” um conforto

espiritual e não metas para reflexão das condições sociais, econômicas, etc. Dessa forma, não se pode falar de uma proibição à existência de CEBS, a principal preocupação era de que estas não saíssem das questões eclesiais para se preocuparem com questões sócio-políticas.

Os relatos dos jornais e as falas dos entrevistados são convergentes à medida que todos falam das dificuldades das CEBS para se fazerem presentes na Arquidiocese no período em que Dom Oscar era arcebispo da Instituição (1960-1988). Interessante também era o fato de que os relatos dos jornais do período de Dom Oscar enfatizavam os cuidados que se deveria ter com as CEBS, no sentido de não as politizarem demasiadamente e não se deixar levar pelas questões mundanas e esquecer o lado espiritual. Segundo o padre José Miguel as maiores dificuldades de expansão das CEBS foram encontradas com o clero, porque os leigos são mais maleáveis e “mais pé no chão”.

Nesta perspectiva, o arcebispado defende que “a missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social. A finalidade que Cristo lhe prefixou é de ordem religiosa” (**O Arquidiocesano**. Ano XI, nº 553. 19/04/1970. p.3 apud SOARES, 2003:74). Os espaços de notícias das CEBS na Arquidiocese aumentaram com a chegada de Dom Luciano, assim como as mensagens a respeito delas.

Afirmações de que a Arquidiocese era mais tradicional e que tem havido melhoramentos para uma maior proliferação de CEBS com a chegada de Dom Luciano (que está na Arquidiocese de Mariana de 1988 aos dias atuais) foi constante nos depoimentos, a maioria deles caminhou no mesmo sentido dos depoimentos do padre Daniel que afirma que

*"O que a gente percebe é que há uma mudança na Arquidiocese de Mariana, sobretudo a partir da chegada de Dom Luciano, às vezes algumas questões que estavam mais abafadas, mais surdas, elas vão eclodir, e a forma como ele organizou a Diocese, essa tradição de assembleias pastorais, de encontro de presbíteros, não só os retiros, mas os encontros anuais, os presbítero, discutir a Bíblia, os ministérios, questões pastorais, abriu mais o debate. A própria linha do jornal Pastoral, que sucedeu ao jornal Arquidiocesano mostra claramente uma perspectiva diferente, um foco diferente. Na realidade, o fato é outro, é uma Diocese mais aberta, digamos, assim, aquilo que é a caminhada da Igreja no Brasil, sobretudo da CNBB, e um engajamento maior nos movimentos sociais numa perspectiva mais crítica."*

A importância de um bispo numa diocese ou arquidiocese é um fator de grande relevância para este trabalho, na medida em que estudamos uma Instituição religiosa que tinha um arcebispado tido como um dos grandes nomes do conservadorismo da Igreja brasileira, D. Oscar de Oliveira, sendo

substituído por Dom Luciano Mendes de Almeida<sup>23</sup>, que era um dos grandes nomes da Igreja Progressista da década de 1980.

A chegada de Dom Luciano à Arquidiocese de Mariana tinha um grande significado para a população local, principalmente para os progressistas que já estavam articulados na mobilização social para a promoção de idéias religiosas mais engajadas com as questões sociais e estavam ávidos de uma direção arquidiocesana que lhes dessem maiores condições de atuação.

Essas condições emergiram, tanto que as notícias dos jornais lançados por Dom Luciano, na década de 1990, iam no sentido de promover as CEBS para que estas pudessem aumentar em número e em qualidade em toda a Arquidiocese, notícias diferentes dos jornais da década de 1970 e meados da década de 1980 em que a preocupação era que as CEBS se politizassem, que se confundissem a fé com a política, o papel da Igreja Católica, etc.

Diversas reuniões e convocações da população para participação aconteceram. O jornal, *O Pastoral*, de agosto de 2004 reflete bem esta preocupação. Logo na primeira página vem o título, *Espiritualidade Libertadora*, e logo abaixo vem uma mensagem afirmando que as CEBS “continuam se mobilizando para garantir um jeito popular de ser Igreja, sustentando a mística da participação e Comunhão Eclesial que brota da palavra de Deus e da Eucaristia” (Jornal Pastoral, agosto de 2004, Ano XIV, número 158).

Na segunda parte do jornal, afirma-se que muitos pensam que a vez das Comunidades Eclesiais de Base já passou e até mesmo acreditam na morte da Teologia da Libertação e “entendem que o momento é dos movimentos espiritualistas de cunho pentecostal ou neopentecostal como a Renovação Carismática Católica, por exemplo” (Jornal Pastoral, agosto de 2004, Ano XIV, número 158).

O editorial do jornal afirma que estes pensamentos em parte são verdadeiros, mas que em meio a tudo isso

*"É bom saber que Mariana, a primaz das Minas Gerais, acredita nesta Igreja que se faz pobre para libertador pobre. Em meio a tanta espiritualidade alienada e alienantes, consola saber que nas CEBS a espiritualidade é libertadora porque leva o compromisso com os excluídos, prova inequívoca do seguimento de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida" (Jornal Pastoral, agosto de 2004, Ano XIV, n 158).*

No mesmo jornal Dom Luciano afirma que

*"Dar auxílio a uma pessoa necessitada é sempre prova de amor fraterno. Temos, no entanto, que pedir a Deus que ilumine nossa*

*responsabilidade política. Mais forte é a caridade de quem se empenha para elaborar e aperfeiçoar as leis do país de modo a assegurar decisões políticas adequadas, capazes de saciar as multidões de famintos e mendigos, de sem-terra e sem casa, dos que não tem trabalho nem assistência médica" (Jornal Pastoral, agosto de 2004, Ano XIV, n 158).*

Desta forma, Dom Luciano deixa claro que a melhor maneira de ajudar os pobres não é fazer uma caridade, dando um alimento ou uma moeda aos mendigos pelas ruas, que aliás podem ser vistos em bom número pelas cidades da Arquidiocese. Dessa forma, acredita que a melhor maneira de resolver os problemas do país é realizar políticas públicas adequadas à situação encontrada no país, e a função de cobrar essas políticas públicas na década de 1980 coube aos membros das CEBS.

Nesta perspectiva, para a difusão das CEBS na Arquidiocese de Mariana, foi de grande importância a atuação e a troca dos arcebispos. Neste sentido, em geral, os entrevistados faziam comparações entre os arcebispos e todos são convergentes com a afirmativa de que D. Oscar não tinha interesse de divulgar a Teologia da Libertação.

Já a concepção a respeito de Dom Luciano Mendes de Almeida é bem diferente; o padre Rodrigo, que foi muito cauteloso ao falar sobre D. Oscar afirmou que os grupos pastorais têm crescido ultimamente e que “a vinda de D. Luciano facilitou tudo isso, porque ele é de um centro que é São Paulo, e ele foi secretário geral da CNBB e isso favoreceu o que já estava acontecendo em Mariana, assim cresce o compromisso com as pastorais”.

Quando perguntamos a ele se a população não era a maior responsável pela existência tímida da Teologia da Libertação, ele respondeu que

*"essa era muito também a orientação do D. Oscar, já com o Dom Luciano houve crescimento das pastorais e toda uma nova leitura, não que ela não chegasse antes, mas ela chegava mais fácil. Passaram a existir assembleias paroquiais, assembleias regionais, houve toda uma participação maior. Através da Bíblia faz-se uma ligação desta com a vida, o jornal O Pastoral tem esta idéia."*

Assim, o padre procura deixar claro que a chegada de D. Luciano deu ânimo novo à Teologia da Libertação na Arquidiocese. O padre Daniel afirmou que após a chegada de D. Luciano em 1988 “a cidade está inserida neste projeto novo, tanto da arquidiocese, das assembleias, quanto da CNBB que são os planos pastorais maiores” e disse que “foi a partir do final dos anos 80 que a

Cidade entrou dentro de um ganho pastoral maior e com certeza a chegada do Dom Luciano é o grande marco da Cidade e da Arquidiocese como um todo”.

O mesmo padre reconheceu a atuação tímida da Arquidiocese durante a ditadura militar e afirmou que “se fosse hoje seria diferente, a Arquidiocese pra você ter uma idéia, num plebiscito contra a Alca e contra dívida externa, a participação da Arquidiocese foi a maior de Minas em termos, assim, proporcionais, se tem idéia como é diferente”. Essa afirmação da diferença no catolicismo de Mariana se refere à atuação da Igreja Católica atualmente e em outros tempos.

O Sr. Édson afirmou que quando D.Oscar era arcebispo “não tinha comunidade não, não tinha padre, agora tem, é o D. Luciano, ele é mais progressista, veio de São Paulo, lugar mais desenvolvido”. E afirmou que “além de bispo ele tem muitas funções, ele é um bispo dos pobres” e que ele é “um pouco assim político, mas ele é político assim né, no sentido de defender o direito do povo e eles achavam que tinha mandado ele pra cá por causa disso pra podá ele né.”

Ele acredita que D. Luciano foi transferido para Mariana para perder um pouco do destaque nacional e poder que tinha em São Paulo, e acredita que as transformações do catolicismo em Mariana ocorreram em função da chegada de D. Luciano:

*"o padre assim é o padre, igual, eu não sei se você sabe e o padre pega a orientação do bispo e o bispo pega a orientação do papa, né, e eles não fazem nada sem a cúpula da igreja, então o Dom Luciano fez a reunião com os padres e aí ele fez a mudança. E o que que ele fez? Colocou os padres jovens na frente das paróquias, justamente pra fazer as mudanças. E essas mudanças causaram algum problema, mas respeitaram o povo aí e aí hoje a coisa lá vai caminhando."*

Segundo os relatos apresentados percebe-se que as pessoas entrevistadas têm a visão de que D. Oscar dava maior apoio a ritos e a uma religião de mais celebrações e acreditam que D. Luciano foi responsável pelas várias transformações que a Arquidiocese tem passado, no sentido de ter uma relação de maior proximidade com a Teologia da Libertação e com as CEBS. Não obstante, o poder dos bispos e arcebispos, que segundo Novaes (2002) foram vitais para a disseminação da Teologia da Libertação, leigos e padres foram os grandes responsáveis pela emergência de tais idéias religiosas progressistas. Neste sentido, a proximidade com a Diocese de Caratinga foi de fundamental importância para a Arquidiocese de Mariana.

## A influência progressista da Diocese de Caratinga na Arquidiocese de Mariana

No início da década de 1960, aconteceu o Concílio Vaticano II (1962-1965) que se consolidou como um evento de grande importância para a emergência de idéias associadas à Igreja Progressista, associadas à Teologia da Libertação. Segundo Scherer-Warren (1996), a Teologia da Libertação

*"nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se do encaminhamento de uma nova visão para o papel da Igreja, da prática cristã e do pensar teológico, até então apoiado numa teologia feita a partir da realidade exógena européia"* (p.32-33)

Diferenças de definições e enfoque à parte, no que se refere à Teologia da Libertação, o certo é que os grupos religiosos progressistas<sup>24</sup> engajados em transformações sociais utilizaram idéias da Teologia da Libertação na legitimação de diversas mobilizações sociais em oposição às diversas ditaduras por toda a América Latina. Para que as idéias da Teologia da Libertação se difundissem foram criadas as CEBS.

Na Arquidiocese de Mariana, durante a ditadura militar, não existiam CEBS de forma generalizada em toda a sua extensão territorial, "mesmo porque a Arquidiocese como um todo não havia feito sua opção pelas CEBS" (O Pastoral, Agosto de 1995, ano V, nº 50). Apesar disso, em fins da década de 1960, um grupo de católicos de dentro da Arquidiocese e fora dela, se organizaram na mobilização de pessoas para a promoção de idéias religiosas progressistas.

Entrevistamos várias destas pessoas que participaram do processo de expansão do número de CEBS, e nas entrevistas percebemos a amizade entre elas, pois procuram sempre citar uns aos outros e narrar como se conheceram, como se articulavam, como foram os contatos, como eram as viagens em busca da divulgação de idéias progressistas, etc. Os roteiros de discussão para as CEBS, a produção do material utilizado e as pessoas que as incentivam vinham geralmente da Diocese de Caratinga. Segundo o padre José Miguel, na Arquidiocese de Mariana não tinham CEBS e que elas começaram a entrar na Arquidiocese por volta de 1975 sob influência da Diocese de Caratinga. Ele narra seu trabalho de mobilização e a importância de seu contato com a Diocese de Caratinga para a promoção das CEBS:

*"Aí a Diocese de Mariana divide com a Diocese de Caratinga e a gente vendo a beleza da diocese de Caratinga, por que eu visitava Divino, e faz divisa com Pedra Bonita, Santa Margarida, dividindo*

*com Pedra Bonita, a gente olhando vendo as coisas, sobretudo Divino, que Santa Margarida na ocasião era um Padre Holandês, ele não olhava muito pra esse lado de CEBS não. Mas Divino era maravilhosa lá. E visitando lá a convite a padre e também celebrando cá, a gente vendo a atitude dos leigos, aí resolvi, conforme se diz né, 'deixa a abóbora passar debaixo da cerca', não é. Assim nós começamos também, Pedra Bonita, Sericita, São Domingos, Ribeirão São Domingos e as coisas foram crescendo sabe?"*

A expressão utilizada para falar da “infiltração” das CEBS, “deixa a abóbora passar debaixo da cerca” é marcante no depoimento ao revelar a importância da proximidade da Arquidiocese de Mariana com a Diocese de Caratinga. Pois o contato com uma diocese que seria engajada com a criação de CEBS, que produzia materiais para esses grupos e contava com padres e uma população engajada, se mostrava importante para os padres da Arquidiocese de Mariana que se interessavam por estas idéias, uma vez que não contavam com o aval da Instituição para as mesmas posturas na Arquidiocese.

O contato com grupos progressistas da Diocese de Caratinga facilitava a criação de CEBS na Arquidiocese de Mariana, o que, segundo os entrevistados, amadurecia a idéia da necessidade de maior envolvimento da religião nas questões sociais. Dentro deste contexto, o padre José Miguel afirma que conseguiu ganhar uma Kombi zero quilometro para a evangelização

*"por causa das CEBS, levando curso buscando cursos. Dom Cavati, muitas vezes nós fomos lá e no intercâmbio no meio da paróquia também, rodando levando líderes, participamos de muitos cursos na Diocese também utilizando desse veículo, então foi uma beleza, né."*

Fato interessante da pesquisa foi ter percebido que, apesar do arcebispo não ter se empenhado na promoção de CEBS, ele não impedia os padres de as promoverem, desde que isso não trouxesse conseqüências negativas<sup>25</sup> para a Arquidiocese, como por exemplo, aquilo que o arcebispo entendia por “politização excessiva”. Somando-se a grande atuação dos católicos progressistas contra a ditadura militar no Brasil, o Concílio Vaticano II, o contato com a Diocese de Caratinga e a existência de um grupo de padres e leigos que objetivavam a veiculação de idéias religiosas progressistas na região acabava se formando uma situação política favorável à mobilização progressista interna à Arquidiocese.

O padre Douglas se refere às CEBS da Arquidiocese como sendo “não tão politizadas”. Mas, de qualquer forma, era algo significativo, pois era a emergência de novas idéias e práticas religiosas, as quais, muitas vezes, não eram bem vistas pelo arcebispo. Segundo Padre Arnaldo<sup>26</sup>

*"Havia até uma coisa interessante na época porque a Diocese de Caratinga e a de Itabira eram bem mal vistas pela Arquidiocese e a gente acabava incorporando aquilo de que a nossa Diocese era melhor. Como se a nossa Diocese é que era a mãe certa porque elas desmembraram de cá. Como se fosse assim a saída das filhas rebeldes, mais aí nós fomos entendendo que lá, as pessoas participavam muito mais, e elas vieram entrando por ali, na região de Sericita."*

Este é um depoimento ilustrativo de como alguns padres e grupos de religiosos da Arquidiocese pensavam a respeito das dioceses engajadas com a criação de CEBS e como, a partir do contato com a diocese vizinha, muitos religiosos começavam a perceber os benefícios que a criação das Comunidades de Base poderia trazer para a Arquidiocese. Nesse intuito, integrantes do MOBON (Movimento da Boa Nova), de cunho progressista, eram convidados para ministrar cursos na Arquidiocese de Mariana.

Segundo um dos fundadores do MOBON e atualmente presidente do Movimento, o objetivo do trabalho que realizavam era levar os leigos à reflexão e dar a eles liberdade para falarem de suas realidades, idéias com bastante afinidade com a Teologia da Libertação. Nesse sentido o jornal *O Pastoral* afirma que:

*"A vizinha Diocese de Caratinga é que inspirou as CEBS na Arquidiocese de Mariana. Em 1980, por exemplo, Monsenhor Raul de Caratinga, esteve em Entre Rios para falar sobre a organização das CEBS. Durante muito tempo, usou-se o Roteiro para grupos produzidos pela equipe de Caratinga. Vários líderes das CEBS participaram do MOBON (Movimento da Boa Nova) de Caratinga e também dos cursos de Páscoa e Natal, organizadas pela diocese de Caratinga. Desde que se implantaram em algumas paróquias passaram a ter encontros anuais, a partir de 1982. A finalidade destes encontros eram avaliar a caminhada e propor novas metas"* (Ano VI, n 67. janeiro 97/ **Arquidiocese de Mariana**)

Dessa forma é consistente o argumento de que a Arquidiocese sofreu influência de idéias religiosas progressistas externas ao seu espaço geográfico, tendo em vista o contato com a vizinha Diocese de Caratinga, que também tinha o MOBON em seu território e que acaba por exercer influência na Arquidiocese de Mariana.

## **O MOBON na Arquidiocese de Mariana**

Segundo Alípio, o MOBON exerceu grande influência na criação de grupos de reflexão, na Diocese de Caratinga e muitos outros lugares, porque as pessoas iam lá e ficavam entusiasmadas com as discussões e as conclusões tiradas nas plenárias<sup>27</sup> e queriam fazer aquilo na comunidade de origem. Este movimento acabou chegando ao território da Arquidiocese de Mariana.

A atuação na Arquidiocese se deu na região antes da década de 1980, mas é difícil precisar as visitas e o trabalho dos integrantes do movimento antes deste período, pois nem eles mesmos sabem precisar quando faziam visitas na região e os lugares onde eles visitavam. Mas, de 1979 em diante, dá para se ter uma noção maior da influência do MOBON na região da Arquidiocese de Mariana, tendo em vista que este Movimento inaugurou uma casa de cursos em Dom Cavati, na região leste de Minas Gerais e recebia visita freqüente de pessoas da Arquidiocese.

De 1979 a 1987 viajaram mais ou menos oitocentas pessoas a Dom Cavati. Uma pessoa da Arquidiocese que exerceu influência para trazer as idéias do MOBON para a Arquidiocese, cujo nome foi encontrado entre os principais participantes dos cursos é o do Carlindo<sup>28</sup>. Ele afirma ter conhecido o trabalho do MOBON ao viajar para as cidades de Caratinga e Inhapim, onde tem parentes católicos, e lá percebeu a discussão das pessoas e os comentários sobre a casa de cursos de Dom Cavati.

No início da década de 1980, ele resolveu fazer uma visita à casa de cursos e foi conversar com as pessoas que estavam lá, sobre a carência de trabalhos de reflexão na Arquidiocese de Mariana, que no meio rural não existia nenhum trabalho de base e que a única opção que as pessoas estavam tendo era ir à missa e isso quando tinha padre na paróquia. Ele afirma que sentia falta de um trabalho fora da missa, onde as pessoas pudessem discutir temas e se sentirem úteis à Igreja.

Diante disso, foi conhecer o MOBON, foi convidado a participar de um dos cursos e nunca mais deixou de freqüentar a Casa. Fez todos os cursos e há mais de vinte anos visita a Casa com freqüência, e lembra com muito saudosismo dos padres que trabalhavam junto com ele na difusão das idéias do MOBON.

Além de participar dos cursos, Carlindo reunia pessoas e procurava ministrar os cursos em diversos lugares como Paula Cândido, Jequeri, Viçosa, Porto Firme e diversas outras pequenas localidades da região da Zona da Mata. Trazia livros para padres e lideranças leigas e convenceu um grande número de católicos a participarem dos cursos em Dom Cavati. Também convidava pessoas do MOBON e simpatizantes das idéias do Movimento para ministrarem os cursos em regiões da Arquidiocese. Entrevistamos alguns

deles que compartilham o vínculo às idéias progressistas e a consciência de que uma nova forma de religiosidade era possível e viável.

Segundo Carlindo, muitos leigos aderiam ao trabalho do MOBON e alguns padres acabam se convencendo de que o trabalho era benéfico para a paróquia. Uma questão interessante, colocada por ele, é que “o trabalho de leigo não tem fronteiras”, o problema de hierarquia e de ordem era mais uma questão ligada aos padres. Sobre isso ele afirmou que chega em qualquer lugar e procura ter uma boa relação com os padres, mas se não tiver, vai começando aos poucos com alguns leigos, vai criando neles um sentimento de que o catolicismo de que praticam pode ser diferente, etc.

Sobre esta religiosidade diferente pensada pelo MOBON, Carlindo afirma que:

*"O cristão do MOBON, que o MOBON idealizou foi o cristão que sempre sabe dizer porque, quando, que horas, é ele que diz, não é porque ele leu, ou porque alguém passou pra ele essas ordens, escritas. Mas ele é que vai saber que horas, quando, porque, porque ele vai fazer a mudança de vida dele, porque que ele agora é uma coisa e antes ele era outras, quer dizer, é ele que sabe, não é ninguém que diz pra ele. Então, a formação teológica que nós recebemos do MOBON foi uma formação crítica, uma formação aberta, que você tem toda uma orientação, que você tem todo o subsídio, mas quem diz a hora, como e quando é você. Você que é (...). E você realmente tem que por sua cabeça pra pensar. O MOBON às vezes, as pessoas às vezes quando iniciam numa comunidade, duzentas, trezentas pessoas e tal, quando a gente vai trabalhando com a metodologia do MOBON, daí a pouco você tem lá, trinta, quarenta pessoas e ficam aquelas pessoas que realmente topam pensar porque se não pensar não servem pro MOBON, não tem como, o trabalho de reflexão do MOBON, que é o MOBON, o anúncio da Boa Nova, que visa formar as pessoas pra pensar. Inclusive formar pessoas que realmente pra ser cabeça, pra saber como, e não ser aquelas pessoas que tem que ser mandadas, aquelas pessoas que vão puxar o carro, e não aquelas pessoas que vão simplesmente, vamos dizer assim, que vai pro litúrgico."*

O MOBON fazia seu trabalho na Arquidiocese com o apoio daqueles que acreditavam na viabilidade de constituição de um grupo de cristãos críticos diante da realidade em que se encontravam. Queriam formar cristãos que soubessem argumentar e discutir. Alguns padres, o Carlindo

e o presidente do MOBON afirmaram que em qualquer lugar que se chegue para trabalhar e comece a conversar com as pessoas, rapidamente pode-se perceber que ali há trabalho do MOBON, porque as pessoas não serão inibidas e muito provavelmente se interessarão por argumentar e entrar em diálogo.

Nesse sentido, o MOBON foi importante fonte de informação e de mobilização para a entrada de idéias progressistas na Arquidiocese de Mariana. Os padres, os leigos e os membros do MOBON se constituíram como importantes estruturas de mobilização capazes de influenciar centenas de pessoas e promover idéias religiosas que recebiam pouco apoio do arcebispado. Se faz importante destacar também que o MOBON foi um Movimento que esteve junto e aliado à mobilização mais ampla de promoção de idéias progressistas internas à Arquidiocese de Mariana, uma vez que a disseminação de idéias não era unicamente do MOBON.

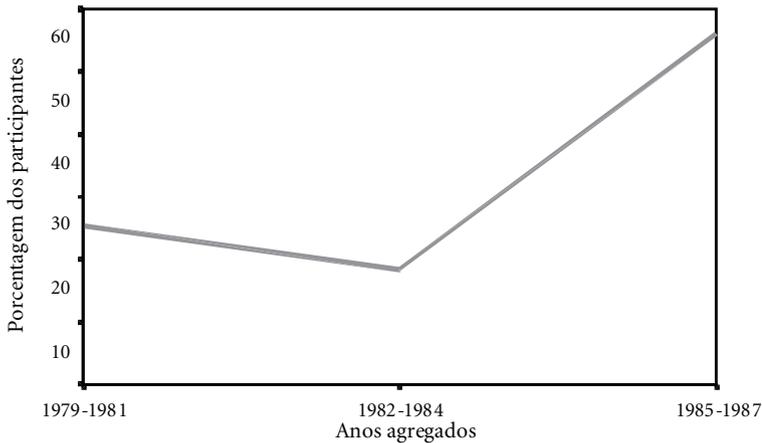
O Padre Daniel, por exemplo, que trabalhava na Região Mariana Pastoral Oeste afirma ter recebido uma formação da Congregação Redentorista, que segundo ele era bem diferentes da formação da Arquidiocese, que era mais conservadora. Assim, acontecia o fato dos próprios padres já terem uma formação mais progressista.

Outra fonte de idéias vinha da Diocese de Caratinga<sup>29</sup> através: dos roteiros de discussão para as CEBS, da produção do material utilizado e das pessoas que as incentivavam. Dessa forma, além do MOBON, alguns padres tinham formação e idéias diferenciadas daquela colocada pelo arcebispado e a Diocese de Caratinga também exercia sua influência.

Segundo Carlindo, com a chegada de Dom Luciano a ida ao MOBON continuou não sendo incentivada, mas os motivos não são os mesmos do período de Dom Oscar, que não via com bons olhos as idéias do Movimento. Segundo ele, a idéia era de que a Arquidiocese não trouxesse materiais de fora, mas que tivesse seu próprio material, que deveria ser organizado por padres da própria Arquidiocese.

É interessante perceber que o maior número de pessoas da Arquidiocese de Mariana no MOBON se deu nos últimos anos do período de Dom Oscar no Arcebispado. Não obstante o fato do período de maior presença na casa do MOBON ser um período de mobilização da sociedade brasileira, não conseguimos explicar por aspecto internos à Arquidiocese o motivo disso, mas pretendemos encontrar e entrevistar novamente pessoas engajadas com o Movimento para nos esclarecer sobre o crescimento vertiginoso de pessoas da Arquidiocese de Mariana como ilustra a tabela na página seguinte:

Gráfico 1  
 Porcentagem dos participantes dos cursos do MOBON  
 vindos da Arquidiocese de Mariana (1979-1987)



Fonte: Lista dos participantes dos cursos do MOBON

No quadro anterior os dados estão em porcentagem, mas os dados absolutos estão na tabela seguinte e poderão nos ajudar a ter uma percepção melhor da influência do MOBON na Arquidiocese de Mariana:

Tabela 1  
 Distribuição por ano dos participantes dos cursos do  
 MOBON vindos da Arquidiocese de Mariana (1979-1987)

Ano	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1979	24	2,9	2,9
1980	139	16,6	19,5
1981	50	6,0	25,5
1982	103	12,3	37,8
1983	37	4,4	42,2
1984	14	1,7	43,9
1985	75	9,0	52,9
1986	152	18,2	71,1
1987	242	28,9	100,0
Total	836	100,0	

Fonte: Livro de presença dos cursos do MOBON

Outra questão interessante também é a origem dessas pessoas. Eram da Arquidiocese, mas de que lugar? Essa pergunta pode ser percebida pela tabela na Tabela 2.

Tabela 2  
Localidades da Arquidiocese de Mariana dos participantes dos cursos do MOBON (1979-1987)

Localidades de origem	Freqüência	Porcentagem
Pedra Bonita	283	33,9
Visconde do Rio Branco	11	1,3
Guiricema	2	,2
Sericita	115	13,8
Abre Campo	28	3,3
Porto Firme	108	12,9
Granada	60	7,2
Araponga	52	6,2
Canaã	1	,1
Viçosa	42	5,0
Desterro de Entre Rios	5	,6
Presidente Bernardes	1	,1
Mariana	2	,2
Simonesia	101	12,1
Paula Cândido	8	1,0
Raul Soares	7	,8
Ervália	9	1,1
Matipó	1	,1
Total	836	100,0

Fonte: Livro de presença dos cursos do MOBON

Os lugares com maior representação entre os presentes da Arquidiocese de Mariana contavam com padres mais engajados com idéias progressistas, o que mostra que muitas vezes as práticas religiosas fogem aos padrões da Arquidiocese e acabavam ficando mais centradas na relação com o padre responsável por uma determinada paróquia e seus paroquianos. Por exemplo, em Pedra Bonita e Sericita trabalhava o Padre José Roberto que mantinha vínculos com o MOBON, com padres e idéias da Arquidiocese de Mariana.

É interessante também a informação, baseada no depoimento de Carlindo, de que Porto Firme e Viçosa, apesar de não contarem com a presença de padres progressistas, contaram com a presença de leigos engajados com as idéias progressistas e mobilizaram um número relativamente grande de pesso-

as, tendo em vista que trabalhavam com recursos e interesses que não eram compartilhados pelas elites eclesíásticas.

Por trabalharem sem o apoio das elites eclesíásticas o trabalho dos atores sociais acabava se vendo prejudicado. Entretanto, o trabalho do MOBON, a presença de padres e leigos interessados na divulgação de idéias progressistas, tanto da Diocese de Caratinga como da Arquidiocese de Mariana, a infraestrutura oferecida pela casa do MOBON, os materiais produzidos pela Diocese de Caratinga e a relação entre os atores interessados na difusão das idéias progressistas, acabaram por consolidar condições propícias para emergência de idéias e práticas religiosas condizentes com a Teologia da Libertação.

A organização das pessoas para a mobilização religiosa se dava muitas vezes de forma informal. Padres convidavam leigos, leigos convidavam outros leigos e até mesmo padres e esse conjunto de pessoas construíam redes de amizade e solidariedade que se constituíam como importantes estruturas de mobilização.

Esse grupo de pessoas, discutindo questões referentes às práticas religiosas e às condições sociais, na casa de cursos do MOBON ou em suas comunidades, embasados em idéias religiosas progressistas, acabaram construindo uma consciência insurgente, ou seja, que era viável buscar novas práticas religiosas. E acabavam se sentindo em grupo com uma identidade coletiva de católicos progressistas engajados na difusão de idéias religiosas numa Arquidiocese, cujo arcebispado até 1988 prezou pelo distanciamento de idéias progressistas.

### Considerações Finais

O arcebispado da Arquidiocese de Mariana, sob a direção de Dom Oscar de Oliveira (entre 1959 e 1988), se mostrou pouco receptivo às CEBS durante os anos da Ditadura Militar. Mas nem por isso as CEBS não existiram e não receberam mensagens da Teologia da Libertação. Isso acabou acontecendo devido ao trabalho de padres e leigos interessados numa religiosidade diferente daquela proposta pelo arcebispado.

A proposta religiosa do arcebispado permaneceu até 1988, quando Dom Oscar de Oliveira, arcebispo de postura politicamente conservadora, foi substituído por Dom Luciano Mendes de Almeida. Essa substituição em certa medida mudou os rumos da Instituição que se tornou mais receptiva às CEBS e à Teologia da Libertação, no entanto essas mudanças foram limitadas, pois muitos entrevistados esperavam mudanças maiores. Assim, queremos destacar que há diversos fatores que contribuem para transformações religiosas, o que vai muito além da troca e/ou substituição de um arcebispo, pois este tem poder limitado diante dos interesses da população religiosa que dirige.

Neste sentido, não obstante o engajamento do arcebispado na tentativa de frear a atuação progressista, na década de 1980, o MOBON e a Diocese de Caratinga acabaram tendo influência na Arquidiocese, com o apoio de padres e leigos que se organizaram para receber e difundir mensagens religiosas progressistas. A presença de aproximadamente 800 pessoas oriun-





<sup>7</sup> No original “Liberation theology has experienced a significant reduction of political opportunity within the Catholic Church, as Rome has sought to undercut the institutional supports of liberation theology. Pope John Paul II has proven to be more conservative than his major predecessors, John XXIII and Paul VI (Novak 1986: 65-74) (...) Since Puebla, there have been a number of actions taken by the Vatican to curtail and, in some cases, to combat the influence of liberation theology in Latin America” (SMITH 1991:222).

<sup>8</sup> O mapa da Arquidiocese de Mariana encontra-se em anexo na página 23.

<sup>9</sup> Aqui falamos de “alta elite arquidiocesana” para nos referirmos ao arcebispo bem como pessoas que fizeram parte do grupo dirigente da Arquidiocese. Vimo-nos na necessidade de utilizarmos tal termo pelo fato de que precisávamos diferenciar a elite dirigente da Arquidiocese, de padres que trabalhavam em localidades periféricas que também podem ser considerados como pertencente à elite eclesialística.

<sup>10</sup> Vide mapa da região fronteira entre a Arquidiocese de Mariana e Diocese de Caratinga na página 24.

<sup>11</sup> A maioria dos documentos analisados estão localizados no Arquivo Eclesialístico da Arquidiocese de Mariana, que possui jornais e uma grande diversidade de documentos que não necessariamente foram publicados por ela. Estes documentos ficam à disposição de pesquisadores e recebe a visita de pessoas de todo o país.

<sup>12</sup> Nossa proposta não obedeceu parâmetros de amostragem probabilística. Buscamos constituir uma amostra intencional, ou seja, constituída de atores sociais de contribuição imprescindível.

<sup>13</sup> Entendemos por agentes pastorais pessoas que trabalham junto à Igreja Católica, que não necessariamente possuem uma formação eclesialística.

<sup>14</sup> No original : “These Cristian communities are said to mobilize more than 2 million people, for each of them brings together between 15 and 25 people debate regularly (weekly or fortnightly) the problems of their daily lives in the light of the Bible.”

<sup>15</sup> Além do Concílio visar aprofundar na questão que se refere à relação do fiel com as questões mundanas, “a preocupação da Igreja é a de melhorar e fortalecer a sua relação com os leigos, permitindo-lhes inclusive um determinado grau de autonomia e delegação de funções”(ALMEIDA, 2000:86)

<sup>16</sup> No texto original: “encouraged people to enter into dialogue with “the world”. Viewed optimistically from Europe, that world seemed to be one of rapid technological and social change. A Third World angle of vision, however, revealed a world of vast poverty and oppression that seemed to call for revolution”.

<sup>17</sup> Sobre este assunto ver Petrini (1984), Gaiger (1987), Rothman (1993), Iokoi (1996), Lesbaupin (1999).

<sup>18</sup> Nome fictício, assim como o nome de todos os atores que serão citados no artigo. Esse fato se deve ao fato de que muitos deles são conhecidos e era preciso assegurar-lhes o anonimato para evitarem qualquer constrangimento com a Instituição e com a população em geral. O Padre Daniel é considerado um dos grandes intelectuais da Arquidiocese de Mariana, tem boas relações com grupos progressistas e exerce grande influência junto ao arcebispado.

<sup>19</sup> O Sr. Hélcio é uma importante liderança leiga da Arquidiocese de Mariana.

<sup>20</sup> O Sr. Édson vive na cidade de Mariana desde o início da década de 1950, sempre foi católico praticante e é uma importante liderança leiga.

<sup>21</sup> O Padre José Miguel (nome verdadeiro), foi um dos primeiros padres a formar CEBs na Arquidiocese de Mariana e é considerado uma referencia para tratar do assunto.

<sup>22</sup> Arcebispo de Mariana entre 1960 e 1988. Este era considerado um dos grandes representantes do grupo de bispos conservadores brasileiros.

<sup>23</sup> Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida foi bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo/ Região Belém entre 1976 e 1988. Foi secretário geral da CNBB entre 1979 e 1987, ano em que foi eleito presidente da CNBB por dois mandatos consecutivos.

<sup>24</sup> “Os progressistas promovem atividades para reformas sociais, políticas e econômicas no caminho da democracia e modernização econômica para melhorar o bem-estar da população latino-americana e se engajam em críticas sociais” (SMITH 1991: 51).

<sup>25</sup> Evidentemente negativas segundo a visão da elite eclesiástica da Arquidiocese de Mariana.

<sup>26</sup> O Padre Arnaldo é uma das principais lideranças dos movimentos populares da Arquidiocese de Mariana e se destaca como uma importante liderança leiga militante em prol de idéias religiosas e práticas progressista.

<sup>27</sup> A plenária era o momento em que se juntavam todos os pequenos grupos que discutiam o mesmo tema e eram colocados num grande grupo onde todos deveriam falar e participar da discussão

<sup>28</sup> Entre 1979 e 1987 o nome do Carlindo (nome verdadeiro) foi o mais freqüente como visitante do MOBON. Neste período Carlindo visitou a casa de curso do MOBON 18 vezes e se consolidou como uma importante liderança leiga da Zona da Mata Mineira.

<sup>29</sup> No Mapa, no anexo II, destacamos a divisa entre a Arquidiocese de Mariana e a Diocese de Caratinga.

## Bibliografia

ALMEIDA, Ivan Antônio de. **A síntese de uma tragédia: Movimento Fé e Política**. Ouro Preto: Editora Ufop, 2000.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8ª edição. Petrópolis. Editora Vozes, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil**. Petrópolis Vozes, 1987.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo, Brasil e Peru, 1964-1986**. Editora Hucitec. São Paulo (SP), 1996.

KRISCHKE, Paulo e Scott, MAINWARING. **Igreja nas Bases em tempo de transição (1974-85)**. Porto Alegre: L & PM, 1986.

LESBAUPIN, Ivo. **Comunidades de base e mudança social**. UFRJ, 1999.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo. Cortez, autores associados, 1995.

MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)**. A Igreja e a Política no Brasil. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. Editora Brasiliense, 1989.

MARIZ, Cecília Loreto. **Católicos da Libertação, Católicos Renovados e Neopentecostais**. Cadernos CERIS n°2, outubro, 2001.

MONTEIRO, Paula (1999). Religiões e dilemas da Sociedade Brasileira. In: MICELI, Sérgio. **O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970 – 1998)**. Antropologia 1. São Paulo: Sumaré/Brasília: ANPOCS.

NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: crenças e passagens, In: **Política e Cultura, século XXI**. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

PETRINI, João Carlos. **CEBS: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRANDI, Reginaldo e SOUZA, André Ricardo de. A Carismática Despolitização da Igreja Católica in: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. **A Realidade das Religiões no Brasil: Religião, sociedade e política**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

ROTHMAN, Franklin Daniel. **Political process and peasant opposition to large hydroelectric dams: The case of rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992**. Tese (Doutorado em sociologia). Univesity of Winsconsin – Madison, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo. Edições Loyola, 1996.

SOARES, Taise Carolina Linhares. **Comunidades Eclesiais de Base: Considerações sobre o caso de Mariana**. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História, UFOP, 2003.

SMITH, Christian. **The emergence of Liberation Theology: Radical religion and Social Movement Theory**. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1991.



# *Hierarquia, riqueza e autoridade nos quadros do Império Lusitano: uma análise do perfil econômico dos oficiais de Ordenanças nas Minas setecentista*

Ana Paula Pereira Costa<sup>1</sup>

## **Resumo**

O trabalho objetiva abordar o perfil econômico dos oficiais de alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica entre os anos de 1735-1777. Estaremos, pois, analisando o processo de estruturação e reprodução deste grupo social privilegiado nos atentando para os mecanismos utilizados por eles para que conseguissem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais e, desta forma, conseguir legitimar e maximizar sua autoridade nas *conquistas*.

## **Palavras-chave**

Corpos de Ordenanças, riqueza, autoridade

## **Abstract**

This article analyses the economic profile of the graduated officers of the “Companhias de Ordenanças” in Vila Rica in 1735-1777. Then the paper analyses the process of the reproduction and structuration of this privileged social group and also evaluate the mechanisms utilized by them to stay as officers and, thus, legitimate and maximize their authority in conquests.

## **Keywords**

Corpos de Ordenanças, wealth, authority

Sob a ótica das novas visões acerca do Império Luso, o tema da hierarquia sócio-econômica na América Portuguesa vem sendo palco de muitas investigações. Considera-se que tal sociedade fora construída sob a égide de mudanças sociais e nas suas formas de acumulação de riqueza<sup>2</sup>. O caso da capitania de Minas Gerais, e as transformações aí ocorridas ao longo do século XVIII pode ser um bom exemplo para visualizarmos as premissas colocadas acima.

Internamente esta capitania sofreu um rearranjo em sua atividade econômica principal a partir da segunda metade dos setecentos. Com a crise na produção aurífera, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia de Minas, anteriormente ocupado pelo ouro.

A partir deste rearranjo interno, ocorreu também uma alteração no peso das quatro comarcas da capitania tanto em termos da proporção da

população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. A região de Vila Rica, econômica e politicamente dominante até o terceiro quartel do século XVIII, aos poucos vai cedendo lugar para a comarca do Rio das Mortes que passaria a concentrar a maior parte da população livre, da mão-de-obra escrava e da geração de recursos<sup>3</sup>.

A reboque destas mudanças econômicas vinham ocorrendo transformações sociais ao longo do século XVIII. Constituiu-se uma estratificação social mais complexa com a chegada de imigrantes portugueses, de escravos africanos, e com a multiplicação de forros. Estabeleceu-se também uma maior organização social a partir do governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763) no qual ocorreria na capitania um maior desdobramento na urbanização; definição mais pormenorizada do aparelho judicial; efetivação do poder eclesiástico com a criação do Bispado de Mariana<sup>4</sup>; instalação das Intendências do Ouro nas comarcas dedicadas à mineração e do imposto da capitação<sup>5</sup>; modificação do regimento militar com a criação de quatro regimentos de cavalaria de Ordenança por comarca<sup>6</sup>. Em síntese, tem-se a partir do governo de Gomes Freire uma série de medidas elucidativas que contribuem para um maior controle administrativo das Minas Gerais por parte da metrópole.

Todavia, apesar das transformações elucidadas, a hierarquização socioeconômica permaneceu ao longo de todo o século. Esta deve ser entendida sob o prisma daquilo que João Fragoso denominou de Antigo Regime nos trópicos, ou seja, a partir de critérios que levem em conta as relações sociais em seus vários ângulos ficando as variadas instâncias – culturais, econômicas, políticas – intimamente interligadas. Nesta perspectiva, entendemos que os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, e neste ambiente o cabedal (riqueza material) era visto como meio para sustentar esta “qualidade”<sup>7</sup>.

Nos trópicos, conforme destacou João Fragoso, a elite que dirigia a sociedade colonial consistia em uma “nobreza” diferente da européia. Não descendiam das melhores casas aristocráticas portuguesas, não viviam de rendas dadas por um campesinato ou pelo rei, nem tampouco seus afazeres se resumiam unicamente à guerra ou à administração da “coisa pública”, como no Velho Mundo. Muitos membros desta elite envolviam-se em atividades mercantis e com o trabalho não sendo isso um elemento que diminuía sua “qualidade”, pelo contrário, serviam para mantê-la. Em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime o poder político e de mando, o prestígio e o *status* vinham em primeiro lugar em termos de definição dos papéis sociais, entretanto não se desconsidera que o enriquecimento influía nos contornos da hierarquia social<sup>8</sup>.

Por todos os motivos expostos, procuraremos no presente texto definir o perfil e a inserção econômica de alguns oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica no período de 1735 a 1777, para os quais foi possível encontrar inventários *post-mortem*<sup>9</sup>. Em última instância estaremos analisando o processo de estruturação e reprodução deste grupo social privilegiado, atentando para os mecanismos utilizados por eles para que conseguissem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais e, desta forma, conseguir legitimar e maximizar sua autoridade nas *conquistas*.

Objetivaremos identificar as atividades produtivas nas quais estavam envolvidos, bem como observar seu padrão de vida e como a riqueza se distribuía entre os diversos ativos que compunham suas fortunas (bens imóveis, escravos, dívidas, etc.). Além disso, procuraremos visualizar o *locus* desta parcela de oficiais analisados na hierarquia socioeconômica, agrupando os inventários em faixas de fortunas para entendermos o nível de concentração da economia.

No gerenciamento das práticas econômicas do grupo aqui focado estaremos destacando os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de maximizar ganhos e assim sobreviverem e adaptar-se ao mundo colonial. A partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação<sup>10</sup>.

Entendemos que estes oficiais buscavam melhorar a posição detida no interior da configuração social em que se inseriam pela adoção de certos recursos e estratégias a fim de aumentar seu prestígio e autoridade, sendo isso o valor norteador de suas ações, pois o exercício de autoridade do oficialato dependia do reconhecimento social desta autoridade, ou seja, para serem reconhecidos como um grupo de “qualidade superior” necessitavam do “consentimento” da sociedade<sup>11</sup>.

Para visualizarmos a inserção econômica dos oficiais de Ordenanças na comarca de Vila Rica, o primeiro passo será a apreensão do perfil mais amplo da economia mineira. Carla Almeida, trabalhando com inventários *post-mortem*, destaca que a estrutura econômica dessa região era caracterizada pela pequena circulação monetária (o que pode ser constatado pela ínfima presença da variável moeda no patrimônio dos mineiros), fortes mecanismos de acumulação mercantil (visualizados principalmente pelo alto percentual de dívidas ativas entre os inventariados) e prática produtiva extensiva (evidenciado pela pequena participação dos instrumentos de tra-

balho na composição das fortunas dos mineiros, aliada à grande importância dos bens imóveis e escravos indicando uma economia muito mais dependente de constantes incorporações de terra e mão-de-obra para seu funcionamento do que do aprimoramento técnico)<sup>12</sup>. Comparando com nossa amostragem, verificamos que o perfil de acumulação e de investimentos da parcela de oficiais de Ordenanças que estamos analisando se adequa ao perfil estrutural da economia mineira. Senão vejamos:

**Tabela 1**  
**Composição da riqueza, em libras, nos inventários dos oficiais de Ordenanças da Comarca de Vila Rica por períodos – 1750-1822<sup>13</sup>**

Setor/atividade	CVR	
	1750-1779	1780-1822
Escravos	29,15%	25,88%
Bens rurais	9,15%	47,83%
Dívidas ativas	41%	7,97%
Prédios urbanos	8,86%	6,64%
Jóias e Metais preciosos	1,41%	1%
Moeda	3,41%	-
Outros*	7,57%	5,26%
Monte-bruto	21.428,209	15.028,099

\*Nesta variável incluem-se objetos como roupas, móveis, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal e de decoração.

Obs.: Foram levantados 9 inventários para o primeiro período e 9 para o segundo. Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor.

Fonte: Inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e da Casa do Pilar de Ouro Preto. Para todos os inventários anteriores a 1810, convertemos o mil-réis para libras esterlinas a partir de BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973. p.50-51. Em apenas dois casos fizemos a conversão para libras esterlinas com base na tabela de flutuações cambiais do livro de MATTOSO, Kátia de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 254, visto que a partir da data acima citada o mil-réis começou a se desvalorizar crescentemente.

A constatação de uma ínfima presença de moedas, jóias e metais preciosos no patrimônio destes oficiais aponta para uma economia com frágil circulação monetária e baixa liquidez. Tais características não eram exclusivas da capitania de Minas Gerais estando também presentes em outras áreas da América Portuguesa como o Rio de Janeiro<sup>14</sup>.

Constatamos que os bens mais importantes no patrimônio desta pequena parcela de oficiais eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas ocorrendo; entretanto, variação significativa no peso de cada uma destas variáveis na composição das fortunas ao longo dos dois períodos enfocados. O investimento em escravos por parte destes ofi-

ciais era significativo, pois era um investimento possível e acessível às suas fortunas, além de reiterar a diferenciação socioeconômica entre uma elite e outros homens livres. Percebemos que entre as maiores fortunas predominavam plantéis expressivos. 25% da parcela de oficiais aqui enfocados possuíam mais de 30 escravos, 35% possuía de 10 a 30 escravos. O número de oficiais com plantéis menores de 10 escravos chegava a 35%. Ressalte-se que no conjunto apenas 1 (5%) destes oficiais inventariados não possuíam nenhum escravo denotando que boa parte destes homens revertiam parte de seus investimentos na compra dos mesmos, principalmente aqueles com fortunas acima de 2000 libras. Os dados também mostram o quanto era alta a concentração de escravos em poucas mãos, fato já amplamente relatado pela historiografia sobre Minas<sup>15</sup>.

Contudo, nota-se que no decorrer do 1º para o 2º período há uma leve oscilação desta variável entre os bens arrolados. Isto talvez indique que aos oficiais inventariados apresentaram-se outras opções de investimentos, onde muitos podiam deslocar seus recursos para outros tipos de negócios. De fato, pela tabela acima, percebemos um acentuado aumento dos bens rurais (terra, animais, instrumentos de trabalho, imóveis localizados em áreas rurais) entre os valores arrolados, e como em Minas o setor rural era também responsável por boa parte da geração de riqueza<sup>16</sup>, ao que parece, estes homens não se abstiveram de investir em tal setor. Pelo inventário do capitão-mor José da Silva Pontes, por exemplo, constatamos que este oficial fez ao longo de sua vida grandes investimentos em bens rurais, possuindo assim 3 sítios, 1 fazenda, várias datas de terras minerais, 1 serviço de lavra, roças com milho e feijão plantados, além de vários animais cujo total somava 6:069\$475<sup>17</sup>.

Não obstante, nos ativos que compunham o patrimônio destes oficiais presentes na comarca de Vila Rica, as atividades creditícias também tinham papel de destaque, o que pode ser visualizado pelo alto percentual de dívidas ativas em suas riquezas. Mesmo considerando uma significativa variação deste setor nos dois períodos, nota-se que era alto o grau de cadeias de financiamento nas quais estes oficiais se envolviam na economia mineira. Através deste sistema tais indivíduos investiam em diversos setores e comandavam vastas redes de créditos. O envolvimento nestas redes creditícias deve ser analisado como um recurso utilizado por estes oficiais para maximizarem ganhos, não só econômicos, mas também políticos, pois a cadeia de endividamento estabelecida por estes homens significava uma relação de subordinação entre os diversos agentes nela envolvidos, formando-se assim redes de poder, onde o crédito

aparecia como elemento fundamental de hierarquização no seio deste oficialato, ou seja, era um valioso instrumento de estabelecimento ou consolidação de relações sociais<sup>18</sup>. As redes de poder não pressupunham somente relações políticas. Pelo contrário, antes de estruturar a política tais redes organizavam o tecido social, além de interesses econômicos, visto que, em sociedades típicas de Antigo Regime, a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesmo regida por ela<sup>19</sup>. Deve-se considerar, pois, que a tentativa de consolidar posições de mando também guiavam as práticas econômicas nesta sociedade. O endividamento era um padrão geral da sociedade mineira e até de outras localidades do centro-sul da América, sendo também, segundo J. Frago e M. Florentino, um indicativo da precária liquidez do mercado e sociedade coloniais<sup>20</sup>.

Outra variável que obteve destaque entre os bens arrolados refere-se a prédios urbanos, apesar destes terem um valor menor frente às propriedades rurais. No entanto, os investimentos em imóveis urbanos eram efetivados sobretudo pelos mais “pobres” destes oficiais, ou seja, indivíduos com fortunas abaixo de 500 libras, que tinham como parte substancial de seus patrimônios a posse de casas em algum lugar da cidade. Por exemplo, o capitão João Favacho Roubão, o segundo oficial mais “pobre” de nossa amostragem, possuía como imóvel apenas “*uma morada de casas térreas cobertas de telhas com seu quintal sitas no arraial do Inficionado*” que juntamente com um plantel de 5 escravos, contabilizado em 225\$000 e 1 dívida ativa no valor de 406\$189 constituía-se num dos bens de maior valor da riqueza deste oficial<sup>21</sup>.

Alguns bens móveis que entraram na contabilização como jóias, roupas, móveis de jacarandá, apetrechos de uso doméstico e decoração (entrando nesta classificação talheres de prata, louças da Índia e do Porto, pinturas, etc.) revelam que estes oficiais valorizavam e investiam em objetos que lhes garantisse o seu “bom tratamento”. As próprias “condições” dos dois termos que compunham a comarca de Vila Rica contribuía para isso: Ouro Preto era capital das Minas Gerais e abrigava as autoridades mais importantes da capitania; Mariana por ser sede do Bispado concentrava um grande contingente de letrados, ocupados tanto em atividades eclesiásticas quanto em cargos administrativos. Os ocupantes de tais cargos tendiam a ser pessoas mais qualificadas e mais habituadas ao “bom tratamento”<sup>22</sup>. Segundo Laura de Mello e Sousa, para os homens afortunados das Minas Gerais, o luxo cumpria uma função social específica: a de sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando<sup>23</sup>.

Acreditamos que os oficiais utilizaram-se de todos os mecanismos possíveis para manter-se enquanto autoridade; e se o luxo e a ostentação eram socialmente reconhecidos pelos *povos* (negros, mulatos, cabras, mestiços, índios, forros, homens brancos livres e pobres) como um recurso legitimador do poder deste oficialato, estes souberam muito bem utilizá-lo. As roupas, jóias, móveis serviam para ostentar sua condição social, para se distinguirem dos homens comuns e da massa escrava. A sociedade mineira, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, era uma sociedade assentada na nobiliarquia, no reconhecimento social, no prestígio exteriorizado. Daí serem o luxo, a pompa, a vida suntuosa elementos essenciais na consolidação de uma boa reputação, pois numa sociedade de Antigo Regime a forma como se era visto era imprescindível para a determinação de sua posição e distinção como elite. Para isso, a prática da etiqueta, ou seja, o conjunto de normas de conduta, tornava-se fundamental na promoção de prestígio e distinção em função do reconhecimento do indivíduo pelos demais. A exteriorização da ostentação, do luxo e da riqueza por meio das vestimentas e insígnias demarcava o espaço social ocupado, conferindo *status* e prestígio ao indivíduo, os quais refletiam não só em seu reconhecimento e distinção, como também na amplitude de seu poder político. Vejamos um exemplo. O capitão de Ordenança de Pé do distrito da Gama, Tomé Soares de Brito, ao solicitar confirmação da dita patente, argumentava que *“serviu em vários ofícios sempre com boa nota e reputação sendo continuamente chamado para várias diligências, além de ser homem abundante de bens vivendo nobremente”*<sup>24</sup>. De fato, ao analisarmos seu inventário aberto em 1804 na Freguesia de São Caetano por seu filho José Soares de Brito, constatamos ser Tomé Soares de Brito um homem muito rico. Foi casado com Isidora Maria do Espírito Santo com a qual tivera dois filhos: o já mencionado José Soares de Brito, padre, e Tomé Soares de Brito, alferes. O defunto deixara como herança para sua família um patrimônio composto por terras de cultura na paragem do Piranga, uma fazenda, dívidas ativas, vários animais e um plantel de dezesseis escravos; além de vários utensílios que evidenciavam sua distinção social como objetos de ouro e prata, louças da Índia e do Porto, móveis de jacarandá e vestimentas de seda e linho cuja soma total do monte-mor chegava à quantia de 12:025\$500<sup>25</sup>. Pelos dados expostos pode-se dizer que Tomé Soares de Brito foi homem possuidor de grande cabedal econômico e prestígio político, sendo aquele, aliás, usado em sua argumentação na tentativa de adquirir mais mercês e assim maximizar seu poder de mando.

A partir de agora estaremos analisando o *locus* socioeconômico da parcela de oficiais de Ordenanças aqui enfocados a partir da compreensão da distribuição da riqueza gerada. Para tanto elaboramos uma hierarquia de fortunas a partir dos dados dos inventários *post-mortem* e assim estimar o nível de concentração da economia. Senão vejamos:

**Tabela 2**  
**Distribuição da riqueza entre os oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica por faixas e período – 1750-1822**

Faixas de fortuna em libras	CVR			
	1750-1779		1780-1822	
	A	B	A	B
1-200	0	0	1	142,310
%	0	0	9,09	0,73
201-500	1	323,359	2	559,785
%	9,09	0,73	18,18	2,89
501-1000	1	932,236	2	1.589,455
%	9,09	2,12	18,18	8,22
1001-2000	5	8.229,153	3	4.868,231
%	45,45	18,78	27,27	25,19
2001-5000	2	6.530,432	3	12.304,967
%	18,18	14,90	27,27	63,68
+ de 5000	2	27.789,833	0	0
%	18,18	63,43	0	0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>43.805,013</b>	<b>11</b>	<b>19.322,438</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP. A: N° e % dos inventários da faixa; B: Valor dos inventários da faixa.

As duas primeiras faixas de fortuna englobam o que chamaremos de pequenos proprietários, ou seja, indivíduos com fortunas avaliadas em até 500 libras. Os indivíduos possuidores de um patrimônio que oscilava entre 501 a 2000 libras chamaremos de médios proprietários. Estaremos denominando de grandes proprietários àqueles possuidores de fortunas acima de 2000 libras.

Pela tabela acima verificamos que era pequena a presença de fortunas acima de 5.000 libras entre estes homens, apenas 2 oficiais que, entretanto, detinham 44% do total da riqueza, para os dois períodos, em suas mãos. A maior parte das fortunas ficavam concentradas nas 2 faixas intermédias que englobam 501-2000 libras, consta-

tando-se assim que os oficiais inventariados eram em sua maioria médios proprietários, apesar de haver também um número razoável de oficiais concentrados nas duas maiores faixas de fortuna. Através das faixas é possível perceber que era significativa a diferenciação econômica entre esta pequena parcela analisada. A historiografia acerca da região mineradora já ressaltara que esta era uma sociedade onde havia poucos homens muito ricos e muitos homens muito pobres contrariando a idéia de opulência gerada pelo ouro entre os habitantes da referida capitania<sup>26</sup>.

Por seu turno pode-se sugerir que os oficiais não eram um verdadeiro grupo social, isto é, não eram um grupo uniforme e homogêneo, o que os dados da tabela acima corroboram mediante identificação de diferenças de riqueza e, conseqüentemente, de *status*, entre eles. Do ponto de vista da análise sociológica, este é um aspecto a sublinhar: os indivíduos que integravam a esfera militar não tinham todos a mesma origem social e este fato reflete-se nas fronteiras que demarcam a separação entre o grupo de oficiais e o resto da população. Vejamos dois exemplos que demonstram bem esta disparidade de *status*, de reputação e de riqueza entre os oficiais analisados. Antônio da Costa Guimarães era casado, sem filhos, morreu em 1816 deixando testamento em que dizia ser natural de Braga. Era morador no arraial de Antônio Pereira em Mariana sendo o oficial com menor patrimônio em nossa amostragem. Durante sua vida não ocupara nenhum cargo administrativo, não ganhara sesmarias nem conseguira ocupar um posto militar de maior destaque; fora a vida toda capitão da Companhia de Pardos e Libertos sem ter realizado grandes feitos ou “serviços” que pudesse usar como recurso e/ou estratégia para que conseguisse ascender ao topo da hierarquia. Entre seus maiores bens estavam 2 moradas de casas assobradadas cobertas de telhas com quintal cujo valor era de 290\$000 além de algumas dívidas ativas no valor de 124\$400, possuindo ainda 3 cavalos e algumas roupas que achou por bem listar por terem algum valor. Não possuía escravos. Quando foi feito seu inventário seu monte-mor era de 599\$203 ou 142,310 libras<sup>27</sup>.

Antônio Ramos dos Reis é o oficial com o maior patrimônio que localizamos cujo monte-mor, de acordo com seu testamento, somava 78:400\$000 ou 22.053,445 libras. Era casado e possuía 3 filhos; em seu testamento dizia ser natural do Porto e morador em Vila Rica. Este oficial foi um dos homens mais abastados das Minas Gerais, sendo descobridor de uma grandiosa lavra localizada no morro chamado comumente de morro do Ramos onde tem serviço de talho aberto

e várias minas com muitas grades, tanques de recolher águas onde tem para cima de 100 escravos. Além disso, tinha também várias moradas de casas em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, além de outra fazenda, também no Rio de Janeiro, com casa de vivenda e capela, hum curral de criação de gado vacum com mais de 20 escravos, tendo também sesmaria no distrito de Iguaçu que cultiva há 14 anos por seus escravos que em sua estimação vale para cima de 60\$000 cruzados<sup>28</sup>. Possuía ainda inúmeras jóias e objetos de ouro e prata. Ocupara importantes postos militares ao longo de sua vida como o de mestre-de-campo e o de capitão-mor, além de desempenhar importantes funções administrativas como o de vereador e o de juiz de órfãos e ser cavaleiro professo da Ordem de Cristo<sup>29</sup>.

Evidencia-se a partir destes dois exemplos que, mesmo em se tratando de um grupo com alguns traços comuns que os definiam enquanto tal, as possibilidades de acumulação para estes indivíduos na sociedade em que se inseriam eram bem díspares. Compunham este grupo os “melhores da terra”, e também indivíduos dos “estratos inferiores”, que se viam assim promovidos socialmente à escala local a partir da posse de uma patente. Portanto se nesta sociedade os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, convém lembrar que haviam enormes diferenças entre as “qualidades” dos membros deste grupo. Muitos elementos, além da riqueza, influíam na diferenciação e hierarquização desta “qualidade” tais como o exercício de cargos públicos e do poder concelhio, o fato de serem *conquistadores*, a posse de títulos; elementos utilizados como estratégias e/ou recursos por estes indivíduos para ascender socialmente. Assim, se entendemos que o indivíduo é aqui pensado de forma relacional, ele é por isso possuidor de um *status* ligado a uma ordem social diferente dos demais indivíduos devido às redes de interações que ele estabelece. Isso nos leva a perceber uma cultura desigualmente distribuída, gerando transações onde cada parte, com estratégias e recursos diferenciados, busca maximizar seus ganhos<sup>30</sup>.

Comparando nossos números com os de Carla Almeida que, intentando observar os meandros da riqueza e pobreza nas Minas setecentista, também elaborou uma hierarquia de fortunas a partir de uma parcela de inventários *post-mortem* agrupados na Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo da Casa do Pilar em Ouro Preto para o período de 1750-1822, conseguimos visualizar melhor qual o *locus* ocupado pelos oficiais de Ordenanças na hierarquia socioeconômica dessa sociedade. Vejamos:

Tabela 3  
Distribuição da riqueza entre os inventariados da comarca de Vila Rica por faixa e período – 1750-1822

Faixas de fortuna em libras	CVR			
	1750-1799		1780-1822	
	A	B	A	B
0-200	21	2.157,635	125	11.609,197
%	31,3	3,5	48,1	6,7
201-500	13	4.096,045	67	20.586,915
%	19,4	6,6	25,8	11,9
501-1000	17	12.735,483	30	20.300,288
%	25,4	20,5	11,5	11,8
1001-2000	10	14.897,921	23	32.346,762
%	14,9	24,0	8,9	18,7
2001-5000	4	14.358,543	10	31.157,663
%	6,0	23,1	3,8	18,0
+ 5000	2	13.836,926	5	56.957,347
%	3,0	22,3	1,9	32,9
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>62.082,556</b>	<b>260</b>	<b>172.958,172</b>

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP. A: Nº e % dos inventários da faixa; B: Valor dos inventários da faixa. Apud: ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons...* op. cit., p. 191.

Pelos dados expostos percebemos que a referida autora se deparou com um quadro de grande percentual de pequenos proprietários entre os habitantes inventariados de Vila Rica de uma forma geral, com um número significativo de médios e diminuta parcela de grandes proprietários. Já entre a parcela de oficiais por nós analisada encontramos um quadro um pouco diferente: entre estes era baixa a incidência de pequenos proprietários. Como visto anteriormente, a maioria se encaixava entre o que denominamos de médios proprietários, havendo também um número razoável de grandes proprietários dentro de nossa hierarquia de fortuna. Desse modo, pode-se dizer que a parcela de oficiais enfocada ocupava lugar de destaque no seio da hierarquia socioeconômica desta sociedade, sendo homens possuidores de considerável fortuna em comparação com o restante da população inventariada, onde alguns destes indivíduos se encontravam entre a

parcela do grupo dominante dessa hierarquia, o que, como visto, não anula o fato de haver uma grande polaridade econômica entre eles.

Caracterizando a sociedade mineira como marcada pela fluidez e instabilidade, com forte tendência do ouro a se concentrar nas mãos de poucos, Marco Antônio Silveira traça um perfil dos grupos dominantes com as seguintes características: “branco, tinha título, dirigia negócio, dedicava-se a algum cargo público e, por vezes, dispunha de terras e minas”<sup>31</sup>. Definir a composição dos grupos dominantes numa sociedade de Antigo Regime passa pela percepção de que a esfera política se constituiu em espaço privilegiado de controle e instrumento de coerção de sobretrabalho<sup>32</sup>. O topo da hierarquia em Minas Gerais era, portanto, ocupado por aqueles que conseguiam articular-se entre os detentores de grandes cabedais e do poder político, não por acaso Antônio Ramos dos Reis era o homem mais abastado dentro da parcela de oficiais enfocada.

Portanto, apenas o enriquecimento não garantia a ascensão social, que dependia de outras relações que não as econômicas. Nesta perspectiva é que se entende a busca de títulos, cargos, entre outras possibilidades, por parte dos oficiais para ampliar suas riquezas. Tais investimentos lhes proporcionariam privilégios nas relações com o aparelho jurídico-burocrático e emolumentos que engordavam suas fortunas. No entanto, pela análise dos percursos destes indivíduos observamos que nem todos alcançaram um grau elevado de ascensão. Entre aqueles bem sucedidos observa-se que se utilizaram de todos os mecanismos possíveis para manter-se enquanto autoridade sendo a fortuna um meio de alcançar e manter sua “qualidade”.

Mas a que tipo de atividade se atrelavam estes oficiais? Para responder a esta questão montamos a tabela seguinte a partir das informações contidas nos inventários *post-mortem* e numa lista elaborada pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro em 1756 com o nome dos “mais ricos moradores” das Minas Gerais que estivessem mais capacitados a contribuir para a reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755. Os nomes vinham separados por comarcas e trazia indicado o local de residência e a ocupação de cada um deles<sup>33</sup>.

Tabela 4  
Atividades econômicas as quais os Oficiais de Ordenanças se atrelavam

Tipo de Atividade	CVR	
	Nº	%
Mineração	23	57,5
Negócio	7	17,5
Roceiro	6	15
Contratador	2	5
Escrivão	1	2,5
S/identificação	1	2,5
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100</b>

Obs.: Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor, sendo analisados ao todo 20 inventários.

Fonte: Lista dos homens mais abastados da capitania feita pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro. AHU/MG/cx: 70; doc: 41 e Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP.

Entre a parcela de oficiais aqui analisada, a mineração era a atividade econômica principal a que eles se atrelavam. Levando-se em conta que a lista utilizada para verificação deste dado foi feita em um período de auge minerador e que tal atividade foi a “razão de ser” da comarca em perspectiva não surpreende que assim o fosse. Porém, ao analisarmos juntamente com tal lista, os inventários *post-mortem* destes oficiais, que nos informam o momento final de suas vidas, constatamos que com a crise do ouro muitos destes homens procuraram diversificar suas atividades econômicas, se dedicando também a outras atividades que ao longo do século XVIII foram dando maiores oportunidades de enriquecimento e, desta forma, conseguiram se manter economicamente dinâmicos. Sabe-se que a constituição das Minas Gerais se deu no lastro da mineração. Contudo ao longo do século XVIII, com a crise do ouro, houve um rearranjo interno na atividade econômica principal, passando as atividades agropecuárias a desempenhar o papel de eixo central da economia, o que fomentou o dinamismo interno da capitania<sup>34</sup>. Nesta esteira, entre as estratégias traçadas por estes oficiais para superarem a crise da produção aurífera na capitania ao longo do setecentos está a diversificação das atividades produtivas em suas propriedades, um meio eficaz de reduzir a dependência do mercado e assim garantir a reprodução da fazenda na medida em que aumentava os

rendimentos da mesma<sup>35</sup>. A forma mais comum de tal diversificação era conjugar em suas propriedades a mineração com a agropecuária. Por exemplo, o capitão João Rodrigues do Santos se declarava na lista de 1756 como minerador. Quando, porém, analisamos seu inventário constatamos que este oficial foi ao longo do tempo se dedicando também à agropecuária, passando a exercer as duas atividades, o que parece ter contribuído para o dinamismo de sua propriedade e, conseqüentemente, para o incremento de seu patrimônio, pois, ao final de sua vida, possuía um monte-mor no valor de 11:965\$265<sup>36</sup>. Assim, conjugar a extração mineral com a agropecuária parecia ser a opção econômica mais viável para aqueles que tinham possibilidade de acesso à terra e a escravos na Comarca de Vila Rica.

Outra atividade a que esta parcela de oficiais podia se dedicar e obter enriquecimento era o negócio, não por acaso ela aparece em segundo lugar entre as ocupações ainda em 1756. A arte de negociar parece ter sido muito lucrativa, pois muitos dos oficiais enfocados que em 1756 se declararam mineiros, foram, ao longo do tempo, redirecionando investimentos para a atividade mercantil (através, por exemplo, de sociedades e da comercialização de víveres), outro tipo de estratégia utilizada para conseguir maximizar ganhos. A presença de tropas e outros instrumentos denotam que eventualmente comercializavam sua produção em pequenos ranchos e vendas, além disso, alguns possuíam sociedades em vários negócios, bem como emprestavam dinheiro a juros. O desempenho destas atividades comerciais era um meio de se obter uma fonte adicional de ganho. Uma maneira recorrente entre os oficiais por nós analisados de realizarem estas atividades mercantis era o envolvimento em sociedades onde se financiava mercadores para irem ao porto do Rio de Janeiro buscar mercadorias para revendê-las em Minas. Adiantava-se aos negociantes dinheiro para comprarem as mercadorias recebendo-se parte do lucro, ou juros, após a venda das mesmas, tornando-se sócios na empreitada. Este era o caso do capitão-mor José da Silva Pontes que estabeleceu sociedade com o capitão João Antônio dos Santos em 1791 no comércio de escravos com o Rio de Janeiro entrando na mesma com a quantia de 2:000\$000 *com interesse nos lucros que houvessem nos escravos ou outro qualquer negócio que pudesse dar utilidade cabendo ao outro sócio João Antônio dos Santos 3 partes do lucro cobrado pelo seu trabalho de ir ao Rio de Janeiro comprar, vender e cobrar o risco*<sup>37</sup>.

A ocupação de roceiro também obteve destaque. Levando-se em conta que as atividades agropastoris e a pecuária foram ao longo do século XVIII aumentando cada vez mais seu dinamismo, não surpreende que aqueles que já em 1756 se dedicavam a elas continuassem revertendo seus investimentos para tal setor. Por exemplo, O capitão Francisco Ma-

chado Magalhães se declarou roceiro na lista do provedor da fazenda e, como pode ser visualizado por seu inventário, continuou se dedicando a tal atividade até o final de sua vida, setor que lhe rendeu significativo cabedal sendo a soma de seu monte-mor contabilizada em 15:266\$269<sup>38</sup>.

Dentro do quadro esboçado, pode-se dizer que ao menos a parcela de oficiais que foi por nós aqui analisada era composta de homens de significativo cabedal econômico, cujo envolvimento em atividades “pouco valorativas” como o comércio e atividade prestamista não eram vistas como diminuidoras de seu *status*, ao contrário, eram inclusive incentivadas na medida em que serviam para manter tal *status*. Assim, se a “qualidade” destes oficiais era proveniente da política, era sustentada pelo cabedal econômico que muitas vezes era incrementado por meio desta “qualidade primeira”<sup>39</sup>, isto é, o aproveitamento da condição política para realizar acumulações materiais, ou seja, a relação entre as esferas política e econômica ia gerando um círculo virtuoso – uma agindo sobre a outra constantemente.

A recente historiografia que trata do Antigo Regime destaca a política como um importante instrumento definidor dos grupos dominantes coloniais tanto no que diz respeito ao controle, isto é, ao instrumento de coerção, quanto no sentido de proporcionar através do controle de cargos e funções públicas (ofícios e contratos) acumulação de capital<sup>40</sup>.

As relações econômicas possuíam uma forte mediação de caráter político, em especial aspectos respaldados na tradição justificadores e ordenadores de uma sociedade de forte hierarquização. A reprodução das relações sociais se fazia no campo ideológico pela concepção de uma unidade entre relações econômicas, sociais e políticas<sup>41</sup>. Tanto que, como bem destacou João Fragoso, na colônia imperava um mercado imperfeito, isto é, um mercado em que as relações de mercados eram mediadas pela política, retirando do mesmo a capacidade de se auto-regular. Nas palavras do autor:

*“(...) um mercado não totalmente regulado pela oferta e procura, e onde a ação dos agentes não dependia apenas dos seus recursos econômicos. (...) Nestes casos e em outros, portanto, nota-se a constituição de mecanismos de acumulação que, mesmo realizados no mercado, são mediados pela política. (...) Um fidalgo tinha mais chances de receber o posto de capitão de Malaca, por exemplo, do que um antigo soldado oriundo do braço popular. (...) Enfim, tal fenômeno retirava do mercado parte de sua capacidade de se auto-regular, já que esta regulação em parte era feita por relações sociais estranhas à economia mercantil, mas compatíveis com a economia política do Antigo Regime português”<sup>42</sup>.*

Seguindo este raciocínio pode-se dizer que a política era caminho privilegiado de busca do enriquecimento. Neste sentido, os oficiais de Ordenanças atuavam como *braços* da Coroa, utilizando-se tanto o seu controle/monopólio sobre os fatores de produção, como o controle da mão de obra escrava, quanto do seu poder político-militar na consolidação de suas posições sociais. Os oficiais se constituíam em parceiros do empreendimento colonial na área da mineração, aumentando sua riqueza e seu poder, vinculavam-se como colaboradores, e não como adversários, à Coroa que lhes concedia monopólios e privilégios. As concessões da Coroa poderiam ser o resultado de necessidades e imperativos, sem os quais os interesses metropolitanos não teriam como se afirmar<sup>43</sup>.

### Considerações finais

Em suma, os oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças da comarca de Vila Rica nos idos do século XVIII não eram um grupo homogêneo e uniforme e, conseqüentemente, perfeitamente configurado. Os exemplos citados e os dados quantificados revelam que este grupo não se encaixava em um estrato específico visto que ofereciam níveis diferenciados de estratificação, existindo assim diferenças de *status* e de nível econômico entre o grupo que ocupou a estrutura militar no Setecentos mineiro.

Vimos que os investimentos em terras e escravos, em objetos que exteriorizassem luxo e ostentação, o envolvimento em redes de crédito, foram recorrentes entre a parcela de oficiais aqui analisada, pois tais elementos eram socialmente reconhecidos como um recurso legitimador do poder deste oficialato, visto que a sociedade mineira, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, era uma sociedade assentada na nobiliarquia, no reconhecimento social, no prestígio exteriorizado. Assim sendo, para além das diferenças que resultavam da administração de um maior ou menor número de cabedais e do usufruto de rendas mais ou menos elevadas, devemos equacionar aqui o papel da política. O exercício de cargos administrativos, o poder concelhio, os hábitos das ordens militares, e outras benesses distribuídas pela Coroa funcionaram igualmente como um fator de diferenciação no seio deste oficialato.

Nesta perspectiva, definir a composição dos grupos dominantes numa sociedade de Antigo Regime passa pela percepção de que a esfera política se constituiu em espaço privilegiado de controle e instrumento de coerção de sobretrabalho. O topo da hierarquia em Minas Gerais era, portanto, ocupado por aqueles que conseguiam articular-se entre os detentores de grandes cabedais e do poder político.

### Notas

<sup>1</sup>Ana Paula Pereira Costa. Mestranda em História Social pela UFRJ – Bolsista Faperj

<sup>2</sup>FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 43.

<sup>3</sup>A partir de análises que, sem desconsiderar os fatores externos da sociedade colonial, se propunham a privilegiar os fatores internos de seu funcionamento novos questionamentos acerca do mundo colonial passaram a ser feitos, refletindo na historiografia mineira. Desta forma, um debate acerca do mercado interno na região das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX e sua importância para a estruturação da capitania no pós-auge minerador vem ganhando proporções amplas. No primeiro caso destacam-se os nomes de GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985, FRAGOSO, João. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado. Para o caso de Minas Gerais destacam-se: MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais do século XIX”. **Cadernos IFCH-UNICAMP**, n.º. 17, 1985, LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX**. São Paulo Brasiliense, 1988, LENHARO, Alcír. **As tropas da moderação**. São Paulo: símbolo, 1979. MARTINS, Roberto B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, 1980. Para maiores detalhamentos sobre esta questão ver: ALMEIDA, Carla. “Minas Gerais pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica”. In: **Registro**. Ano 2, n. 4, set. 1995/ fev. 1996. P. 11-14.

<sup>4</sup>SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 24-25.

<sup>5</sup>SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 89.

<sup>6</sup>SOUZA, Laura. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.p. 111.

<sup>7</sup>FRAGOSO, João. “Afogando em nomes...” op. cit., p. 43-44.

<sup>8</sup>Idem, p.45-46.

<sup>9</sup>Cabe sublinhar que estaremos trabalhando com o total de 50 nomes de oficiais de alta patente no presente texto, dentre estes conseguimos encontrar inventários *post-mortem* e testamento para 22 dos nomes listados.

<sup>10</sup>FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria: escalas, indícios e singularidades**. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado. p. 258.

<sup>11</sup>Valor é o que governa o curso dos eventos, ele é identificado por escolhas que se repetem, que adquirem regularidade. Em outras palavras valores são o que as pessoas pensam e como agem sobre certo fim. São julgamentos. Neste sentido ver: BARTH, Fredrik, **Process and form in social life**, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

<sup>12</sup>ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado. p. 173-189.

<sup>13</sup>Tal delimitação temporal foi escolhida com base no trabalho de Carla Almeida, o qual estamos utilizando como parâmetro comparativo. Segundo a referida autora tal periodização inclui duas distintas fases da economia mineira: a primeira fase (1750-1779) pode ser caracterizada como um período de auge minerador e a segunda fase (1780-1822) é entendida como o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e a agropecuária passou ser o eixo central da economia. Ver: ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 6-7.

<sup>14</sup>Neste sentido ver: FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. Ver Também: FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo**

como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>15</sup>A exemplo ver: COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982, p. 40. Dos 3.400 senhores de escravos arrolados, 26 tinham mais de 40 cativos, 06, mais de 60 cativos e 01 mais de 100 cativos (126). Apud: ARAÚJO, Luís António S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)**. Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 29.

<sup>16</sup>ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p.182.

<sup>17</sup>CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264 (1800).

<sup>18</sup>SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)”. In: BICALHO, M., GOUVÊA, M & FRAGOSO, J (orgs.). **O Antigo Regime nos Tópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 105.

<sup>19</sup>GOUVÊA, Maria de F; FRAZÃO, Gabriel & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português”. In: **Topó: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004, p. 99.

<sup>20</sup>FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto...** op. cit. p. 205.

<sup>21</sup>CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João Favacho Roubão. Códice 49, auto 1119 (1784).

<sup>22</sup>ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p.188.

<sup>23</sup>SOUSA, Laura M. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.27. Apud. ALMEIDA, Carla. **Homens ricos...** op. cit., p.188.

<sup>24</sup>AHU/MG/cx: 76; doc: 30.

<sup>25</sup>CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Tomé Soares de Brito. Códice 122, auto 2542, (1804).

<sup>26</sup>ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit. p. 193-195.

<sup>27</sup>CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de Antônio da Costa Guimarães. Códice 44, auto 1012, (1816).

<sup>28</sup>CPOP, 1º ofício – Testamento de Antônio Ramos dos Reis. Códice 460, auto 9753, (1761).

<sup>29</sup>AHU/MG/cx: 39; doc: 67. Ver também; AHU/MG/cx: 31; doc: 1.

<sup>30</sup>BARTH, Fredrik. “Models of social organization 1: Introduction. The analytical importance of transaction”. In: **Process and form in social life**. op. cit., p.32-47.

<sup>31</sup>SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto** op. cit., p. 100.

<sup>32</sup>ARAÚJO, Luís António S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas...** op. cit., p. 31.

<sup>33</sup>A localização da referida lista é a seguinte: AHU/MG/ cx: 70; doc: 41. Apud, ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 230. Cruzando a referida lista com os inventários foi possível coletar informações acerca das atividades econômicas para 40 do total de 50 oficiais que estamos investigando.

<sup>34</sup>Ver ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., cap. 2.

<sup>35</sup>A exemplo do que viu ALMEIDA, C. op. cit., p. 219.

<sup>36</sup>CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1795 (1773).

<sup>37</sup>CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264, (1800).

<sup>38</sup>CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de Francisco Machado Magalhães. Códice 90, auto 1878, (1799).

<sup>39</sup>FRAGOSO, João. “Afogando em nomes...” op. cit., p.45.

<sup>40</sup>ARAÚJO, Luís Antônio S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas...* op. cit., p. 30.

<sup>41</sup>Idem, p. 49.

<sup>42</sup>FRAGOSO, J. L. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topói: Revista de História*. Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 45-122.

<sup>43</sup>ARAÚJO, Luís Antônio S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas...* op. cit., p. 50.

## **Fontes Documentais**

\* Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Favacho Roubão. Códice 49, auto 1119, (1784).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Tomé Soares de Brito. Códice 122, auto 2542, (1804).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de António da Costa Guimarães. Códice 44, auto 1012, (1816).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1795, (1773).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264, (1800).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Rodrigues Passos. Códice 45, auto 1042, (1744).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira dos Santos. Códice 97, auto 2024, (1791).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Luis José Ferreira da Gouveia. Códice 72, auto 1577, (1758).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Francisco da Fonseca Ferreira. Códice 129, auto 2703, (1801).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João de São Boaventura Vieira. Códice 13, auto 429, (1757).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João António Rodrigues. Códice 133, auto 2774, (1732).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de André Correia Lima. Códice 86, auto 1821, (1770).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de António da Silva Herdeiro. Códice 25, auto 654, (1802).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Baltazar Martins Chaves. Códice 34, auto 2806, (1761).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves Torres. Códice 33, auto 786, (1762).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Francisco Pereira Lobo. Códice 88, auto 1856, (1774).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Gregório de Matos Lobo. Códice 140, auto 2911, (1785).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João da Costa Azevedo. Códice 92, auto 1927, (1792).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João da Silva Tavares. Códice 16, auto 463, (1835).

CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de António Ferreira da Rocha. Códice 68, auto 1496, (1787),

CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de José de Araújo Correia. Códice 45, auto 1016, (1760).

\* Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/ Casa do Pilar de Ouro Preto

CPOP, 1º ofício – Testamento de António Ramos dos Reis. Códice 460, auto 9753, (1761).

\* Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate/ Documentação avulsa da capitania de Minas Gerais

AHU/MG/cx: 76; doc: 30. Requerimento de Tomé Soares de Brito, capitão da Ordenança de Pé do distrito do Gama, solicitando a mercê da sua confirmação no exercício do referido posto.

AHU/MG/cx: 39; doc: 67. Requerimento de António Ramos dos Reis, solicitando confirmação da patente de capitão-mor das Ordenanças de Vila Rica e seu termo.

AHU/MG/cx: 31; doc: 1. Requerimento de António Ramos dos Reis, mestre-de-campo dos Auxiliares de Vila Rica de Ouro Preto, pedindo licença para passar ao Reino, a fim de se curar.

AHU/MG/cx: 70; doc: 41. Carta de Domingos Pinheiro, provedor da fazenda de Minas, informando o secretário de Estado, António Amaro de Sousa Coutinho, sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.

- ALMEIDA, Carla M. C. de. “Minas Gerais pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica”. In: **Registro**. Ano 2, n. 4, set. 1995/fev. 1996.
- ARAÚJO, Luís António S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)**. Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BARTH, Fredrik, **Process and form in social life**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. vol. 1.
- COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982.
- FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria: escalas, indícios e singularidades**. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado.
- FRAGOSO, J. L. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, nº 1, 2000.
- FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.
- GOUVÊA, Maria de F; FRAZÃO, Gabriel & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX**. São Paulo Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Roberto B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)”. In: BICALHO, M., GOUVÊA, M & FRAGOSO, J (orgs.). **O Antigo Regime nos Tópicos: a dinâ-**

mica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais do século XIX”. **Cadernos IFCH-UNICAMP**, n.º. 17, 1985.

SOUZA, Laura. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

# *O mercado de escravos em Mariana: 1850-1886*<sup>1</sup>

Camila Carolina Flausino<sup>2</sup>

## **Resumo**

O presente trabalho tem o objetivo de verificar a participação do município de Mariana no tráfico interno de escravos, entre 1850-1886, como uma forma de realocação da mão-de-obra cativa e mecanismo mantenedor da escravidão. Buscaremos identificar, com base em escrituras de compra e venda de escravos, a intensidade, frequência e sentido desse processo de transferência da população escrava de Mariana para outras regiões da província e mesmo fora dela, bem como se Mariana poderia estar atraindo mão-de-obra escrava durante essa época.

Levaremos em conta as peculiaridades da região estudada, bem como contribuir para os debates sobre a questão do tráfico interno no que se refere ao município de Mariana ser importador ou exportador de escravos.

## **Palavras-chaves**

Demografia, Tráfico interno de escravos, História de Minas Gerais.

## **Abstract**

This work studies Mariana's participation in slaves trade established between 1850-1886 to relocate slave labor and mechanisms for slavery to continue of the slavery. We will try to identify, based on records of purchases and sales of slaves, the intensity, frequency and direction of the slave population that were transferred from Mariana to other regions of the province and to outside regions. This work will also study if Mariana might have drawn slave labor during this time.

This research which belongs the field of demography and economy will consider the peculiarities concerning this region as well as give our contribution to debates on the slave trade issue during the second half of the nineteenth century in which Mariana is considered as being importer or exporters of slaves.

## **Keywords**

demography, slaves trade internal, history from Minas Gerais.

## **Apresentação**

Neste artigo, pretendemos analisar alguns aspectos sobre o tráfico interno de escravos no município de Mariana na segunda metade do século XIX, como alternativa ao fim do tráfico atlântico. Elegemos a região de Mariana como espaço, devido à sua privilegiada localização, uma vez que parte de seu território situava-se na região de antigo centro minerador, denominada Metalúrgica - Mantiqueira, e outra parte na Zona da Mata mineira, região conhecida pelo seu potencial agropastoril, como, por exemplo, o cultivo do café.

No nosso principal objetivo neste artigo é verificar, regionalmente, o alcance de uma questão geral presente na historiografia sobre a escravidão mineira, que

parte do princípio de que teriam ocorrido transferências significativas de escravos das regiões Metalúrgica - Mantiqueira para outras regiões mais dinamizadas da província e mesmo fora dela, a partir do declínio da mineração, e especialmente, ao longo da segunda metade do século XIX até as vésperas da abolição.<sup>3</sup> Isto porque, mesmo com a proibição do tráfico atlântico em 1850, a demanda por mão-de-obra cativa continuou o que fez com que os proprietários investissem no tráfico interno de escravos, tanto na forma intraprovincial (transferências ocorridas entre municípios diferentes de uma mesma província) quanto interprovincial (transferências ocorridas entre províncias diferentes).

Diante dessa discussão, buscaremos investigar se o município de Mariana teria registrado perdas ou ganhos na sua população escrava entre os anos de 1850 e 1886. Para tanto, optamos por trabalhar as freguesias que permaneceram ligadas à sede municipal ao longo dos anos em estudo, tendo como referência as obras consultadas, mas principalmente, respeitando as delimitações espaciais presentes em nossas fontes primárias. Desse modo, trabalharemos com as seguintes localidades: Nossa Senhora da Assunção da Catedral ou a Sé de Mariana, sede do município incluindo o distrito de Passagem; Nossa Senhora da Conceição de Camargos; Nossa Senhora do Nazaré do Infeccionado; Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro; Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado; São Caetano do Rio Abaixo; Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim; Paulo Moreira; Nossa Senhora da Saúde e Barra Longa.

As fontes privilegiadas neste estudo foram as escrituras de compra e venda de escravos, presentes em dois tipos de registros notariais existentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM): cinco Livros de Registros de compra e venda de escravos e trinta Livros de Notas, ambos do 1º e 2º ofícios, que cobrem o período de 1850 a 1886. Coletamos as informações que diziam respeito às transações registradas nas localidades acima mencionadas, incluindo residentes ou não no município. Esse procedimento nos proporcionou verificar que a maioria das negociações envolvia de fato indivíduos residentes no próprio município, tanto compradores quanto vendedores. Por outro lado, os indivíduos que não tinham residência estabelecida no município também foram considerados, uma vez que podiam indicar alguma ligação com o comércio de escravos local.

Encontramos um total de 353 escrituras envolvendo 700<sup>4</sup> escravos e 20 ingênuos comercializados na região. As escrituras foram cuidadosamente coletadas e preparadas para análise através de metodologias da história demográfica, bastante profícua a exploração do tipo de fonte a que nos propomos trabalhar, proporcionando um melhor tratamento quantitativo aos dados e, conseqüentemente, seu maior aproveitamento, uma vez que nos permite estabelecer séries homogêneas, diminuindo a margem de erros.

Nessas escrituras, encontramos as seguintes informações que, posteriormente, se transformaram em variáveis em nosso banco de dados

composto no programa SPSS: data e local do registro da escritura; nome do vendedor, comprador e de seus respectivos procuradores, quando houver; cópia da procuração, em caso da existência de um procurador; sexo, inferido a partir do nome; títulos ou patentes; local de residência dos mesmos; nome, sexo, idade, estado conjugal, cor, atividade produtiva, origem, naturalidade, eventuais caracteres físicos e presença de filhos, além da forma prévia de aquisição do (s) escravo (s); preço do (s) cativo (s); observação quanto à forma de pagamento; valor recolhido pelo imposto de meia sisa; transcrição dos dados da matrícula do (s) escravo (s), a partir de 1872. Por fim, as devidas assinaturas das testemunhas e o fecho do Tabelião. Encontramos também algumas escrituras referentes a trocas e doações de escravos, mas optamos por trabalhar apenas com os registros referentes à compra e venda de escravos.

O cruzamento das variáveis acima foi de suma importância para a obtenção dos resultados apresentados a seguir, tanto no que diz respeito ao estabelecimento do perfil do escravo comercializado na região, quanto ao estabelecimento da direção e sentido desse tráfico interno de cativos, representando uma das facetas dos negócios da escravidão praticados ao longo da segunda metade do século XIX.

### **O perfil do escravo comercializado em Mariana**

No conjunto das transações por escrituras, como mostra a tabela 1, notamos que a maioria das transações, 68,0%, envolvia a venda de um único escravo por escritura: 240 casos, o que denota que o comércio de escravos na região era de pequeno porte, significando, possivelmente, apenas a reposição da escravaria a maior parte do tempo. Outras 41 escrituras (11,6%) eram relativas à venda de 2 escravos; 19 (5,4%) envolviam 3 escravos e 9 (2,6%) foram transações envolvendo 4 escravos. Como mostra os dados da tabela abaixo, as porcentagens de escrituras com maior número de escravos sendo vendidos conjuntamente tendem a cair, uma vez que fica evidente o predomínio da venda de apenas um escravo por escritura. Os registros com 6 e 9 escravos por escritura representavam respectivamente 1,4% e 1,1%. Transações envolvendo 5 e 13 escravos, representavam cada uma 0,6% do total de transações, enquanto que cada uma das escrituras envolvendo 7, 8, 10, 17, 22, 33 e 34 escravos corresponderam cada uma a 0,3% das vendas.

Investigando o destino de alguns desses grupos de escravos que foram comercializados, identificamos que o grupo dos 34 escravos saiu da Freguesia do Anta, pertencente à Ponte Nova, com destino ao próprio município de Ponte Nova, tendo sido registrado a escritura no município de Mariana, por motivo que desconhecemos. O grupo de 33 escravos teve seu vendedor residente em Mariana, porém não constava a informação do lugar de destino que lhes foi dado. O grupo de 22 escravos foi vendido de Mariana para o

município de Juiz de Fora. O outro grupo de 17 cativos foi vendido a compradores residentes na freguesia de Barra Longa, vindos do próprio município de Mariana, denotando o tráfico interno local. Por fim, o grupo de 10 escravos veio do município de Caeté para o distrito de Passagem de Mariana.

Temos ainda 24 escrituras, representando 6,8% do total, nas quais foram vendidas partes ideais dos escravos, tais como metade, terças partes, sextas partes, etc. No geral, observamos que a venda de partes de escravos era comum principalmente quando este escravo possuía mais de um dono: “(...) *sendo senhor e possuidor conjuntamente com* [nome do sócio] *de vários escravos em sociedade, tendo cada um a metade* [no valor dos escravos] (...)”<sup>5</sup> ou quando era fruto de herança: “(...) *a parte* [do escravo] *que vende recebeu* [o vendedor] *por herança em partilha de seu falecido pai* (...)”<sup>6</sup>. Nesses casos, geralmente, observamos que havia mais de um dono, de modo que havia sempre o fracionamento da parte e do valor do escravo, de acordo com o que cada um dos donos tinha direito.

Tabela 1

Distribuição das escrituras e dos escravos a partir do número de cativos transacionados em cada escritura: Mariana, 1850-1886.

Escravos por escrituras	Escrituras		Escravos
	Nº.	%	
1	240	68,0	240
2	41	11,6	82
3	19	5,4	57
4	9	2,5	36
5	2	0,6	10
6	5	1,4	30
7	1	0,3	7
8	1	0,3	8
9	4	1,1	36
10	1	0,3	10
13	2	0,6	26
17	1	0,3	17
22	1	0,3	22
33	1	0,3	33
34	1	0,3	34
"Menos que 1" *	24	6,8	52
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>100</b>	<b>700</b>

\* Transações envolvendo partes ideais de escravos, tais como metade, terça parte, sexta parte, etc.

Dos 719 indivíduos considerados na tabela 2, os escravos representam 97,2% das negociações. Dos 647 escravos vendidos por inteiro (92,6% do total), 363 (56,1%) tratavam-se de escravos do sexo masculino e 284 (43,9 %) do sexo feminino. Encontramos 52 casos (7,4 %) onde foram vendidas as partes que os vendedores possuíam nos escravos negociados, sendo 36 (69,2 %) de homens e 16 (30,8 %) de mulheres, totalizando 699 escravos, onde pouco mais da metade, 399 (57,1%) cativos eram homens, enquanto as mulheres (no total de 300) correspondiam a 42,9%. A exemplo do tráfico atlântico, os escravos do sexo masculino eram preferidos, possivelmente por representarem o retorno imediato do investimento inicial de seus proprietários, o que caracterizaria o interesse na continuação do sistema escravista uma vez que os escravos masculinos eram considerados mais fortes e capazes de suportar as adversidades da lide diária, não necessitando de maiores cuidados como, por exemplo, os requisitados pelas crianças.

Encontramos ainda referência a 20 ingênuos que foram negociados acompanhando suas mães, sem serem vendidos de fato. Isso porque a lei só permitia aos proprietários o uso de seus serviços até que estes completassem 21 anos, como uma forma de “pagamento” por tê-los criado. Caso contrário, os senhores podiam optar por receberem do Estado uma indenização no valor de seiscentos mil réis (600\$000) quando estes completassem a idade de 8 anos. Os ingênuos representaram 2,8% do total da população negociada, sendo 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

**Tabela 2**  
**Distribuição das escrituras segundo o tipo de transação e sexo dos indivíduos**

Tipo de transação	Sexo		Total
	masculino	feminino	
Escravo inteiro	363	284	647
Escravo em "Partes" *	36	16	52
<b>Subtotal</b>	<b>399</b>	<b>300</b>	<b>699**</b>
Ingênuo	10	10	20
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>310</b>	<b>719</b>

\*Transações envolvendo partes ideais de escravos, tais como metade, terça parte, sexta parte, etc.

\*\*Excluimos 1 caso que não foi possível identificar o sexo do escravo.

Ao separarmos os escravos segundo a década, sexo e a nacionalidade, conforme a tabela 3, percebemos que a maioria das vendas ocorreu

entre as décadas de 1860 e 1870: juntas, elas foram responsáveis pela concentração de 88,4% do total dos escravos negociados, com destaque para a década de 1860 que concentrou o maior número de negociações, 46,5%, envolvendo tanto escravos crioulos quanto africanos. De 1850 a 1859, foi negociado um percentual de 4,6% do total de escravos, ou seja, o menor percentual por nós encontrado. No mesmo sentido, durante a década de 1880, percebemos os reflexos das agitações trazidas pelos debates em prol do fim da escravidão, dado o pequeno número de negociações: apenas 6,8% de escravos foram comercializados via tráfico interno nesse período. Essa queda observada teve também grande influência da criação, em dezembro de 1880, de uma taxa no valor de dois contos de réis (2:000\$000) para cada escravo que entrasse na província mineira. Como a taxa imposta era, na maioria das vezes, superior ao valor do escravo, era de se esperar que o tráfico interno de cativos sofresse retração nesse período.

Acompanhando o desenrolar do tráfico interno em Mariana, notamos uma enorme flutuação nas negociações ao longo do período estudado. Assim, da década de 1850 para a de 1860, temos um crescimento de cerca de 910% no volume das negociações, seguida de queda de 9,4% daí para a década de 1870. Da década de 1870 para a de 1880 a queda é realmente acentuada: 85,4%.

As transações envolvendo crioulos representaram maioria: 88,4%, enquanto os africanos apenas 11,6%. Esta constatação já era esperada, pois findo o tráfico transatlântico, e com ele as entradas maciças de escravos africanos, era presumível que o número de crioulos dentre a população escrava crescesse via reprodução natural, e que a população de escravos africanos envelhecesse com o passar dos anos. Somente na década de 1850 é que a porcentagem de africanos negociados supera o de crioulos: 15,1% para os primeiros e 3,5% para os últimos. Isto porque, provavelmente, ainda havia um número expressivo de africanos adquiridos à época do tráfico internacional disponíveis para serem negociados.

Um exemplo desse envelhecimento da população cativa africana foi uma transação que ocorreu no ano de 1870, em que foram vendidas partes ideais de seis escravos de sexo masculino, sendo cinco africanos e um crioulo, pelo Alferes Antônio Emílio de Oliveira Buzelin ao Dr. João Bawden pelo preço total de um conto e trezentos e cinquenta mil réis (1:350\$000). A média de idade dentre esses seis escravos era de 54 anos, portanto, tratava-se de uma escravaria já bastante idosa, e tida como improdutiva, para os padrões servis da época. Ademais, não havia informação sobre a ocupação dos mesmos.<sup>7</sup>

Tabela 3  
Distribuição dos escravos segundo as décadas, sexo e nacionalidade.

Décadas	Nacionalidade									
	Crioulos				Africanos					
	H	M	Total		H	M	Total		Total	
	N°	N°	N°	%	N°	N°	N°	%	N°	%
1850-1859	12	2	14	3,5	6	1	7	13,2	21	4,6
1860-1869	99	89	188	46,7	18	6	24	45,3	212	46,5
1870-1879	86	87	173	42,9	16	3	19	35,8	192	42,1
1880-1886	18	10	28	6,9	2	1	3	5,7	31	6,8
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>188</b>	<b>403</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>11</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>456*</b>	<b>100</b>

H= homem; M= mulher; N°= números. As porcentagens foram calculadas tendo como denominador o total de escravos por nacionalidade.

\* Considerando apenas escravos com sexo e nacionalidade declarados.

Os números da tabela 4 indicam que entre a faixa etária considerada produtiva, de 15 a 39, houve a maior concentração de escravos independente do sexo: 393 (59,9%) escravos, sendo 208 do sexo masculino e 185 do sexo feminino, representando respectivamente 31,7% e 28,2% do total de escravos negociados e 56,2% e 64,7% do total de escravos negociados por sexo. Os escravos de 0 a 14 anos representaram 27,1%, número bastante significativo<sup>8</sup>, e os idosos 13,0% do total de escravos negociados.

Em números absolutos, as mulheres predominaram apenas na faixa etária de 35-39 anos. Ademais, observamos a maior concentração de escravos na faixa etária de 20-24 anos, seguida pela 15-19 para ambos os sexos. A maior concentração de mulheres nestas duas faixas etárias pode ser explicada pelo fato de estas cativas estarem justamente em plena idade produtiva, o que seria um indicativo de interesse na reprodução do sistema escravista através da reprodução natural dos escravos.

Pela pirâmide etária (gráfico 1), notamos um maior alargamento na sua base, o que é indicativo de que a escravaria estava sendo renovada pela via de nascimentos. Também o investimento em mão-de-obra escrava infantil significava a 'garantia' de acesso ao trabalho escravo a "longo" prazo, e ainda favorecia um maior equilíbrio entre os sexos no caso dos escravos.

Vemos que houve certo crescimento no número de escravos nas faixas etárias de até 20-24 anos, e, posteriormente, entre 30-34 anos, quando a pirâmide começa a afunilar-se a partir de então. O número de mulheres vai diminuindo significativamente à medida que chegamos ao topo da pirâmide.

Tabela 4

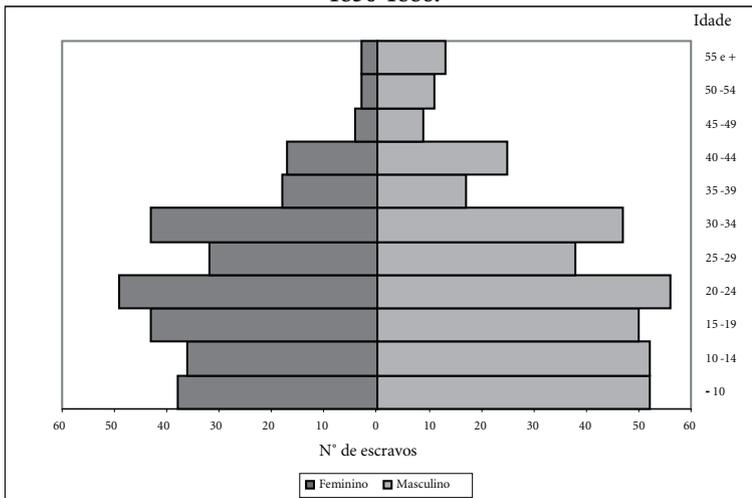
Distribuição dos escravos negociados segundo o sexo e a faixa etária.

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	feminino	
- 10	52	38	90
10-14	52	36	88
15-19	50	43	93
20-24	56	49	105
25-29	38	32	70
30-34	47	43	90
35-39	17	18	35
40-44	25	17	42
45-49	9	4	13
50-54	11	3	14
55 e +	13	3	16
<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>286</b>	<b>656*</b>

\* Considerando apenas escravos com idade e sexo declarados.

Gráfico 1

Pirâmide etária da população escrava comercializada em Mariana: 1850-1886.



Quando analisando os gráficos das pirâmides etárias de acordo com o sexo e a nacionalidade, percebemos que os gráficos tornam-se bastantes distintos

um do outro, ficando evidente a presença majoritária de escravos crioulos entre a faixa produtiva. O gráfico 2 revela um crescimento progressivo da participação dos cativos crioulos até a faixa dos 20-24 anos, onde houve maior concentração para ambos os sexos. A base alargada da pirâmide não deixa dúvidas quanto à existência da reposição da escravaria via nascimentos.

O contrário, porém, é observado no gráfico 3 dos africanos, onde a base da pirâmide é quase inexistente. Nota-se que a maior concentração de africanos se dá na faixa acima dos 40 anos, evidenciando o envelhecimento dos mesmos, uma vez que a média de idade dos africanos foi de 41,1 anos, enquanto a idade média dos crioulos foi de 22,4 anos.<sup>9</sup>

Um dado nos chamou atenção: a presença de escravos africanos nas faixas etárias de <10 anos, 10-14 e de 20-24 anos. Procedemos a uma investigação rápida em nosso banco de dados a fim de identificar o ano em que estes escravos teriam sido comercializados, e, para nossa surpresa, verificamos que todos estes três casos se tratavam de escravos importados após a lei de 1850, que proibia o tráfico atlântico de escravos. O escravo com menos de 10 anos foi importado no ano de 1870, portanto, ele teria nascido na década de 1860. A escrava de 10-14 foi vendida no ano de 1872, de modo que ela teria nascido por volta do ano de 1856. A escrava na faixa etária de 20-24 anos da mesma forma foi vendida no ano de 1882 e teria nascido em 1856. De acordo com esses dados, podemos pensar em três explicações: ou eles foram importados ilegalmente via tráfico atlântico, ou a idade dos mesmos não condiz com a realidade, embora fosse mais comum o aumento das idades dos africanos importados para encobrir o desrespeito à lei de 1850, ou ainda a nacionalidade dos mesmos estaria errada. Contudo, a fonte por nós trabalhada não nos permite maiores conclusões.

Gráfico 2  
Pirâmide etária dos escravos crioulos.

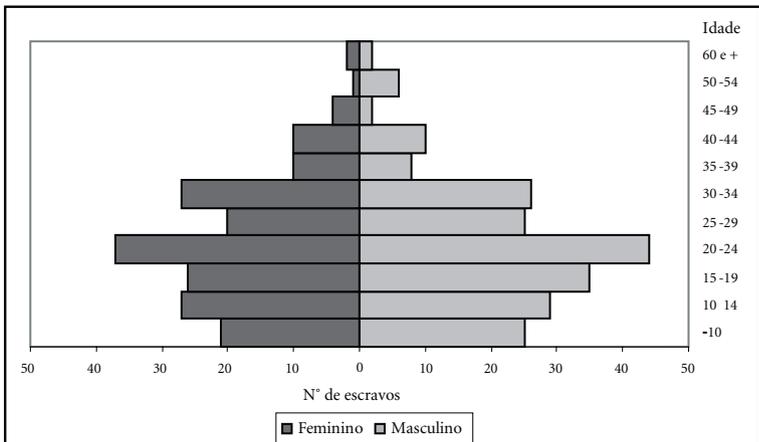
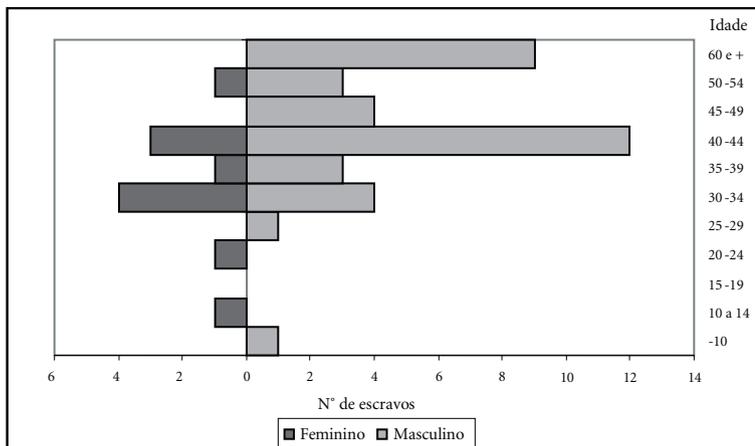


Gráfico 3  
Pirâmide etária dos escravos africanos



Para a composição da tabela 5, estamos considerando apenas os escravos com estado conjugal e sexo declarado. Dos 700 escravos negociados em Mariana entre 1850-1886, em uma parcela considerável, 495 casos (70,7%) não havia a informação do estado conjugal; dentre esses, 1 caso em que não foi possível identificar o sexo do escravo. Dos 205 escravos para os quais foi possível obter as informações completas, a maioria (75,1%) tratava-se de escravos solteiros, enquanto o percentual de casados foi de 23,4 % (48 casos). Proporcionalmente havia 1 escravo casado para cada escrava casada. Desses 48 cativos casados, 44 eram de fato casais que foram vendidos juntos. Desses, encontramos 14 casais sendo vendidos com algum filho e 8 casais comercializados juntos, porém sem a presença de filhos.<sup>10</sup> Outros 4 indivíduos eram casados, sendo 3 desacompanhados tanto de seus cônjuges quanto de filhos, e apenas 1 caso em que filho acompanhava um dos cônjuges. Quando verificamos a origem dos escravos casados em nosso banco de dados, a porcentagem dos crioulos dentre esses foi sempre maior que a de africanos: 24 crioulos e apenas 3 africanos. Os viúvos somaram apenas 1,5% do total.

Notamos que a ausência de informação sobre o estado conjugal foi mais constante nas décadas de 1850 e 1860. Em contrapartida, a década de 1870 foi onde esta e outras informações mais apareceram. Acreditamos que esse fato esteja relacionado à obrigatoriedade do registro da matrícula dos escravos por parte de seus senhores nas Coletorias municipais a partir de 1872. Os senhores eram obrigados a preencher um registro com informações sobre o cativo e a pagar uma pequena taxa

para cada escravo registrado, sob pena de perderem a posse do mesmo, como nos informa Robert Slenes: “A lei que regulava a matrícula considerava livre qualquer escravo não registrado no prazo estipulado”.<sup>11</sup> Havia uma maior precisão em se preencher os campos desse registro, do que, por exemplo, nos de compra e venda de escravos por nós pesquisados, onde muitas vezes observamos a falta de informações elementares sobre o cativo vendido.

**Tabela 5**  
**Distribuição dos escravos segundo o estado conjugal, sexo e o período da transação**

Estado conjugal	Décadas							
	Masculino							
	1860-1869		1870-1879		1880-1886		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Casado	3	15,0	17	30,9	4	14,3	24	23,3
Viúvo	-	0	1	1,82	-	0	1	0,97
Solteiro	17	85,0	37	67,3	24	85,7	78	75,7
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>103</b>	<b>100</b>

Estado conjugal	Décadas							
	Feminino							
	1860-1869		1870-1879		1880-1886		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Casado	3	17,6	16	24,2	5	26,3	24	23,5
Viúvo	-	0	2	3,03	-	0	2	1,96
Solteiro	14	82,4	48	72,7	14	73,7	76	74,5
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>66</b>	<b>100</b>	<b>19</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>

Através da documentação por nós trabalhada, foi possível perceber a porcentagem de cativos que tiveram algum laço familiar preservado no ato da compra e venda (tabela 6). Essa porcentagem foi crescente ao longo dos anos compreendidos entre 1850 e 1886, tendo a década de 1880 chegado aos maiores percentuais: 47,9% do total de indivíduos comprados e vendidos, seguida pela década de 1870: 28,0%. Acreditamos que estes percentuais sejam resultados do cumprimento da Lei de 1871, em especial ao Art.4º, § 7º, onde havia a proibição da separação de cônjuges e os filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe.

Notamos o inverso no que se refere aos indivíduos vendidos sozinhos, ou seja, os percentuais da população vendida sem vínculos são decrescentes à medida que avançamos pelos anos de nossa pesquisa. A década de 1850 apresentou os maiores índices: 95,8% dos escravos foram vendidos sozinhos. Em seguida, temos a década de 1860, onde 87,8% dos escravos aparecem sendo vendidos sem a companhia de algum membro da família. A partir da década de 1870, passamos a encontrar os ingênuos acompanhando suas mães nas transações, o que pode ter influenciado na diminuição dos indivíduos negociados sozinhos. Nas décadas de 1870 e 1880 os índices foram menores, representando respectivamente 72,0% e 52,1%.

De modo geral, durante todo o período da pesquisa, percebemos que o número de indivíduos negociados sozinhos, ou seja, sem qualquer ligação familiar declarada, foi sempre maior em todas as décadas: 567 indivíduos, ou 78,7% dos 720 escravos e ingênuos coletados. Por outro lado, apenas 153 indivíduos, ou 21,3% do total de casos analisados, foram encontrados com algum laço familiar preservado no ato da transação, indicando que em Mariana não teria ocorrido um comércio de famílias escravas via tráfico interno. O próprio número de escravos que foram vendidos sozinhos, 68,0% do total de 700 escravos, como vimos na tabela 1, é mais um indicativo de que em Mariana, o comércio interno de escravos significava, na maior parte do tempo, a separação entre os entes familiares.

Embora o comércio de escravos fosse um momento muito traumático e temido pelo cativo, uma vez que significava, na maioria das vezes, a separação de seus familiares e de suas comunidades de origem, nem sempre encontramos a total inação ou passividade por parte desses escravos. Pelo contrário, já existem estudos que relataram algumas manifestações por parte dos escravos na tentativa de validarem seus 'direitos' e vontades no momento da venda, transformando-as em situações mais complexas que simples trocas de mercado. Nesse sentido, um dos poucos trabalhos a lidar com essa questão das percepções e, principalmente, das atitudes dos próprios escravos diante das situações de transferência de sua propriedade, tem seu expoente em Sidney Chalhoub.<sup>12</sup> Contudo, para Mariana, ainda não há estudos sistemáticos nesta direção.

Tabela 6

Distribuição da população negociada segundo as décadas e a presença de vínculos familiares: Mariana, 1850-1886

Décadas	Com vínculos		Sozinhos		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%
1850-1859	3	4,2	69	95,8	72	100
1860-1869	35	12,2	253	87,8	288	100
1870-1879	81	28,0	208	72,0	289	100
1880-1886	34	47,9	37	52,1	71	100
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>21,3</b>	<b>566</b>	<b>78,7</b>	<b>720</b>	<b>100</b>

\* Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de indivíduos, escravos e ingênuos, negociados em cada década. Vale notar que a categoria 'ingênuo' só surge na década de 1870, como vimos anteriormente. O percentual total foi calculado tendo como denominador o total de indivíduos encontrados nas escrituras de compra e venda de escravos.

A partir da informação da atividade produtiva desempenhada pelos escravos presentes nas escrituras de compra e venda de escravos, montamos a tabela 7 a seguir. Nota-se que dos 700 cativos registrados nas escrituras de compra e venda de escravos, obtivemos os dados de ocupação e sexo para apenas 264. Desses, a atividade que mais empregava cativo estava diretamente ligada ao ofício de roceiro: 34,6%; seguida pelos serviços domésticos (18,6%) e pela atividade de cozinheiro (a), com 15,5%. Dentre os roceiros, estão empregados preferencialmente homens (76 dos 96 escravos); já entre os serviços domésticos e cozinheiro (a), as mulheres somaram maioria: 46 e 37 dos escravos respectivamente.

Entretanto, mesmo encontrando ambos os sexos executando as mesmas tarefas (roceiros, serviços domésticos, cozinheiros, costureiros e jornaleiros), percebemos que havia certa divisão do trabalho, com dedicação majoritária, e mesmo exclusiva, de apenas um dos sexos, ou seja, o desempenho de determinadas atividades produtivas era próprio de cada sexo. Assim não encontramos nenhuma mulher desempenhando atividade de tropeiro, ferreiro, peão, sapateiro ou carreiro, por exemplo. Da mesma forma não foi descrito nenhum homem realizando tarefas de fiar, lavar ou engomar.

De modo geral, a maioria das mulheres realizava algum tipo de serviço doméstico: 110 casos se agrupamos, por exemplo, serviços domésticos, cozinheira, lavadeira, fiandeira, costureira e engomadeira. Já as tarefas que requiriam um maior grau de especialização ou força física, tais como carpinteiro, ferreiro, sapateiro ou carreiro, tinham nos escravos homens a maior força de trabalho. Vale notar ainda, que a atividade de mineração, que décadas atrás absorvia a maior parte da população escrava da região, empregava agora um número bastante diminuto de cativos: apenas 2 escravos vendidos tiveram esta atividade declarada, representando apenas 0,8% das atividades nas quais os escravos estavam empregados.

De posse das informações acima, fica evidente que as atividades agropastoris que, anteriormente, deram suporte à atividade de mineração, passaram de fato a ocupar lugar de destaque na economia da região estudada na segunda metade do século XIX, e eram justamente escravos para serem empregados nestas atividades que estavam sendo comprados em Mariana através do tráfico interno.

**Tabela 7**  
**Atividade produtiva dos escravos vendidos via tráfico interno em Mariana: 1850-1886.**

Atividade Produtiva	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serv. Domést.	3	2,3	46	34,6	49	18,6
Rocceiro (a) **	76	58,0	20	15,0	96	36,4
Trapeiro	7	5,3	-	-	7	2,7
Carpinteiro	5	3,8	-	-	5	1,9
Ferreiro	2	1,5	-	-	2	0,8
Peão	1	0,8	-	-	1	0,4
Sapateiro	7	5,3	-	-	7	2,7
Mineiro	2	1,5	-	-	2	0,8
Pajem	2	1,5	-	-	2	0,8
Cozinheiro (a)	4	3,1	37	27,8	41	15,5
Lavadeira	-	-	6	4,5	6	2,3
Fiandeira	-	-	2	1,5	2	0,8
Caseiro	6	4,6	-	-	6	2,3
Costureiro (a)	1	0,8	18	13,5	19	7,2
Engomadeira	-	-	1	0,8	1	0,4
Carreiro	5	3,8	-	-	5	1,9
Alfaiate	3	2,3	-	-	3	1,1
Capoteiro	1	0,8	-	-	1	0,4
Serrador	1	0,8	-	-	1	0,4
Jornaleiro (a)	4	3,1	2	1,5	6	2,3
Servente	-	-	1	0,8	1	0,4
Campeiro	1	0,8	-	-	1	0,4
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>100</b>	<b>133</b>	<b>100</b>	<b>264*</b>	<b>100</b>

\* Só considerando os escravos com sexo e ocupação definidos. Nos casos em que o escravo desempenhava mais de uma ocupação, optamos por considerar apenas a primeira menção. Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de escravos.

\*\* Fizemos a opção de agrupar as atividades que estivessem de alguma forma ligadas aos serviços de rocceiro. Assim, dentro desta categoria, encontramos: rocceiros, lavoura, lavrador, trabalhador de roça, ofício de roça e serviço de roça. Esse agrupamento permitiu perceber a importância das atividades no contexto demográfico, econômico e social.

### **O destino dos escravos negociados**

Para os objetivos deste trabalho, a identificação do local de residência dos vendedores e compradores que movimentaram o comércio de escravos na segunda metade do século XIX em Mariana foi de fundamental importância, pois permitiu verificarmos o destino dados aos escravos comercializados na região. Dessa forma, foi possível observarmos se os escravos estavam saindo ou permanecendo no município de Mariana.

Pelos dados da tabela 8, é possível perceber que o município de Mariana (sede e distritos) recebeu a maior quantidade de cativos através do tráfico interno ao longo do período estudado, registrando a compra de 396 dos 720 escravos, representando 57,5% da população cativa deslocada pelo tráfico interno. A Zona da Mata mineira recebeu o segundo maior número de escravos: 133, ou 18,5%, seguida pelos outros municípios da Metalúrgica - Mantiqueira que registrou a compra de 82 cativos (11,4%). As cidades de outras províncias foram responsáveis pela compra de 16 escravos (2,2%), enquanto outras regiões da província de Minas receberam apenas 1,7% dos escravos comercializados e registrados nos cartórios de Mariana. Para outros 63 casos (8,8%) não foi possível identificarmos ou não constava o local de residência do comprador.

Se agruparmos toda a região Metalúrgica - Mantiqueira, na qual o município de Mariana estava inserido, notamos que a região foi responsável pelo recebimento de 478 escravos (68,3%), ou seja, a região que mais teria recebido escravos comercializados no município de Mariana teria sido a própria Metalúrgica - Mantiqueira, caracterizando o tráfico regional.

Por outro lado, quando analisamos o local de residência dos vendedores a partir do número de escravos por eles negociados, os dados são surpreendentes, revelando a concentração no próprio município, ou seja, a maioria dos escravos que foram vendidos em Mariana teve como destino o próprio município, denotando um tráfico interno local. Assim, registramos a saída de 498 dos 720 escravos vendidos em Mariana, representando 71,8% das saídas. A Zona da Mata mineira foi responsável pela venda de 83 (11,5%) cativos em Mariana, enquanto de outros municípios da Metalúrgica - Mantiqueira saíram outros 66 (9,2%) escravos. Os vendedores de outras regiões de Minas que trouxeram seus escravos para serem vendidos em Mariana representaram apenas 2,2%, enquanto vendedores que trouxeram escravos de outras províncias representaram apenas 0,7%. Para outros 33 (4,6%) não foi possível identificarmos ou não constavam informações sobre o local de residência dos vendedores.

Quando agrupamos as vendas provenientes de toda a região Metalúrgica - Mantiqueira, vimos que o total de escravos que saíram da região em questão foram 564, representando 80,6% dos 720 escravos registrados. Analisando os dados por este ângulo, notamos que mesmo tendo o município de Mariana concentrado o maior número de registros, tanto de entradas (com-

pras) quanto de saídas (vendas) de escravos e, portanto, tendo concentrado o maior número de escravos, o saldo do município é negativo, ou seja, as vendas superam as compras, como vemos na tabela 8 a seguir.

**Tabela 8**  
**Local de residência dos vendedores e compradores**

Tipo de Tráfico	Nº. de registros	Nº. de Esc.	Nº. de Ing.	Total	
				Nº	%
<b>Entradas (Compras)</b>					
Da própria localidade	143	258	11	269	37,4
Outras freguesias de Mariana	72	138	7	145	20,1
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	42	82	-	82	11,4
Municípios da Zona da Mata Mineira	48	132	1	133	18,5
Outras regiões de Minas Gerais	10	12	-	12	1,7
Cidades de outras províncias	12	16	-	16	2,2
NC/Indeterminada	26	62	1	63	8,8
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>700</b>	<b>20</b>	<b>720</b>	<b>100</b>
<b>Saídas (Vendas)</b>					
Da própria localidade	180	335	14	349	48,5
Outras freguesias de Mariana	73	163	5	168	23,3
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	32	66	-	66	9,2
Municípios da Zona da Mata Mineira	32	83	-	83	11,5
Outras regiões de Minas Gerais	11	16	-	16	2,2
Cidades de outras províncias	3	5	-	5	0,7
NC/Indeterminada	22	32	1	33	4,6
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>700</b>	<b>20</b>	<b>720</b>	<b>100</b>

Esc.= escravos; Ing.= ingênuos.

O total, tanto de entradas quanto de saídas, tem o mesmo valor uma vez que estamos considerando o destino dado aos escravos a partir do local de residência dos vendedores (locais de onde os escravos saíam) e compradores (locais para onde os escravos estavam sendo enviados) registrados nos 720 casos em estudo.

Pelos dados da tabela 9 abaixo, podemos notar que, de fato, o município de Mariana (sede e distritos) foi o único a ter um saldo negativo: - 102 escravos no total. Quando agrupamos os municípios da região Metalúrgica - Mantiqueira, incluindo Mariana, vemos que o saldo ainda continua a ser negativo: - 87. Dessa forma, vemos que, mesmo tendo sido comercializado o maior número de escravos em Mariana, e por sua vez na região Metalúrgica - Mantiqueira, como foi visto na tabela 8, o número de escravos vendidos supera o número de escravos comprados. Com base nesses dados, pode-

mos afirmar que, ao contrário do que os estudos mais recentes têm apontado teriam ocorrido perdas, ainda que não muito significativas, de escravos na região da Metalúrgica - Mantiqueira. Por outro lado, a Zona da Mata mineira teve o maior saldo positivo dentre todas as regiões identificadas: + 49 cativos, indicando que esta região, possivelmente, teria se beneficiado com as vendas de escravos em Mariana.

Nossas conclusões reforçam a importância e a necessidade no investimento em estudos regionais, que se proponham a testar as considerações e formulações gerais presentes na historiografia mineira, não só em relação ao tema do tráfico interno, mas a muitos outros ainda poucos explorados e esclarecidos à luz de estudos mais pontuais, sobretudo durante a segunda metade do século XIX.

**Tabela 9**  
**Saldo das regiões de acordo com as entradas e saídas de escravos e indígenas em Mariana.**

Regiões	Saldo (E-S) Escravos	Saldo (E-S) Escravos + indígenas
Da própria localidade	-77	-80
Outras freguesias de Mariana	-25	-23
Municípios da Metalúrgica-Mantiqueira	+16	+16
Municípios da Zona da Mata Mineira	+49	+50
Outras regiões de Minas Gerais	+1	-4
Cidades de outras províncias	+11	+11
NC/Indeterminada	+4	+30

(E-S) = entradas menos saídas

### Notas

<sup>1</sup> Agradeço ao Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM) pela bolsa de pesquisa ICAM-USIMINAS que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa.

<sup>2</sup> Mestranda em História - UFJF

<sup>3</sup> Em estudos sobre o tamanho da população escrava em Minas Gerais durante a segunda metade do século XIX, Douglas C. Libby compara as porcentagens de escravos presentes em todas as regiões da província, e acredita terem ocorrido transferências inter-regionais de escravos a partir dos dados de sua amostragem. O autor desconfia que a região da Zona da Mata mineira tenha se beneficiado com as possíveis “exportações” de escravos da região Metalúrgica - Mantiqueira - e de outras regiões que registraram perdas semelhantes na proporção de escravos. LIBBY: 1988, p. 48-52. Para a discussão referente ao envio de escravos “redundantes” ou “subutilizados” na mineração para as áreas mais dinâmicas, como as que desenvolviam a cafeicultura, ver, por exemplo: MATTOSO: 1982, p. 59-63; GORENDER: 1988, p. 325, 330-331; COSTA: 1989, p. 61-63. Por outro lado, estudos mais recentes têm apontado que os municípios da antiga região mineradora não teriam perdido

seus escravos para outras regiões tidas como mais dinâmicas; pelo contrário, esses municípios estariam ganhando e mesmo mantendo sua mão-de-obra escrava. MARTINS: 1982, p. 20-31.

<sup>4</sup> Nesse total, há casos de escravos que foram objeto de mais de uma transação.

<sup>5</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, a partir daqui ACSM, livros de registros de compra e venda de escravos, livro 1, 1º ofício, folha 27.

<sup>6</sup> ACSM, livros de registros de compra e venda de escravos, livro 2, 1º ofício, folha 30.

<sup>7</sup> ACSM. Registros de compra e venda. Livro 1, 2º ofício, folha 31 verso. Os seis escravos eram: Joaquim, africano, 45 anos; José, africano, 50 anos; Paulo, africano 57 anos; Adão, africano, 60 anos; Camilo, africano, 63 anos e Luís, crioulo, 50 anos. Não havia especificação do preço individual que valia cada 'parte' ideal do cativo negociado, assim, se fizermos uma média, cada 'parte' que o vendedor possuía em cada cativo teria o preço de 225\$000.

<sup>8</sup> Estudando a reprodução e as famílias escravas em Mariana na segunda metade do século XIX, Heloísa Maria Teixeira encontrou uma porcentagem de 26,9% de escravos de 0-14 anos presentes nos inventários *post mortem* amostrados em sua pesquisa. Segundo a autora, "a porcentagem de crianças nos plantéis de Mariana era a maior comparada a outras localidades". Por exemplo, Teixeira cita os dados de estudos existentes para Franca, Magé, o Norte de Minas e Bananal, onde a presença de crianças escravas correspondeu a respectivamente 16,7%, 21,0%, 20,9% e 25,5%. TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e família...* op. cit., p. 63.

<sup>9</sup> Para este cálculo, consideramos apenas a população escrava vendida com idade a partir de 1 ano e origem declarada. Encontramos um total de 394 crioulos e 48 africanos.

<sup>10</sup> Vale notar que não é possível sabermos se eram todos os filhos que o casal possuía que estavam sendo vendidos na companhia dos pais declarados casados. O mesmo vale para o caso de cônjuge vendido sem a presença de filhos, uma vez que poderia indicar tanto que ocorrera separação de algum membro da família anteriormente, quanto indicar que o escravo declarado casado, de fato, não possuía filho(s). Contudo, a fonte por nós trabalhada não se trata da mais adequada para abordar esse tema.

<sup>11</sup> SLENES: 1983, p. 127. As matrículas dos escravos passaram a ser a única garantia da posse de escravos a partir de então. Essa medida foi uma forma encontrada pelo governo para fiscalizar o uso e a transmissão da propriedade escrava. Assim, após a data de sua implantação (1872), não é difícil encontrarmos cópias desses registros de matrículas em inventários e mesmo nos registros de compra e venda de escravos, para servirem de prova da posse do cativo a que esse registro se referia. Em nossa pesquisa, procuramos incorporar os dados encontrados nas cópias das matrículas presentes em muitos registros de compra e venda após 1872.

<sup>12</sup> CHALHOUB: 1990, cap. 1. Neste livro, utilizando-se principalmente de processos criminais e de ações de liberdade, o autor dedicou-se ao estudo do processo de abolição da escravidão na Corte e encontrou diferentes definições de liberdade e de cativo dado pelos próprios escravos.

## Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria C. de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750 -1850.** Dissertação (Mestrado em História), Niterói: UFF, 1994.

ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão) In: **Locus: Revista de História.** Juiz de Fora: UFF, 4(1): 93-104, 1998.

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Satepb, 1971.
- CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. **Cadernos IFCH-UNICAMP**, 10: 1-14, nov. 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas de história demográfica, econômica e social**. Tradução de João Maria. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARVALHO, Theophilo Feu de. **Comarcas e termos. Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais. (1709-1915)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1500-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Instituto Nacional do Livro, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. X Seminário de Economia Mineira. Diamantina, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista da Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10).
- MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. In: **A economia mineira no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, José Flávio. Escrituras de venda de escravos (Guaratinguetá, 1872-4/1878-9). In: II **Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: PUC/SP, 1997.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese. Doutorado em História. São Paulo: USP, 1996.

PARREIRA, Nilce Rodrigues. **Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1990. (mimeo.).

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX. In: VIII **Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais da ABEP**. Brasília: 1992. V.1, p.341-366.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.18(3): 449-495, set./dez. 1988.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.) **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas de Mariana: 1850-1888**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

# *Mundos do trabalho numa região de fronteira: do Mato Grosso ao Prata no início do século XX<sup>1</sup>*

Vitor Wagner Neto de Oliveira

## **Resumo**

Neste artigo procuro discutir a transposição das fronteiras e a (re)criação dos espaços, em vista da circulação de trabalhadores no Cone-Sul americano, no início do século XX. Para tanto, a narrativa segue viagem pelas águas dos rios da Prata e Paraguai, visitando as cidades portos de Buenos Aires, Montevidéu, Assunção e Corumbá, com as vistas voltadas, preferencialmente, para os bairros onde moravam os marítimos.

## **Palavras-chave**

mundos do trabalho; Cone-Sul americano; fronteiras.

## **Abstract**

In this article we try to discuss frontiers crossings and space (re)creation, due to workers circulation at american Cone-Sul, in the beginning of the XX century. For this, our recount flows through Rivers Prata and Paraguai; visiting the port cities of Buenos Aires, Montevidéu, Assunção and Corumbá, having a special view of the suburbs where the seafarers lived.

## **Keywords**

worlds of work; american Cone-Sul; frontiers.

## **Introdução: a formação do espaço**

Os rios Paraná, Paraguai e Uruguai são os principais formadores da Bacia Platina. Desde suas nascentes em território brasileiro, esses rios percorrem milhares de quilômetros, desenhando fronteiras e dividindo paisagens nas repúblicas da América do Sul, até que suas águas se confundem formando o rio da Prata, denominado também de *Mar del Plata* em vista do volume, da distância entre as duas margens e da mistura com as águas do oceano Atlântico.

A Bacia Platina compreende estes três rios principais e seus afluentes.<sup>2</sup> Mais do que águas que se somam, nas suas margens habitam populações que vivem uma relação histórica com o rio e, por meio deste, com outros povos. As cidades ribeirinhas – sejam metrópoles ou vilarejos, ao menos aquelas fundadas até o início do século XX, anterior ao avanço das rodovias – têm o rio como referência e quase sempre foram edificadas acompanhando o curso d'água e de frente para este. As cidades banhadas pelas dezenas de rios que formam a Bacia Platina estão em territórios do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Argentina e da Bolívia. Já a região do Prata, propriamente dita, compreende o Uruguai e a Argentina que são países banhados pelo rio da Prata.<sup>3</sup>

Esses países – excetuando-se a Bolívia e acrescentando o Chile – conformam o Cone-Sul americano, uma denominação construída historicamente e que considera o espaço geográfico em seus aspectos físico, político, econômico e social. As semelhanças entre essas nações sul-americanas vão além das experiências trágicas da colonização e dominação européia, da exploração imperialista, ou das ditaduras militares que marcaram o desenvolvimento do capitalismo no subcontinente. Elas se aproximam também na forma de constituição da classe trabalhadora, com a presença mais ou menos marcante da imigração européia, bem como na maneira de organização e práticas de resistência dos diversos sujeitos.

Tomo esses ambientes como espaços e como tal se formam por meio de relações conflituosas – porque históricas – por sofrerem a ação humana. Diferente do lugar – ou seja, daquilo que é dado, do instantâneo, da ordem –, o espaço, conforme Michel de Certeau (1994, p.201-2), é “de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram”, “*o espaço é um lugar praticado*”. Tomo essa noção de espaço para entender tanto o espaço geográfico como também as relações estabelecidas no interior dos navios que faziam a ligação entre o Mato Grosso e o Prata, no início do século xx, numa perspectiva da História Social do Trabalho.

No mais, a descrição que faço do espaço estabelece fronteiras que, por vezes, não coincidem com as linhas oficiais. É uma forma de delimitar a abrangência que pretendo dar à análise. As linhas que desenham as fronteiras oficiais são entendidas aqui como parte constitutiva dos espaços e não como constituinte. São lugares de acontecimento e estão para serem transpostas pela narrativa assim como o eram pelas ações dos sujeitos pesquisados. E o rio navegado – que às vezes delinea a fronteira e por vezes a ignora – é o espaço privilegiado da análise por ser a ponte entre dois (ou mais) pontos, carregando consigo a ambigüidade, como nas palavras de Certeau, quando se refere à “lógica da ambigüidade” privilegiada no relato. O relato que: “Muda’ a fronteira em ponto de passagem, e o rio em ponte. Narra com efeito inversões e deslocamentos: a porta para fechar é justamente aquilo que se abre; o rio aquilo que dá passagem...” (CERTEAU, 1994, p.214)

O objeto de minha análise, portanto, não é tão somente o *caminho* (o rio), mas sim o *caminhar*, ou seja, aquilo que transforma o rio em *caminho* percorrido pelas pessoas.<sup>4</sup> Ou numa concepção braudeliana, em que concebe o espaço-movimento: “não é a água que liga as regiões do Mediterrâneo”, diria da Bacia Platina, “mas os povos do mar. Verdade banal, que importa tornar a dizer, neste domínio em que tantas fórmulas e imagens se perdem como que por prazer.” (BRAUDEL, 1983, I, p.310)

### **Fronteiras inconstantes: circulação e fixação do trabalhador no Prata, no Paraguai e no Sul de Mato Grosso.**

Desde a segunda metade do século XIX, o continente americano passou a ser o principal receptor de populações vindas, sobretudo, dos países euro-

peus, mas também do Oriente Próximo e do Japão. Pelo estuário do Prata entrou a maior parte dos imigrantes destinados ao sul do continente, colaborando no aumento vertiginoso da população da região. A Argentina passou de 1.737.000 habitantes em 1869, para 7.885.000 em 1914, com os estrangeiros chegando a constituir 30% da população total, compreendendo várias nacionalidades, em sua maioria de italianos e espanhóis, além de sírio-libaneses (denominados turcos), franceses, alemães, austríacos, ingleses, eslavos, russos (particularmente judeus) e polacos. (DOESWIJK, 1998, p.16 e 32)

Montevideu<sup>5</sup> e especialmente Buenos Aires eram as primeiras cidades do Prata com que se deparavam os imigrantes recém-chegados. Pela condição de capitais, de portos importantes<sup>6</sup>, de centros urbanos relativamente estruturados, transformaram-se nas principais cidades receptoras de imigrantes no Prata. Incentivada pelas políticas públicas de colonização, parte dos estrangeiros preferiu se deslocar para o interior, em direção ao pampa e ao *chaco*. Alguns chegaram ao Paraguai<sup>7</sup> e um número menor alcançou Mato Grosso.

A variedade de idiomas – espanhol, guarani, português – e de cultura da nova terra, bem como as fronteiras políticas dos estados nacionais, não representavam barreiras para pessoas provenientes de um continente tão complexo em termos culturais e lingüísticos como a Europa, que contava com uma diversidade de países com sentimentos nacionais, por vezes, muito mais arraigados do que as ex-colônias americanas.

Os desenhos das fronteiras nos pampas, no *chaco* paraguaio e argentino, e nos pantanais brasileiros, eram linhas políticas imaginárias – às vezes acompanhando o curso dos rios – desrespeitadas pelos ameríndios e pelos nacionais. Em Mato Grosso, adquiria sentido de *fronteira da transgressão* quando ladrões de gado, bandoleiros, contrabandistas e bandos armados a serviço de *coronéis* atuavam de um lado e de outro da linha, fazendo suas próprias leis.<sup>8</sup> Estas fronteiras incertas, marcadas pela ausência do Estado, eram pouco significantes como limites também para os imigrantes que se aventuravam na busca de riqueza fácil ou na luta pela vida.

Da mesma forma que o capital investido no comércio, nas empresas de navegação, na construção de ferrovias, no extrativismo, nos saladeiros e nos engenhos, os braços que *desbravavam* os sertões também não conheciam limites geográficos. Mesmo para os nascidos nesta parte da América, a mobilidade do trabalho era parte de suas vidas, pois necessária para a sobrevivência.

Assim, no início do século xx, o Sul de Mato Grosso foi constituído também por um fluxo migratório de mineiros, paulistas e gaúchos, entre outros brasileiros em busca de terras férteis e fartas, para formarem, geralmente, novos latifúndios.<sup>9</sup>

O caminho que os sul-rio-grandenses fizeram para Mato Grosso é particularmente interessante para se pensar a maleabilidade das fronteiras do Cone-Sul. Os primeiros gaúchos que migraram para o Sul de

Mato Grosso, fugindo da Revolução Federalista (1893-1895), partiram dos pampas com suas famílias em carros de boi, montados a cavalo ou mesmo a pé. Atravessaram o rio Uruguai e entraram nos departamentos argentinos de Corrientes e Misiones, para retornar ao Brasil pelo Paraná ou ir pelo Paraguai até alcançar a fronteira seca com Mato Grosso nas imediações de Ponta Porã. Nos Campos de Vacaria, esses colonos e posseiros sentiam-se em casa, pois encontravam pasto e ervais nativos em abundância. Com pouco ou nenhum capital, cercavam terras devolutas supostamente desabitadas, ou disputavam a posse da terra com índios e nos domínios da poderosa empresa extrativista Matte Larangeira.<sup>10</sup> Entre o final do século XIX e início do XX, cerca de 10.000 sul-rio-grandenses chegaram ao Sul de Mato Grosso. (CORRÊA, V, 1999, p.42)

Também os paraguaios, fugindo da miséria do pós-Guerra da Tríplice Aliança e das conturbações políticas, partiam para Mato Grosso em busca de melhores condições de vida, acabando, quase sempre, por sujeitarem-se a trabalhos aviltantes, como na extração do quebracho<sup>11</sup>, nos saladeiros, na peonagem, como pequenos posseiros, na árdua tarefa da colheita e transporte da erva-mate nas terras da Companhia Matte Larangeira, na construção da ferrovia Noroeste do Brasil-NOB e ainda em atividades urbanas como marítimos, por exemplo, ou mesmo integrando grupos de contrabandistas, pistoleiros de aluguel e bandoleiros.<sup>12</sup>

A superexploração da mão-de-obra paraguaia nos ervais matogrossenses era um assunto corrente na imprensa operária do Cone-Sul e chegou a merecer um número especial do *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, órgão governamental da Argentina, em 1914. Neste *Boletín* relatam-se as investigações sobre as relações de vida e trabalho dos “ervateiros” e dos “obrageiros” (extração de madeira), no Alto Paraná argentino, bem como os dados ressaltando as formas de contratação e condições de trabalho nos ervais do Paraguai e do Brasil.<sup>13</sup> O governo argentino preocupava-se com a possível utilização de trabalhadores nacionais nos ervais paraguaios e brasileiros.

O periódico anarquista *La Batalla*, publicado em Montevidéu, em artigo intitulado “Do Paraguai: contra a ‘Industrial Paraguaia’”, de novembro de 1915, também descreve o trabalho nos ervais e no corte de madeira no Paraguai.<sup>14</sup> No número seguinte, com o artigo “Nos ervais: a escravidão impera”, volta ao assunto e detalha a forma de exploração do trabalho na Matte Laranjeira em Mato Grosso, transcrevendo alguns trechos do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, de 12 de dezembro de 1915, que denunciava o assassinato de trabalhadores por capatazes da empresa.<sup>15</sup>

As autoridades brasileiras da fronteira eram coniventes com a arregimentação de paraguaios para o trabalho nos ervais. Em ofício ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 1927, o Cônsul do Brasil em Assunção argumenta sobre as dificuldades em fiscalizar a entrada de estran-

geiros pelo porto da empresa (Porto Murtinho), na fronteira com o Paraguai. No mesmo ofício pede explicações ao Ministério sobre as exigências aos imigrantes que ali chegavam, afirmando a impossibilidade de dar vistos nos passaportes, pois muitas pessoas não tinham o documento. Para exemplificar, lembra que o vice-cônsul em Conceição acusara uma irregularidade da Matte Larangeira que arrolava trabalhadores para serem introduzidos no Brasil, sem passaportes, contando com a tolerância das autoridades brasileiras. Uma observação manuscrita destaca a preocupação com os *indesejáveis* que poderiam entrar pela fronteira: “Nessas turmas de homens podem passar para o nosso território indivíduos indesejáveis, que despedidos mais tarde pela empresa por inúteis os seus serviços ficam a perambular pelo nosso país como elementos nocivos à ordem e progresso do Brasil...”<sup>16</sup>

As preocupações do Consulado brasileiro em Assunção eram tão somente quanto à entrada de imigrantes sem controle na fronteira, mas em momento algum das fontes o Consulado demonstra estar atento para as denúncias de trabalho compulsório ou desrespeito a contratos por parte de empresários que arregimentavam mão-de-obra estrangeira. Pelo contrário, o Consulado saía em defesa dos interesses patronais, tentando, por um lado, evitar a entrada de “indesejáveis” que poderiam pôr em risco a ordem e, por outro, invalidando as críticas feitas na imprensa do Paraguai às relações de trabalho em Mato Grosso, conforme um ofício do próprio Cônsul Geral do Brasil em Assunção, sobre notícias veiculadas nos jornais paraguaios que denunciavam a exploração de mão-de-obra paraguaia na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1909.<sup>17</sup>

Anexado ao ofício, o Cônsul encaminhava ao Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, o artigo “Os operários da ferrovia de Mato Grosso e seus salários”, publicado no jornal *El diario*, de 26 de abril de 1909, que relatava sobre o emprego de muitos paraguaios nos trabalhos de construção:

*“Foram estes seduzidos pelas promessas de bons salários, que as faziam os agentes encarregados de contratá-los. (...) Por esta correspondência que recebemos do Norte, nos interamos de que recentemente se produziu um protesto geral devido a que quando foram os operários, a cobrar seus salários, lhes rebaixaram estes em quase a metade sem nenhum motivo. (...) Estes fatos que, segundo parece constituir a norma de conduta dos empresários, devem servir de advertência aos camponeses que se deixando seduzir por falsas promessas se contratam para irem trabalhar de peões naquelas obras.”*

O Cônsul volta a remeter ao Ministro um recorte do jornal *El diario*, de 5 de maio de 1909. O artigo, denominado “Os operários da ferrovia de

Mato Grosso”, descreve como os agentes da NOB faziam o recrutamento de braços do lado paraguaio.<sup>18</sup>

Em 1910, o Cônsul do Brasil em Assunção retoma o assunto, criticando o Cônsul do Paraguai em Corumbá (Augusto Aponte) que teria inspirado um outro artigo na imprensa paraguaia sobre o mesmo assunto. Para defender os interesses dos construtores da NOB, o Cônsul brasileiro revela outras formas de exploração da mão-de-obra paraguaia na fronteira, desta vez pelos próprios patrícios:

*“O Sr. Augusto Aponte que se mostra tão cheio de ardor humanitário pelos seus patrícios residentes no Brasil, (...) é irmão do Major Adolfo Aponte, chefe militar do presídio de Bahia Negra, o qual (...) tem particularmente contrato para fornecimento de madeiras à firma alemã Otto Wulff, de Buenos Aires, sendo as terras de propriedade do Estado, o trabalho de corte, preparo e embarque feito exclusivamente e gratuitamente pelos soldados e detidos sob seu discricionário comando, todos compatriotas do Sr. Augusto(...)”<sup>19</sup>*

Anexo ao ofício, o Cônsul brasileiro envia outro artigo com o mesmo título do de 1909, publicado em Assunção, sobre “Os operários da ferrovia de Mato Grosso”. O artigo – não assinado e que parece ter sido escrito pelos articulistas do próprio jornal – inicia afirmando que não fazia muito tempo, havia sido publicada no jornal “uma prevenção emanada do comitê oficial dos trabalhadores italianos, recomendando a estes não aceitar contratos de nenhuma espécie para ir a Mato Grosso a trabalhar nas obras da ferrovia”. O jornal elogia esta atitude da colônia italiana e dos consulados italianos que também aconselhavam os seus compatriotas a não irem para Mato Grosso, bem como chama atenção para que os paraguaios, conforme o jornal, a maioria dos braços na construção da ferrovia, organizassem comitês iguais aos dos italianos.

Por fim, o jornal afirma que vinha fazendo sua parte, propagando as condições de trabalho na ferrovia, embora não surtisse efeito, pois os trabalhadores eram provenientes da zona rural e não tinham acesso às notícias ou não sabiam ler.

A imigração paraguaia para o Mato Grosso não era a desejada pelas elites mato-grossenses (oligarquia rural e comerciantes), pois os braços ideais seriam os europeus. Os paraguaios, para estas elites, estavam na mesma categoria de inferioridade racial dos índios e dos mato-grossenses descendentes, por sua vez, de índios, negros e europeus brasileiros. O peso do *atraso* da província recaía nas características do povo *preguiçoso, apático e acomodado*.

Nesta perspectiva, a penetração de imigrantes nos pantanais não se fez de maneira pacífica, mas enfrentou vários obstáculos, com destaque ao

elemento paraguaio, para o qual se canalizaram os sentimentos xenófobos de instituições do Estado, dentre as quais a Força Pública. Contraditoriamente, o sul-mato-grossense assimilou a cultura paraguaia em vários aspectos: na culinária, a *chipa*, o *tereré*, o *puchero*; na música, a *polca-paraguaia* e o *rasqueado*,<sup>20</sup> mesmo que proliferasse o sentimento antiguarani em decorrência da imposição da interpretação que a elite brasileira fizera da guerra contra o país vizinho.<sup>21</sup>

Grande parte da população paraguaia que migrou para o Sul de Mato Grosso após 1870 foi composta de mulheres viúvas e crianças órfãs de pais mortos na guerra da Tríplice Aliança. Em relatório do Agente de Colonização do Porto de Corumbá, a Companhia Nacional de Navegação afirmava ter transportado de Assunção a Corumbá, em 1876, 84 homens, 150 mulheres e 42 menores. Muitos destes permaneceram na cidade apenas o tempo necessário para visitar parentes. Dos que ficaram, conforme o relatório, a “quase totalidade”, era

*“de mulheres perdidas, da mais baixa espécie, verdadeiras fezes da sociedade que trazem consigo os vícios mais repugnantes e aqui se vêm entregar a mais imunda devassidão fugindo completamente a todo e qualquer trabalho (...) causa de constantes desordens, roubos e desmoralização(...)”*<sup>22</sup>

O próprio Cônsul do Brasil em Assunção deixava claro qual a imagem que se reproduzia do Paraguai e do paraguaio, no Brasil, no início do século xx. Justificando a impossibilidade de atender a um ofício do Ministério do Exterior que solicitava informações sobre os programas de imigração, colonização e organização do trabalho no Paraguai, o Cônsul do Brasil afirmava que a:

*“(...)escassez de fontes de informações neste país, onde tudo está por organizar, e num lamentável estado de atraso e abandono, concorrendo também, e em grande parte, para a demora na resposta (...) a proverbial e assaz conhecida indolência do seu pessoal administrativo e atavismo de raça desta gente que apenas move-se e agita-se em torno, ou no urdimento, de tramas e conspirações políticas(...)”*<sup>23</sup>

O discurso do Cônsul, à primeira vista, se assemelha muito à descrição que viajantes europeus faziam do Brasil, no mesmo período. Este discurso também era reproduzido pelos brasileiros procedentes do centro do país, com relação ao sertão mato-grossense, bem como pelos platinos ao se referirem ao norte.

A exploração a que sofriam os paraguaios na NOB também se repetia em relação às outras nacionalidades, como japoneses e brasileiros. Por outro lado, os protestos contra as condições de trabalho se multiplicavam por toda a extensão da linha férrea. Um destes movimentos deu-se em 1910, no Município de Miranda. Segundo o jornal *O Brazil*, na oportunidade, corriam boatos em Corumbá sobre as “graves perturbações da ordem pública em Miranda”, para onde afluíram centenas de trabalhadores da Noroeste e “outros elementos maus que corrompendo os mesmos operários procuravam levá-los a um levante geral contra a atual administração daquela via férrea”. Nos dias 8 e 9 do mesmo mês de setembro, após a inauguração do trecho da linha férrea em Miranda, chegaram boatos de que havia morrido em conflito, o “famigerado desordeiro ‘Mascara de Ferro’” e Ezequiel Antunes de Souza.<sup>24</sup>

O jornal destaca o telegrama enviado pelo engenheiro chefe da NOB, Arnaud, ao fiscal do governo junto à empresa, Pedro Gonçalves de Almeida, em que comunica a permanência das desordens e que continuava “afluir aos acampamentos de operários elementos duvidosos provocando desordens e conflitos parciais, prejudicando a ordem pública e o bom andamento dos trabalhos” em Miranda e outros pontos e que a polícia do lugar era “insuficiente para manter a ordem”. Conclui o artigo que à “última hora” foi autorizado, pelo ministro da Guerra, o envio de contingente da 18ª Região Militar, em Campo Grande, “para proteger os trabalhadores da Noroeste” em Miranda.

Para os trabalhos de construção do primeiro trecho da estrada de ferro, de 1904 a 1914, tanto do lado paulista, quanto do lado mato-grossense, arregimentavam-se pessoas de várias partes do país e do exterior. Neste primeiro momento, não havia, por parte da empresa contratada pelo Estado, preocupação com o emprego de mão-de-obra qualificada. Bastavam pessoas com coragem para enfrentar os perigos de regiões de florestas e de pantanais, repletas de animais selvagens e de mosquitos transmissores da malária, pessoas destemidas perante à eminência constante de ataques indígenas. Para atrair trabalhadores para esse meio, a empresa investia em propaganda e em agentes aliciadores, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e nos países do Prata.

Para a imprensa local, defensora do “progresso” a qualquer custo, os protestos dessa “multidão” contra as condições a que eram submetidos, eram sempre arquitetados por pessoas estranhas, por indivíduos alheios. Aqueles operários “humildes” não seriam capazes de desacatar a autoridade do chefe. Entretanto, tornavam-se cada vez mais correntes as manifestações de descontentamento dos trabalhadores e a imprensa não poderia mais omitir a existência desses sujeitos e suas reivindicações.

Em 1913, com a decretação da caducidade do contrato de construção por parte do governo com a Companhia Noroeste do Brasil e o atraso de

meses nos vencimentos de seus funcionários, os operários, no lado mato-grossense, paralisaram suas atividades e foram para Bauru, onde a população assistiu a uma manifestação de “famintos e esfarrapados”, expondo a situação precária da construção da estrada. (CASTRO, 1993, p.219)

Os atrasos nos salários continuaram, além dos preços extorsivos nos armazéns da empresa e a falta de crédito nas praças. Em março de 1915, um movimento mais radical aconteceu, partindo de Três Lagoas, Mato Grosso, com a invasão das oficinas daquela estação, mobilizando os operários no decorrer da estrada e danificando a linha telegráfica. Os grevistas chegaram até Itapura, São Paulo, mas a repressão policial veio com maior intensidade e impediu que o movimento se alastrasse até Bauru. Muitos foram presos e outros demitidos. A empresa ferroviária expôs em telegrama a disposição de fazer os operários trabalharem pela força, além de demitir grevistas. O apoio prestado por parte de alguns órgãos da imprensa de Bauru à greve de 1913 não se deu neste movimento por não considerá-lo “pacífico”. (CASTRO, 1993, p.219)

Quando a ferrovia começou a operar no trecho Bauru (SP) a Porto Esperança (MT), em 1918, alguns antigos trabalhadores da construção permaneceram como operários nas máquinas, na linha e nas oficinas da empresa. Outros, com experiência ferroviária, vieram para a região da Noroeste. Os movimentos, que até então se resumiam a reivindicações de pagamento de salários atrasados e denúncia de superfaturamento nos armazéns, ganharam consignas mais gerais, como a diminuição da jornada, melhoria nas condições de trabalho, aumento salarial etc. Percebe-se também a organização de associações para defesa dos interesses dos trabalhadores e as greves seriam, a partir de então, geralmente, organizadas por tais associações.

Assim, em 1919, uma greve dos ferroviários em Aquidauana exigia “aumento de salário, demissão do médico e do inspetor de tração, assim como a revogação da remoção de Garcia”, um espanhol presidente do centro operário.<sup>25</sup>

Enquanto perdurou a greve, em todo o mês de outubro, os trabalhadores tentaram mobilizar outras estações e ganhar a opinião pública para suas causas, fazendo manifestações e distribuindo panfletos em que apontavam suas condições de trabalho e suas reivindicações. O movimento findou com a acusação (e processo) contra os operários por descarrilamento de uma locomotiva e a intervenção da força pública.<sup>26</sup>

Como se vê, as denúncias na imprensa paraguaia evidenciavam a situação vivida pelos trabalhadores construtores da ferrovia; condições, por sinal, muito avessas àquelas que o Cônsul do Brasil afirmara existir, de tranqüilidade, segurança e bons salários.

As notícias sobre a exploração do trabalho no norte argentino, no Paraguai e no Mato Grosso chegavam a Assunção e ao Prata levadas, igualmente, pelos tripulantes que navegavam rio-acima. Tendo como referência a vida em

Buenos Aires e Montevidéu – em alguns casos, também na Europa –, ao relatar o que viam rumo ao norte, esses tripulantes, muitas vezes, utilizavam termos como *incivilizado*, *inconsciente*, *bárbaro*, *atrasado*, *selvagem*, dentre outros, para referir-se à região e às pessoas dos lugares *longínquos*.

Durante uma viagem para Corumbá, o marítimo argentino Welko Denda conta da sua passagem por Porto Esperança<sup>27</sup>, onde se explorava um tipo de palmeira utilizada para poste de telégrafo, “no remoto Alto Paraguai” a poucos quilômetros da “pitoresca cidade” de Corumbá. Sobre a mão-de-obra empregada nas “impenetráveis e frondosas selvas”, Welko salienta que se explorava de forma “bárbara e selvagem aos pobres índios [homens e mulheres] da tribo dos ‘chamacocos’, índios bons e inofensivos, trabalhadores ao mesmo nível do homem branco, sofridos e curtidos seus rostos pelo ardente sol dos trópicos...”<sup>28</sup>

Provavelmente, o autor do longo artigo “Resquícios de barbárie” publicado no periódico argentino *La Union del Marino*, editado pela *Federación Obrera Marítima* da argentina, era um marítimo engajado na luta sindical e que se espantava com a forma de exploração da mão-de-obra indígena que poderia passar despercebida ao olhar despreocupado do simples viajante.<sup>29</sup> Ao descrever o patrão, Welko dá mais indícios de sua militância:

*“(...)um tal Notti, que lá em sua mocidade havia sido, em Assunção, um organizador e propagandista sindical e de idéias liberais (...) era um homem déspota, de espírito sanguinário que não trepidava em castigar (...) os pobres índios, os quais sabiam dizer, em sua linguagem peculiar, mescla de guarani e castelhano: ‘Patrón muy malo’ (...) ‘Darecoy paga y trabaja mucho’.”*

Perante as condições de trabalho, de alimentação e de moradia impostas pelo “terrível patrão” aos cerca de 60 índios, o autor compreende ser “lógico” que os índios chegassem “algum dia a rebelar-se”. Welko Denda passa então a relatar uma conversa que teve com uma índia “já velha e demarcada horriavelmente, chamada ‘Winchita’, e um índio – o mais inteligente deles – chamado ‘Corrientes’”, os únicos da tribo que estavam sempre a bordo do navio.

O índio “Corrientes” conta a história de uma rebelião planejada por “Winchita”. Nas palavras de Welko, numa determinada noite aquelas “selvas milenares” presenciaram um acontecimento “trágico”: “rodeado o rancho do patrão, foi situando a seu redor toda a indiada da tribo enfurecida e ébria de vingança, sublevada, indignada, produzindo espumas de raiva canina; e, em seus semblantes, se pintava um ritual de sinistra resolução...”. Acordado pelos gritos da “famélica turba”, o patrão pôs-se a organizar a defesa, juntando vários peões “que muito pouco o estimavam”, porém, vendo em perigo suas vidas, lutaram pela defesa do patrão. Aquelas “almas inconscientes do que faziam, arrasaram tudo, como um turbilhão, como uma impetuosa torrente”. Os índios, tendo a frente “Whinchita”, ferida no

rosto por uma machadada, conjuntamente a “Corrientes”, “arrasaram com tudo, saqueando o estabelecimento, levando-se tudo e deixando sobre o terreno vários cadáveres de índios e de homens brancos”.

Para esse trabalhador marítimo, a rebelião indígena era fruto das condições miseráveis a que eram submetidos, mas também da falta de consciência dessas “falanges de miseráveis, párias mansos e bravos às vezes, que só servem para as obragens como elementos de uma iníqua e desumana exploração...”. Ora, “sob essa vida miserável de cão”, era compreensível, segundo o autor, que os índios prefeririam viver na liberdade da selva e “é lógico, é humano, é elementar, que a tribo, num ímpeto de um justo e incontrolável furor, se rebelde e arrase com tudo”. Pois “até os índios avançam, se civilizam, e já não querem eles trabalhar mais pelo patrão e muito menos como o faziam trabalhar os primeiros exploradores da América...”.

A mescla da língua guarani com o castelhano, citadas por Welko Denda, por vezes, com pitadas do regionalismo gaúcho, predominava principalmente nos lugares distantes dos raros centros urbanos como, neste caso, na exploração de madeira no Pantanal, nos ervais, nas fazendas de gado, entre outras atividades fronteiriças que utilizavam, especialmente do trabalho compulsório de índios e de paraguaios.<sup>30</sup>

A descrição de uma casa de jogos do início do século xx, – onde se apostava com “pesos paraguaios, argentinos e uruguaios, libras em ouro, papel brasileiro e giros da Empresa Matte Larangeira” –<sup>31</sup> permite visualizar a diversidade de sujeitos que circulavam pela região de fronteira seca, com seus cavalos e carros de boi:

*“Aí, nesse ranhão, de onde sai um cheiro acre, nauseabundo, misto de tabaco, cachaça e budum, estão reunidos em volta de uma grande mesa, mascates e capatazes de ervais, compradores de gado e agenciadores de erva, vagabundos e marafonas, chauffeurs, carreiros, bochinheiros profissionais, capangas de coronéis, cabos de polícia, criminosos, cautrêros e assassinos (...)”* (PUIGGARI, apud GUILLEN, 1991, p.261)

O movimento de populações no Cone-Sul era uma via de mão dupla. Da mesma forma que paraguaios desciam o rio para trabalhar na Argentina e no Uruguai ou subiam para o Mato Grosso, também os brasileiros, os argentinos e os uruguaios movimentavam-se em busca de melhores condições de vida e trabalho. Na documentação do Itamaraty é corrente o pedido de ajuda que brasileiros desempregados faziam aos consulados, para voltar ao Brasil, bem como o registro de trabalhadores brasileiros nos mesmos consulados dos países vizinhos.<sup>32</sup>

A *fronteira da transgressão* também permitia a mobilidade de perseguidos políticos como no caso do articulista de jornais operários Rafael Barret,

que circulou por Argentina, Uruguai e Paraguai. Talvez um dos mais célebres rebeldes que cruzou essas fronteiras tenha sido Luiz Carlos Prestes que, após longa marcha pelo interior do Brasil, se internou na Bolívia e depois se exilou na Argentina. Mas outros menos conhecidos também utilizavam dessa maleabilidade da fronteira para escapar da repressão. Assim se deu com outros participantes da Revolta Tenentista de 1924, iniciada em São Paulo e que depois formaria a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Conforme o ofício do Cônsul ao Ministro das Relações Exteriores, que encaminhava o comunicado do Adido Militar do Brasil em Assunção, os revoltosos, em 1927 (três anos após o levante), viviam na capital paraguaia na “maior miséria, sem emprego certo e permanente, como aliás, facilmente, se poderia constatar pela pobreza como se apresentam vestidos”. Quanto à possibilidade de repatriamento e o melhor caminho, o adido militar argumentava que por Mato Grosso o percurso era longo e ainda existia pequenos grupos rebelados em arma.<sup>33</sup>

A preocupação do adido militar com a região do sul de Mato Grosso torna-se compreensível, pois ali se situavam alguns agrupamentos militares que apoiaram os paulistas. Após combates em solos mato-grossenses<sup>34</sup>, alguns revoltosos entraram no Paraguai e, sem condições de voltar, acabaram dependendo do governo brasileiro, via consulado, para poderem retornar ao Brasil.

Em documentos posteriores, o Cônsul informa ao ministro os nomes dos deportados, bem como o caminho percorrido de volta: Porto Esperança em Mato Grosso ou Paso de los Libres/Uruguaiana na fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul.<sup>35</sup>

Interessante observar que, como em Assunção, também em Buenos Aires havia muitos brasileiros “desvalidos” que solicitavam ao consulado passagem de volta para o Brasil. Por outro lado, diferentemente de Assunção, os “desvalidos” em Buenos Aires eram em geral marítimos.

Diferente ainda do consulado em Assunção, que pagava passagem ou requisitava vaga em navios brasileiros para o repatriado, o consulado em Buenos Aires, geralmente, solicitava aos comandantes de navios brasileiros uma vaga para o repatriado e em troca este deveria trabalhar sem receber soldos, mesmo se fosse menor de idade. Isto, provavelmente, tirava o emprego de tripulantes assalariados.<sup>36</sup>

### **Caminho que traz mudanças: o rio Paraguai e a urbanização de Corumbá**

Por serem navegáveis em grande parte de suas extensões, os principais rios da Bacia Platina serviram de vias de penetração do colonizador, desde o século XVI, e foram motivos de disputas pelo controle da navegação por parte das nações que nasceram, no século XIX, na dependência das vias de comunicação, porque dependentes do comércio com a Europa. Em 1852, os rios Paraná e Uruguai foram abertos definitivamente à livre navegação e

comércio. A abertura do rio Paraguai deu-se em 1856, e a primeira embarcação mercante a vapor passou por Corumbá, no Mato Grosso, e chegou a Cuiabá, já em 1857. Em 1858, o governo imperial celebrou contrato com José Antonio Soares, para organizar a primeira companhia de navegação com linhas entre Mato Grosso e Montevidéu. A Companhia de Navegação a Vapor do Alto-Paraguai iniciou suas atividades em 1859.<sup>37</sup>

A livre navegação do rio Paraguai era primordial para as comunicações da província de Mato Grosso com a capital do Império, evitando o dispendioso e demorado caminho de Goiás que se fazia em lombo de animais. A navegação possibilitava também o transporte de mercadorias e de passageiros em grande escala. As terras e gente mato-grossenses apreciavam como promissoras e tornavam-se atrativas para os comerciantes que se aventuravam em longas distâncias, fazendo do barco sua casa e sua loja – os *caixeiros navegantes*.<sup>38</sup>

Era na navegação pelo rio internacional que se lançava a sorte da longínqua província de Mato Grosso, buscando aproximá-la do centro do Império via região do Prata. A preocupação do governo com as fronteiras do Império talvez não fora sem razão, uma vez que a definição de limites entre as diversas nações americanas ainda era questão corrente na diplomacia continental e não raro dava a tônica para conflitos bélicos, no século XIX.

A interrupção da navegação internacional do rio Paraguai, em terras da república guarani, imposta pelo marechal Solano Lopez, expôs a dependência de Mato Grosso ao rio Paraguai. O problema só seria resolvido com a deflagração da Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai, de 1864 a 1870.

A Guerra com o Paraguai arrasou a economia e a incipiente urbanização de Mato Grosso, particularmente do Sul da província. Visando à reativação do comércio internacional em Corumbá, o governo brasileiro decretou, em 1869, a isenção de tributação a todos os gêneros de importação e exportação comercializados na cidade, bem como a liberação do porto para navios estrangeiros (CORRÊA, L, 1985, p.34). Avizinhando-se o fim da Guerra, o rio Paraguai seria novamente aberto à navegação internacional e este decreto do governo desenhava uma nova fase na história de Corumbá, reconquistada após três anos de domínio paraguaio (de 3 de janeiro de 1865 a 3 de abril de 1868).

A Guerra caracteriza-se como um marco na história de Mato Grosso, por exigir do governo brasileiro uma maior atenção política, econômica e estratégica a esta parte do território. Após a Guerra, a vida econômica da província passou a desenvolver-se ao longo das regiões ribeirinhas, com participação crescente das casas comerciais que desempenhavam funções das mais variadas, além de importação e exportação, como, por exemplo, a intervenção direta na produção e mesmo no sistema de “créditos”. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, edificada entre 1904 e 1914, para ligar

o interior paulista a Corumbá, de certa forma foi fruto das preocupações político-estratégicas do governo brasileiro para proteção da fronteira oeste, buscando promover o povoamento da região e desvincular Mato Grosso da influência econômica do Prata.<sup>39</sup>

Corumbá, cidade fundada em 1778, alcançou em pouco tempo a categoria de principal entreposto comercial-fluvial da região, pois em seu porto se fazia o traslado das mercadorias e passageiros que vinham do Prata, para embarcações de menor calado que subiam o rio até alcançar a capital da província, Cuiabá. A condição de *porta de entrada* de Mato Grosso possibilitou a Corumbá um relativo fluxo de comércio e de pessoas, o que movimentava a pequena vila, elevada a cidade em 1878.

De acordo com o *Commercial Almanach Matto-Grossense* de 1916,

*“O porto de Montevidéu foi sempre o de mais importância para o Estado, por ser ali onde se verificavam os transbordos de passageiros e cargas vindos das costas do Brasil e da Europa, com destino às suas paragens. De algum tempo para cá, o porto de Assunção tomou a posição de intermediário, estabelecendo-se então linhas regulares entre aquela praça e a de Corumbá, onde termina a navegação internacional, por sua vez Assunção, em ligação com as linhas entre os portos Argentinos e Paraguaiois.”*<sup>40</sup>

O *Almanach Matto-Grossense* trazia informações sobre os municípios do Estado de Mato Grosso, como estatística populacional e econômica, horários de trem e navios. Era destinado, principalmente, a comerciantes e empresários interessados em investir na região. Por isso, omite os transtornos causados pelos atrasos dos trens e dos navios, particularmente do Loyd Brasileiro, motivo de queixas constantes dos mato-grossenses.<sup>41</sup>

Outra fonte que propagava as oportunidades empresariais de Mato Grosso era o *Anuario de Matto-Grosso*. Entretanto, este não poupava os problemas da navegação e, na edição de 1930, destacava que “o início do regime deficitário” da linha Montevidéu-Mato Grosso do Loyd havia coincido “com o advento da República, ou, melhor, do encilhamento”. A linha era “acusada por todas as administrações, de sorvedouro” das “rendas, que o Lloyd obtinha em outras seções”. Todavia, acrescenta o documento: “ao passo que a organização brasileira fracassava penosamente, crescia pouco a pouco à orla do Prata a Companhia Mihanovich [...] que hoje monopoliza em águas argentinas, paraguaias e até brasileiras.”<sup>42</sup>

Os problemas enfrentados pela estatal Loyd Brasileiro, que passou a operar entre o Prata e o Mato Grosso, em 1884, não eram única e exclusivamente em relação à linha de Mato Grosso.<sup>43</sup> De fato, no período analisado, investir na navegação em e para Mato Grosso, não era uma tarefa das mais fáceis. Os desafios eram muitos: uma região de baixa densidade demográfica, mesmo para os padrões da época; economia frágil, sempre sujeita às in-

tempéries do mercado continental e mundial; constante instabilidade política que quase sempre se resolvia na luta armada entre oligarquias; bandos armados que aterrorizavam os centros urbanos e a zona rural etc.

Reduzidas assim as oportunidades de bons negócios, caberia às empresas de navegação disputar a melhor fatia do mercado. As companhias privadas, principalmente a argentina Mihanovich, investiam pesado para monopolizar o transporte de cargas. Para a estatal Loyd, restava, geralmente, a parte deficitária, mantida a preços altos, talvez mais por necessidades político-estratégicas do que de mercado.

Contudo, a ligação com o Prata permitia uma agitação comercial e populacional significativa para a pequena cidade de Corumbá. Na tabela “Movimento do porto de Corumbá (1901-1929)”, pode-se perceber o movimento de chegada e partida de trabalhadores que tripulavam navios de várias bandeiras.

Alguns dados da tabela merecem um detalhamento. Num determinado ano, o número de embarcações que entraram no porto de Corumbá, num primeiro momento, deveria ser o mesmo das que saíram, mas isso não ocorre na maioria dos anos pesquisados em que se observam diferenças pequenas. Face a isto, podem-se levantar algumas hipóteses: embarcações que deixaram de navegar, portanto, deram baixas nos registros, o que era raro, mas deve ser considerado; primeira viagem de embarcações novas, recém registradas na Capitania; navios em reparos que voltavam à ativa; deve-se considerar ainda as possíveis falhas no controle e registro da Capitania, bem como a data de chegada e partida do navio, como, por exemplo, o fato de que fosse na passagem do ano, apareceria nos mapas do Ministério da Marinha em anos distintos etc.

Outra observação importante é quanto à tripulação nacional e estrangeira, classificação que aparece nos mapas do Ministério da Marinha e que, possivelmente, são dados fornecidos pelas capitanias estaduais. Note-se que os números referentes às nacionalidades das tripulações são bastante inconsistentes. Considerando apenas o número de tripulantes que entraram, em 1914, —que não se diferencia significativamente dos que saíram— os registrados como estrangeiros contam-se quase que o dobro dos nacionais, enquanto que em 1918 ultrapassam em mais de 13% o total de tripulantes nacionais. Em 1919, tem-se uma inversão com os nacionais ultrapassando os estrangeiros em 64,84%. Nos anos seguintes, entre altos e baixos, a diferença continua sempre contando mais nacionais do que estrangeiros, chegando, em 1924, ao menor índice de estrangeiros (18,61%) em relação aos nacionais, ou seja, os considerados nacionais eram mais de cinco vezes o total de estrangeiros.

Todavia, mesmo não alterando drasticamente esta percepção, deve-se considerar a possibilidade de erro na informação disponibilizada no mapa do Ministério da Marinha, para o caso de 1924, no que se refere à entrada de tripulantes estrangeiros (724) e à saída (1.748), uma vez que a lógica dos outros anos é uma proximidade numérica entre estas duas situações. Acompanhando a mesma lógica, é mais provável que a cifra de entrada seja 1.724.

**Tabela 1**  
**Movimento do porto de Corumbá (1901 a 1929)**

Ano	Entradas		Saídas		Movimento
	Navios por bandeiras	Tripulação por nacionalidade	Navios por bandeiras	Tripulação por nacionalidade	
1901	Brasil 80 Outros 38				Navios entrados: 118; Marítimos matriculados na Capitania: 466 (330 nac. e 136 estrang.)
	TOTAL 118				
1910	Brasil 98 Argentina 67 Paraguai 10 Uruguai 18 Outros 3				TOTAL 196
	TOTAL 196				
1911	Brasil 48 Argentina 60 Paraguai 2 Uruguai 21	Brasil. 1.444 Estrang. 2.045			TOTAL 131      TOTAL 3.489
	TOTAL 131				
1914	Brasil 80 Argentina 34 Paraguai 30 Uruguai 8	Brasil. 1.502 Estrang. 2.888	Brasil 77 Argentina 34 Paraguai 30 Uruguai 8	Brasil. 1.463 Estrang. 2.831	Entraram 152 navios, c/ 4.390 tripulantes; saíram 149 c/ 4.294 tripulantes. Matrículas na Capitania: 183
	TOTAL 152	TOTAL 4.390	TOTAL 149	TOTAL 4.294	
1917	Brasil 297 Argentina 5 Paraguai 43 Uruguai 4 Outros 7	4.208 Obs.: não discrimina a nacionalidade	Brasil 292 Argentina 6 Paraguai 42 Uruguai 4 Outros 7	4.175 Obs.: não discrimina a nacionalidade	Entraram 356 navios c/ 4.208 tripulantes; saíram 351 c/ 4.175 tripulantes. Matrículas na Capitania: 130 (119 nacionias e 31 estrangeiros)
	TOTAL: 356		TOTAL 342		
1918	Brasil 197 Argentina 2 Paraguai 54 Uruguai 3 Outros 7	Brasil. 2.651 Estrang. 3.072	Brasil 197 Argentina 1 Praguai 33 Uruguai 3 Outros 26	Brasil. 2.575 Estrang. 2.608	Entraram 263 navios c/ 5.723 tripulantes; saíram 260 navios c/ 5.183 tripulantes. Matrículas na Capitania: 116 (96 nac. e 20 estrangeiros)
	TOTAL: 263	TOTAL 5.723	TOTAL 260	TOTAL 5.183	

Mundos do trabalho numa região de fronteira

Ano	Entradas		Saídas		Movimento
	Navios por bandeiras	Tripulação por nacionalidade	Navios por bandeiras	Tripulação por nacionalidade	
1919	Brasil 169	Brasil. 3.294	Brasil 164	Brasil. 3.163	Entraram 204 navios c/ 5.430 tripulantes; saíram 199 c/ 5.276 tripulantes. Matrículas na Capitania: 336
	Argentina 2	Estrang. 2.136	Argentina 2	Estrang. 2.113	
	Paraguai 29		Paraguai 29		
	Uruguai 2		Uruguai 2		
	Outros 2	TOTAL 5.430	Outros 2	TOTAL 5.276	
	TOTAL 204		TOTAL 199		
1920	Brasil 182	Brasil. 3.867	Brasil 176	Brasil. 3.667	Entraram 217 navios c/ 5.703 tripulantes; saíram 209 c/ 5.320 tripulantes. Matrículas na Capitania: 143
	Outros 35 (não discriminados)	Estrang. 1.836	Outros 33 (não discriminados)	Estrang. 1.653	
	TOTAL 217	TOTAL 5.703	TOTAL 209	TOTAL 5.320	
1921	Brasil 77	Brasil. 1.904	Brasil 74	Brasil. 1.904	Entraram 100 navios c/ 3.264 tripulantes; saíram 100 c/ 3.264 tripulantes. Matrículas na Capitania: 66
	Outros 23 (não discriminados)	Estrang. 1.360	Outros 23 (não discriminados)	Estrang. 1.360	
	TOTAL 100	TOTAL 3.264	TOTAL 97	TOTAL 3.264	
1922	Brasil 71	Brasil. 1.291	Brasil 69	Brasil. 1.305	Entraram 96 navios c/ 2.461 tripulantes; saíram 94 c/ 2.509 tripulantes. Matrículas na Capitania: 112
	Outros 25 (não discriminados)	Estrang. 1.170	Outros 25 (não discriminados)	Estrang. 1.204	
	TOTAL 96	TOTAL 2.461	TOTAL 94	TOTAL 2.509	
1924	Brasil 332	Brasil. 3.889	Brasil 332	Brasil. 3.940	Entraram 376 navios c/ 4.613 tripulantes; saíram 376 c/ 5.688 tripulantes. Matrícula na Capitania: 210 (núm. legíveis)
	Outros 44 (não discriminados)	Estrang. 724	Outros 44 (não discriminados)	Estrang. 1.748 (ver discussão)	
	TOTAL 376	TOTAL 4.613	TOTAL 376	TOTAL 5.688	
1925	Brasil 342	Brasil. 5.006	Brasil 328	Brasil. 5.016	Entraram 400 navios c/ 7.222 tripulantes; saíram 38 c/ 7.168 tripulantes. Matrícula na Capitania: 212
	Outros 58 (não discriminados)	Estrang. 2.216	Outros 57 (não discriminados)	Estrang. 2.152	
	TOTAL 400	TOTAL 7.222	TOTAL 385	TOTAL 7.168	
1929	Brasil 45	Brasil. 1.672			
	Argentina 45	Estrang. 2.890			
	Paraguai 14	TOTAL 4.562			
	TOTAL 104				

Não foi possível apreender, também, as disparidades anuais (altas e baixas) no movimento de entrada e saída de embarcações e de tripulantes. Alguns fatores podem ser levantados: cheia e vazante dos rios; influências de conflitos bélicos ou políticos locais, regionais ou mundiais (Primeira Grande Guerra); epidemias; problemas administrativos ou financeiros dos armadores; momentos de retração e de retomada no comércio de mercadorias nas praças do Mato Grosso; greves etc.

Analisando o *Livro de matrícula* da Capitania em Corumbá,<sup>44</sup> percebe-se que pouco mais de 50% dos trabalhadores matriculados, em 1908, eram brasileiros ou naturalizados. Apesar da maioria residir em Corumbá, uma parte considerável destes brasileiros morava em Assunção ou Montevideú. O segundo grupo mais numeroso era o de declarados espanhóis, os quais moravam principalmente em Corumbá, em Assunção ou em Montevideú. Depois vinham os paraguaios que, igualmente, poderiam residir em Corumbá ou em Assunção.

A classificação de nacionais e estrangeiros nos mapas do Ministério da Marinha, que serviu de referência para montagem da tabela, não esclarece quais as bases utilizadas para a classificação: se do país de nascimento, do país de residência, do país de origem da embarcação, ou do país de registro do trabalhador junto à capitania de origem do tripulante.

Essa heterogeneidade étnica da mão-de-obra marítima, ao que parece, era corrente nas embarcações que navegavam na Bacia do Prata. Andreas Doeswijk ressalta a presença do *criollo* argentino, do paraguaio e do uruguaio nas fileiras da *Federación Obrera Marítima* argentina – FOM.<sup>45</sup> O marinheiro paraguaio, correntino<sup>46</sup> ou uruguaio na Argentina, “respondia mais à prática internacional de procurar a mão de obra mais barata e eficaz, que à antecipação de um movimento migratório inter-regional ou de países limítrofes” (DOESWIJK, 1999, p.166). Essa afirmativa é comprovada, de certa forma, pelo *Livro de matrícula* da Capitania dos Portos de Mato Grosso. Observando os endereços dos marítimos registrados na Capitania, percebe-se que não se tratava de migração, pois muitos não moravam em Corumbá, mas se matriculavam naquela Capitania por vários motivos, e talvez o principal era a oportunidade de emprego, mesmo que com salários menores comparados aos portos de Assunção, Buenos Aires e Montevideú.

Em momentos de crises de emprego, como durante a Primeira Grande Guerra, estes homens recorriam a diversos expedientes – inclusive abrindo mão de sua nacionalidade – para tentar uma vaga no disputado mercado de trabalho. Em ofício encaminhado ao agente do Loyd Brasileiro em Buenos Aires, o Cônsul do Brasil naquela capital, chama atenção para as pessoas que, freqüentemente, “pretendem ser brasileiros pelos papéis insuficientes

que possuem” e que se apresentavam no Consulado com a pretensão “de arrolarem-se nos nossos navios como tripulantes”. O Cônsul solicita ao agente que evite a admissão de trabalhadores “a bordo sem visto prévio dos seus papéis nesta Chancelaria, sobretudo na atualidade em que começamos a navegação para o Pacífico com navios requisitados aos alemães...”<sup>47</sup>

Os números do item “movimento do Porto”, na tabela, permitem visualizar quantitativamente o movimento de navios e de trabalhadores marítimos em Corumbá, no decorrer de um ano, bem como as matrículas concedidas pela Capitania aos homens que iniciavam ou reiniciavam na vida marítima, ou mesmo recém-chegados a Corumbá, vindo de outras localidades onde já atuavam no ofício. Contudo, este quadro merece uma análise mais detalhada.

Num mesmo ano, um navio poderia chegar e sair de Corumbá várias vezes.<sup>48</sup> Da mesma forma, os trabalhadores embarcados podiam aportar ali diversas vezes num ano, inclusive mais vezes do que um determinado navio, pois os marítimos não eram lotados por embarcação ou por empresa, e sim chamados a tripular qualquer navio, sendo respeitada a ordem de prioridade da capitania do porto na qual estava registrado ou do sindicato, no caso do *closed shop*<sup>49</sup>. Portanto, um mesmo trabalhador poderia ser contado mais de uma vez, e isso significa que as relações deste sujeito com a cidade, ou, mais precisamente, com a região do porto, não eram as mesmas de um viajante ou aventureiro qualquer – comuns naquele início de século –, ainda mais se se considerar que o navio ficava um tempo aportado, sendo que em casos especiais, como a necessidade de correção de avarias ou mesmo aguardando carga para lotação, a espera poderia prolongar-se por dias. Fora de seu porto de origem, a casa do marítimo era o barco, do qual só era permitido sair com autorização do comandante. Quando a espera se prolongava, o comandante se via obrigado a liberar os homens para baixar à terra.<sup>50</sup>

Mesmo considerando que os dados da tabela referem-se a navios a vapor de grande e médio porte – deixando de fora uma imensidão de embarcações de pequeno porte (canoas, botes, chalanas...), as quais eram tripuladas pelos pequenos proprietários e que atendiam às fazendas e vilas pantaneiras –<sup>51</sup> é perceptível um movimento considerável de trabalhadores no Porto de Corumbá. Em 1914, o movimento no Porto foi de cerca de 4.300 marítimos, os quais chegaram ou saíram em 150 navios a vapor. Há de se notar que, em 1914, o censo populacional de Corumbá contava menos de 10 mil pessoas, considerando as fontes mais pessimistas, ou cerca de 15 mil para as otimistas.

O *Mappa demonstrativo do pessoal matriculado existente durante o ano de 1920* é outra fonte do Ministério da Marinha que ajuda a clarear o

número de marítimos ligados à Capitania dos Portos em Mato Grosso. O mapa contava 4.171 trabalhadores na ativa naquele ano, considerando a sede da Capitania em Corumbá e as agências em outras cidades que registavam todos os marítimos no estado.<sup>52</sup> É interessante perceber que Mato Grosso tinha números bem superiores a estados litorâneos como Piauí, Ceará, Paraíba e Paraná, bem como muito próximos do Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.<sup>53</sup> No mapa do ano de 1924, percebe-se uma sensível redução de matriculados.<sup>54</sup>

A participação de Corumbá e, por conseqüência, de Mato Grosso no movimento de comércio e de imigração do Prata foi talvez periférica se comparada com o volume de mercadorias e de imigrantes que chegaram nas cidades de Buenos Aires e de Montevideú. Todavia, na grande faixa de fronteira do Oeste brasileiro, a população dos maiores centros urbanos alcançava alguns milhares e Corumbá ocupava papel de destaque nessa urbanização, beneficiando-se da onda de imigração do final do século XIX e início do XX. Assim, em 1861, a população da vila era em torno de 1.245 pessoas; já em 1872 esse número era de 3.361 habitantes, e em 1876 de 6 mil.<sup>55</sup> O aumento substancial, observado logo após o fim da Guerra com o Paraguai, foi resultado do fluxo migratório proveniente de diversas nações: em 1861, havia 84 estrangeiros; em 1876 estes se aproximavam dos 4 mil (FONSECA, 1880, p.298), ou seja, 66,66 % da população era estrangeira.<sup>56</sup>

Grande parte da população do estado era composta de militares. Segundo levantamento feito por Armen Mamigonian (1986, p.42), Mato Grosso reunia, em 1888, 10,8% dos efetivos do Exército Brasileiro, representando uma taxa de 13,67 soldados por mil habitantes, de longe, a mais alta do Brasil. Em Corumbá, esses números eram acrescidos pelos efetivos militares da Marinha instalados no Arsenal de Ladário.

As informações sobre população no Brasil do século XIX e mesmo do início do século XX geralmente são desconstruídas em vista das falhas ou da falta de censo demográfico no período. Em regiões como Corumbá, havia um agravante: o fluxo populacional era constante. Desta forma, em 1905 a população urbana e rural de Corumbá, segundo Barão de Melgaço (1975, p.30), estava em torno de 12 mil, enquanto que, em 1911, Annibal Amorim (1912, p.446) estima uma população de 10 mil, sendo “3.000 naturais; 2.000 paraguaios, bolivianos e correntinos; 1.000 alemães, ingleses, italianos e portugueses; 1.000 soldados; 2.000 nacionais de várias procedências, e cerca de 1.000 turcos”. Para 1910, “houve igualmente um cálculo de 15 mil habitantes na cidade conforme registro do *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*”. (CORREIA, 1985, p.50)

O *Commercial Almanach Matto-Grossense* de 1916 calculava uma população de 14 mil habitantes, mas “devido ao continuo movimento de

passageiros em trânsito, apresenta um muito maior número, e dá-nos a idéia de uma regular metrópole”.<sup>57</sup>

Além dos marítimos propriamente ditos, ou seja, aqueles que trabalhavam no interior do navio, existiam dezenas de categorias de trabalhadores relacionados ao porto, o que aumentava a impressão de agitação que os viajantes tinham ao chegar em Corumbá.

Em artigo intitulado “Impressões”, o funcionário público Severino de Queiroz, proveniente de Cuiabá no vapor *Coxipó*, do Loyd Brasileiro, destacou o tumulto de carregadores no porto, em 1932:

*“Fazem-se as manobras de fundagem.*

*Chalaneiros impertinentes e ganhadores a perguntarem, com insistência significativa, se teriam a preferência.*

*Desembarcamos do paquetinho e embarcamos numa chalana, grande e aseada, com assentos tapetados, e impelida por um mulato possante e vestido de zuarte.*

*Pisamos em terra, e fomos logo rodeados pelos carregadores. O mais esperto pegou a empreitada, e lá se foi com as nossas malas, ladeira acima, para o hotel (...)*”<sup>58</sup>

Poderia-se acrescentar como trabalhadores relacionados às atividades do porto, os carroceiros que transportavam as mercadorias e bagagens da beira do rio até a cidade alta, os carregadores, vendedores ambulantes, agentes das casas comerciais, funcionários da Alfândega e da Capitania etc.<sup>59</sup>

Somente na década de 1950, Corumbá passou a ter um cais de porto que possibilitasse a atracagem de navios, curiosamente numa época em que a navegação já era bastante reduzida. Até então, os navios ficavam fundeados distante da margem do rio ou utilizavam um trapiche de madeira.<sup>60</sup> Por outro lado, a cidade aos poucos recebia investimentos na infra-estrutura urbana que estimulavam o clima de euforia, principalmente dos comerciantes que viam nos projetos urbanísticos, do início do século XX, o *sonho dourado* da modernidade. Assim acontecera quando da inauguração do telégrafo, em 1904; a canalização de água, em 1914, que permitiu levar água do rio Paraguai até a cidade alta; a energia elétrica, a rede telefônica e o calçamento de ruas que são destacados no relato de viagem de Annibal Amorim (1912, p.451), em 1911.

O abastecimento de água sempre esteve nas manchetes dos periódicos corumbaenses como problema crucial enfrentado pela população. A falta do líquido era, em parte, causada pela própria geografia da cidade, localizada num maciço de calcário, ligada ao rio por uma ladeira íngreme.

Na parte alta não há nascentes nem a possibilidade de perfuração de poços. Para quem tinha condições de pagar era servido de água do rio trazida por carroceiros. A maioria da população transportava o líquido em latas d'água ou furava cacimbas (cisternas) para coleta de água pluvial.<sup>61</sup>

Mesmo após a inauguração do sistema de coleta d'água, em 1914, muitos moradores ainda continuavam a se servir da cacimba por não terem acesso à água bombeada ou mesmo pela precariedade dos serviços, uma vez que o mesmo motor que trabalhava na captação d'água, também gerava a energia, em horários alternados. De fato, a maioria da população não tinha acesso a estas melhorias urbanas, pois morava em bairros que cresciam desordenadamente, em casebres e cortiços.

A falta de moradia para aluguel próximo ao centro onde se concentravam as melhorias urbanas, ou mesmo os preços dos aluguéis nessa região, empurravam cada vez mais os trabalhadores para os arredores da cidade, para os limites dos morros ou para as depressões dos terrenos. Além do aluguel, outra reclamação corrente da população do período, não necessariamente só dos pobres, era o preço dos alimentos. E o pão, como parte essencial da alimentação, era o grande vilão dos preços, pois sofria todos os solavancos da economia frágil de uma cidade dependente da importação. Bastava um atraso ou interrupção temporária do transporte de farinha da Argentina que a população corumbaense sentia logo no bolso. O pão chegou a exigir do legislativo municipal a aprovação de uma resolução uniformizando os tamanhos, os pesos e os preços dos vários tipos vendidos no município.<sup>62</sup>

A vida em Corumbá era cara mesmo para um aventureiro como Annibal Amorim, que se queixava do preço do aluguel e da falta de prédios para tal, da escassez de aposento “nos três hotéis”, com diárias custando 10\$000, os “ovos são vendidos a 3\$000 a dúzia”, o leite “a 1\$000 o litro”, um barril de água “custa 1\$000”, verduras e hortaliças “uma fortuna”, frutas “quase não há”. Tudo isso colaborava para que a alimentação fosse “pés-sima”, variando entre a carne e o pescado: “carne má, cansada, vinda, às vezes, da Bolívia. Entretanto Mato Grosso é o país do gado vacum!”<sup>63</sup>

A carência de víveres levou o legislativo corumbaense a incentivar a colonização com objetivos agrícolas e a elaborar um projeto que premiasse com dinheiro o agricultor que produzisse frutas.<sup>64</sup> Entretanto, a economia do município, como de grande parte do Mato Grosso, se sustentava no extrativismo vegetal e animal para a exportação, bem como na criação de gado também com destino ao mercado externo. Os produtos que poderiam diversificar a alimentação eram, quase todos, importados do Prata ou de São Paulo, longas distâncias que encareciam o produto e que diminuam sua qualidade. Outras regiões do Sul de Mato Grosso, de

terra rocha, obteriam maior sucesso na diversificação da produção, buscando, ainda na primeira metade do século xx, suprir essa carência por meio do trabalho de colonos japoneses e europeus.

Estes eram os auspícios da *modernidade*. Por fim, a inserção de Corumbá e do Sul de Mato Grosso na *modernidade*<sup>65</sup> significou assumir um papel periférico na divisão internacional e regional do trabalho, como espaço *aberto* em potencial. Por um lado, fornecedor de alguns poucos produtos do extrativismo como erva-mate, ipecacuanha<sup>66</sup>, penas ornamentais, couros silvestres, vacum e charque<sup>67</sup> e, por outro, comprador de produtos industrializados e de grãos. Essa condição tornara-se possível em vista das transformações nas técnicas de navegação, vindas no bojo da Revolução Industrial – que encurtaram o tempo e a distância – e da utilização do rio Paraguai como via preferencial de comunicação e transporte.

### Entre o rio e a cidade: o porto

Se é a partir das relações de trabalho, na luta pela sobrevivência, que se pode, num primeiro momento, desenhar as características distintivas dos trabalhadores marítimos, por outro lado, estudá-los em terra, tentando identifica-los em meio à multidão, permite enxergar o que os aproxima e o que os distancia dos demais.

Num olhar panorâmico sobre o passado, em direção aos bairros marítimos do início do século xx, geralmente próximos aos portos, num amontoado de casas de moradia e de diversão, bordéis e vendedores ambulantes, a forma de vida em terra dos homens do mar e do rio, objetivamente não se diferenciava muito dos demais pobres, que eram acrescidos vertiginosamente a cada leva de imigrantes que chegava principalmente nos portos de entrada do estuário do Prata. Com o passar do tempo e o acúmulo de experiências, certamente os marítimos se diferenciariam dos outros trabalhadores por seu *modus vivendi*, por sua cultura.

Em Buenos Aires, estes trabalhadores moravam especialmente no conhecido bairro portuário de *La Boca*. Distribuídos por ruas irregulares, as casas de lata eram construídas em lamaçais sobre estruturas de madeira ou de ferro para evitar enchentes, coloridas por serem pintadas com os restos de tintas para pintar os navios nos estaleiros, possuíam quintais com pequenas hortas e galinhas para complementar a alimentação dos moradores que poderia chegar a vinte pessoas, em casas de três a cinco quartos:

*“Lá, nesses pântanos e brejos, onde o fedor das águas podres esverdeando ao ar livre se mistura ao cheiro do azeite frito e do pesto ligur, no meio de crianças de vestuário heterogêneo, que brincavam entre o lixo das quitandas; onde as casas alterna-*

*vam com bazares e lojas de ferramentas e onde toda classe de veículos atravessava as ruas a caminho do porto(...)* (FERRERAS, 2001, p.73)<sup>68</sup>

Conforme Norberto Ferreras (2001, p.73), *La Boca* “constituía um dos poucos redutos étnicos” de Buenos Aires, onde predominavam os italianos, particularmente os genoveses: “lá encontrávamos marinheiros, estivadores, pilotos, catraieiros e as famílias de todos eles”<sup>69</sup>.

Os *conventillos* (cortiços) eram uma alternativa para os trabalhadores que procuravam moradia, relativamente barata, e próximas ao local de trabalho: um atrativo para quem não queria e não podia gastar com transporte. Eram casarões antigos, no centro ou próximos ao centro e ao porto do Riachuelo (principalmente em *La Boca*), transformados em moradias para pobres, onde se alojavam dezenas de famílias. Os *conventillos* transformaram-se em pontos de encontro de diversas etnias:

*“(...) foram apresentados pelos observadores como o espaço de homogeneização da classe, embora não usassem estes termos. O napolitano cedia parte de sua identidade regional para identificar-se com os problemas comuns dos piemonteses ou dos galegos. O criollo ensinava a todos eles a beber o chimarrão. As mulheres emprestavam umas às outras seus utensílios de cozinha e trocavam dicas de como preparar melhor a carne ou as batatas ou como conseguir que um velho vestido agüentasse outra temporada”* (FERRERAS, 2001, p.115)

Buenos Aires, nas primeiras décadas do século xx, já contava com mais de um milhão de habitantes, número que crescia a cada ano. Os viajantes sempre destacavam a beleza moderna da cidade, sua riqueza econômica e cultural. Mas, mesmo ao observador desatento a outras imagens da cidade, o caos da região do porto não podia passar ileso aos comentários e às comparações: “Há uma enorme multidão, ao longo do cais. São emigrantes recém-chegados, são os carregadores do porto, são os vagabundos de todas as grandes cidades marítimas./ Um formigueiro humano.” (AMORIM, 1912, p.332)

No caminho entre a multidão *desordenada* do cais e a multidão *ordenada* do centro, o viajante atravessaria “a longa faixa de terrenos alagadiços, que fica entre a cidade e a orla do estuário”, para só “depois de uns dez minutos de carro”, entrar “na parte melhor do Passeio de Julho, uma espécie de avenida Beira-mar, muito suja e mal arborizada. Em se chegando, porém, à praça de Maio, tudo muda de aspecto. Uma imensa mole humana ali se desloca.” (AMORIM, 1912, p.341)

O autor da descrição de Buenos Aires era um brasileiro abastado que percorrera os portos brasileiros do Rio de Janeiro ao Acre, pela foz do Amazonas e que, em 1911, investia numa nova aventura, partindo do Rio de Janeiro com destino ao Mato Grosso, no vapor “Saturno” do Loyd Brasileiro. Em seus relatos de viagem, destaca os aspectos econômicos, culturais e urbanísticos das cidades como o re-ordenamento de ruas e praças, bastante presentes naquele início de século na maioria das cidades por ele visitadas. Sempre fazendo paralelos com outros centros urbanos, em especial com o Rio de Janeiro, a visão que o autor tece da região do porto é quase sempre a mesma: algo distante da cidade, separado do centro, decadente, sujo, tumultuado...<sup>70</sup>

Anterior a essa visão de Buenos Aires, o viajante já havia passado pelo porto de Montevidéu, onde teve uma impressão igualmente desagradável: “Ruas e ruelas velhíssimas bordam a orla do cais” que lembram “o antigo bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, com os seus trapiches imundos e os seus armazéns seculares” (AMORIM, 1912, p.315)

A cidade que o passageiro topa ao desembarcar do vapor é a parte antiga (colonial) de Montevidéu, onde estavam os prédios ligados às atividades portuárias, como a Alfândega, os armazéns de importação/exportação, representantes de empresas navais, grêmios marítimos etc. Ali também existiam os cortiços habitados por trabalhadores, bem como os bordéis. Mesmo que as ruas fossem calçadas, raridade para as regiões portuárias, a sensação de *caos* permanecia.

Entrava-se em Montevidéu “pela porta da cozinha”, para logo passar à “sala de visitas”. Para chegar à “sala de visitas” era só tomar um bonde elétrico, com bancos para “duas pessoas”, conforme o autor, mais estético e higiênico do que o do Rio de Janeiro. No centro, as diferenças com a região do porto e, também, com a cidade do Rio de Janeiro, aumentavam: “Nas ruas, não se encontra uma só pessoa descalça, nem cocheiros brigando com carroceiros, com palavrões obscenos, como é freqüente entre nós.” (AMORIM, 1912, p.315 e 322)

No denominado centro, onde estava (e permanece ainda hoje) o palácio do governo, o teatro Sólon ao redor da praça Independência (estes no limite da cidade velha), a Universidade e a Biblioteca Nacional, entre outros palácios, também viviam as pessoas desprezadas na narrativa de Annibal Amorim. Os cortiços, os cabarés, as organizações operárias etc, estavam espalhados por quase toda a cidade, com alguns focos mais concentrados na cidade velha, no centro e no distante bairro do Cerro.

Uma fonte encontrada no arquivo de Virgilio Sampognaro, *Jefe Político y de Policía de Montevideo*, produzida por um agente de polícia que investigava pessoas *suspeitas* é reveladora do movimento de pessoas nas

ruas e nas casas da capital uruguaia, bem como da circulação de imigrantes entre Montevideú e Buenos Aires.<sup>71</sup> Os endereços indicados no documento referiam-se a ruas localizadas no centro de Montevideú, próximas ao limite da cidade velha. Pela descrição dos personagens, percebe-se que eram pessoas comuns que, à primeira vista, não se destacariam na multidão heterogênea das cidades portuárias do Prata. Compunham uma trama entre duas cidades que, talvez, também não fosse muito estranha àquela região e àquele início de século. Pessoas que procuravam formas de sobreviver ou de *se dar bem*, orquestrando um intrincado jogo de sedução e de dinheiro. Estavam presentes: a filha de imigrantes italianos, o marido sexualmente impotente, o padraсто relojoeiro, o fraudador que se dizia jornalista e arquiteto, o cáften, a meretriz e seu *príncipe encantado*, o marido traído, a amante, o oficial e o agente de polícia, o filho de pai desconhecido e *promessa de dias melhores*, o inquilino devedor, o proprietário da casa etc. Pelo movimento da casa, descrita no documento, e pelas pessoas que a freqüentavam, o agente de polícia tinha dúvidas se se tratava de uma pensão ou de um prostíbulo, realidades muito próximas no olhar de grande parte da elite do início do século XX. No meio dessa multidão, como parte dela, estavam os trabalhadores de várias categorias, alguns citados como personagens no relato.

Continuando a viagem, Annibal Amorim chega a Assunção. Se em Montevideú e Buenos Aires somente a região e as pessoas do porto mereciam os adjetivos depreciativos do viajante, na capital paraguaia é a cidade e seus habitantes como um todo que são classificados de arcaicos. Chama atenção de Annibal a falta de cais, obrigando o navio a fundear distante da margem e os passageiros a tomarem botes “remados por paraguaios falando, uns o guarani, outros um misto de português e espanhol”. A opulência dos prédios da Aduana e do Palácio do Governo, logo na primeira linha da parte alta da cidade, contrastava-se com as “ruas mal calçadas a pedra bruta, bondes de tração animal, inferiores aos da nossa antiga Carris Urbanos, de execrável memória”. (AMORIM, 1912, p.418)

Com exceção de alguns pontos positivos, como a linha telegráfica e uma linha telefônica, as praças bem arborizadas, os laranjais que se espalham pela cidade, tudo o mais é pitoresco ou causa admirável decepção ao viajante. Os trens andam “aos trancos e barrancos”, as ruas são iluminadas a querosene, as índias no mercado montadas em burricos carregados de frutas e legumes, o hábito da sesta após o almoço em que tudo para, a predominância da língua guarani mesmo entre os “patrões e os caixeiros” das casas comerciais, as pessoas que andam descalças pelas ruas de Assunção etc. (AMORIM, 1912, p.405-34)<sup>72</sup>

Annibal Amorim relata uma Assunção – como também as outras cidades por ele visitadas – vista pelos olhos de quem queria enxergar o *progresso* e a *ordem* refletidas nas fachadas dos prédios imponentes, nas ruas calçadas, nos bondes elétricos e na *natureza domesticada* das praças e jardins. O impacto da realidade das ruas da cidade cegava-o para entender o diferente ou avistar mais a fundo a vida urbana, no cotidiano dos seus moradores, nas casas dos comerciantes, dos proprietários, dos trabalhadores, entre outras categorias que formavam o urbano.<sup>73</sup> E é esse olhar que ele lançará sobre Corumbá.

Tendo saído do Rio de Janeiro dia 18 de abril de 1911, no dia 11 de junho o *Mercedes* lança ferro “defronte da cidade, que, topograficamente, é uma miniatura da Bahia”. O viajante havia chegado a Corumbá (AMORIM, 1912, p.444).

Também em Corumbá<sup>74</sup> as famílias pobres encontravam saída para os parques recursos e os altos alugueis habitando casas coletivas ou construindo casas de lata. Algumas casas e cortiços habitados por trabalhadores como os ligados à navegação ficavam no quadrilátero central planejado após a Guerra com o Paraguai, quando a cidade foi retomada. Neste projeto, a parte baixa, uma faixa estreita entre o rio e o morro, compreendia o porto que era ligado à parte alta por ladeiras íngremes. O centro e os bairros de moradia foram projetados para serem situados na cidade alta, entre o precipício e os morros, em quadras que obedeciam a um desenho de *tabuleiro de damas*.

Nos bairros que fugiam a esse projeto moravam os trabalhadores que não conseguiram ou não queriam pagar aluguel. As casas eram ainda mais precárias do que as centrais, pois construídas de materiais alternativos como latas, com coberturas de zinco ou improvisadas. Um desses bairros era o *Sarobá*.

O *Sarobá* ficava na beira do abismo, de onde se avistava o porto, e ao mesmo tempo tinha acesso fácil ao centro por estar na parte alta da cidade. Como se apreende dos poemas de Lobivar Matos (1936, p.9), o bairro não possuía melhorias urbanas que outras partes da cidade já contavam, em alguns casos desde ao menos 1904, como luz elétrica, água encanada, ruas pavimentadas ou delineadas. Os moradores eram de predominância negra e viviam as condições de pobreza própria às pessoas desempregadas ou muito mal remuneradas, trabalhadoras em serviços de baixa qualificação.

Na apresentação do livro que tem a mesma denominação do bairro, *Sarobá*, o poeta Lobivar Matos dá mais detalhes do que seria a vida no bairro: “Lugar sujo, onde os brancos raramente penetram e assim mesmo, quando o fazem, se sentem repugnados com a miséria e a pobreza daquela gente”. (MATOS, 1936, p.6)

A descrição do autor, ao mesmo tempo em que denuncia as condições de vida dos moradores, não se diferencia muito da visão que as elites locais tinham dos lugares de aglomeração de pobres: sempre relacionados à sujeira, ao lixo, à prostituição, à infelicidade. Mas sempre necessários, pois ali estavam os braços para o trabalho.

Para os moradores e freqüentadores do *Sarobá*, era nesse espaço, sob essas condições, que se davam as festas, os encontros, as bebedeiras, pois ali estavam os bordéis, as casas de diversão. Era no *Sarobá* que os trabalhadores da navegação moravam ou freqüentavam.

Existiam ainda trabalhadores que conseguiam morar em casas localizadas no quadrilátero delimitado da cidade, todavia distante do centro e do porto. Aí também o Estado chegava apenas na forma da cobrança de impostos, pois havia tão somente o corte das ruas, respeitando o projeto original, e a medição dos terrenos. Era o caso dos “moradores nos subúrbios”, um perímetro compreendido “das ruas Cuiabá até além da Murtinho, e da Tiradentes à Major Gama”, “geralmente pessoas de poucos recursos, uns chefes de família, outros responsáveis por crianças que acha-se em sua companhia”. Essa é a descrição dos próprios moradores, que encaminharam um abaixo-assinado com 78 nomes, ao intendente municipal, reivindicando a criação de uma escola mista do curso primário, para que seus filhos “e tutelados possam matricularem-se”, haja vista que as escolas existentes achavam-se “muito distantes deste subúrbio”, exigindo das crianças enorme sacrifício, ou seja, ter que andar “debaixo de um sol ardente, como também pelas dificuldades na época das chuvas, devido às ruas não serem socadas nem ter passeios transitáveis”.<sup>75</sup>

Nessas cidades a região do porto era, em geral, o espaço de moradia do marinheiro e também o preferido para os jogos e bebidas. Eram guetos conquistados dentro do poder municipal, onde a lei era delineada pelos seus próprios habitantes e um dos principais códigos de vivência era a artimanha para evitar a interferência do Estado, diga-se, da polícia, em seu meio. Ali eram resolvidas as desavenças mais comuns: as intrigas de amor que, não raro, extrapolavam a intimidade dos envolvidos diretamente; pequenos furtos; dívidas de jogo e de boteco e até as de conteúdo político – diferenças étnicas e de hierarquização do trabalho – mas nem por isso resolvidas de forma diferente, ou seja: a partir da discussão verbal poderia se chegar a um assassinato, quando isto não se resolvia apenas na luta corporal.

Após vários dias vivendo sob a rígida disciplina de bordo, limitado pelas paredes de aço e madeira do navio, o marítimo descia à terra com uma ânsia quase incontrolável de liberdade: livrar-se do mundo do trabalho para entrar no *des-mundo* das ruas e dos bordéis, onde, entre

um gole e outro, homens e mulheres buscavam um pouco de prazer na luta diária pela sobrevivência.

A ausência de controle em terra é o que atemorizava os comandantes dos navios quando ancorados em algum porto. A vigilância devia ser redobrada para que os tripulantes não caíssem na tentação de viver a vida desregrada da região do porto. A obrigatoriedade de permanecer a bordo durante a estadia do navio em portos de escalas, nem sempre era cumprida pelos tripulantes.<sup>76</sup>

Um documento encaminhado pelo comandante do navio brasileiro *Baependy* – esta embarcação não fazia viagens para Mato Grosso – ao Cônsul do Brasil em Buenos Aires, em 1920, é revelador da atração exercida pelos *pecados terrenos* aos homens do mar e do rio:

*“(...)Raro é o dia, em que a maior parte da guarnição, com especialidade a da seção de máquinas se apresenta ao trabalho, em estado normal.*

*Embriagam-se diariamente, desrespeitando a oficialidade, deixando de cumprir as suas obrigações, baixando à terra sem permissão dos meus oficiais, cometendo assim uma série de faltas, que tenho punido com multas (...). Mais ou menos as 5 ½ da tarde de ontem, um foguista de nacionalidade inglesa, de nome James Williams, em completo estado de embriagues, tentou fazer fogo sobre o moço de convés Luis da Silva. (...) o meu imediato Hericcy [?] de Moura, dirigiu-se à proa para desarmar o mesmo foguista, sendo desrespeitado por este, que tentou também agredi-lo, chegando mesmo a se empenhar em luta corporal. Não podendo conservá-lo mais a bordo, entreguei-o a polícia (...).*

*Ontem e hoje grande foi o número de foguistas e carvoeiros, que deixaram de se apresentar a bordo, a hora regulamentar, sem motivo justificado, prejudicando assim a boa marcha dos serviços e disciplina interna do navio.*

*(...) todos os homens que ontem se dirigiram ao Consulado, nesta cidade, abandonaram o serviço sem minha permissão(...)”<sup>77</sup>*

Quando em terra, esses marítimos procuravam de imediato os prazeres proibidos a bordo, e quase sempre os encontravam no álcool e no ambiente que os circundavam: música, mulheres, companheiros e também as agressões físicas.<sup>78</sup> Para muitos, essa era uma *des-ordem* preferível à vivida no interior do navio, sob as ordens dos oficiais. Por isso, não eram raros – quando possível – os casos de abandono de serviço. Ao que tudo indica, a oficialidade do *Baependy* não conseguira controlar a marujada e por motivos não citados vários tripulantes desistiram de continuar navegando sob suas ordens.

Se a fuga da ordem do convés significava a ampliação de circulação e de ação proporcionada pela cidade, esta não era, entretanto, um espaço de total desordem. Nas cidades portuárias, os órgãos do Estado preocupados com a segurança tinham na região do porto o foco de suas preocupações, justamente por ser esse o lugar onde o indesejável se mostrava mais teimosamente: os ébrios, os vagabundos, os malandros, as prostitutas, os agitadores, as idéias perigosas chegadas de fora etc.

A imprensa corumbaense – a exemplo de outras cidades – da época é recheada de artigos exigindo do poder público repressão às aglomerações de *vagabundos*. Em 17 de agosto de 1921 o jornal *A Cidade*, trazia a descrição, segundo sua ótica, dos pontos de concentração dos contraventores:

*“(...) os grupos de desocupados que se multiplicam em determinados pontos da cidade, com especialidade no porto, (...) na espelunca intitulada Restaurant Athenas (...) e na esquina do jardim, em frente ao café Ponto e Virgula.*

*Pela manhã (...) se transita com dificuldade, tal é o número de desocupados que ali se aglomeram, sentados pelos portais e calçadas, muitas vezes bêbados e sem nenhuma compostura compatível com a moral pública.*

*Ali essa gente discute todos os assuntos; maquina ladroeira e trama pancadaria – verdadeira assembléia bolchevista em pleno coação do Brasil.*

*No Restaurant Athenas e cortiços adjacentes, então, os vadios dão-se ao deboche com as hetairas que aí vivem em criminosa promiscuidade em cochichos [ilegível] infectos e mal cheirosos(...)”*<sup>79</sup>

Não era a saúde das pessoas, debilitada pelo abuso da bebida, do fumo, nem as longas jornadas de trabalho que provocavam a ira da elite local, mas sim a saúde da sociedade; portanto, conforme o periódico, os anti-sociais teriam que ser extintos, para o bem da comunidade: “Uma campanha sistemática à vagabundagem é uma medida que se impõe a bem do saneamento da nossa *urbe*”.

De *vagabundo* era classificado todo e qualquer grupo ou indivíduo que não seguisse as normas de conduta social, apresentadas como referencial de boa vivência. Por conseguinte, eram colocadas no mesmo patamar da contravenção tanto as aglomerações formadas para o lazer, como as motivadas por movimentos políticos, desde que originários da classe trabalhadora. Tanto uma quanto outra eram qualificadas genericamente de “assembléia bolchevista”, como atesta o artigo citado.

Os *vagabundos* eram os preferidos das autoridades quando do recrutamento de forças para combater alguma *revolução*. O passageiro do

Mercedes, Annibal Amorim, chegou em Corumbá, em junho de 1911, num destes, não raros, momentos de recrutamento. O bando de Bento Xavier, bandoleiro famoso nas paragens do Sul de Mato Grosso, punha em alvoroço as forças legalistas e estas recorriam aos *desocupados* “recrutados, à unha, nas ruas de Corumbá”. (AMORIM, 1912, p.448)

A polícia do porto<sup>80</sup> cumpria em terra o papel do comandante de bordo, vigiando e punindo os marítimos, por vezes, atendendo às ordens do próprio comandante, uma autoridade que ultrapassava o espaço do navio, como evidencia um ofício ao Cônsul do Brasil em Buenos Aires, encaminhado pelo comandante Leopoldo Santos, do vapor brasileiro *Santos*, procedente de Paranaguá. Conforme o comandante, quatro tripulantes haviam tentado desembarcar sem autorização, o que o obrigou a chamar a “força do Porto”, que os conduziu ao destacamento onde passaram a noite. Segundo o Comandante, chegara ao seu conhecimento que esses mesmos tripulantes preparavam “uma greve ou um levante geral a bordo” a fim de se fazer valer “um regulamento inventado pela associação a qual os mesmos pertencem, desrespeitando com essa tentativa o regulamento interno de bordo...”<sup>81</sup>

A procura por melhores condições de vida e trabalho também motivava os marinheiros a abandonarem o barco no decorrer da viagem. No relatório de 1924, a administração do Loyd Brasileiro demonstra preocupação com o número de desertores em suas embarcações nos portos norte-americanos:

*“[item 74] Durante o ano foram excluídos do serviço da Companhia, 439 tripulantes, sendo: 176 por haverem desertado, 44 por crime de roubo comprovado e 219 por indisciplina.*

*[item 75] Adotando-se o critério da escolha cuidadosa dos tripulantes para os navios da linha da América, conseguiu-se diminuir o número de deserções nessa linha, que chegara a alcançar a média de 12 por navio.”*<sup>82</sup>

Note-se que, no caso do Loyd, a penalidade aplicada aos que cometiam certos tipos de faltas, chegava à demissão. A escolha “cuidadosa” dos tripulantes, a que se refere o relatório, levava em consideração o histórico funcional do trabalhador, ou seja, se já havia cometido faltas e quais os tipos, bem como a frequência.

Alguns portos eram preferidos a outros e, pelo relatório do Loyd, a América do Norte parecia exercer um atrativo forte para os marítimos que se aventuravam em terras distantes.<sup>83</sup> Mas nem sempre o marinheiro desembarcava em portos distantes, por livre e espontânea vontade. Em outubro de 1919 quatro espanhóis e dois brasileiros foram desembarca-

dos em Assunção, a mando do comandante do vapor *Miranda* do Loyd Brasileiro, em uma viagem entre Montevidéu e Corumbá. Cinco tripulantes conseguiram voltar para Montevidéu, enquanto um outro, residente em Corumbá, ficou por meses em Assunção, exigindo do Consulado do Brasil a interferência para possibilitar seu repatriamento.<sup>84</sup>

A punição com o desembarque acontecia também nos portos da Europa e lá, da mesma forma que nos portos do Cone-Sul, os marítimos tornavam-se problemas para as autoridades locais, em virtude da “indigência”.<sup>85</sup>

Outro ofício solicitava a permissão para ir a bordo do Vapor *Borborema*, “como tripulante gratuito, até o primeiro porto nacional, o marinheiro Manoel Veiga, matriculado na Capitania do Porto de Corumbá”, que procurou o Consulado Geral em Buenos Aires “apresentando caderneta e comprovando achar-se em estado de indigência.”<sup>86</sup>

Ao que parece a indigência era corrente no início do século, também em Corumbá. Conforme o relatório da intendência, dos 161 óbitos ocorridos no município em 1922, 86 eram indigentes, ou seja, a maioria, “determinado, sem dúvida, pela ausência de higiene, deficiência de alimentação e abuso de bebidas alcoólicas”.<sup>87</sup>

### Considerações finais: nacionalização da fronteira

Na década de 1930 e, principalmente, na de 1940, se intensificariam os projetos brasileiros de *nacionalização da fronteira* com o programa colonizador do Estado Novo – inspirando-se na obra de Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste* – que fora pensado com os objetivos de expandir o domínio do Estado numa região supostamente vazia. Para tanto, na década de 1940, as Colônias Agrícolas Nacionais viriam cumprir este papel, ao atrair brasileiros para as distantes matas do Oeste.<sup>88</sup> Por outro lado, o cerco à Matte Larangeira, no mesmo período, se fechava com a não renovação, por parte do Estado, dos contratos de arrendamento e uma maior fiscalização da produção da Companhia.<sup>89</sup>

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil teria antecipado esses projetos, tentando aproximar o centro do país da região limítrofe. Em 1947, após ficar estacionada à margem esquerda do rio Paraguai, em Porto Esperança (aproximadamente 78 quilômetros de Corumbá), por mais de 30 anos, a ferrovia transpunha o rio e, em 1954, chegava à fronteira, inaugurando a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. No mesmo ano, inaugurava-se o ramal da NOB, ligando Campo Grande à Ponta Porã, fronteira com o Paraguai.

Na década de 1940, o rio Paraguai já havia perdido sua condição de principal via de comunicação do Sul de Mato Grosso com o centro do país via rio da Prata, em vista da ferrovia que efetivara a soldagem da economia mato-grossense com a paulista. A navegação de Corumbá rio

acima até Cuiabá e outras cidades do norte continuaria sendo feita pelo rio, até que na década de 1950, a rodovia ligando Campo Grande a Cuiabá, acentuou a queda do movimento portuário de Corumbá.

A contemporaneidade demonstra que todos esses projetos obtiveram sucessos parciais, pois não foram capazes de impedir uma certa *guarinição* do lado brasileiro da fronteira, bem como a proliferação de antigas e novas formas de contravenções como o contrabando de produtos falsificados, o tráfico de entorpecentes e a pistolagem intrinsecamente ligada ao tráfico ou a centenária disputa por terras.

## Notas

<sup>1</sup> O texto é parte da tese “Entre o Prata e Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930 (Buenos Aires, Montevidéu, Assunção e Corumbá)”, defendida em 20/02/2006 no programa de doutorado em História da UNICAMP, sob orientação do professor dr. Cláudio Batalha.

<sup>2</sup> CAMARGO (1996) dá mais detalhes sobre os cursos d’água que formam a Bacia Platina. SILVA (1999) apresenta um estudo histórico e geográfico que tem o rio Paraguai como tema, particularmente o trecho que percorre o território brasileiro.

<sup>3</sup> A definição de Região Platina é relativamente complexa, dependendo do enfoque histórico-geográfico (econômico, político, social ou cultural), podendo englobar regiões do sul do Brasil ao mesmo tempo em que exclui o norte da Argentina e o Paraguai, como é o caso de CHAVES (2001, p.35). Adoto o termo Região do Prata para me referir ao Uruguai e à Argentina, particularmente às capitais destes países, enquanto que Bacia Platina denomino a toda região cortada pelos rios que formam a Bacia. Pode-se dizer que na região, existem regiões. Ver CERTEAU (1994, p.212).

<sup>4</sup> CAMARGO (1996, p.24) defende a idéia da “impalpabilidade material” do caminho.

<sup>5</sup> DRACHENBERG (1975, p.85) estima que no Uruguai a imigração acumulada em 1915 era de 237.675. ZUBILLAGA (2000, p.438-9) considerando os Censos Nacionais e Departamentais, bastante descontínuos, estima os estrangeiros em 181.402, em 1908, numa população de 1.042.686, em todo o território nacional, enquanto que na capital contava-se 94.132 estrangeiros, numa população de 309.234 habitantes. Em 1930 Montevidéu estava com uma população de 655.389 pessoas, sendo 148.304 estrangeiros.

<sup>6</sup> Conforme DOESWIJK (1999, p.150) o porto de Buenos Aires na década de 1920, com cerca de 20 mil trabalhadores, era o “segundo em importância da América e o oitavo no mundo”.

<sup>7</sup> DRACHENBERG (1975, p.85) estima que a imigração acumulada no Paraguai, em 1915, era de 20.732 pessoas. Os maiores fluxos, antes da década de 1930, foram de menonitas germânicos originários de várias partes do globo. Da segunda metade da década de 30, em diante, particularmente na década de 1950, o número de imigrantes cresce em virtude da chegada dos japoneses vindos não só da pátria natal, mas de outros países latino-americanos. Os menonitas e japoneses foram atraídos pela política paraguaia de imigração que incentivou a criação de colônias agrícolas, dando-lhes independência de culto e de organização da produção.

<sup>8</sup> Sobre a fronteira e as populações de fronteira, particularmente na região do Sul do Mato Grosso, ver CORRÊA, L. (1999). A pretexto da *fronteira natural*, a autora afirma que o rio Paraguai “mais integrou do que separou” o Mato Grosso do Prata,

configurando um *Brasil Platino* (p.42). Quanto à fronteira nos pampas, consultar CAMARGO (1996, p.33-4).

<sup>9</sup> Sobre o “avanço da fronteira” nos sertões e o massacre indígena, ver LEONARDI, (1996). Sobre as relações de trabalho rural no “extremo sul de Mato Grosso”, de 1940 a 1970, ver ALBANEZ (2003). O autor chama atenção, também, para a inserção do migrante nordestino, principalmente a partir da década de 1950.

<sup>10</sup> Em 1º de março de 1919, o jornal *O Matto Grosso* de Cuiabá, denunciava a disputa por terras entre a Matte Larangeira e os recém-chegados. O jornal saía em defesa dos “posseiros” e contra a pretensão da empresa de armar jagunços para expulsar os “pequenos proprietários” (p.1) – Biblioteca Estadual Izaias Paim, Campo Grande-BEIP.

<sup>11</sup> Árvore típica da região limítrofe entre Brasil, Argentina e Paraguai. Da sua madeira extraía-se o tanino utilizado no curtimento de couro e no tingimento de tecidos.

<sup>12</sup> Semelhante a outras regiões do Cone-Sul, em Mato Grosso também era comum a utilização de mão-de-obra indígena, principalmente nas fazendas de gado e na colheita da erva-mate. Nos ervais da Matte Larangeira, por exemplo, o dialeto corrente era o guarani em vista da predominância dos paraguaios e dos índios guarani, culturas que muitas vezes, na historiografia, confundem-se por causa da pouca clareza das fontes. Sobre o trabalho na Matte Larangeira, consultar ARRUDA (1997), e GUILLEN (1991).

<sup>13</sup> REPÚBLICA ARGENTINA. *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora Juan A. Alsina. Nº 26, Abril, 30 de 1914 (245 pgs.) – Biblioteca del Banco Central de la Argentina, Buenos Aires-BBCA.

<sup>14</sup> *La Batalla*: Periódico de ideas y crítica. Ano 1, Num.10, Montevidéu, novembro de 1915, 2ª quinzena (p.3) – Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevidéu-BNU. Para facilitar a leitura, as citações das fontes em espanhol foram traduzidas livremente para o português, preservando a referência na língua original e a escrita do português foi atualizada para a língua moderna, preservando a referência conforme o original.

<sup>15</sup> *La Batalla*: Periódico de ideas y crítica. Ano 1, Num.11, Montevidéu, dezembro de 1915, 1ª quinzena (p.1) – BNU.

<sup>16</sup> CONSULADO GERAL DO BRASIL EM ASSUMPÇÃO. Ofício n. 40 L.C, 17/3/1927. A Sua Excellencia o Senhor Doutor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Repartições Consulares Brasileiras. Assunção, Offícios 1927-1930, Estante 238, Prateleira 4, N. volume 11 – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro-AHI.

<sup>17</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção 27 de abril de 1909. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Repartições Consulares Brasileiras, Offícios 1909-1910, Estante 238, Prateleira 3, N. volume 15 – AHI.

<sup>18</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção 8 de maio de 1909. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Anexo. Offícios 1909-1910, Estante 238, Prateleira 3, N. volume 15 – AHI.

<sup>19</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção 25 de julho 1910. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Repartições Consulares Brasileiras. Assunção, Offícios 1909 – 1910. Estante 238, Prateleira 3, N. volume 15 - AHI.

<sup>20</sup> A chipa é uma rosquinha feita de polvilho de mandioca e queijo ralado, assada ao forno; o tereré é uma bebida feita de erva-mate sugada de uma cuia, geralmente feita de chifre de boi, por uma bombilha de metal ou de madeira (distingue-se do chimarrão gaúcho por ser servido com água fria); o puchero paraguaio e mato-

grossense é um cozido de osso bovino com mandioca, podendo levar ainda diversos legumes. A influência correntina também é sentida no atual Mato Grosso do Sul, como por exemplo no ritmo musical *chamamé*.

<sup>21</sup> Uma análise importante relacionada a construção da imagem do Paraguai na imprensa brasileira durante a Guerra da Tríplice Aliança está em SILVEIRA (1996). Sobre a discriminação ao trabalhador paraguaio em Mato Grosso e a preferência pelo europeu, ver OLIVEIRA (2005), particularmente o capítulo 2.

<sup>22</sup> RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE COLONIZAÇÃO EM CORUMBÁ, João Lopes Carneiro da Fontoura, 17 de Fevereiro de 1876 ao Presidente da Província de Matto Grosso. (manuscrito). Lata 1876-D – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Cuiabá-APEMT, *Apud*. CORRÊA, L (1999, p.210).

<sup>23</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção, 29 de abril de 1915. A Sua Excellencia o Senhor Doutor Lauro Muller, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Ofícios 1909-1910, Estante 238, Prateleira 3, N. volume 15 – AHI.

<sup>24</sup> O **Brazil**, Corumbá, 18/9/1910, nº 386, p.1 – BEIP.

<sup>25</sup> O **Matto Grosso**, Cuiabá 23/10/1919, nº1615 , p.1. O *Matto Grosso*, Cuiabá 26/10/1919, nº1616 , p.1. O *Matto Grosso*, Cuiabá 30/10/1919, nº, p. 1 - BEIP. O jornal, um órgão do Partido Republicano Mato-Grossense, acusava o movimento de tentar tumultuar o governo de Dom Aquino Corrêa e de estar sob o comando do chefe político do Partido Republicano Conservador, em Aquidauana, professor Bodstein.

<sup>26</sup> O processo crime, com os depoimentos e fotos da locomotiva descarrilhada, está em: JUÍZO FEDERAL DO ESTADO DE MATTO GROSSO (1029), ano 1919, local Aquidauana, autor Procurador da República, réus Francisco Garcia mais 6 operários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, assunto Denúncia, doc.n.711 (Caixa “Tribunal da Relação”) – APEMT.

<sup>27</sup> Porto Esperança era a ponta extrema da estrada de ferro NOB que partia de Baurusp. Dali as mercadorias e passageiros eram transportadas por navio até Corumbá.

<sup>28</sup> **La Union del Marino**. XIV, Núm. (ilegível), Buenos Aires, abril de 1924 (p.6) – Biblioteca del Congreso, Buenos Aires-BCA.

<sup>29</sup> É de se notar que em 1908, Rafael Barret, um conhecido militante e intelectual libertário espanhol que atuou no Paraguai e na Argentina, fugindo de perseguições em Assunção, ao passar por terras mato-grossenses não tenha prestado atenção na forma de exploração do trabalho: BARRET (1967, p.37-46).

<sup>30</sup> Cf. CORRÊA, L. (1999, p.53-4), “O Guaraní e o Castelhanos, ou ainda uma mescla de ambas com o Português, foram as línguas faladas no cotidiano da fronteira, disseminadas por todo o Sul de Mato Grosso, nos portos do Baixo-Paraguai e em toda a extensa região ervateira. Em Corumbá, em fins do século passado, foi tão comum o uso de línguas estrangeiras, sobretudo do guarani, a ponto de preocupar as autoridades locais no sentido de reforçar o ensino da Língua Nacional em suas escolas.” Também no norte argentino, a língua guarani parecia predominar entre os pobres.

<sup>31</sup> O “giro” era um tipo de “papel” emitido pela Matte Larangeira e que circulava por toda a região, em mãos dos trabalhadores e dos comerciantes, como “moeda”. Por outro lado, o informe dum fazendeiro alemão, estabelecido na fronteira em 1910, dá conta de que os paraguaios que trabalhavam em sua fazenda se recusavam a aceitar a moeda nacional, exigindo, sob ameaça, o pagamento em moeda paraguaia. CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção 26 de janeiro de 1910. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Ofícios 1909-1910, Estante 238, Prateleira 3, N. volume 15 – AHI.

<sup>32</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção 4 de janeiro de 1909. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Anexo: “Relação dos brasileiros matriculados no Consulado Geral. 1908” Ofícios 1909-1910. Estante 238, Prateleira 3, N. volume 15 - AHI. Nesta fonte aparecem seis nomes de mato-grossenses, alguns identificados como marítimos.

<sup>33</sup> CONSULADO GERAL DO BRASIL EM ASSUNÇÃO, 18 de março de 1927. A Sua Excellencia o Senhor Doutor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Ofício n. 43 L.C. Ofícios 1927 – 1930. Estante 238, Prateleira 4, N. volume 11 – AHI.

<sup>34</sup> Os embates entre os paulistas e as forças legalistas em Mato Grosso, deram-se no município de Três Lagoas, divisa entre os dois estados, cf. relatório da TERCEIRA COMPANHIA DO BATALHÃO DE CAÇADORES DA FORÇA PÚBLICA DO ESTADO – Ao Illmo. Senhor Tenente Coronel Romão Veriano da Silva Pereira, Commandante Geral da Força Publica do Estado. Lata 1924–D, Pasta “Força Pública” - APEMT. Outra fonte sobre os acontecimentos é um RELATÓRIO DE ORDEM PÚBLICA (s/d. sem assinatura e sem destinatário) que descreve a “revolta militar de 5 de julho, que dominou a capital de S. Paulo até o dia 27, quando resolveram os sediciosos, compelidos pelas forças legais, procurar outro campo de operações impatrióticas”. Lata 1924–D, Pasta “Força Pública” - APEMT.

<sup>35</sup> CONSULADO GERAL DO BRASIL EM ASSUNÇÃO. A Sua Excellencia o Senhor Doutor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Ofícios n. 44 L.C (18/3/1927), n. 48 L.C (5/4/1927), n. 52 L.C (11/4/1927), n. 69 L.C (25/5/1927), n. 78 L.C (17/6/1927), n. 110 L.C (18/10/1927), n. 1 L.C (10/1/1930), n. 49 L.C (8/4/1927). Ofícios 1927 – 1930. Estante 238, Prateleira 4, N. volume 11 – AHI.

<sup>36</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Ao Senhor Antonio Severino dos Santos. Commandante do vapor nacional ‘Maranhão’. Buenos Aires 9 de setembro de 1914. 109 - “Consulado em Buenos Aires. Correspondência expedida. Autoridades Brasileiras. 1914 - 1915” - AHI. Solicita uma vaga como tripulante de bordo para o menor Luiz La Placa, de nacionalidade brasileira, para repatriação ao porto de Santos visto “achar-se em completo estado de indignação”.

<sup>37</sup> Ver MEDRANO (1989, p.298-300).

<sup>38</sup> Valmir CORRÊA (1999, p.23-4) destaca as atividades dos “mascates” logo após a abertura do rio Paraguai a navegação internacional. Em 1915, esta atividade ainda continuava existindo em Corumbá, só que com outras características e objetivos.

<sup>39</sup> Quanto aos motivos que condicionaram a definição do trajeto da NOB, consultar QUEIROZ (1997).

<sup>40</sup> C. DE MELLO & C. *Comercial almanach Matto-Grossense*. São Paulo: 1916, p.95-6. Há registros de navios provenientes de portos do litoral brasileiro mas são esporádicos, pois o corrente era fazer o transbordo em Montevidéu.

<sup>41</sup> CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Assumpção 14 de julho 1910. Ao Exm. Sr. Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores - AHI. Comunica situação financeira do Lloyd Brasileiro na praça de Assunção.

<sup>42</sup> ANUARIO DE MATTO-GROSSO, 1930 (s/capa).

<sup>43</sup> O Loyd Brasileiro foi criado em 19/2/1890 pelo Decreto n. 208 do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, agrupando-se diversas companhias de navegação subvencionadas pelo Estado. Em toda sua existência a Companhia sofreu várias intervenções em vista de crises financeiras. Já em 1892 implementou-se medidas de economia de pessoal, redução de salários e de material, em vista de crise financeira, o que gerou a primeira greve, em 1893. Cf. MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.

Notícia histórica e avaliação dos bens do Lloyd Brasileiro (patrimônio nacional). Relatório da Comissão do Patrimônio. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, novembro de 1922, p.37 – Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro-BNB.

<sup>44</sup> CAPITANIA DE MATO GROSSO. II Livro de matrícula – pessoal. 1908 – Serviço de Documentação da Marinha-SDM. São 200 páginas numeradas que reproduzem fichas-modelo enumeradas de 92 a 290. Nestas fichas tem-se a descrição de dados dos tripulantes registrados na Capitania em Corumbá. Existiram, no mínimo, 19 livros, pois este consultado era o 2º, e em algumas fichas encontrei anotações de abertura de nova matrícula no livro 19. Apesar de não trazer a data desta nova ficha, pode-se cogitar a década de 30, até 38, quando encerra o registro de vistos deste Livro. Nas fichas aparecem ainda anotações manuscritas de “vistos” anuais que eram dados mediante pagamento de taxa à Capitania. Quando o trabalhador ficava mais de cinco anos sem renovar o visto, era dada baixa na matrícula. A falta de visto pode indicar que o trabalhador deixou de fazer navegação para Corumbá, matriculou-se em outra Capitania, ou deixou a atividade de marítimo, podendo ser, também, que passou a trabalhar “clandestinamente”, ou mesmo por falecimento.

<sup>45</sup> No jornal *La Organización Obrera*. Órgano Oficial de la Federación Obrera Regional Argentina (Adherida a la Federación Sindical Internacional). Año IV, Núm.114, Buenos Aires, Marzo 26 de 1921, p.1 - (Je/0548) - Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas-AEL, um artigo assinado por Augusto Pellegrini também ressaltou o cosmopolitismo da FOM e a predominância do paraguaio e o *criollo*. Ver também MEDRANO (1997).

<sup>46</sup> Sobre Corrientes, a capital da província argentina de mesmo nome, Annibal Amorim escreve que “a classe baixa fala quase que exclusivamente o guarani”, ou ainda, “os correntinos são famosos por sua robustez física e por sua inteligência vivaz. / São, em geral, bons marinheiros e excelentes soldados.” AMORIM (1912, p.398-9). Em 1911, a cidade de Corrientes contava, conforme este mesmo autor, 18 mil habitantes. Pelo tamanho, e mais ainda pelas características físicas (clima e vegetação do *chaco*) assemelhava-se a Corumbá.

<sup>47</sup> CONSULADO GERAL DO BRASIL. Ao Exmo. Senhor Geraldino Silveira, Agente do Lloyd Brasileiro em Buenos Aires, 4/9/1917. Cópia de ofício. 110 - Correspondência expedida. Autoridades brasileiras. Ofícios, 1916-1918 – AHI.

<sup>48</sup> É o caso do vapor “Corumbá” de bandeira Argentina e propriedade da empresa Nicolas Mihanovich. Em 7/1/1914, depois de dezesseis dias de viagem, aporta em Corumbá procedente de Buenos Aires, tendo a bordo 42 tripulantes, mais nove oficiais e o comandante. Até dezembro daquele mesmo ano o navio aportou mais nove vezes em Corumbá: 1/2, 28/2, 28/3, 25/4, 24/5, 21/6, 19/7, 16/8. Depois volta somente em 18/1/1915. Cf. ALFÂNDEGA DE CORUMBÁ. *Entrada de navios*. Janeiro de 1914 a março de 1915 – Instituto Luiz de Albuquerque, Corumbá-ILA.

<sup>49</sup> De forma simplificada, o *closed shop* pode ser entendido como o controle do mercado de trabalho pelos operários sindicalizados. Todavia, DOESWIJK (1999, p.168) ressaltava que a *oficialização* ou o *closed shop* no porto de Buenos Aires ligava a tripulação a um barco específico.

<sup>50</sup> O relato de um trabalhador do porto de Santos corrobora esta relação do marítimo com a cidade: “Segundo um ex-presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, Domingos Garcia, ‘havia sim intercâmbio de informações daqui pra lá, de lá pra cá. Algumas visitas também que os marinheiros faziam no sindicato, no porto, para saber como funciona isso, como funciona aquilo’”, (SILVA 1995, p.31). De acordo com o mesmo autor, os marítimos desempenhavam o papel de “‘gazeteiros’, transmitindo informações políticas ‘em primeira mão’” (SILVA, 2003, p.141).

<sup>51</sup> Os pequenos proprietários não estão no foco da pesquisa mas chamam atenção para essa categoria, ainda existente, que, provavelmente, mobilizava quantidade significativa de cargas e passageiros e influenciava no mercado de trabalho. Para uma referência interessante de estudos sobre esta categoria na França, ver: MERGER (1985).

<sup>52</sup> Em 1919, foram criadas as Agências em Cáceres, Porto Murtinho e Cuiabá, sob a jurisdição da Capitania em Corumbá. Cf. BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Raul Soares de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1920, p.125 - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, Unesp-Assis-CEDAP.

<sup>53</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Joaquim Ferreira Chaves, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, Abril de 1921. *Mappa demonstrativo do pessoal matriculado existente durante o ano de 1920* - CEDAP.

<sup>54</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Ministro do Estado dos Negócios da Marinha Alexandrino Faria de Alencar. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, maio de 1925. *Mappa demonstrativo do pessoal matriculado existente durante o ano de 1924* - [www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/](http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/) - Universidade de Chicago-UCHICAGO.

<sup>55</sup> A população do Estado (números absolutos): 1872 (60.417); 1890 (92.827); 1900 (118.825); 1920 (246.612); 1940 (432.265). Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, v.32, 1971, p.41.

<sup>56</sup> RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Anexo 1, período 1879-1880. Rufino Enéas Gustavo Galvão – Presidente da província -. Cuiabá, 2 de abr. de 1881 – Centro de Documentação Regional, Dourados-CDR, apresenta os números e nacionalidades dos estrangeiros entrados pelo porto de Corumbá em 1880. Grande parte desses imigrantes trabalhavam no ramo do comércio em Corumbá, alguns como proprietários.

<sup>57</sup> C. DE MELLO & C. *Comercial almanach "Matto-Grossense"*. São Paulo: 1916, p.161.

<sup>58</sup> REVISTA MENSAL ILLUSTRADA FOLHA DA SERRA. Campo Grande, Matto Grosso, n.9, junho 1932 – Biblioteca Valmir e Lúcia Corrêa, Campo Grande (particular)-BVLC.

<sup>59</sup> Sobre a urbanização de Corumbá e os trabalhadores *formais e informais*, ver SOUZA (2001).

<sup>60</sup> Cf. AMORIM, (1912, p.308), em 1911, Montevidéu contava com um cais ainda inacabado, alguns navios tinham que fundear distante do porto. Em Assunção as embarcações também tinham que fundear no meio do rio, por falta de cais apropriado. Buenos Aires, desde final do século XIX possuía uma estrutura portuária.

<sup>61</sup> Conforme AMORIM (1912, p.419), os moradores de Assunção, em 1911, também construíam cisternas (denominadas pelo autor de “algibes”), para coleta de água das chuvas. A topografia da capital paraguaia (com cerca de 60 mil habitantes, no início do século XX), era semelhante à de Corumbá: à beira do rio Paraguai, o porto localizado numa faixa estreita de terra próxima ao nível da água e o restante da cidade numa elevação. Na outra margem do rio, de frente para a cidade, tem-se a imensidão do pantanal (*chaco*).

<sup>62</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Sala das sessões. *Resolução nº18. 3/2/1920* – Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-ACMC.

<sup>63</sup> *Op cit.* p.446. Em relatório à Câmara Municipal, a Intendência de Corumbá ressaltava a necessidade de fiscalizar a higiene dos vendedores de leite e de água,

muitos dos quais suspeitos de estarem enfermos de lepra. Mas a população não exigia do vendedor a apresentação do cartão. Cf. SAÚDE PÚBLICA. Ilms. Srs. Presidente e mais Vereadores da Câmara Municipal. 6/11/1922 (mimeo.) - ACMC.

<sup>64</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Projecto de Postura nº20. 19/1/1926 (mimeo.) - ACMC.

<sup>65</sup> *Modernidade* é entendida aqui como um processo de imposição/assimilação em Mato Grosso, de novas formas de produção e especialmente de consumo de produtos importados, caracterizando, assim, uma relação de dependência da região aos países centrais.

<sup>66</sup> Planta típica das florestas mato-grossenses. Das raízes se extraía a emetina, muito apreciada como medicamento.

<sup>67</sup> CONSULADO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL a Sua Excellencia o Senhor Doutor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Montevidéu, 5/10/1928. 257 - 2 - 17 Consulados brasileiros. Montevidéu: officios recebidos, 1928 - AHI. Envia em anexo, relatório sobre “A navegação brasileira para o Uruguay”. À página 2 relaciona as origens dos produtos e as respectivas toneladas, transportadas do Brasil para o Uruguai. Corumbá aparece como principal origem dos produtos (em toneladas e diversidade), sendo: paina, couros, crina de animais, farinha de trigo, sebo, postes telegráficos, tripas salgadas, ipecacuanha, doce, charque, línguas secas, artigos indígenas, borracha.

<sup>68</sup> Ver também FERRERAS (1997).

<sup>69</sup> Ver também BOURDÉ (1973).

<sup>70</sup> Outra cidade argentina visitada por Annibal Amorim foi Rosário. Em artigo Diego Armus e Jorge Enrique Hardoy discutem a urbanização de Rosário entre o final do século XIX e 1910, período em que a cidade alcançou o status de segundo porto argentino e segunda em número de população. (ARMUS e HARDOY, 1985).

<sup>71</sup> ARCHIVO DE VIRGILIO SAMPOGNARO. Jefe Político y de Policia de Montevideo. Documentos relacionados com la Policía de Investigaciones.

1918-1919. Cajá 218, Carpeta 17, (folha 27), (mimeo.) - Archivo General de la Nación, Montevidéu-AGN. Relata o movimento na casa da imigrante italiana Elsa Cordini.

<sup>72</sup> Também em Mato Grosso, mesmo nas cidades e com mais frequência na lida rural, os pobres de uma forma geral, incluindo os trabalhadores nativos, andavam descalços. Em officio de 1909, o presidente da Câmara de Corumbá solicitava, ao Presidente do Estado, providências para o aparelhamento da polícia de Corumbá com “praças de bons costumes e fardados e não como atualmente sucede que na sua maioria andam descalças, chapéus de palha e em mangas de camisa.” CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Excm. Sr. Coronel Presidente do Estado. Corumbá, 29/11/1909, (mimeo.). Cx. 1906-1886 - ACMC.

<sup>73</sup> A população da capital paraguaia, em 1889, era estimada em 51.719, em 1914 era de 63.524 e em 1928 de 77.378. Cf. CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN Y VIVIENDAS DEL PARAGUAY, 1982. In.: CENTRO PARAGUAYO DE ESTÚDIOS SOCIOLOGICOS. *Revista Paraguaya de Sociología*. (Documentación Paraguaya. Estadísticas). Año 20, Nº 56, pp.161-164, Enero-Abril de 1983.

<sup>74</sup> Algo da discussão que segue, sobre Corumbá, está na minha dissertação de mestrado, publicada recentemente. Aqui acrescento novas fontes que possibilitam aprofundar o estudo sobre a relação do trabalhador com a cidade. (OLIVEIRA, 2005), particularmente o capítulo II, tópico “Segurança para quem?”

<sup>75</sup> ABAIXO-ASSINADO, Ilmo Snr. Dr. Intendente-Interventor. Corumbá, 4/4/1919, (mimeo.). Cx. 1913-1922 - ACMC. Um dos nomes, Francisco Xavier Gomes, era paraguaio e matriculado na Capitania como fogueiro sob o número 180. Cf. CAPITANIA DE MATO

GROSSO. *II Livro de matricula – pessoal*. 1908. SDM. Outro abaixo-assinado solicitava a instalação de uma escola no “lugar denominado Arangum, a margem do rio Paraguai, fronteiro a cidade”. ABAIXO-ASSINADO, Exmo Sr. Gnel. Cyriaco F. de Toledo, D.D.Intendente Geral do Município. Corumbá, 16/10/1919, (mimeo.). Cx. 1913-1922 – A.C.M.C.

<sup>76</sup> A estadia de um navio no porto variava segundo vários fatores: descarregar, carregar, lotação de tripulantes, abastecimento, concerto de avarias etc. A demora no porto pode significar maior possibilidade de contato com a população em terra. Um documento interessante para perceber a durabilidade do contato dos tripulantes com as pessoas do porto é o formulário da “Alfandega de Corumbá” intitulado “Despacho Marítimo”, que registrava a entrada e saída de navios no porto: o vapor argentino *Primera Misiones*, com 22 tripulantes mais o capitão, vindo de Montevidéu, entrou no porto de Corumbá em 30/9/1916 e tinha previsão de saída para dia 6/10/1916, portanto, o navio ficaria 7 dias aportado em Corumbá. DELEGACIA DE MATO GROSSO. Ministério da Fazenda. Fundo: Tesouraria da Fazenda Nacional Alfândega de Corumbá; Conteúdo: Papeis de Navio; Data-limite: 1915-1916; Cx: 389; Pasta: 1916 Vapor Argentino Misiones; proced. Montevidéo; 05/10/1916 a 07/10/1916 – Arquivo Nacional, Brasília-AN/B.

<sup>77</sup> *Baependy*. Exmo. Sr. Consul Geral do Brazil, em Buenos Ayres. Documento avulso, 28/10/1920. 158-E - Consulado Geral em Buenos Aires: Documentação interna. Avarias, vistorias e protestos. 1919–1920 - AHI.

<sup>78</sup> Diversas narrativas e mesmo parte da historiografia reforçam a imagem do marinheiro como homem rude, truculento, beberrão. Ver, por exemplo, a narrativa de Eduardo Xavier em GOMES (1988, p.128). Por outro lado, NELSON (1990, p.18-22), analisando a subcultura dos marítimos em Nova York, critica a imagem preconceituosa, herdada do período colonial mas reproduzida pelos “patrões”, “filantropos” e “alguns acadêmicos”, em que classificava os marinheiros como exóticos, “zé ninguém”, ralés, “crianças semi errantes do mar”, bêbados, brigões.

<sup>79</sup> *A Cidade*, Corumbá 17/8/1921, nº1062, p.1. Microfilme “Mato Grosso – Jornais Diversos” 1920-1923 - BEIP.

<sup>80</sup> Os detalhes do regulamento da polícia do porto de Corumbá está em ESTADO DE MATTO-GROSSO. **Instruções provisórias para o Serviço de Policia dos Portos do Estado**: aprovadas por despacho do Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Fazenda, de 21 de setembro de 1918. Cuiabá: Typ. Official, 1918 - BNB.

<sup>81</sup> *Santos*. Protestos 1915. Protesto ao Exm. Snr. Consul da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Buenos Aires. 4/10/1915. 158-C - B. Aires. Documentação interna. Avarias, vistorias e protestos. 1909-1915 - AHI.

<sup>82</sup> CIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO. **Relatório do exercício de 1924**. Rio de Janeiro, 1925, p.35 – BNB.

<sup>83</sup> Já o marítimo Eduardo Xavier não gostava de viajar para Nova York, pois “A gente tinha que ter um cartão para andar na cidade. Então me deram o nome de ‘Red’ (...). Fui classificado de pele-vermelha por causa da minha cor e fiquei chateado. Nunca mais voltei lá.” (GOMES, 1988, p.129).

<sup>84</sup> CONSULADO GERAL DOS E. U. DO BRASIL. Assumpção, ? de dezembro de 1918 ao “S.Ex. o Senhor Dr. Domicio da Gama, Ministro de Estado das Relações Exteriores.” Offícios, julho de 1918 a 1919. Estante 238, Prateleira 4, N. volume 4 - AHI.

<sup>85</sup> MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA ao Snr. Ministro De Estado Das Relações Exteriores. Rio de Janeiro 30 de abril de 1919. Ofício n.2282. Volume: “Ministérios. Ministério da Marinha. Avisos recebidos. 1919 - 1922” 304 - 2 - 8 - AHI. Encaminha parecer

sobre os atos de indisciplina dos tripulantes brasileiros em navios nacionais ou franceses, a bordo e em terra, no porto de Bordeaux na França.

<sup>86</sup> A. S. S. O SENHOR GERALDINO SILVEIRA. Gente do Lloyd Brasileiro em Buenos Aires." Em 29/8/1916. Cópia de ofício. "Consulado em Buenos Aires. Correspondência expedida. Autoridades Brasileiras. 1914 - 1915" - AHI. Da mesma forma o marítimo Antonio Joaquim Pereira, também matriculado na Capitania de Corumbá, pede repatriamento por achar-se em indignância. "A. S. S. o Senhor Antonio Augusto de Azevedo. Commandante do paquete nacional 'Jupiter.'" Em 6/7/1916. Cópia de ofício. "Consulado em Buenos Aires. Correspondência expedida. Autoridades Brasileiras. 1914 - 1915" - AHI.

<sup>87</sup> SAÚDE PÚBLICA. *Op cit.* - A.C.M.C.

<sup>88</sup> Diferente dos projetos de colonização do Paraguai, anteriormente citados, que buscavam atrair estrangeiros, o Estado brasileiro do período pensou uma colonização com homens e mulheres nacionais sem terra. A Colônia Agrícola de Dourados, próxima a fronteira com o Paraguai, foi muito utilizada nos discursos varguistas como modelo. Atualmente, os índios desterrados têm lutado para reconquistar as terras ocupadas pelos colonos. Sobre a Colônia de Dourados ver OLIVEIRA (1999).

<sup>89</sup> Ver LENHARO (1986).

### Referências bibliográficas

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970).** Dissertação (Mestrado em História), Dourados-MS: CPD/UFMS, 2003. (Mimeo.).

AMORIM, Annibal. **Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre – aspectos da Amazônia.** Do Rio a Matto Grosso. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1912.

ARMUS, Diego. HARDY, Jorge Enrique. Entre el conventillo y la casa própria: notas sobre la vivienda popular en el Rosário del novecientos. **Revista Paraguaya de Sociología.** Assunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 22, (64), set.-dez.1985, pp.289-296.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira.** Londrina-PR: UEL, 1997.

BARRETT, Rafael. **Cartas intimas.** Com notas de su viuda, Francisca Lopez Maiz de Barrett. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1967.

BOURDÉ, Guy. La condition ouvrière à Buenos Aires à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle. **Le mouvement social.** Paris, juillet-septembre 1973, pp.3-33.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** Lisboa: Martins Fontes, 1983 (Volume 1).

CAMARGO, Fernando da Silva. **Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia.** Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 1996.

CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso.** A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP-IFCH, 1993. (Mimeo.).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994

- CHAVES, Cleide de Lima. **De um porto a outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) UFBA. Salvador: 2001 (Mimeo).
- CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: o comércio e o casario do porto (1870-1920)**. In: CORRÊA, Valmir Batista, et al. **Casario do Porto de Corumbá**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Brasília: Gráfica do Senado, 1985.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira: o Sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste**. Campo Grande: Editora da UFMS (Fontes Novas: Ciências Humanas), 1999.
- DOESWIJK, Andreas. **Entre camaleões y cristalizados: los anarcho-bolcheviques rioplatenses, 1917-1930**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP-IFCH, 1998. (Mimeo.).
- DRACHENBERG, Lyra Pidoux de. **Inmigracion y colonizacion en el Paraguay, 1870-1970**. *Revista Paraguaya de Sociologia*. 12, Nº 34, setembro-dezembro, 1975.
- FERRERAS, Norberto O. **No país da cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires. (1889-1920)**. Tese (Doutorado em História), Campinas: UNICAMP-IFCH, 2001. (Mimeo.).
- FERRERAS, Norberto O. **Historia e historiografía de las condiciones de la vida obrera em Buenos Aires y Rio de Janeiro. Un analisis comparativo**. *Pós-História*. Revista de Pós-Graduação em História. Assis: UNESP, V.5, pp.11-32, 1997.
- FONSECA, João Severino da. **Viagem ao redor do Brasil: 1857 – 1878**. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro, v.1, 1880.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890)**. Tese (Doutorado em História), Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991, (Mimeo.).
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986 (Série Pesquisas).
- LEONARDI, Víctor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- MAMIGONIAN, Armen. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá**. GEOSUL. Santa Catarina, (1) – 1º sem. 1986.
- MATOS, Lobivar. **Sarobá**. Poemas. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936.
- MEDRANO, Lilia Inéz Zanotti de. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império brasileiro e a Argentina (1852-1889)**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: USP-FFLCH 1989. (Mimeo.).
- MEDRANO, Lilia Inéz Zanotti de. **Imigração e trabalho: os italianos e a navegação fluvial no contexto platino (século XIX)**. *Revista do ICH*. Campinas, PUC-CAMPINAS, (1), outubro de 1997, pp.178-193.

- MELGAÇO, Barão de. **Vias de comunicação de Matto Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1975.
- MERGER, Michèle. Les marinières au début du XX<sup>e</sup> siècle: “des forains d’une espèce particulière”. **Le mouvement social**. Les Editions ouvrières, Paris, (132), julho-setembro 1985.
- NELSON, B. *Workers on the waterfront: seamen, longshoremen, and unionism in the 1930s*. Chicago: University of Illinois Press, 1990
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História), Assis: FCL-UNESP/Assis, 1999. (Mimeo.).
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Estrada móvel, fronteiras incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)**. Campo Grande-MS: UFMS, 2005.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil. (1904-1908)**. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 1997.
- SILVA, Fernando Teixeira. *A carga e a culpa*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem padrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVA, Maria do Carmo Brasil Gomes da. **Rio Paraguai: O ‘mar interno’ brasileiro. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais**. São Paulo: Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, 1999 (Mimeo.).
- SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura**. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita. A modernidade de Corumbá (1872-1918)**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH-USP, 2001. (Mimeo.).
- ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.



## *Resenha Crítica*

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História econômica: Demografia de Minas Gerais 1720- 1888*. São Paulo. EDUSC, 2004.

Leandro Braga de Andrade  
Mestrando em História – UFMG

A obra analisada neste texto é resultado de um estudo demográfico e econômico da História de Minas Gerais no período escravista. *Slavery and the demographic and economic History of Minas Gerais* do professor Laird W. Bergad, da City University of New York foi publicado em 1999 e traduzido e publicado no Brasil em 2004.

O objetivo do autor foi englobar quase todo o período escravista mineiro. Seu recorte cronológico – 1720-1888 – procurou abarcar desde as primeiras décadas de povoamento da região, o auge e decadência do ouro e a transição das estruturas econômicas para uma economia de abastecimento, tentando realizar um estudo que sintetizasse a escravidão em Minas Gerais.

Utilizando o que o autor considera como o maior banco de dados jamais construído sobre a população escrava nas Américas, Bergad arrolou censos populacionais e inventários *pós-mortem* aliados a outras referências documentais. Trabalhou, principalmente, com as contagens de população dos anos de: 1776, 1786, 1808, 1821, 1833-1835 e 1872. Já os inventários analisados foram 10.028, abarcando um total de 111.963 escravos nas regiões de Mariana/Ouro Preto, São José/São João Del Rei e Diamantina (p.30).

Os dados pesquisados por Bergad confirmaram as afirmações da historiografia que revisa as teses tradicionais acerca da História de Minas. Segundo o professor americano, no final do século XVIII houve uma mudança na estrutura econômica da capitania, passando da prevalência do ouro para a produção e o comércio de produtos agropecuários.

Contudo, a principal tese da obra é a importância predominante dada à população nascida no Brasil entre os escravos de Minas, a partir do final do setecentos. A reprodução natural teria assumido esse papel e perdurado até o final da escravidão, guardando complementar relevância à importação de africanos.

### **A transição da estrutura econômica**

A escassez de alimentos e os altos preços pagos por qualquer mercadoria no início da colonização de Minas Gerais estimularam o surgimento de um setor abastecedor dos povoados. A produção de carne, queijo, cachaça,

milho entre outros alimentos cresceu a partir das impressionantes oportunidades comerciais que a zona da mineração oferecia.

Sendo a agricultura uma atividade que exigia bastante mão-de-obra – diferente da criação de gado, que era solto na natureza – Bergad inferiu que desde cedo a atividade exigia uma mão-de-obra complementar às famílias. Nesse sentido a escravidão desde o início do século XVIII já esteve ligada a este setor abastecedor.

Com a queda da extração aurífera – sentida mais fortemente a partir de 1760 – a economia pôde se reorganizar. Segundo o autor houve migração para as regiões periféricas da capitania onde a conjuntura foi de crescimento não de contração econômica como nas localidades da região mineradora central. Na segunda metade do século o ouro deixara de ser a atividade mais dinâmica emergindo a produção diversificada de alimentos voltada para o mercado. Havia uma vigorosa produção de milho, mandioca, feijão, algodão, tabaco e café, além da carne e da cachaça que se ligavam cada vez mais ao mercado do Rio de Janeiro. *Como sempre acontecera na História de Minas Gerais, o mercado continuava sendo o fator norteador essencial da vida econômica.* (p. 75).

### Uma economia exportadora

A diversificação econômica de Minas Gerais e o aumento da demanda, principalmente da recente instalação da corte no Rio de Janeiro, estimulou uma importante expansão do comércio dos produtos mineiros na primeira metade do século XIX. O setor agropastoril liderava as exportações.

Para esse período o autor enfatizou o caráter dinâmico e externo das atividades produtivas mineiras. Uma discordância clara da tese do *Growing Silence* de Roberto Martins sobre um desenvolvimento interno e relações comerciais de caráter vicinal, predominante em relação ao mercado externo (Este setor é tratado no livro abrangendo todos os produtos que deixavam a província, não necessariamente os destinados a mercados estrangeiros). E mesmo que seja difícil mensurar o peso de um e de outro, Bergad afirma que (...) *sem qualquer dúvida o impulso da expansão econômica foi do comércio exportador – único setor para os quais temos dados, ainda que estes dados não sejam ideais* (p. 98).

Na segunda metade do século XIX a produção do café tomou a dianteira nas exportações de Minas Gerais. Mas Laird Bergad alerta que houve crescimento econômico em várias outras regiões, além da zona da mata cafeeira. Entre 1865 e 1870 o setor de alimentação também subiu o volume de suas exportações. Além do crescimento da produção de algodão (con-

texto da Guerra Civil americana) e da indústria têxtil que deixava de ter um caráter apenas caseiro.

### Dinâmica demográfica

Durante o auge da extração aurífera a população estava concentrada nos centros mineradores. Os escravos eram maioria da população seguido de mulatos, negros livres e brancos.

Com o declínio do ouro, na segunda metade do século XVIII, o crescimento da população reduziu, em decorrência da queda na importação de cativos. Os censos consultados por Bergad indicam uma migração das localidades centrais da capitania para a região sul, onde crescia o setor agropastoril. No início do século XIX as regiões de fronteira continuaram ampliando sua população, acompanhando o grande crescimento demográfico da população total da capitania. Para o autor este movimento deveu-se principalmente pelos ritmos da reprodução interna.

A análise da razão de sexo identificou uma diminuição do número de homens em relação ao de mulheres em idade produtiva. Essa tendência indica que no início do século XIX o crescimento da população de escravos resultava da reprodução natural. Mesmo com o aumento da importação de escravos na década de 1820, a razão de sexo continuou a diminuir até o final da escravidão. Em 1872, 82% dos escravos haviam nascido em Minas Gerais.

A comarca do Rio das Mortes foi onde a população mais cresceu na primeira metade do século. A região tinha o maior contingente de escravos, um sinal claro da prosperidade da economia agropastoril. Já a partir de meados do oitocentos a região cafeeira apresentou os maiores crescimentos demográficos da população livre e cativa.

Nessas regiões, as mais dinâmicas da província a razão de sexo continuou caindo durante todo o XIX. *O fator mais importante dessa expansão populacional foi a reprodução natural, e isto ocorria em todos os setores da população* [brancos, negros livres, mulatos e escravos] ( p. 195).

A análise dos inventários *pós-mortem* corroboram com os indícios de crescimento vegetativo da população escrava. A partir de 1760 houve mudanças fundamentais na estrutura demográfica: aumento dos homens escravos brasileiros – em idade de trabalhar – em relação aos africanos; um número maior de crianças em relação ao de mulheres em idade reprodutiva. Na década de 1790 a população cativa crioula ultrapassou a africana, seguindo em um quadro estável de crescimento absoluto e relativo até os anos setenta do oitocentos.

Os períodos em que o número de africanos, em idade de trabalhar, cresceu mais do que o de brasileiros – principalmente entre 1820 e 1840 –

são para Bergad pontuais e irrelevantes no conjunto do crescimento do contingente mancipio. No entanto, cabe ressaltar que os dados apresentados por Clotilde Paiva em tese do doutoramento, e omitidos por Bergad, apontam para uma presença maior de africanos nas regiões em tela. Considerando que o universo do número de escravos foi bem maior nos dados utilizados por Paiva, seus dados apresentam-se mais confiáveis e confirmam uma subestimação por parte do brasilianista para com a presença africana em Minas.

### Dinâmica de preços

A dinâmica dos preços dos escravos identificada por Bergad também acompanha as teses básicas do seu livro. A abundância do ouro e a escassez de mão-de-obra elevaram os preços dos escravos nas primeiras décadas do século XVIII. Entre 1750 e 1780 a redução na produção do ouro e conseqüente diminuição da demanda empurraram os preços para baixo. Desta data até 1817 o autor identifica uma estabilidade no valor dos cativos. Isto em um momento de recuperação econômica, demonstrando auto-suficiência e pouca dependência da importação de cativos.

Entre 1818 e 1850 os preços tiveram taxas de crescimento anual de 4,5%. As amplas importações de escravos desse período influenciaram na alta. A tendência crescente se acentuou na década de 1850.

A explicação oferecida por Bergad desvincula tal fenômeno da cessação do tráfico atlântico de cativos. Para o autor, o aumento da demanda dos produtos do Novo Mundo, pela Europa, exigiu inovações técnicas e redução dos custos da produção. Isto teria forçado o aumento da produtividade do trabalhador, em todo os setores da economia brasileira, e conseqüentemente o valor da mão-de-obra

Este argumento – que não sai do campo especulativo – é bem plausível porque essa era uma tendência de outras regiões escravistas. Contudo, Bergad, na ânsia de dirimir a participação da importação de cativos em Minas, menosprezou o impacto do fim do tráfico. Se nas décadas anteriores Minas apresentou altos picos de importação de cativos, nada mais natural do que a resposta de alta dos preços com o encerramento do comércio atlântico de almas. Dessa forma, o apego ao tráfico, estimulado pelo dinamismo da economia mineira no período, demonstra que a reposição externa de mão-de-obra teria tido uma participação maior na demografia escrava do que a irrelevância atribuída pelo brasilianista.

Outros fatores são atribuídos por Bergad para o movimento dos preços anteriores à abolição: queda nos preços durante a Guerra Civil americana; alta até a Lei do Ventre Livre e queda nos anos seguintes; nova alta entre 1873 e 1879; seguida da diminuição definitiva dos preços até a abolição.

As tendências regionais dos preços respondem às conjunturas de prosperidades nas atividades voltadas para o mercado. Seja a extração de ouro ou de diamantes, a agropecuária ou a monocultura, em geral os valores dos escravos estiveram mais altos nas regiões mais dinâmicas e mercantilizadas.

### Conclusão

Os pilares fundamentais da construção argumentativa de Laird Bergad são: mudanças na estrutura econômica de Minas no final do século XVIII; a mercantilização de vários setores da economia mineira desde o início da colonização, destacando o comércio para fora da capitania, intensificado no século XIX; e a participação predominante da reprodução natural na população escrava a partir da última década do setecentos até o fim da escravidão.

A primeira e a segunda são temas já profundamente trabalhados pela historiografia, na medida em que diversas outras pesquisas já haviam encontrado tal perfil. Os dados compilados por Bergad sintetizam as conclusões de seus antecessores, porém a obra demonstra sua importância por ter realizado tão ampla análise documental.

A questão do incremento natural da população cativa parece ser a principal contribuição da obra, acompanhando outras especulações feitas por pesquisadores como Douglas Libby e Clotilde Paiva. Entretanto, mesmo que a reprodução natural tenha sido um fator importante na constituição da demografia escrava mineira, pelo menos até 1850, as regiões mais dinâmicas da província acumularam significativo contingente de africanos, sendo estes, mão-de-obra indispensável na economia.

A participação minoritária atribuída à importação de cativos parece estar envolvido no objetivo de contrariar as teses que defendem a reposição externa de escravos, pela província, como principal elemento do crescimento demográfico desta população mancipia. O que parece ter centralizado as atenções do autor, que chegou a comparar os padrões demográficos mineiros ao do sul dos Estados Unidos:

*"Até há bem pouco tempo o sul dos Estados Unidos era considerado o único exemplo de um grande sistema escravagista em que houve reprodução natural. Os padrões demográficos dos escravos em Minas eram obviamente muito parecidos com os dos Estados Unidos" (p. 312).*

Contudo, mesmo correndo os riscos que as grandes sínteses sempre correm, **Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais**,

1720 – 1888, apresenta uma vigorosa e eficiente análise dos indícios quantitativos, essenciais nas abordagens de longa duração. Sua contribuição para a construção coletiva da História de Minas é fundamental, pois suscita debates e aguça o aprofundamento metodológico dos pesquisadores. Laird Bergad acende a necessidade de vencer as dificuldades impostas pela ausência de fontes que possam demonstrar diretamente a existência ou não da reprodução natural no escravismo mineiro. Além de provar, que a escravidão mineira, com suas nuanças no tempo e no espaço, ainda merece novos estudos e novas discussões.